

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

VERÓNICA DEL PILAR PROAÑO DE FOX

**PESCA ARTESANAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE
(1990 – 2009)**

**RECIFE - PE
2010**

VERÓNICA DEL PILAR PROAÑO DE FOX

**PESCA ARTESANAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE
(1990 – 2009)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou.

RECIFE - PE
2010

Ficha catalográfica

F794p Fox, Verónica del Pilar Proaño de
Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento
nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009) / Verónica
del Pilar Proaño de Fox – 2010.
209 f. : il.

Orientador: Ângelo Brás Fernandes Callou
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de
Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2010.
Inclui referências e anexo.

1. MONAPE 2. Movimentos sociais 3. Pescadores
artesanaís 4. Desenvolvimento local 5. Estratégias de
comunicação I. Callou, Ângelo Brás Fernandes, orientador
II. Título

CDD 338.9

**PESCA ARTESANAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE
(1990 – 2009)**

Verónica del Pilar Proaño de Fox

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou.

BANCA DE AVALIAÇÃO

Prof^ª Dr. Angelo Brás Fernandes Callou
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª. Maria Salett Tauk Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª. Maria Luiza Lins e Silva Pires
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
FUNDAJ/FACEPE/CNPq

Recife, abril de 2010.

AGRADECIMENTOS

O projeto de realizar um mestrado era acalentado por mim há longa data e jamais teria sido possível sem o apoio da minha pequena família. A Eric pela sua generosidade e companheirismo mesmo à distância. A minha filha, Natascha, pelo seu amor incondicional, amizade e camaradagem em todas as horas. E ao meu filho, Mark Daniel, pelo seu amor. Não posso esquecer de Eriquinho, filho do coração, cuja amizade e leveza sempre estiveram presentes. O mesmo devo dizer do meu irmão, Juan Carlos, cujo suporte e orientações acadêmicas foram importantes para dar seguimento ao mestrado. Sem eles nada disto seria possível.

Quero agradecer também aos meus amigos, Jademilson e João Paulo, pela amizade, risos e bons momentos compartilhados ao longo deste percurso. A Rosiane, grande amiga e parceira de trabalho, pela sua generosidade e talento. A Anny e Jeanine pela alegria de sempre. A Alfredo e Nice por terem se tornado amigos tão especiais.

Um obrigado muito carinhoso ao meu professor e orientador, Angelo Brás Callou, cuja inteligência e “amor à arte” sempre me chamaram tanto a atenção. Devo dizer que ele me inspira a ser cada vez melhor e a superar meus limites. Sua generosidade, paciência e tranquilidade me ajudaram a concluir esta etapa.

O mesmo devo dizer da grande mestra, Salett Tauk Santos, figura humana ímpar, maternal, amiga e parceira. Presente em todas as horas. Também quero agradecer a professora Maria Luiza Pires, com quem tudo começou, pois foi ela que me aceitou como aluna especial e me introduziu ao mundo rural e seus nuances. Sempre prestativa e sábia. Excelente mestra e pessoa.

O que dizer de Laurineide, Bill, Clarice, Renata e Isabel? Acredito que algumas pessoas fazem a diferença neste mundo e, com certeza, eles são claros exemplos disso. Tenho grande admiração e respeito pelo trabalho realizado por eles à frente do Conselho Pastoral dos Pescadores. É incomparável e único e me faz ter esperança que um dia o mundo vai ser melhor.

Quero agradecer-los pela generosidade e carinho com que sempre fui tratada no Recanto do Pescador, onde passei dias inteiros vasculhando a biblioteca a procura de pistas que me ajudassem a explicar os movimentos sociais de pescadores. Laurineide e Bill, sempre humanos e prestativos, foram peças-chaves na compreensão dos problemas da categoria, seus conflitos e lutas. Muito obrigada a ambos mais uma vez!

Meu muito obrigado para os pescadores Joana Mousinho, Josefa Ferreira, Jorge da Praia, Toinho Pescador, Beto, José Carlos, Nega, Carlinhos e Mira Mousinho, que generosamente dividiram comigo um pouco de si e da vida na pesca. Sem a participação deles, esta pesquisa jamais teria sido possível, não só pelas entrevistas e momentos cedidos como também pelo exemplo de vida e luta por um mundo melhor.

Por último, mas não menos importante, o meu muito obrigado a Cristiano Ramalho. Mesmo sem termos contato contínuo, ele foi muito importante na realização desta pesquisa. Primeiro pelos excelentes estudos sobre os pescadores artesanais de Pernambuco que, de certa forma, embasaram e inspiraram este trabalho. E, segundo, pelo interesse, generosidade e torcida demonstrada toda vez que nos encontramos para trocar uma ideia.

RESUMO

O propósito deste estudo é caracterizar e analisar o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), entre 1990 e 2009, buscando entender as contribuições desse movimento social para o desenvolvimento local em comunidades pesqueiras de Pernambuco. Para tanto, insere-se o fenômeno no campo dos estudos das culturas tradicionais, a partir das concepções da antropologia econômica e social dos estudos de Diegues (1983, 1998, 2002). Ao defrontar-se com uma ampla gama de teorias de escolas americanas e européias, decidiu-se utilizar os estudos de Callou (1986, 1994), Gohn (2003, 2004), Sherer-Warren (1996), Silva (1988, 2004), Peruzzo (1998), Ramalho (1999, 2004), Rosenmann (2003) e Santos (2005) sobre movimentos sociais populares na América Latina e no Brasil. Optou-se ainda pelos referenciais teóricos apontados por Callou (2003, 2006, 2007), Franco (2006), Jara (2001), Matos (2005), Milani (2005), Oliveira (2001) e Tauk Santos (2000, 2003) para analisar o MONAPE, nos parâmetros do Desenvolvimento Local. Tendo em vista que os movimentos sociais de pescadores e o próprio MONAPE foram estudados por poucos autores, de forma dispersa no tempo e espaço geográfico, levou-se em consideração os relatos históricos de Callou (1986), Cardoso (2001), Diegues (1983, 1995), Silva (1988), Potiguar Júnior (2001), Ramalho (1999) e de outros documentos sobre a temática no Brasil. Tratar especificamente sobre o MONAPE também implicou percorrer um caminho composto por diversos momentos históricos, que influenciaram a vida dos pescadores artesanais e de toda a sociedade. Nesses termos, este trabalho faz uma contínua referência ao contexto sociopolítico e econômico no qual o MONAPE está inserido, enfatizando as políticas públicas na pesca e a Extensão Pesqueira. Configura-se um estudo de caso porque investiga um fenômeno contemporâneo da vida real (YIN, 2005), utilizando várias técnicas para facilitar a compreensão do objeto de estudo. Dentre elas, a revisão de documentos, material jornalístico e publicitário, produzidos pelo ou sobre o MONAPE. Outros instrumentos de pesquisa foram: participação em encontros de pescadores e seminários ligados ao setor pesqueiro, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com lideranças e assessores do referido movimento. A partir da análise qualitativa constatou-se que apesar do MONAPE contemplar diversas dimensões do desenvolvimento local, enfrenta uma crise sem precedentes, provocando uma contínua perda de representatividade junto aos pescadores artesanais brasileiros. As disputas de poder internas e as dificuldades de gestão e comunicação afetam, principalmente, o capital humano e social construído ao longo dos últimos 21 anos. Sem a “energia coletiva” dos pescadores artesanais é difícil garantir a sustentabilidade do MONAPE, cuja continuidade depende hoje de poucas lideranças.

Palavras-chave: MONAPE, movimentos sociais de pescadores artesanais, desenvolvimento local e estratégias de comunicação.

ABSTRACT

The purpose of this study is to characterize and analyse the National Movement of the Fishermen (MONAPE), between 1990 and 2009, seeking to understand the contributions of this social movement for the local development in fishing communities of Pernambuco. In order to do that, it inserts the phenomenon in the field of traditional culture studies, from conceptions of Diegues economical and social anthropology studies (1983, 1998, 2002). While facing a wide variety of theories of American and European schools, it decided to use the studies of Callou (1986, 1994), Gohn (2003, 2004), Sherer-Warren (1996), Silva (1988, 2004), Peruzzo (1998), Ramalho (1999, 2004), Rosenmann (2003) and Santos (2005) on social popular movements in Latin America and Brazil. There was made an option for the theoretical framework pointed by Callou (2003, 2006, 2007), Franco (2006), Jara (2001), Matos (2005), Milani (2005), Oliveira (2001) and Tauk Santos (2000, 2003) to analyse the MONAPE, in the parameters of Local Development. Having in mind that social movements of fishermen and the MONAPE itself were studied by a few authors, in a scattered way in time and geographical space, the historical reports of Callou (1986), Cardoso (2001), Diegues (1983, 1995), Silva (1988), Potiguar Júnior (2001), Ramalho (1999) and other documents about that theme in Brazil were taken in account. To deal specifically with the MONAPE also implicated to follow a path formed by several historical moments that influenced the life of fishermen and the whole society. On these terms, this work makes a continuous reference to the social, political and economic context in which the MONAPE is inserted, emphasizing public policies in the fishing field and Fishing Extension. It is a case study because it investigates a contemporary phenomenon of the real life (YIN, 2005), using several techniques to ease the understanding of the object of study. Among them, double-check of documents, journalistic and publicity material produced for or by the MONAPE. Other instruments of investigation were: participation in fishermen's meetings and seminars about the fishing area, semi-structured interviews and informal conversations with leaders and advisers of the above-mentioned movement. From the qualitative analysis it was noted that though the MONAPE contemplates several dimensions of local development, it faces an unprecedented crisis, causing a continuous loss of representativeness among brazilian fishermen. The internal competition of power and the difficulties of management and communication affect, mostly, the human and social capital built along the last 21 years. Without the “collective energy” of fishermen it is difficult to guarantee the sustainability of the MONAPE, which nowadays continues to depend on a few leaders.

Key words: MONAPE, social movements of fishermen, local development and communication strategies.

LISTA DE SIGLAS

AMONAPE – Associação Movimento Nacional dos Pescadores
ABC - Agência Brasileira de Cooperação Técnica
ABRAQ – Associação Brasileira de Aquicultura
ASPAM - Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
ATER – Apoio a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD - Banco Mundial
BMZ - Ministério da Cooperação Técnica e Econômica
BNE - Banco do Nordeste
CAPAB - Centro de Apoio ao Pescador Artesanal do Brasil
CCFD - Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento
CCMAPC - Comitê Comunitário de Meio Ambiente de Ponte dos Carvalhos
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPENE - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste
CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina
CIPOMA – Companhia Independência de Policiamento ao Meio Ambiente
CISP - Comitê Internacional para o Desenvolvimento dos Povos
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNP - Confederação Nacional dos Pescadores
CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CONABIO – Comissão Nacional De Biodiversidade
CONAPE – Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores
CPRH – Agência Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCP - Divisão de Caça e Pesca
DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FEPEPE – Federação dos Pescadores do Estado de Pernambuco
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GMBH - Deutsche Gesellschaft fuer Tecnishe Zuzammenarbeit
GT – Grupo de Trabalho
GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia
GTN – Grupo de Trabalho Nacional
GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICCO - Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento
INBRAPE – Indústria Brasileira de Pesca
IRPESA – Indústrias Reunidas da Pesca
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOCEMA - Movimento dos Pescadores do Maranhão
MOCEPI – Movimento dos Pescadores do Ceará
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Pará
MOPEPI - Movimento dos Pescadores do Piauí
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPEG - Museu Paranaense Emílio Goeldi
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PESCART - Plano de Assistência à Pesca Artesanal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Rural Familiar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Pernambuco
PT – Partido dos Trabalhadores

RECOPADES - Red de Comunidades de Pescadores Artesanales para el Desarrollo Sostenible

RESEX – Reserva Extrativista

SEAP/PR – Secretaria de Aquicultura e Pesca / Presidência da República

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SERASA – Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPC – Sistema de Proteção ao Crédito

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SUMÁRIO	12
INTRODUÇÃO	13
O PROBLEMA, SUA ORIGEM E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	13
O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	28
CAPÍTULO I	33
ASPECTOS TEÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESCADORES E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	33
1.1 Pescadores artesanais: uma cultura tradicional.....	33
1.2 Movimentos sociais de pescadores: reflexões teóricas.....	37
1.3 Extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento local.....	47
CAPÍTULO II	59
RETROSPECTIVA HISTÓRICA DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESCADORES NO BRASIL.....	59

2.1	Origens e trajetória dos pescadores artesanais: da Colônia ao Império	59
2.2	Nacionalizar e modernizar: da Missão do Cruzador “José Bonifácio” ao Plano de Assistência à Pesca Artesanal.....	62
2.3	Do combate a poluição das águas ao Movimento “O Leme”	69
	CAPÍTULO III	74
	PESCA ARTESANAL E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.....	74
3.1	O setor pesqueiro e a importância da pesca artesanal em Pernambuco.....	74
3.2	O processo de redemocratização: da Constituinte da Pesca ao MONAPE.....	80
	CAPÍTULO IV.....	85
	MONAPE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS ANOS 1990.....	85
4.1	Organização, mobilização e ecologismo social.....	85
4.2	O Movimento Social dos Pescadores em Pernambuco.....	89
4.3	Capital humano e social em comunidades pesqueiras.....	97
4.4	Legitimidade e ampliação do debate.....	104
4.5	Novas demandas e frentes de atuação.....	109
4.6	Estratégias de comunicação de massa e dirigida.....	119
4.7	Políticas na pesca e Extensão Pesqueira.....	124
4.8	Mídia: a grande aliada.....	131
	CAPÍTULO V	138
	MONAPE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO SÉCULO XXI.....	138
5.1	AMONAPE: nasce uma associação.....	138
5.2	Representatividade em crise	143
5.3	A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca entra em cena.....	149
5.4	A Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras: renovação ou ruptura?... ..	156
5.5	A retomada do MONAPE: crise e incredulidade.....	159
5.6	A comissão estadual e as questões ligadas à pesca.....	167
	CONCLUSÃO.....	176
	REFERÊNCIAS.....	187
	ANEXOS.....	197

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA, SUA ORIGEM E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo desta dissertação é caracterizar e analisar o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), entre 1990 e 2009. Particularmente, busca-se entender as contribuições desse movimento social para o desenvolvimento local em comunidades pesqueiras de Pernambuco.

Os estudos sobre movimentos sociais adquiriram relevância nas décadas de 1970/80 no Brasil e em muitos outros países, sendo um dos objetos privilegiados pela pesquisa social e política desse período (GOHN; SHERER-WARREN, 2003, 2004, 1996).

No caso brasileiro, esse destaque se devia, principalmente, à importância que os movimentos sociais adquiriram na luta pela redemocratização do país, após o golpe militar de 1964¹. Tratava-se de fenômenos históricos concretos e plausíveis de estudo e observação, tendo o Brasil, segundo Gohn (2004), o maior número de movimentos sociais das três últimas décadas do século XX.

Grande parte dos estudos da década de 1970 utilizava uma abordagem teórico-marxista para interpretá-los, enfatizando os processos de mudança social, mas sem considerar os processos institucionais de relação com o Estado, partidos, sindicatos e estruturas de poder (HARPER apud GOHN, 2004).

Para Sherer-Warren (1996, p. 14-15), a teoria social latino-americana da ação coletiva e do conflito – de linha marxista – concebia o real como totalidade, isto é, de forma macroestrutural. “Há um sujeito privilegiado ao qual se atribui [...] a missão da transformação histórica – a classe, determinada a partir da sua condição objetiva no processo produtivo”. Em linhas gerais, esse paradigma² enfatiza as análises nos condicionamentos macroestruturais das classes sociais, concebendo o operariado como único sujeito histórico capaz de gerar um sistema marcado pela equidade econômica e social.

Já nos anos 1980, priorizavam-se os estudos das micro transformações, mediante considerações “do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil,

¹ Considera-se aqui como “redemocratização” o conceito de Matos (2000) para quem esse período histórico engloba os últimos passos da ditadura militar, o processo de transição democrática e a atual retomada da democracia representativa.

² Para Gohn (2004) paradigma é um conjunto explicativo no qual se encontram teorias, conceitos e categorias, de forma que é possível afirmar que o paradigma X constrói uma interpretação Y, sobre determinado processo da realidade social.

das lutas de classe para os movimentos sociais” (SHERER-WARREN, 1996, p. 15). Exemplo disso é o francês Alain Touraine, que propunha o estudo das *ações* de classe, no lugar de analisar as condições objetivas de classe, enfatizando apenas a estrutura econômica. Nele, o determinismo econômico cedeu lugar a uma diversidade de elementos para estudar os movimentos sociais.

Por sua vez, o espanhol Manuel Castells situava a análise das relações de produção nas relações de reprodução, ou seja, nas “lutas e reivindicações em torno dos bens e equipamentos de consumo coletivo” (SHERER-WARREN, 1996, p. 16) e seus referenciais teóricos sobre lutas urbanas na Europa foram amplamente utilizados na análise de movimentos sociais na América Latina.

A partir dessas informações e influências advindas da Europa, as posturas teórico-metodológicas para analisar os movimentos sociais latino-americanos foram híbridas. Segundo Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003, 2004) em muitos trabalhos faltavam referenciais teóricos. Outros usavam excessivamente teorias importadas da Europa ou dos Estados Unidos, cuja realidade socioeconômica e político-cultural era diferente da brasileira. De acordo com Gohn (2003), o paradigma europeu reinava nas análises brasileiras e latino-americanas dos anos 1980, dividido em correntes teóricas de ordem marxista-estruturalista e nos “Novos Movimentos Sociais” em suas diversas versões.

Os estudos sobre os movimentos sociais de pescadores no Brasil vieram, igualmente, na esteira dos processos de redemocratização do país. Até o início dos anos de 1980, havia um silêncio generalizado sobre o tema nas ciências humanas, conforme atesta Ramalho (1999, p. 6): “raríssimas obras [...] detiveram-se em estudar com maior profundidade o aspecto da mobilização política dos pescadores e pescadeiras³ em sua luta pela melhoria na qualidade de vida”. Mais adiante, o autor reforça que a pesca artesanal ainda não foi “devidamente percebida e valorizada pelos estudos científicos da área das Ciências Sociais”.

Um dos primeiros estudos que procurou identificar e caracterizar os movimentos sociais de pescadores em Pernambuco foi desenvolvido por Callou (1986), considerando o período de 1920 a 1983. Esse pesquisador parte da metodologia proposta por Manuel Castells que, embora fosse utilizada para movimentos sociais urbanos europeus, lhe permitiu, à época, compreender os movimentos sociais dos pescadores a partir da observação concreta de sua forma, organização e de suas ações, contemplando três categorias de análise: configuração

³ No Nordeste do Brasil, as mulheres que realizam atividades de coleta de sargação, caranguejos, ostras etc., isto é, as mulheres marisqueiras que pescam camarão na lagoa e aquelas que fazem a pequena pesca, muitas vezes, se definem como *pescadeiras*. Essa atividade de mulheres no mar revela uma pesca feminina. Cf. CALLOU, 1986; MOTTA-MAUÉS, 1999.

geral do movimento, dinâmica da mobilização e resultados alcançados. A partir desse marco teórico-metodológico, Callou (1986) identifica, caracteriza e aponta as prováveis causas estruturais que geraram os movimentos sociais de pescadores nos três períodos estudados⁴.

As conclusões desse estudo giram em torno do crescimento quantitativo (número de ocorrências) e qualitativo (tipo de pressões) dos movimentos sociais de pescadores. Isso, segundo Callou (1986, p. 209-210), indicou “um certo crescimento de consciência dos pescadores em relação à realidade em que viviam”. Mas, quando analisa os resultados alcançados, chega à conclusão de que essa evolução é inexpressiva “uma vez que praticamente todas as reivindicações, quando não negadas, foram atendidas parcialmente”.

Callou (1986, p. 210) chama a atenção, ainda, para a forte influência “ideológica” exercida tanto pelo Estado, por meio da ação da Marinha, quanto pelo movimento das Ligas Camponesas⁵ e pela Igreja Católica, através do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP⁶, os quais “serviram prioritariamente a objetivos militares, políticos e religiosos”, respectivamente. Em síntese, ele afirma que os movimentos identificados no seu trabalho caracterizam-se da seguinte forma:

Evolução quantitativa, poucos alcances nas reivindicações, absorção de influências ‘ideológicas’, desamparo político, baixo afluência de lideranças, pouca interação com outros movimentos sociais e ações centralizadas contra o Estado (CALLOU, 1986, p. 210).

Com relação às causas que geraram os movimentos sociais de pescadores em Pernambuco - retomadas em *A Voz do Mar: Construção Simbólica dos Pescadores Brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)* -, Callou (1986) aponta: 1) o acirramento das contradições do setor da produção da pesca no Estado e 2) os acontecimentos sociopolíticos de ordem conjuntural. O autor assinala ainda três situações que configuraram essas contradições:

⁴ Callou (1986) discorre sobre a nacionalização da pesca e a luta dos pescadores (1920-1954); os pescadores e as Ligas Camponesas (1955-1964); o trabalho da igreja nas comunidades pesqueiras e o movimento “O Leme” (1968-1983), no qual insere os movimentos pela melhoria da previdência social, pela posse da terra, pela conquista das diretorias das colônias e contra a poluição dos recursos hídricos.

⁵ Criadas em 1955, as Ligas Camponesas do Brasil eram um movimento social camponês que lutava, nos anos 50/60, pela reforma agrária e implementação de direitos sociais para os trabalhadores rurais. Nessa conjuntura, ampliaram-se os sindicatos rurais e as associações. Sobre isso ler: AQUINO, R. [et al.], 2000, p. 588 - 592.

⁶ A ala progressista da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, criou em Pernambuco o Conselho Pastoral dos Pescadores (na época denominada Comissão Pastoral da Pesca), órgão ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que desenvolveu um papel significativo e primordial na organização da classe e na orientação política do movimento de pescadores, a partir da década de 1960. Sobre isso ler Callou (1986); Diegues (1995); Ramalho (1999); Silva (1988, 2004).

Pela concorrência imposta à pesca artesanal com a implantação da indústria atuneira no Estado, pela relação capital e trabalho assalariado nessa própria indústria, como pelos reflexos da expansão urbano-industrial a contar da década de sessenta [...] pela efervescência sociopolítica da ‘Revolução de 30’, pelo avanço das mobilizações populares de 1955 a 1964, e pela atuação da Igreja medeliana nas comunidades de pesca (CALLOU, 1986, p. 211).

A partir dos resultados dessa investigação, o autor sugere que os pescadores internalizem um comportamento político para elevar seu nível de organização até assegurar “seu espaço na sociedade”. Sugere ainda, que a solução mais coerente para tanto seria “a ação de um partido político” e o desenvolvimento de ações públicas no campo da Extensão Pesqueira como possíveis ferramentas para viabilizar essa alternativa.

Outro estudo preocupado em revelar os movimentos sociais de pescadores no período de redemocratização do país foi organizado por Silva (1988), intitulado *Os pescadores na história do Brasil*. Encomendado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, o livro sistematiza um conjunto de informações sobre a trajetória dos pescadores artesanais no Brasil Colônia e no Brasil Império. A finalidade é expor “por que transformações passaram os pescadores artesanais [...] para viverem a situação marginal em que se encontram, superexplorados economicamente e supertutelados politicamente em suas colônias” (SILVA, 1988, p. 23). O autor também discorre sobre os aspectos políticos ligados à participação dos pescadores em “movimentos sociais de massa” ocorridos nos períodos estudados.

Para Silva (1988), as origens históricas da categoria se confundem com as de outros grupos socialmente sufocados, oprimidos e silenciados, a exemplo de escravos africanos, índios, camponeses e operários. O autor alia esse argumento às inúmeras intervenções que os pescadores sofreram ao longo do tempo por parte do Estado, no que se refere à sua organização como categoria sócio-profissional. Desse modo, ele assinala as relações dos pescadores com a sociedade e com os diferentes tipos de Estado que regeram o Brasil, como as principais causas da desarticulação da categoria e da subordinação à qual os pescadores foram e são submetidos.

Dentre os fatores que Silva (1988, p. 193) pontua como empecilhos na construção e formação de uma consciência específica da profissão pesqueira, entre os pescadores artesanais, estão: a natureza militar da regulamentação da profissão e, ainda, as precárias condições de vida e trabalho ao longo da história. A esse respeito, ele sintetiza:

Ao lado de outras categorias sócio-profissionais egressas do escravismo, do trabalho compulsório, os pescadores artesanais constituíram um grupo social distinto específico, que se desenvolveu apoiado na tradição constantemente transmitida das técnicas da pesca, dos tipos de embarcações, das formas de consciência, do imaginário bem próprio do trabalho pesqueiro (SILVA, 1988, p. 191).

Embora enfrentassem monopólios opressivos e sofressem uma exploração brutal de sua força de trabalho, paradoxalmente, os pescadores defenderam os pontos de vista políticos das classes dominantes, sendo importantes agentes nos principais movimentos sociais dos períodos estudados por Silva (1988)⁷. No entanto, sua participação nesses conflitos armados se consolidou, mais tarde, como uma base sólida quando eles “passaram a encarar a sua realidade e a realidade circundante, não a partir dos pontos de vista políticos das classes dominantes, mas a partir dos seus próprios” (SILVA, 1988, p. 75). Nesse sentido, Silva observa que a luta dos pescadores contra as injustiças cometidas pelo Estado é marcada por uma resistência silenciosa:

Ouvindo o silêncio dos relatórios, podemos afirmar que os pescadores, particularmente lutaram espetacularmente contra o Estado [...]. As omissões, fugas, deserções, ora das matrículas, ora dos recrutamentos, por parte dos pescadores, representam esta luta muda, silenciosa [...] contra uma regulamentação da profissão imposta contra as suas formas de viver e produzir o necessário para sua sobrevivência (SILVA, 1988, p. 144-145).

Diegues (1995) também observa que, além de participarem de vários movimentos no período colonial e no Império, os pescadores tiveram um papel importante no processo de libertação dos escravos. Portanto, não devem ser vistos historicamente como comunidades isoladas, nem serem alvo de preconceito por parte dos órgãos de administração pública, do meio urbano e da própria mídia⁸, que muitas vezes os enxergam e categorizam como um setor marginal, atrasado, uma peça do folclore nacional (DIEGUES; GUARDA; JC ONLINE, 1985, 2008, jan, 2008).

Na realidade, segundo Diegues (1985, p. 1), essa visão não passa de um mito, pois os pescadores sempre desempenharam um papel fundamental na produção pesqueira do Brasil, ligada diretamente ao mercado e à pesca empresarial capitalista. A pesca artesanal é, assim, uma atividade que “não é nem marginal nem folclórica, mas sim dependente, com seus produtores explorados e carentes do apoio que se deu tão fartamente à pesca empresarial-capitalista”.

⁷ Silva (1988) destaca que os pescadores foram importantes atores em movimentos sociais da sociedade escravista-colonial, a exemplo da guerra do açúcar, a guerra contra os holandeses e a guerra da independência da Bahia. Já no Brasil Império, essa participação se restringe a dois grandes movimentos: a Cabanagem do Pará e o processo de abolição dos escravos no Ceará. Devido aos seus exímios conhecimentos de navegação, os pescadores determinaram os resultados desses conflitos.

⁸ A palavra *mídia* vem do latim *medium* e nada mais é que a forma adaptada da palavra “média”, que significa meio de comunicação. No vocabulário português virou Mídia, como sinônimo de meios de comunicação de massa impressos, eletrônicos ou digitais.

Os estudos desenvolvidos por Callou (1986, 1994), Diegues (1983, 1995) e Silva (1988, 2004) evidenciam que a situação contingente dos pescadores artesanais resulta tanto das condições históricas e políticas do país, quanto da convivência da categoria com um Estado que se mostrou opressivo e desagregador durante muito tempo. Em seus estudos, esses autores enfatizam as diversas motivações que levaram os pescadores artesanais pernambucanos a se mobilizarem com maior intensidade, a partir da década de 1960.

Callou (1986), por exemplo, considera que o estopim da insatisfação, de início, foram os problemas causados pela poluição ambiental gerada pelas indústrias (destilarias de usinas e outras fábricas), que ganharam uma dimensão maior junto aos pescadores, pois afetavam diretamente seu trabalho e modo de vida.

Com o surgimento e mediação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o escopo dessas demandas foi ampliado e intensificado, nas décadas de 1970/80. Fato que, segundo Callou (1986) e Silva (2004), constitui uma forte particularidade local, pois levou os pescadores pernambucanos a reivindicarem direitos previdenciários específicos para a categoria, a lutar contra a expulsão das praias, fomentada pela própria Marinha, através da Capitania dos Portos e de proprietários de terras, e pela falta de representatividade política das colônias de pesca que, na época, estavam tomadas por pessoas alheias à atividade pesqueira e aos interesses da categoria. Também reclamavam do alto preço dos insumos, do baixo preço do pescado pago pelos intermediários e da falta de linhas de crédito para a pesca artesanal.

Entretanto, frente às transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas, com maior intensidade e abrangência no Brasil, a partir dos anos 1990, com os processos de globalizações⁹, pressupõe-se que outros fatores estão em cena quando se pretende estudar os movimentos sociais contemporâneos na pesca. Embora os problemas decorrentes da pobreza e falta de acesso dos pescadores aos equipamentos coletivos¹⁰ continuem colocando os conflitos econômicos na ordem do dia, há outras demandas em jogo.

Mesmo um estudo mais recente sobre *Pescadores Artesanais e o Poder Público*, realizado por Ramalho (1999) na colônia de pesca Z-10, no município de Itapissuma (PE), dá pouca relevância ao momento histórico do país que, no final da década de 1990, sofria o impacto avassalador da globalização e de suas políticas econômicas neoliberais, confrontando os movimentos sociais de pescadores com uma nova realidade. A importância dessa pesquisa,

⁹ Santos (apud ALVES, 2009) diz que não há globalização e sim globalizações. O autor identifica quatro processos: globalização econômica e neoliberalismo; globalização social e as desigualdades, globalização política e o Estado-nação, além da globalização cultural ou cultura global.

¹⁰ Segundo Gohn (2003), os equipamentos coletivos englobam bens e serviços materiais necessários a sobrevivência cotidiana, tais como escola, saúde, transporte, lazer etc.

porém, está em refletir sobre as relações de poder existentes entre o Estado e as colônias de pesca, como órgãos representativos dos pescadores artesanais. Para o autor, essas relações de poder sempre foram o estopim para o levante ou a insurgência de movimentos sociais de pescadores no século XX.

Além disso, Ramalho (1999) revela novos aspectos da participação dos pescadores e pescadoras nos movimentos sociais que, no caso estudado, deram sinais de uma nova postura política, mais preocupada em assegurar direitos sociais existentes ou a serem adquiridos, do que em se envolver em esquemas de políticas populistas, de jogo de favores e relações clientelistas.

Na realidade, essa atitude política dos pescadores artesanais começa, segundo Ramalho (1999), a ser definida em 1988, com o movimento Constituinte da Pesca, que se articulou principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Com a participação de pescadores e lideranças, o movimento buscava a autonomia política e sindical, além de incentivar a campanha para a elaboração da Constituição Federal Brasileira.

Como resultado dessa intensa mobilização, os pescadores artesanais conquistaram, no artigo 8º da Constituição - que trata sobre a livre associação profissional ou sindical - sua liberdade organizativa e autônoma, equiparando-se aos sindicatos e às próprias colônias de pescadores. Dessas ações nasceu o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), em 1988, no Recife-PE (POTIGUAR JUNIOR; RAMALHO, 2007, 1999)

Embora contestado por dirigentes de colônias e federações do Sul e Sudeste do país, que não consideravam as colônias como órgãos representativos da categoria, o MONAPE estendeu suas bases de atuação às representações estaduais, principalmente no Norte e Nordeste. Seus objetivos centravam-se na busca da credibilidade dos pescadores, dando continuidade às conquistas das suas estruturas oficiais de representação, fortalecendo suas organizações, assegurando a autonomia política e econômica, a luta por melhores condições de vida e trabalho - contemplando a preservação do meio ambiente - além da inserção da mulher no processo de organização social e política (RAMALHO, 1999).

Com o reconhecimento do Estado da liberdade de atuação das Colônias de Pesca frente à categoria e ao poder público, os movimentos sociais de pescadores – inclusive o MONAPE - passaram a conviver com uma nova realidade, com novas relações de poder tanto frente ao governo como junto à própria base. Tratava-se, segundo Ramalho (1999, p. 53-54) de “estruturas de desigualdade / dominação” ligadas à produção e comercialização do pescado, além de dificuldades relativas à institucionalização da participação política dos

pescadores, levando o movimento social de pescadores “para uma situação de refluxo e imobilidade”.

Esses fatores da cena local também se relacionam com a nova ordem global, ao se estudar movimentos sociais de pescadores nos últimos vinte anos. Consequentemente, deve-se ter em mente a hegemonia de políticas neoliberais, responsáveis pelo redimensionamento do papel do Estado, pela abertura dos mercados, descentralização política e desformalização das relações de trabalho, entre outras circunstâncias e elementos, a exemplo da expansão de tecnologias eletrônicas e informacionais, que também incidem na vida dos pescadores artesanais (CARVALHO e CALLOU, 2007).

Os impactos desses processos se refletiram, inicialmente, no fechamento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1989, e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1990. Apesar de todas as críticas formuladas às políticas públicas da SUDEPE, na medida em que se voltou para a modernização da pesca artesanal a mesma representou um importante vetor para o desenvolvimento do setor pesqueiro, pois contava com um serviço de apoio às comunidades de pesca por meio da Extensão Pesqueira. Com o seu fim, ocorreu uma drástica diminuição das políticas públicas para a pesca e, por conseguinte, dos serviços de Extensão Pesqueira, causando prejuízos aos pescadores artesanais e suas comunidades (CARVALHO e CALLOU, 2007).

Como caracterizam Carvalho e Callou (2007), tratava-se nitidamente de um afastamento do Estado das questões de pesca, resultante das políticas do Estado mínimo na vida social brasileira. Relegada a um segundo plano, no âmbito das políticas públicas, a Extensão Pesqueira enfrentou na década de 1990 uma profunda crise e ficou praticamente estagnada (CALLOU e TAUKE SANTOS; CARVALHO e CALLOU, 2003, 2007).

Somente catorze anos depois, em 2003, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cujo eixo central é o apoio à pesca artesanal, pregando uma política pesqueira norteada pela produção sustentável do pescado para enfrentar a desigualdade social com crescimento, emprego e renda.

A perspectiva do desenvolvimento local está na pauta da SEAP, na medida em que estimula a realização de parcerias institucionais, o associativismo e o cooperativismo (CARVALHO e CALLOU, 2007). Além disso, assume “a missão de promover o desenvolvimento sustentável articulando atores e ações, estimulando a produção, promovendo

a inclusão e contribuindo com a segurança alimentar e crescimento do Brasil” (BRASIL, 2003, n.p).

Assim, a concepção de desenvolvimento local (res)surge no âmbito da Extensão Pesqueira atrelada à concepção de Estado mínimo, que Carvalho e Callou (2007) denominam de “Estado Social Inteligente”, citando Klinksberg. Para este autor, o Estado social inteligente é aquele que realiza profundas reformas na máquina estatal, para oferecer serviços públicos para todos. Além disso, possui institucionalidade social forte e eficiente, baseada em um sistema de informação para planejar e controlar as políticas sociais. Fomenta ainda a articulação interorganizacional, descentralização, participação das comunidades, redes intersociais e transparências. Enfim, um Estado focado na gerência social (KLINGSBERG apud CARVALHO e CALLOU, 2007).

Nesse sentido, a Extensão Pesqueira para o desenvolvimento local configura-se como estratégia para apoiar os atores sociais desfavorecidos e “as políticas públicas que [dela] decorrem perdem a dimensão nacional para se vincular a dimensão territorial local, privilegiando as potencialidades econômicas e capacidades endógenas das comunidades” (JARA apud CARVALHO e CALLOU, 2007, p. 67, interpolação nossa).

Gohn (2003, p. 34), entretanto, tem uma visão crítica sobre essa nova forma de atuação do Estado, que busca ser um Estado Indutor (CARVALHO e CALLOU, 2007), se afastando, como afirmam Rodrigues e Callou (2002, p. 3), do Estado provedor para se aproximar “do Estado regulador, facilitar e fiscalizador, conforme orienta a política do Banco Mundial”, promovendo iniciativas e estimulando parcerias para o desenvolvimento local.

A máquina estatal transfere parte de suas atribuições e responsabilidades para o terceiro setor e a iniciativa privada. Essa postura política acaba dando “grande ênfase ao mercado informal de trabalho e uma redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social” (GOHN, 2003, p. 34-35). Desta forma, as relações foram invertidas, pois o informal passou a ser visto como plataforma para a retomada do crescimento econômico e, por isso, como estratégia de desenvolvimento de capacidades humanas. Nesse sentido, a autora argumenta:

O padrão de desenvolvimento que se instaura legitima a exclusão como uma forma de integração. Passa a ser a exclusão integradora, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico a partir da redefinição dos autores sociopolíticos em cena. (GOHN, 2003, p. 35).

Os serviços públicos de Extensão Pesqueira estão atrelados a essa nova postura do Estado que se apropria do discurso de desenvolvimento local sustentável, focado na criação de políticas de assistência técnica e Extensão Pesqueira em parceria com estados, municípios e outras entidades. A finalidade é promover iniciativas que considerem “a família do pescador e do aquicultor e suas organizações, visando à inclusão social e à qualidade de vida, adotando princípios de conservação, gestão ambiental e de pesca responsável” (BRASIL apud CARVALHO e CALLOU, 2008, p. 67).

Como Estado mínimo, a SEAP/PR demanda uma sociedade cível forte e pró-ativa. Daí o chamamento à participação dos pescadores artesanais na vida pública. Exemplo disso são as duas Conferências Nacionais da Pesca e Aquicultura, realizadas em 2003 e 2006, respectivamente, que foram fruto de conferências municipais, regionais e estaduais, chegando a envolver cerca de 30 mil pessoas (BRASIL, 2006). Estudos recentes revelam a fragilidade desse discurso governamental acerca do debate democrático que, embora pregue o envolvimento e a participação dos pescadores na elaboração das políticas públicas para a pesca e aquicultura, na prática tem se revelado vertical e impositivo (FOX e SILVA, 2008).

No entanto, parece inegável que a recente conjuntura política vem de alguma forma, possibilitando aos movimentos sociais de pescadores darem alguns saltos quantitativos e qualitativos. Sem querer superestimar o poder do alcance político desses movimentos, vale salientar que, com relação ao primeiro parâmetro, dados coletados na pesquisa exploratória deste estudo evidenciaram que houve uma proliferação de movimentos sociais de pescadores em Pernambuco, a partir de 2003.

Com relação à qualidade dessas ações sociais, outros dados apontam para avanços em termos de reorganização e rearticulação da base da categoria que parece mostrar maior interesse e engajamento na luta em nível nacional. Essa conjuntura pode ser motivada pelas contradições entre o discurso e a prática do Estado, provocando descontentamento e levando os pescadores a se organizarem para reivindicarem seus direitos. Ou, ainda, pela própria mobilização e expectativa gerada pelo Estado que, desde 2003, vem dando destaque ao setor pesqueiro nacional, inclusive com a criação da SEAP.

O exemplo mais recente dessa rearticulação dos pescadores artesanais é a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, realizada entre 28 e 30 de setembro de 2009, em Brasília. Pela primeira vez, desde a década de 1980, cerca de 1.000 pescadores e pescadoras de todo o país se organizaram em torno de um grande acampamento, que teve programação paralela e extra-oficial à 3ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, realizada pelo recém-formado Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no mesmo período.

O evento demonstra que, apesar das iniciativas do Estado brasileiro e do amplo debate gerado por elas, os pescadores artesanais dão claros sinais de descontentamento. Isso pode significar que, embora o Estado tenha se diluído em grande medida como inimigo histórico, chegando a virar até parceiro, os pescadores artesanais estão adotando uma postura política dissidente, tentando construir uma categoria formada por indivíduos autônomos, críticos e reflexivos - afastada, portanto, do indivíduo massa. Trata-se, assim, de uma aquisição de cidadania por meio do conflito, no sentido atribuído por Oliveira (2001), para quem:

A primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de 'governo local' e ela aparece como um resgate da *ágora* grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

Embora a perspectiva do desenvolvimento local no âmbito da Extensão Pesqueira já venha sendo discutida desde meados dos anos 1990 (TAUK SANTOS e CALLOU, 1995), ainda não se tem conhecimento empírico das implicações de movimentos sociais de pescadores no desenvolvimento de comunidades pesqueiras tradicionais. Nesse sentido, esta pesquisa investiga se, durante 19 anos de existência, o Movimento Nacional dos Pescadores contribuiu para o desenvolvimento de comunidades pesqueiras de Pernambuco.

Considera-se essa informação fundamental na elaboração de políticas públicas para a pesca artesanal que, de fato, atendam a visão do desenvolvimento local como um processo de mobilização dos pescadores artesanais que, como sujeitos, devem participar ativamente na construção de melhores condições de vida, visando o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, nos moldes apontados por Franco (2006, n.p): “O desenvolvimento local é uma proposta que comove e mobiliza as pessoas que querem fazer alguma coisa concreta para melhorar as condições de vida e convivência social do lugar onde moram ou trabalham. É um projeto que está ao alcance das pessoas comuns”.

A mais recente prática da Extensão Pesqueira vem atrelada à questão do Estado mínimo¹¹, estimulando as comunidades de pescadores artesanais a se organizarem para que,

¹¹ Autores como Boito Jr (2003); Marques e Mendes (2006) consideram que, do ponto de vista de classe, o governo Lula é um governo burguês, cuja direção é composta tanto por antigos líderes sindicais e intelectuais vinculados ao PT, como os mais convictos neoliberais. A construção de uma amálgama entre governo, partido e sindicato, atende a vontade política em cumprir os compromissos assumidos, em particular de completar a agenda do FMI e do Banco Mundial. O governo Lula não só mantém os pilares do modelo capitalista neoliberal, como aprofunda alguns de seus aspectos: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Paralelamente e através da implementação de programas (assistencialistas) de transferência de renda, o governo Lula lança as bases de um novo tipo de apoio, assentado no segmento de mais baixa renda do país. A relação que estabelece com esse segmento constitui a base de um “novo populismo”.

em conjunto com seus órgãos de representação, participem de ações que promovam o desenvolvimento local. Tais prerrogativas vêm na esteira da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que visa “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável”, colocando no mesmo patamar atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras e de extrativismo, “tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (BRASIL apud CALLOU, 2007, p. 180).

Na perspectiva do desenvolvimento local, considera-se importante avaliar se os métodos de organização do Movimento Nacional dos Pescadores constroem autonomia e fomentam iniciativas locais, na forma sugerida por Matos (2005, n.p), isto é, fortalecendo “a organização da comunidade local, sem interferir nas decisões, contribuindo apenas como facilitador dos processos”.

Também interessa saber se as estratégias de comunicação do MONAPE mobilizam e incentivam a participação dos pescadores artesanais. Se articulam o MONAPE para estabelecer parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, universidades, pequenos e médios empresários, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores de administração governamental, mídia, igrejas, partidos, sindicatos, além de outros movimentos sociais. Se promovem o diálogo dos pescadores com demais atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no movimento.

É importante ainda observar se essas estratégias levam os pescadores a reivindicarem uma participação efetiva na elaboração, implementação e controle de políticas para o setor pesqueiro em geral, pois, segundo Gohn (2004), a força social que os movimentos sociais podem alcançar está diretamente relacionada a essas ações. Ou seja, é necessário entender se as estratégias de comunicação do MONAPE se articulam *com* ou *contra* outras forças institucionalizadas, inclusive porque essa interdependência de outros atores sociais o convoca a se relacionar e integrar tanto interna quanto externamente. E isto, segundo Kunsch (2003), só é possível por meio da comunicação.

Além disso, interessa analisar se o MONAPE usa as mesmas estratégias de comunicação do passado ou se formulou novas formas de negociação entre seus integrantes e destes com outros agentes externos. Isso porque, em projetos de mobilização social contemporâneos, a comunicação “assume funções específicas, a fim de dinamizar a mobilização e potencializar os movimentos para que estes não se transformem em simples sequências de ações e reações desarticuladas de pouca representatividade” (CASTELLS apud HENRIQUES et al, 2007, p. 20).

Em suma, procura-se saber se as estratégias de comunicação do MONAPE sinalizam a favor ou caminham na contramão do desenvolvimento local que, neste trabalho, pressupõe tanto a formação de uma rede de relações quanto a participação cidadã dos pescadores a qual, segundo Oliveira (2001, p. 13, interpolação nossa) refere-se à “capacidade efetiva de participação da cidadania, fazendo com que o governo possa [de fato] estar ao alcance das mãos [das pessoas]”. Ou seja, trata-se de uma visão diferente da neoliberal, na qual a cidadania equivale ao não conflito, à harmonia, à paz social.

Vale destacar que a noção de participação incorporada nesta pesquisa se refere ao ato de escolha livre e espontânea dos pescadores artesanais, os quais podem participar ou não dos movimentos sociais aos quais são convocados. Afinal, estes “só são possíveis quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou mesmo a sociedade se mobiliza, participa, decide e age com um objetivo comum, buscando resultados decididos e desejados por todos os envolvidos” (TORO e WERNECK, 2007, p. 13).

Desse modo, o conceito de desenvolvimento local que se deseja para estudar o MONAPE é aquele que dê conta da complexidade que se configura em meio ao conflito entre os diversos atores sociais (OLIVEIRA, 2001). Em especial, perante os processos de globalização e midiaticização da sociedade, os quais devem ser enfrentados de forma crítica. Nesse sentido, entende-se o desenvolvimento local como uma “tendência contrária aos processos dominantes” (OLIVEIRA, 2001, p. 19), fugindo da conceituação apaziguadora na qual a sociedade civil é tida como o lugar do não conflito, da *concertação* acrítica. É, portanto, nessa perspectiva que se pretende estudar o MONAPE.

Para tanto, considera-se que no desenvolvimento local existe uma interdependência entre “os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global)” (MILANI, 2005, p. 2-3). E ainda que, embora seja fundamental pensar o desenvolvimento local como projeto integrado ao mercado, ele também deve ser concebido como “fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural” (MILANI, 2005, p. 3).

Isso significa que no campo dos movimentos sociais definidos por Gohn (2003, p. 13) como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”, o desenvolvimento local adquire o sentido de teia de relações tramadas por pessoas e suas inter-relações, permitindo

que o movimento funcione como uma “Entidade Viva” ou um “Ser Social” (JACOBS e FUKAYAMA apud FRANCO, 2001).

Acredita-se que aquilo que garante o caráter dialógico e, conseqüentemente, participativo de uma mobilização social é a sua própria filosofia. Assim, as estratégias de negociação dessas manifestações pressupõem uma comunicação democrática que, tanto interna como externamente, convoque os diversos atores à participação cidadã para o desenvolvimento local. Isso não significa, porém, que esse conceito se transforme “num emplastro capaz de resolver os problemas sociais numa perspectiva harmônica. [Ao contrário], o desafio do desenvolvimento local é dar conta dessa complexidade e não voltar as costas para ela” (OLIVEIRA apud CALLOU, 2007, p. 178, interpolação nossa).

Tal como Toro e Werneck (2007, p. 37), considera-se que a mobilização exige criação, circulação e compartilhamento de informações e sentidos. Isso só é possível por meio de estratégias comunicacionais ancoradas num horizonte comum, ou seja, num “imaginário convocante que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização, tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar paixão” (TORO e WERNECK, 2007, p. 37). Essas premissas permitem estudar o MONAPE na perspectiva do desenvolvimento local, contemplando um processo comunicacional que envolve diálogo, razão e emoção.

Leva-se em conta ainda que tais estratégias “não podem ser descoladas [...] dessa teia de significações mais amplas onde estão inseridas. Nem [...] dos próprios sentidos atribuídos pelos atores sociais nesse processo comunicacional” (CALLOU e BRAGA, 2005, p. 6). Portanto, no MONAPE são analisadas aquelas estratégias comunicacionais que criem meios para permitir a circulação regular de informações de interesse próprio. Pois, assim como Tauk Santos (2003) acredita-se que a comunicação verdadeira não pode estar centrada na exclusiva transferência ou transmissão de conhecimento e/ou informação, mas em sua co-participação no ato de comunicar para ser, assim, uma comunicação que se faz criticamente.

Nesse enfoque, contempla-se a construção e manutenção de meios de comunicação próprios para divulgar ideias e políticas (VIZER, 2007) junto ao público interno e externo (mídia, organizações governamentais e não governamentais, parceiros, a comunidade etc). Consideram-se aqui como meios ou veículos de comunicação aqueles canais capazes de viabilizar toda a comunicação da organização com os mais diferentes públicos (KUNSCH, 2003). Levam-se em consideração dois tipos básicos de comunicação organizacional apontados por Kunsch (2003) e Cesca (2006): a dirigida e a massiva.

Segundo essas autoras, a comunicação massiva utiliza veículos escritos, orais e audiovisuais capazes de levar a um grande número de pessoas, rapidamente, uma mensagem, atingindo diferentes públicos de forma indistinta e simultânea. Já os veículos de comunicação dirigida são escritos, orais, aproximativos e auxiliares (recursos visuais, auditivos e audiovisuais), que transmitem ou conduzem informações para estabelecer uma comunicação limitada, orientada e frequente com um determinado grupo de pessoas, isto é, com um público homogêneo e identificado. De acordo com Charles Redfield (apud Kunsch, 2003) existem ainda os meios pictográficos, escrito-pictográficos e simbólicos.

Em outras palavras, trata-se da comunicação entre a organização, neste caso o MONAPE, e seus públicos de interesse, podendo ser de caráter interno ou externo, sendo gratuita. Desta forma, analisam-se quais são as estratégias utilizadas pelo MONAPE para se comunicar com os seus públicos de interesse, identificando os veículos de comunicação através dos quais circulam os fluxos de informação, diálogo, influência e troca recíproca.

Outro aspecto a ser observado neste trabalho é que, apesar da temática da participação / mobilização popular ter limitações, pois implica em “registrar, dissecar, revelar aquelas estratégias mais promissoras, em termos de comunicação popular, para apoiar diferentes tipos de campanhas e público” (CALLOU, 2006, p. 59), é importante investigar se as estratégias de comunicação do MONAPE vão ao encontro dos preceitos do desenvolvimento local, que implica a mobilização dos diversos atores sociais em torno de objetivos comuns.

Principalmente, porque se pode gerar subsídios para entender a repercussão (positiva ou negativa) das estratégias de comunicação do MONAPE junto às suas bases (pescadores artesanais e lideranças) e aos órgãos de representação da categoria (colônias, federações, confederações). Além disso, se pode elucidar se as políticas de Extensão Pesqueira atendem às reais necessidades dos pescadores e suas reivindicações na busca de uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade social, econômica e ambiental das comunidades pesqueiras.

No entanto, assim como Callou (2006, p. 64), compreende-se que o “planejamento da comunicação e suas estratégias de mobilização comunitária podem se tornar rarefeitas diante das ambivalências e das ressignificações que os contextos populares apresentam nos processos de participação das propostas de desenvolvimento local”. Isso porque, ao observar o aspecto relacional da comunicação nos movimentos sociais, Kunsch (2003, p. 71) percebe que eles também sofrem interferências e condicionamentos variados “dentro de uma complexidade difícil até de ser diagnosticada, dado o volume e os diferentes tipos de comunicação existentes, que atuam em distintos contextos sociais”.

Embora se pondere que o comportamento comunicativo de culturas tradicionais ou culturas populares¹², como a dos pescadores artesanais, não é completamente observável, tangível e não pode ser medido e padronizado dentro de um modelo tecnicista, é possível analisar o sistema de comunicação de um movimento social – como o MONAPE – estudando o “conjunto de canais e meios de comunicação, estabelecidos de forma consciente e deliberada” (KUNSCH, 2003, p. 83).

Vale destacar que Pernambuco foi escolhido como universo de investigação pelo fato de ser, nas palavras de Callou (1986, p. 10), “uma região fecunda em movimentos populares” e, ainda, pela oportunidade de ampliar o conhecimento da realidade social da pesca artesanal local, dando continuidade à investigação iniciada por Callou (1986), na dissertação de mestrado *Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco (1920 – 1983)*.

Esta opção se dá por entender que, além de uma reflexão trilhada numa “perspectiva de reconstrução da história popular da pesca” (CALLOU, 1986, p. 6), é relevante uma visão que contemple o processo de comunicação de movimentos sociais de pescadores voltado para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras, uma vez que, segundo Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003, 2004), as análises do fenômeno no novo milênio devem levar em conta o papel das tecnologias de informação e os meios de comunicação de massa nas formas de organização da sociedade civil, mesmo porque essas áreas vêm apresentando um desempenho extraordinário desde os anos 1990.

Outro elemento que justifica a escolha de Pernambuco para esta investigação se refere ao fato da pesca artesanal ter grande importância socioeconômica no Estado devido aos próprios ecossistemas locais (mangues e recifes costeiros) que, embora sejam altamente produtivos, apresentam pequeno tamanho populacional de espécies quando comparados com os grandes cardumes do Sul do país. Ademais, atualmente 11.000 profissionais se dedicam à pesca artesanal, operando uma frota de 2.402 unidades, na sua maioria canoas e jangadas, no Litoral Norte, e barcos motorizados na Região Metropolitana do Recife e no Litoral Sul do Estado (CEPENE, 2009).

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

¹² Nesta pesquisa a noção de cultura tradicional também engloba culturas populares, a partir de Carvalho (apud DIEGUES, 1998), o qual acredita que, embora existam diferenças significativas entre a cultura tradicional e a cultura popular, é possível inserir ambas na noção de *culturas populares*. Para o autor, o tema central não é a diferença entre o folclórico e o tradicional, e sim a importância do núcleo simbólico que expressa convívio social, remetendo à memória histórica. Propõe, assim, a construção de um pluralismo simbólico radical (tipo ideal), na América Latina, dada a diversidade de culturas populares, tradicionais e o folclore.

A pesquisa sobre o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) é um momento posterior as primeiras experiências e contatos com o mundo da pesca artesanal, a partir de trabalhos de pesquisa exploratória desenvolvidos na Colônia de Pesca Z-10, em Itapissuma, litoral norte de Pernambuco, no período de junho a dezembro de 2008¹³.

Na etapa exploratória, realizou-se revisão bibliográfica de dissertações, teses, monografias, artigos, além de entrevistas abertas e conversas informais com pescadores artesanais, lideranças e assessores que viveram a história de organização e processo de luta de movimentos sociais de pescadores e especificamente do Movimento Nacional dos Pescadores.

A pesquisa também ouviu e conversou com quatro profissionais ligados a ONGs, que desenvolvem projetos, atividades e assessoria para pescadores artesanais, quatro estudiosos de movimentos sociais da categoria, sete agentes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) de Pernambuco e da Bahia e, ainda, com um representante governamental envolvido diretamente com o setor pesqueiro.

Outro procedimento técnico utilizado foi entrevista semi-estruturada, que, de acordo com Oliveira (2005, p. 32), diferencia-se por “estabelecer uma relação direta entre pesquisador e entrevistado e pela utilização de registro das respostas em gravadores ou anotações manuais”. Essa técnica, segundo essa autora, combina perguntas fechadas e abertas e permite que o entrevistado discorra sobre o tema sem ficar sujeito à indagação formulada. Por outro lado, por ser presencial, permite ao entrevistador observar gestos, expressões e entonações de voz, valorizando, assim, a comunicação.

Com relação ao número de pessoas selecionadas para a entrevista seguiu-se a orientação de Deslandes (apud ALVES, 2009, p. 18), incluindo os entrevistados por critérios de progressão. Isto é, sem demarcar um número exato de indivíduos, mas, estabelecendo limite a partir do critério de saturação. “A saturação ocorre [...] quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”. Ou seja, quando os dados e informações ficaram repetitivos com relação ao MONAPE.

Assim, se entrevistou cinco lideranças de pescadores de Pernambuco, Alagoas, Ceará e Maranhão, que participam ou participaram ativamente do movimento ocupando, inclusive, cargos na coordenação. Também se solicitou entrevistas a outras lideranças locais e de outros Estados, as quais se negaram a falar ou, simplesmente, não retornaram por motivos desconhecidos. A metodologia para caracterizar e analisar o MONAPE, na perspectiva do desenvolvimento local, incluiu uma extensa revisão de documentos (cartas, relatórios, atas,

13 Cf. FOX, PEREIRA, CALLOU (et al), 2009; TAUKE SANTOS; FOX (et al), 2009.

ofícios, projetos, propostas e afins), além de material jornalístico e publicitário produzido pelo MONAPE, disponível na biblioteca do CPP, em Olinda-PE. Outros instrumentos para coleta de dados foram: observação e participação de encontros e movimentos sociais de pescadores e pescadoras, além de seminários ligados ao setor pesqueiro. A abordagem adotada é de ordem qualitativa, que segundo Oliveira facilita:

a descrição da complexidade dos problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre as variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições nos processos de mudanças, formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA apud OLIVEIRA, 2005, p. 39).

Com a finalidade de fazer um mapeamento dos principais movimentos sociais de pescadores em Pernambuco, suas demandas e os principais atores sociais envolvidos no setor da pesca artesanal e industrial no Estado, realizou-se uma pesquisa online no portal do Jornal do Commercio. Produziu-se um *clipping*¹⁴ digital com 114 matérias publicadas no período de fevereiro de 2004 a outubro de 2009. Informações e depoimentos dessas matérias são utilizados neste trabalho.

Para coletar informações complementares sobre políticas públicas no âmbito da pesca no Estado, sobre o MONAPE e suas estratégias de comunicação também se levantaram dados em matérias do Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco, disponibilizadas em *clipping* impresso, organizado pela CPP, a partir de 1990, e arquivado na biblioteca da entidade. Também foram pesquisados veículos de comunicação dirigida do MONAPE.

O presente estudo configura-se um estudo de caso, porque investiga “um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real”, como salienta Yin (2005, p.32), permitindo o aprofundamento da realidade dos pescadores artesanais. Trata-se de um modo eclético, segundo Maren (apud OLIVEIRA, 2005), pois utiliza diversas técnicas e métodos para facilitar a compreensão do objeto de estudo. Essa premissa refere-se, nesta pesquisa, à caracterização e análise do MONAPE e suas contribuições para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco.

Para tanto, toma-se como referência a proposta metodológica de Nair Muls e Manuel Castells (apud CALLOU, 1986), que busca compreender o MONAPE a partir da observação concreta de sua forma, suas ações e organização. Assim, tomam-se como categorias de

¹⁴ *Clipping* é uma expressão em inglês derivada de *clip*, que significa grampo. O *clipping* é formado por recortes de notícias publicadas na mídia a respeito de uma entidade, organização ou pessoa. Esse material circula para que os interessados saibam o que a imprensa fala sobre determinado assunto, ligado ou não à organização e geralmente é organizado por empresas especializadas em comunicação.

análise: 1) a configuração geral do movimento; 2) a dinâmica da mobilização; 3) os resultados alcançados. Acrescenta-se a essa classificação as estratégias de comunicação, as quais são estudadas a partir da metodologia apontada por Kunsch (2003) e Cesca (2006), conforme descrição no quadro 1.

Quadro 1: Categorias de análise do MONAPE

Categorias de análise		Elementos a considerar
CONFIGURAÇÃO DO MOVIMENTO		
	Base social	Características dos pescadores e pescadoras artesanais
	Organização	Quem pôs em movimento (pescadores, colônia, ONGs, Igreja etc.)
	Formas de lutas	Greves, passeatas, denúncias, debates, discussões etc.
	Local e data	Período de ocorrência
	Características dos aliados	ONGs, intelectuais, pesquisadores, órgãos públicos etc.
	Razões apresentadas	Motivos que geraram o movimento
	Objetivos	Finalidades, metas
	Duração	Tempo transcorrido
DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO		
	Opositores	Quem se opôs ao movimento
	Articulações em redes	Internas e externas (com grupos solidários, aliados)
	Relações do movimento com outros atores sociais	Com outros movimentos ou lutas, com órgãos estatais, agências nacionais e internacionais, ONGs, Igreja, instituições, sociedade civil, empresários, mídia etc.
	Relação do movimento com o contexto	Contexto sociopolítico e cultural vigente
	Fatores que facilitaram a mobilização	
RESULTADOS ALCANÇADOS		
	Soluções	Definitivas e parciais
	Efeitos	Políticos e ideológicos
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO		
	Veículos de comunicação de massa	1. Escritos: anúncios ou material jornalístico publicado em jornais, revistas. 2. Oraís: anúncios (<i>spots</i> e similares) ou programas em emissoras de rádio 3. Audiovisuais: anúncios ou programas em emissoras de televisão; produtos audiovisuais (filmes, documentários, vídeos institucionais, de treinamento, outros).
	Veículos de comunicação dirigida (interna e externa)	1. Escritos: correspondência (carta, ofício, memorando, telegrama, cartão-postal, quadro de avisos); mala-direta (folheto, circular); publicações (jornais e revistas internos e externos, relatórios, manuais, folhetos institucionais, folders, cartilhas) 2. Oraís: discursos, alto-falantes, carro de som, telefone,

		<p>conversas face a face, reuniões, colóquios, seminários, fóruns, painéis, simpósios, conferências, mesas-redondas, assembléias, palestras, músicas</p> <p>3. Auxiliares: vídeos, filmes, videojornal, poesias, teatro, performances, shows</p> <p>4. Telemáticos: internet (sites, blogs), intranet, CD-ROM, DVD</p> <p>5. Pictográficos: mapas, diagramas, pinturas, fotografias, desenhos, ideografias, <i>slides</i></p> <p>6. Simbólicos: bandeiras, insígnias, sirenes, sinos, sinalização na embarcação</p> <p>7. Aproximativos: visitas, eventos (datas especiais, comemorativas, feiras, exposições, lançamentos, inaugurações), aniversários, festas, datas cívicas e religiosas.</p>
--	--	--

A organização dos capítulos se realizou da seguinte forma: o capítulo I se debruça sobre uma reflexão teórica dos movimentos sociais de pescadores no Brasil e do desenvolvimento local. Além de inserir o MONAPE no campo dos estudos das culturas tradicionais ou culturas populares, esta parte traz reflexões sobre o que são movimentos sociais e como o fenômeno vem sendo estudado na América Latina e no Brasil. Em seguida, apresenta-se uma revisão bibliográfica que possibilita estudar o MONAPE à luz das teorias do Desenvolvimento Local.

No capítulo II houve um esforço de resgatar relatos históricos sobre movimentos sociais de pescadores no Brasil. Tentou-se compilar a trajetória dos pescadores para que o leitor tenha uma visão geral, haja vista que o tema foi trabalhado por poucos autores e tais estudos estão dispersos no tempo e espaço. Sem grandes pretensões tentou-se aproximar alguns aspectos históricos dos pescadores artesanais em diversas regiões do país. Vale destacar que alguns depoimentos colhidos nas entrevistas desta pesquisa serviram para enriquecer esses trabalhos.

O capítulo III, por sua vez, traz informações sobre a pesca e como o setor pesqueiro brasileiro vem se desenvolvendo desde a década de 1960. Também são apresentados dados sobre a produção pesqueira no Nordeste e em Pernambuco. Abordam-se ainda diversos aspectos da pesca artesanal para demonstrar que os pescadores artesanais têm grande importância no setor pesqueiro, sendo responsáveis hoje por mais de 50% da produção nacional anual. Este capítulo também retoma o processo de redemocratização do país e suas implicações na formação de movimentos como a Constituinte da Pesca e o próprio MONAPE.

Nos capítulos IV e V se realiza a análise dos dados coletados ao longo da pesquisa com a finalidade de caracterizar e analisar o MONAPE, entre 1990 e 2009, à luz das bases teóricas e históricas levantadas nos capítulos I e II. Particularmente, busca-se entender as contribuições desse movimento social para o desenvolvimento local em comunidades pesqueiras de Pernambuco.

CAPÍTULO I

ASPECTOS TEÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESCADORES E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1 Pescadores artesanais: uma cultura tradicional

Para estudar o Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE insere-se o fenômeno no campo dos estudos das culturas tradicionais, a partir das concepções teóricas de Diegues (1983, 1998, 2002), que usa enfoques da antropologia econômica e social, nos seus estudos sobre comunidades pesqueiras. Segundo o referido autor, numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais se desenvolvem dentro do modo de produção¹⁵ de pequena produção mercantil e se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, porque tanto a força de trabalho quanto a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda, isto é, em mercadoria. Isso implica numa concepção e representação do mundo natural e seus recursos essencialmente diferentes.

Para esse autor, as culturas tradicionais envolvem padrões de comportamento transmitidos socialmente. Trata-se de modelos mentais utilizados para perceber, relatar e interpretar o mundo, a natureza, os símbolos e significados socialmente compartilhados, além dos produtos materiais característicos desse modo de produção mercantil. Essa ideia encontra ressonância em outro argumento de Diegues (1998, p. 63) para quem embora existam: “representações simbólicas e, sobretudo, míticas que perpassam as distintas culturas e formas de organização social, cada uma dessas últimas tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural”.

Essa caracterização dos pescadores artesanais, como uma cultura tradicional, é necessária nesta pesquisa por entender que eles têm uma forma particular de ser e estar no mundo, que permeia todas as suas relações sociais (CALLOU; DIEGUES; RAMALHO, 1994, 1983, 1995, 1998, 2002, 1999, 2004). Na intensa relação entre os pescadores e a natureza existem ainda as noções de território, identidade e sustentabilidade¹⁶. De forma mais sistêmica, Diegues (1998) cria onze elementos teóricos para caracterizar as culturas

¹⁵ Considera-se aqui o conceito de Diegues (1983) para quem as formas distintas de organização social da produção que existem num determinado espaço litorâneo são consideradas manifestações de modos de produção, que se encontram combinadas e cuja articulação e existência histórica são apreendidas pelo conceito de formação social. Trata-se de um sistema que compreende várias instâncias (econômica, política e ideológica) com dominância de sua base econômica. Cf. DIEGUES, 1983, p. 64-65.

¹⁶ Cf. DIEGUES, 1998, p. 87-91.

tradicionais, vistas por ele como aquelas que estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social baseada na:

reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato [...] Uma característica importante desse modo de produção mercantil [...] é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares etc. Esse 'know-how' tradicional passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação [...] Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas [...] e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação de recursos naturais é parte integrante de sua cultura (DIEGUES, 1992, p. 87).

Neste estudo, a caracterização e as noções anteriormente assinaladas sobre culturas tradicionais não serão analisadas de forma isolada, mas, no olhar de Diegues (1998), isto é, como parte de um todo que pode ser traduzido como *modo de vida* dos pescadores artesanais. Isso porque dados coletados, na pesquisa exploratória para este estudo, evidenciaram que muitas das reivindicações contemporâneas dos pescadores artesanais pernambucanos tratam justamente do resgate do seu território e da sua identidade, objetivando a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Ou seja, esse *modo de vida* ou *visão de mundo* dos pescadores evidencia suas necessidades e parece permear as demandas de seus movimentos sociais na atualidade.

Obviamente, esses critérios podem estar presentes em maior ou menor grau nas demandas da categoria, inclusive porque a cultura dos pescadores artesanais brasileiros varia de região para região e está em constante transformação, seja por fatores endógenos ou exógenos. Isso vai depender da sua maior ou menor interação com a sociedade capitalista globalizada que, embora tenha efeitos desorganizadores, não necessariamente destrói sua cultura e pequena produção mercantil. Ao contrário, no caso da pesca artesanal no Nordeste do Brasil “o modo de produção capitalista se apropria da produção [...], sem necessariamente desorganizar esse modo de produção e reprodução social” (DIEGUES, 1998, p. 94).

Ou seja, as comunidades pesqueiras pernambucanas atuam de forma articulada e dependente da formação social capitalista, conseqüentemente, sua reprodução econômica, política e sociocultural é híbrida, mantendo traços característicos da sua visão de mundo ou modo de vida, porém, hibridizada pelos processos globalizantes. Na realidade, esses processos não necessariamente significam uma uniformização da sociedade, provocando o fim das particularidades de certos espaços e grupos sociais. Em seu sentido mais amplo, a

globalização redefine, sem anular, as questões referentes à relação das comunidades pesqueiras/cidade, ao lugar do pescador na sociedade, à sua importância social, cultural e política local.

Isso não significa, porém, que as comunidades pesqueiras sejam imunes a influências externas. Ao contrário, com a expansão dos meios de transporte, de comunicação e da mídia, além da crescente urbanização, da industrialização dos ambientes pesqueiros e da modernização da agricultura e da pesca, os pescadores artesanais têm hoje acesso irrestrito à cidade e à cultura urbana. Isso faz com que seja cada vez mais difícil estabelecer fronteiras entre esses espaços, que interagem, se misturam, se imbricam.

Em recente estudo realizado no município de Itapissuma (PE), Tauk Santos e Fox (et al, 2009) constataram, por exemplo, que os meios de comunicação de massa estão presentes no cotidiano das pescadoras artesanais dessa comunidade, sendo uma alternativa gratuita de entretenimento, lazer e informação, devido à falta de recursos econômicos dessas mulheres. Ou seja, o rádio, a televisão e outros meios são fontes de lazer, sendo impossível ignorar a representatividade dos mesmos no lazer das culturas populares e o papel que estes desenvolvem na forma de relacionamentos desses grupos sociais.

Entretanto, segundo Silva (2003, p. 101), se por um lado a velocidade dessas transformações obriga às populações pesqueiras a se adaptarem, por outro também incentivam sua resistência “com relação à sobrevivência e/ou fortalecimento de suas identidades culturais”. E isso, de acordo com o autor, exige deles uma formação ou capacitação contínua “de forma a qualificar suas intervenções sócio-políticas sobre os vetores socioambientais que afetam direta ou indiretamente suas vidas”.

Principalmente, porque as comunidades pesqueiras se configuram hoje como sociedades multifacetárias e híbridas, onde a pesca tradicional convive com outras atividades econômicas, como turismo, artesanato, indústria (SILVA, 2003). Ou seja, nelas tradição e modernidade convivem lado a lado, redefinindo sua cultura, sem representar com isso o fim da tradição. O mesmo pode ser dito sobre os seus movimentos sociais, os quais apresentam demandas híbridas, mas onde prevalecem aquelas ligadas a sua forma de viver e representar o vivido, conforme explica Ramalho (2004):

O saber local, enquanto patrimônio de uma população, inscreve-se como expressão simbólica e material de um determinado grupo social, a partir do seu jeito de ser, estar e ver o mundo, no qual se encontra inserido. Nesse sentido, as práticas subjetivas e objetivas tecem e moldam modos de vida ao projetar formas de sociabilidades reveladoras de particularidades sociais (RAMALHO, 2004, p. 1).

No que diz respeito ao modo de produção esta pesquisa diferencia a pesca artesanal da pesca industrial, sendo a primeira realizada com “tecnologias de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou de vizinhança” (CARDOSO, 2001, p. 81), predominantemente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Assim, os pescadores artesanais são aqui considerados a partir da definição de Linsker e Tassara (2005, p. 14-15) como aqueles que trabalham “por conta própria ou se organizam em grupos de trabalho familiar ou comunal, atuando sem vínculo empregatício, em pequena escala. Utilizando técnicas de captura tradicionais”.

Encontra-se complementação a esse conceito em Diegues (2002) para quem: “Essa categoria de população tradicional está espalhada pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura” (DIEGUES, 2002, p. 45). Mais adiante o autor corrobora que os pescadores artesanais:

Apresentam ou representam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem de atividades pesqueira marítimas [...] Praticam a pequena pesca, cuja produção é consumida pela família, incluindo também conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, nos quais se constrói uma solidariedade baseada na atividade pesqueira (DIEGUES, 2002, p. 45-46).

O pescador artesanal vive, assim, uma intensa relação com a natureza, quase uma simbiose, pois depende dela para sobreviver e, conseqüentemente, acaba se transformando num importante agente na luta pela preservação ambiental. Todavia, não se deve confundi-lo com o pescador de auto-subsistência, porque o pescador artesanal produz principalmente para a venda, sendo dependente do mercado, através da teia de intermediários e marchantes. Diegues (1985) o descreve nesse prisma:

É um pequeno produtor que participa diretamente do processo da pesca, dono de um cabedal enorme de conhecimento e dos instrumentos de trabalho, operando seja em unidades familiares seja com ‘camaradas’ ou companheiros. O excedente produzido é relativamente pequeno e as técnicas de captura são em geral simples, mas adaptadas aos ecossistemas litorâneos tropicais marcados por um grande número de espécies de pescado, mas com poucas unidades em cada uma (DIEGUES, 1985, p. 2).

A pesca artesanal pode ser realizada tanto ao longo da plataforma continental (pesca marítima) quanto em águas interiores (rios, lagos, estuários, açudes), sendo uma atividade completamente imbricada com os ecossistemas e sua preservação. Ao estudar os pescadores artesanais em Itapissuma, Ramalho (1999) conseguiu descrever claramente essa conexão:

As relações sociais e o modo como os grupos de pescadores criam e organizam seu modo de vida, e se reproduzem como trabalhadores e trabalhadoras, são influenciados pelo meio ambiente das áreas estuarinas, pelo ecossistema dos mangues. Qualquer modificação que ocorra nesse ecossistema também introduzirá alterações significativas no cotidiano dos pescadores e da pesca artesanal [...]. Reciprocamente, mudanças na forma de atuação dos pescadores, têm implicações diretas no ambiente natural em que estão inseridos (RAMALHO, 1999, p. 5).

Portanto, o modo de vida dos pescadores artesanais está diretamente ligado e contempla a perspectiva do desenvolvimento local, que traz em seu bojo as mesmas inquietações com a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, conforme atesta Jesus (2002, p. 279): “Preocupações com o presente e o futuro como o atendimento das atividades básicas das pessoas e a melhoria da sua qualidade de vida, com equilíbrio do ecossistema e com a equidade social, através de práticas sociais que assegurem e valorizem as decisões dos atores populares, configurando uma efetiva distribuição de poderes”.

1.2 Movimentos sociais de pescadores: reflexões teóricas

Estudar o Movimento Nacional dos Pescadores implica entender, primeiramente, o que são movimentos sociais. Para dar conta dessa caracterização teórica, optou-se por uma revisão de como o fenômeno foi estudado nas últimas décadas do século XX, com ênfase na América Latina e no Brasil, e como é visto hoje, no início do século XXI. O propósito é construir um conceito que permita estudá-lo na perspectiva do desenvolvimento local.

Embora haja inúmeros estudos sobre a temática, segundo Gohn (2004) existe uma escassa teorização sobre movimentos sociais latino-americanos. E, apesar do Brasil ser o país com maior número de pesquisas sobre o fenômeno na América Latina, pode-se dizer que no âmbito da pesca artesanal a produção teórica é ainda menor, conforme relata Ramalho (1999, p. 5): “apesar dos avanços sobre [...] movimentos sociais no campo, ainda existem poucas pesquisas que se dedicam aos problemas atinentes à organização política dos pescadores [...] artesanais no Brasil”.

Contudo, a abrangência do tema, nas décadas de 1970/80 era tão expressiva na sociologia que, de acordo com Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003, 2004), consistia um dos objetos privilegiados da pesquisa social e política mundial. E, ainda, “fonte de renovação das ciências sociais e na forma de fazer política” (GOHN, 2003, p. 7). Já no Brasil, esse destaque se devia, principalmente, à importância que os movimentos sociais adquiriram na luta pela redemocratização, sendo um reflexo do panorama político e social da época. Tratava-se de

fenômenos históricos concretos, inclusive porque o país, segundo Gohn (2004), concentrou a maioria de movimentos sociais das três últimas décadas do século XX.

Fato é que, segundo Rosenmann (2005, p. 141), a América Latina foi solo fértil para a “produção de um conhecimento concreto em torno da natureza da crise e dos conflitos da sociedade”. Principalmente, por ter sido um continente marcado pela conquista e ordem colonial e porque suas elites lutaram pela independência, o que “facilitou a consolidação de um pensamento político e social em que as tradições liberais e conservadoras disputaram a hegemonia teórica no campo das doutrinas”.

Grande parte dos estudos da década de 1970 utilizava uma abordagem marxista para interpretar os movimentos sociais, enfatizando os processos de mudança social. Para Sherer Warren (1996, p. 14-15) a teoria social latino-americana da ação coletiva e do conflito concebia a realidade de forma macroestrutural. Ou seja, os estudos focavam as análises nos condicionamentos macroestruturais da ação de classes.

Já na década de 1980 priorizavam-se os estudos das micro-transformações, mediante considerações “do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos sociais” (SHERER-WARREN, 1996, p. 15). Exemplo disso é o francês Alain Touraine, que propunha o estudo das *ações* de classe, no lugar de somente analisar as condições objetivas de classe, com ênfase na estrutura econômica, como pregava a linha marxista. Deste modo, o determinismo econômico cedeu lugar a uma diversidade de elementos para estudar os movimentos sociais.

Por sua vez, Manuel Castells situava a análise das relações de produção nas relações de reprodução, ou seja, nas “lutas e reivindicações em torno dos bens e equipamentos de consumo coletivo” (SHERER-WARREN, 1996, p. 16). Os referenciais marxistas do autor espanhol sobre lutas urbanas na Europa foram amplamente utilizados para análise dos movimentos sociais na América Latina.

Com toda essa informação e influência advindas da Europa, as posturas teórico-metodológicas para analisar os movimentos sociais na América Latina foram híbridas. Segundo Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003, 2004) muitos trabalhos pecavam pela falta de referenciais teóricos, gerando uma grande quantidade de descrições sem análises. Outros usavam excessivamente as teorias importadas de países do Primeiro Mundo, cuja realidade socioeconômica e político-cultural era diferente da brasileira.

Basicamente dois paradigmas europeus, divididos em diversas correntes teóricas, reinavam nas análises latino-americanas dos anos 1970 e 1980: um marxista cuja abordagem

macroestrutural centrava-se nos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre classes. Essa corrente focava a análise das classes sociais como categorias econômicas (GOHN, 2004). O segundo era denominado de “Novos Movimentos Sociais” (NMS), cuja ênfase recaía no ator social, partindo de “explicações mais conjunturais, localizadas no âmbito político ou nos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais” (GOHN, 2004, p. 15).

Nessa linha, segundo a autora, havia uma série de correntes, como a francesa e o acionalismo dos atores coletivos, de Alain Touraine; a abordagem neomarxista, do alemão Claus Offe, além da ênfase na identidade coletiva do italiano Alberto Melucci¹⁷. Essas vertentes geraram esquemas de interpretação que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social, além do processo de identidade criado, no que denominaram de Novos Movimentos Sociais.

Segundo Santos (2005, p. 175), enquanto nos países centrais os NMS incluíam os movimentos ecológicos, feministas, pacifistas, anti-racistas, de consumidores, de auto-ajuda e similares, na América Latina essa lista era bem mais heterogênea. A diferença é que em território latino-americano o fenômeno ganhou a designação de movimentos populares ou novos movimentos populares para diferenciar sua base social e incluíam desde demandas similares às dos NMS dos países centrais até “o poderoso movimento operário democrático popular surgido no Brasil, liderado por Luís Inácio da Silva (Lula)” (KÄNER apud SANTOS, 2005, p. 176).

Na América Latina, pregava-se que os Novos Movimentos Sociais eram determinados, principalmente, por uma nova postura política dos atores sociais, os quais se recusavam cooperar com agências estatais e sindicatos e cuja preocupação central era assegurar direitos sociais para os integrantes do movimento (GOHN, 2004; RAMALHO, 1999). Os NMS latino-americanos também eram caracterizados por utilizar a mídia e atividades de protesto (não violentas) para mobilizar a opinião pública ao seu favor, como forma de pressionar os órgãos e políticas estatais (GOHN, 2003).

Gohn (2004, p. 283) afirma que o “novo” nessas abordagens também referia-se a uma outra ordem de demanda “relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade, a liberdade, em termos de relações de raça, gênero e sexo”. Com base em Calderon e Jelin, Santos (2005, p. 183) explica ainda que na América Latina “não existem movimentos

¹⁷ Para saber mais sobre a corrente francesa de Alain Touraine e o acionalismo dos atores coletivos; da corrente italiana de Alberto Melucci e a ênfase na identidade coletiva e, ainda, da corrente alemã de Claus Offe e a abordagem neomarxista ler GOHN, 2004, p. 132-163.

sociais puros, ou claramente definidos, dada a multidimensão, não só das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva”.

Mas o que de fato interessa destacar é que inspirados em paradigmas europeus e desconsiderando quase que completamente a produção teórica norte-americana, os autores latino-americanos e brasileiros, com algumas exceções, conceberam os movimentos como manifestações de classes populares, baseados no “mosaico heterogêneo do popular, onde convivem e circulam os espaços do subemprego e do biscate, do trabalhador por conta própria, o bóia-fria, o posseiro, o acampado, o meeiro, a doméstica e várias outras formas de assalariados urbanos e rurais” (PERUZZO, 1998, p. 30).

De acordo com Sherer-Warren (1996), as limitações das transposições dos modelos de análise da realidade urbana européia para pensar a realidade latino-americana já foram analisadas e avaliadas por vários cientistas, a exemplo de Machado e Ribeiro, Jacobi e Kowarick¹⁸. Para Gohn (2004, p. 129) a teoria dos NMS está incompleta, porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados. “O que temos é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas, que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado”. Entretanto, para Santos (2005, p. 177), “a maior novidade dos NMSs é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo”.

Nos anos 1990 surgiram novos temas e enfoques analíticos. Muitos autores afirmavam que o fenômeno dos movimentos sociais estava em declínio e era coisa do passado. Essa diminuição do interesse acadêmico teve vários motivos. Primeiro, porque durante décadas atribui-se aos trabalhadores (operários e camponeses) a missão de protagonistas da história, coisa que não aconteceu senão na cabeça dos intelectuais. Segundo, devido ao processo de globalização e as mudanças na conjuntura política do Leste Europeu, que influenciaram e mudaram as políticas de cooperação internacional (GOHN, 2004). De acordo com essa autora, as instituições deixaram de priorizar projetos na América Latina, passando a oferecer apenas suporte técnico aos movimentos sociais e ONGs, em lugar de subsídios monetários. Por isso, o panorama de lutas sociais mudou, a mobilização e os protestos diminuíram e, conseqüentemente, a produção acadêmica decresceu.

Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003) são unânimes em afirmar que as modificações nas abordagens sobre movimentos sociais, na década de 1990, tiveram como pano de fundo as grandes transformações na realidade interna e externa dos países latino-americanos. Por conta

¹⁸ Para uma visão geral das limitações das transposições dos modelos de análise da realidade urbana européia para pensar a realidade latino-americana ler Gohn (2004).

disso, no Brasil, destacaram-se os movimentos pela democratização política e pelas reformas institucionais, o que, segundo Gohn (2004, p. 20), também pode ser uma das causas da desmobilização posterior, tendo em vista que os movimentos sociais dos anos 1970/80 “contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na Nova Constituição Brasileira de 1988”.

Outro fator é a ascensão das ONGs que, seguidas de várias crises econômicas e suas reestruturações financeiras, provocaram que muitos pesquisadores deslocassem seu interesse para outros temas de ação coletiva (GOHN, 2004). Externamente, segundo Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003, 2004), as modificações no socialismo trouxeram perplexidades em relação às utopias dos movimentos populares na América Latina. Essas transformações e as novas políticas na conjuntura global e local conduziram a repensar as teorias e, inclusive, os próprios movimentos. Fato é que, de acordo com Rosenmann (2005, p. 153), “o que era antes uma visão crítica e oposta às formas políticas do capitalismo em qualquer de suas formas agora se reduzia a uma crítica parcial às formas ditatoriais de exercício do poder”. Gohn resume bem o panorama sociopolítico da época:

Crises internas – de militância, de participação, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto a própria população etc, e crises externas – decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais (queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc) (GOHN, 2003, p. 30).

Assim, o plano de consolidar os movimentos sociais como estruturas da sociedade civil passa a ser visto como “não realizado” e, embora não seja conceituado como um fracasso, é considerado um projeto utópico. (GOHN, 2003). A ação coletiva de pressão e reivindicação da maior parte dos movimentos sociais dos anos 1970/80, se converteu, na década de 1990, “em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria [envolvendo] diferentes setores públicos e privados” (GOHN, 2004, p. 18, interpolação nossa). Por outro lado, para Rosenmann (2005, p. 153-154) “o chamado para os projetos anticapitalistas e democráticos já não é mais um referencial, tampouco a crítica às relações sociais de exploração”. Ou seja, segundo esse autor:

Há uma dispersão no pensamento crítico latino-americano nos anos 80, que se intensifica nos anos 90. A visão organicista e funcional sobre o caráter dos conflitos e das crises sociais é assumida como referência válida. Novamente, ordem e progresso. Governabilidade e paz social. O convite à manutenção das reformas neoliberais do Estado, os processos de privatização, bem como os programas econômicos sobre pactos de exclusão fundamentados no mito do progresso fazem-

nos pensar na reedificação do poder. Uma reedificação totalitária e neo-oligárquica, na qual propor um projeto alternativo pode ser considerado subversivo e desarticulador do corpo social (ROSENMAN, 2005, p. 154).

Nesse contexto, os movimentos sociais buscaram tornar-se mais qualificados e, por meio das ONGs, passaram a dispor de infra-estrutura própria e a utilizarem mais recursos tecnológicos, como computadores e Internet. Em suma, as suas ações eram mais de organização e menos de pressão. Essa nova realidade acabou incidindo diretamente na produção acadêmica, que passou a buscar, sobretudo, os significados e os alcances políticos e culturais das ações coletivas, as quais ressurgiram em forma de “práticas políticas articulatórias das ações locais, de redes de movimentos (*networks*) e na busca de metodologias que permitam entendê-las” (SHERER-WARREN, 1996, p. 22).

Tratava-se, assim, de compreender as interconexões de sentido local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional), levando os movimentos sociais e suas lideranças a “alargarem sua visão cotidiana original e a descartarem os remanescentes de seu sectarismo restritivo, se ramificarem em várias direções e juntarem forças em fontes unificadas de ação” (FALS BORDA apud SHERER-WARREN, 1996, p. 22). Segundo Souza, citado por Sherer-Warren (1996, p. 23), o senso do comunitário e do supranacional acabaram, de certa forma, se complementando nesse encontro do micro e do macro. Essa abordagem procurava passar “da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos (i.e. *from grassroots to networks*)”.

Na nova conjuntura da década de 1990, os movimentos sociais populares puderam usufruir os benefícios das conquistas de direitos sociais, mas também foram vítimas dessa conjunção que “por meio de políticas neoliberais, buscou desorganizar e enfraquecer os setores oprimidos” (GOHN, 2003, p. 30). Ao passo que os movimentos perderam visibilidade pública, porque diminuíram os protestos de rua, as ONGs ganharam importância e adquiriram um novo perfil. Nos anos 1980, essas organizações atuavam junto com os movimentos populares. Nos 1990, ligavam-se ao universo do Terceiro Setor¹⁹, executando parcerias entre o poder público e a sociedade. Essa mesma postura acabou sendo adotada pelos movimentos sociais. A esse respeito Gohn (2003) explica:

¹⁹ Santos (2005) define o Terceiro Setor como o setor privado não lucrativo. Outros autores explicam que com a redução do Estado, o setor privado começou *a ajudar* nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor, que é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, cujo objetivo é gerar serviços de caráter público.

A noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular, reformulou-se, assim como deu novos sentidos e significados às suas práticas. Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com o outro e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Esse outro estava presente nos relacionamentos desenvolvidos com novas forças de associativismo emergente, interações compartilhadas com ONG's e a participação de políticas públicas (GOHN, 2003, p. 24).

Gohn (2003, p. 34) mantém um olhar crítico nesse trabalho cooperativo de diversos setores da sociedade civil. Se, por um lado, o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público e privado, especialmente a nível local, tiveram resultados positivos, também foram complementares às “novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, sobretudo nos países industrializados do Terceiro Mundo”. Segundo a autora, eram orientações voltadas para a desregulamentação do Estado na economia e na sociedade, “transferindo responsabilidades do Estado para as ‘comunidades’ organizadas com a intermediação de ONGs em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal²⁰ e, às vezes, a iniciativa privada também”. (GOHN, 2003, p. 34).

Para Gohn (2003, p. 34-35), essa postura política enfatiza o mercado informal de trabalho e redefine seu papel no processo de desenvolvimento social. Dessa forma, as relações foram invertidas, pois o informal: “é apresentado como plataforma para a retomada do crescimento econômico, assim como estratégia de desenvolvimento de capacidades humanas”. De acordo com Coraggio, citado por Gohn (2003, p. 35), existe uma outra face dessa realidade, que só pode ser construída a partir de uma economia popular, gerando um “campo alternativo de desenvolvimento e transformação social, desde que essa economia ganhe autonomia relativa em sua reprodução material e cultural capaz de autosustentar-se e autodesenvolver-se [...] em vinculação [...] com a economia capitalista e pública”.

Nesse sentido, os movimentos sociais populares se confrontaram no final de 1990 e início do novo milênio com o desafio de superar os parâmetros das carências socioeconômicas e da identidade política. Para sobreviver, tiveram de reformular sua própria estrutura e, inclusive, suas práticas e ações coletivas. Assim, o projeto social de muitos deles incorporou as dimensões da cultura e da institucionalidade. Para Gohn (2003, p. 30), “ao fazerem isso, eles demarcam o campo de como irão participar, negociar, confrontar ou defrontar com a estrutura estatal”.

²⁰ Para Gohn (2003;2004) o setor público não-estatal concentra as atividades dos movimentos sociais e das ONGs, no qual os mandatários são também os executores da implementação e da gestão dos serviços reivindicados.

Ao contrário do que se chegou a cogitar no âmbito acadêmico, Gohn (2003) afirma que os movimentos sociais populares latino-americanos não desapareceram, porém, tiveram de se adaptar à nova realidade política, além de ter posturas mais pró-ativas e propositivas, devido à drástica retração do Estado. Não adiantava só reivindicar, tinham de propor e trazer soluções, até mesmo porque o “conflito social [deixou] de ser reprimido ou ignorado e [passou] a ser reconhecido, posto e repostado [...] em pauta nas agendas de negociações” (GOHN, 2004, p. 302, interpolação nossa).

Assim, muitos movimentos sociais se institucionalizaram em organizações ou associações, como foi o caso do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, que, no final da década de 1990, transformou-se em Associação Movimento Nacional dos Pescadores para facilitar a captação de recursos nacionais e internacionais, além de firmar parcerias e intercâmbios (AMONAPE, 1999).

Tal medida aparenta ser, ainda, uma tentativa do movimento de aprimorar sua atuação em rede, em parceria com outros movimentos sociais e com diversos atores sociais dentro da institucionalidade. Ou seja, no sentido atribuído por Gohn (2003) e Sherer-Warren (1996): criando, ampliando e fortalecendo a construção de redes sociais, que podem ser definidas como: “Estruturas da sociedade contemporânea organizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral” (GOHN, 2003, p. 15).

Por sua vez, no final da década de 1990, o Estado atuava em um oceano de ambiguidades e contradições, na busca pela transferência das suas atribuições para a iniciativa privada (GOHN, 2004). Para a autora, o saldo deixado por essa política foi o de profundas alterações estatais na forma de operar a economia, as políticas públicas e, ainda, na forma de se relacionar com a sociedade civil. Já no início do século XXI, os movimentos sociais populares voltam à cena e à mídia com um senso de autonomia diferente daquele dos anos 1980, pois ter autonomia não é mais ser contra o Estado. Para terem autonomia é necessário:

Ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter crítica, mas também a proposta de resolução [...], é ser flexível [...] é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (GOHN, 2003, p. 17).

Embora os eixos das demandas fossem os mesmos, os movimentos sociais populares incorporaram novos elementos, que lhes permitiram passar para um estágio mais operacional e propositivo (GOHN; SHERER-WARREN; TAUKE SANTOS, 2003, 2004, 1996, 2003). Segundo Gohn (2003, p. 341) não era mais uma questão de “ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias etc”. Isso alterou, inclusive, as próprias demandas dos movimentos populares, que incorporaram novas reivindicações à sua agenda. Por sua vez, a militância também se tornou mais seletiva e qualitativa e menos passional, pois “o novo modelo de vida e de trabalho, na era da globalização, exige que as pessoas tenham mais habilidades comunicativas do que acervos de conhecimentos ou grande experiência anterior, no domínio de certas técnicas, tecnologias e saberes especializados da ciência”.

Embora seja um desafio estudar os movimentos sociais no século XXI, marcado por uma realidade extremamente complexa, em que as fronteiras entre as nações são cada vez menores e os fenômenos locais tendem a serem absorvidos pela dinâmica global, Gohn (2004, p. 294) acredita que “é necessário que se demarquem as peculiaridades históricas locais, no plano econômico, político, social e, fundamentalmente, no plano cultural”. Ou seja, é necessário separar tendências gerais de especificidades nacionais e locais. Rosenmann (2005, p. 154) reforça esse argumento ao afirmar que se faz mister incorporar “elementos como a destruição ecológica, o meio ambiente, os problemas de gênero, de etnia e os derivados das atuais condições de colonialismo global e exploração global”. Nesse prisma, Gohn (2004) define os movimentos sociais como:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas [socioeconômicas e político-culturais] vivenciados pelo grupo em sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 2004, p. 251, interpolação nossa).

Em outras palavras, os movimentos sociais são fenômenos históricos, que decorrem de lutas sociais específicas. Na medida em que a sociedade civil e política muda, eles também se transformam (GOHN, 2004). Quanto à tipologia, a referida autora os agrupa em movimentos construídos a partir: 1) da origem social da instituição que os apóia; 2) das características da natureza humana (sexo, idade, raça e cor); 3) de determinados problemas sociais; 4) da conjuntura política de uma nação (socioeconômica, cultural etc) e; 5) de ideologias.

Dessa classificação, a esta pesquisa interessam aqueles construídos a partir de determinados problemas sociais, caracterizados pela luta por equipamentos coletivos de consumo, como escola, saúde, transportes, lazer etc. Além dessas demandas, este tipo de movimentos, segundo Gohn (2004), luta pela preservação e uso controlado de outros bens. Surgem assim os movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas, pela preservação do patrimônio histórico e em defesa de animais e plantas em geral. Nesta ótica estuda-se o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

Nessa perspectiva teórica também se enquadra o “Ecologismo Social”, apontado por Diegues (1998), no livro *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, no qual o estudioso discorre sobre o surgimento e as implicações dessa tendência nos movimentos sociais de culturas tradicionais, a exemplo dos pescadores artesanais. Esse fenômeno surgiu em meados da década de 1980, sendo um tipo ambientalismo ligado às questões sociais que, conforme Diegues (1998, p. 130) explica: “surge no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar, e, conseqüentemente, caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza [...]”.

O Ecologismo Social luta pelo acesso irrestrito das culturas tradicionais aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção, baseados em técnicas alternativas. De acordo com Diegues (1998), o Movimento de Pescadores Artesanais, o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos das Barragens e os Movimentos Indígenas enquadram-se nesse tipo de ação social coletiva. Para o autor, o Ecologismo Social é fruto das contínuas agressões aos modos de vida tradicional, ameaçando desorganizar ecológica e culturalmente as populações tradicionais.

Com base nos conceitos apresentados por Callou (1986, 1994), Diegues (1983, 1995, 1998), Gohn (2003, 2004), Peruzzo (1998), Sherer-Warren (1996), Silva (1988, 2004), Ramalho (1999, 2004), Rosenmann (2005) e Santos (2005) entende-se que os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos político-sociais construídos como expressões coletivas de luta, resistência e poder de pescadores, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas, socioeconômicas e político-culturais, desenvolvem uma identidade coletiva – em forma de organização - que luta pela manutenção de seus bens materiais e simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção, baseados em técnicas alternativas. Esses movimentos acontecem em relações de conflito e poder, entre os pescadores - como atores sociais de camadas populares - e o poder instituído do modo de produção capitalista, quer seja do ponto

de vista político (Estado), quer seja contra o grande capital (empresas) ou mesmo contra a própria cultura política vigente (Estado e Capital).

1.3 Extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento local

As primeiras experiências de Extensão Rural no Brasil se desenvolveram no meio agrícola, na década de 1930. No que tange à pesca, a atividade surge no Sul do país, no Estado de Santa Catarina, a partir de uma série de medidas adotadas pelo governo, a exemplo da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, quando a pesca passa a ser reconhecida como indústria de base. Nesse período, o governo lança diversos planos e linhas de crédito, além de enormes subsídios para a exportação de pescado.

Logo após essa fase de incentivos fiscais da SUDEPE, surge a Extensão Pesqueira que, entre 1968 e 1973, promove uma política extensionista fundamentada na Difusão de Inovações, seguindo o modelo rogeriano²¹, cujo objetivo primordial centrava-se na industrialização do setor pesqueiro brasileiro. Materializado no Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART) envolvia crédito e formação de cooperativas para a venda do pescado, visando, por meio da difusão tecnológica, modernizar o setor pesqueiro artesanal.

Investindo nessa modernização, a Extensão Pesqueira implementou um programa educativo baseado na assistência técnica, econômica e social junto às Colônias de Pesca, cujo objetivo era intensificar a produção nacional, além de melhorar suas condições de vida das populações pesqueiras.

Nesses termos, o conceito extensionista na pesca não se diferenciou da extensão rural americana, pois ambos adotaram o modelo difusionista-inovador, que lançava mão de práticas marcadas pelo caráter vertical da comunicação, negando os pescadores como sujeitos históricos e cognoscitivos. Principalmente, porque os engenheiros de pesca à época conheciam muito pouco dos aspectos culturais e desconsideravam os saberes locais das populações pesqueiras por considerá-los ultrapassados (CALLOU e TAUK SANTOS; CALLOU, 2003, 2006).

O difusionismo ganhou fôlego através de pesquisadores norte-americanos no campo da Comunicação para o Desenvolvimento - como também se denominavam as atividades de

²¹ O modelo do pesquisador norte-americano Everett Rogers é o da difusão de inovações, considerada estratégia-chave para o desenvolvimento da agricultura e da pesca brasileira, em termos de modernização. O modelo rogeriano buscava a possibilidade de uma mudança social, a partir da incorporação de novas tecnologias agropecuárias ou de pesca ao processo produtivo, via diferentes estratégias de comunicação, gerando aumento de produção e, conseqüentemente, uma melhor condição de vida para as comunidades consideradas atrasadas. Cf. CALLOU, 2006.

Extensão Rural - que influenciaram a produção científica do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina – CIESPAL (CALLOU, 2006). Como pólo disseminador de conhecimentos, esse centro ajudou a manter e consolidar em território latino-americano o significado de Extensão como difusora de inovações. Por isso, os extensionistas brasileiros não tinham consciência do processo comunicacional verticalizado, pois a difusão de tecnologias modernas fundia-se com o significado do extensionismo original, educativo e humanista. (FIGUEIREDO apud CALLOU, 2007).

Assim, quem atuava na Extensão Pesqueira, nos anos 1970/80, herdou uma forma de trabalho paternalista e antidialógica (CALLOU, 2006), de pacotes e projetos prontos para serem consumidos pelos pescadores artesanais, sem questionamento. Os engenheiros de pesca acreditavam que a extensão promoveria o desenvolvimento social e econômico do setor, independente do histórico e das tradições das comunidades litorâneas.

Fonseca, citada por Silva (2003), explica que as práticas extensionistas no Brasil foram construídas com base numa visão empírico-positivista da realidade, permeada por uma ideologia liberal, contribuindo assim para o significado fusionado da Extensão Rural e Pesqueira. Callou (2007) tem mesma opinião:

Há uma íntima relação das significações assumidas pela Extensão Rural e Extensão Pesqueira ao longo de sua história, com a própria dinâmica do capitalismo brasileiro. As noções de desenvolvimento que essas significações ensejam, estão, também, por seu turno, ao sabor dessa dinâmica. Tudo leva a crer que as significações apresentadas pela Extensão, até esse momento, são significações mais afetas [...] aos dominadores do que uma alternativa aos dominados. (CALLOU, 2007, p. 170).

Esse contexto só vai ser modificado com a repercussão do livro de Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação?*, lançado no Brasil em 1977. Freire negava toda a construção teórica e prática realizada pelo extensionismo americano em território latino-americano, além de acabar com a noção da Extensão Rural como sinônimo de educação para o desenvolvimento das populações rurais. Incorporou-se, assim, um novo significado à Extensão, tendo a educação como prática de liberdade e não mais como extensão de conhecimentos. Ou seja, uma educação dialógica e uma comunicação horizontal, incentivando uma participação dos beneficiários da Extensão Rural e Pesqueira (CALLOU; SILVA, 2006, 2003).

Em Pernambuco, os movimentos sociais de pescadores começaram a se organizar em meados da década de 1960 e, nos 1970, ganharam mais força com ajuda do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), cujo trabalho revelou “caminhos teórico metodológicos mais promissores de extensão pesqueira através de estratégias de comunicação dialógica”

(CALLOU, 2003, p. 25). Pautado pela metodologia Ver-Julgar-Agir²², o CPP adotou uma linha de ação paulofreiriana, baseada na comunicação horizontal, levando em consideração os interesses dos pescadores (CALLOU e TAUKE SANTOS, 2003).

Essa proposta se contrapunha à forma tutelada como a categoria vinha sendo tratada pelo Estado que, através de seus órgãos, impôs uma modernização forçada utilizando uma comunicação vertical. As estratégias de comunicação da CPP recuperaram a história dos pescadores, criando o boletim *O Leme*, na década de 1970 (CALLOU, 2007), enviado mensalmente às colônias de pescadores e cuja última edição data de 1993.

Além disso, o CPP lançou em 1984 dez cartilhas da série *História dos Pescadores Brasileiros*, abordando desde as origens étnicas dos pescadores até a fundação das colônias. À luz da Teologia da Libertação, as práticas extensionistas da pastoral buscavam rever o papel das colônias de pesca nas comunidades litorâneas e, a partir daí, apoiar as mobilizações dos pescadores, tanto para reestruturar essas entidades de classe, quanto para levar adiante suas reivindicações no setor ambiental, de previdência social, entre outros.

Com base nas reflexões de Lima (2007) sobre articulação do ensino, pesquisa e extensão, é possível dizer que as práticas extensionistas da Pastoral parecem admitir que, na relação educativa, o pescador é sujeito histórico cujo fazer tem de ser vivenciado dentro de uma prática concreta e histórica e num processo educativo-comunicacional do qual ele participa de forma ativa. Na comemoração dos 40 anos do Conselho Pastoral dos Pescadores, realizada em março de 2010, uma importante liderança dos pescadores refletiu acerca do trabalho do CPP junto à categoria: “Eu acho importante [...] a pastoral tem que intervir. Não tomar à frente, mas intervir a favor dos pescadores. Eu aprendi na Pastoral que pescador também manda [...] Aprendi a expressar nossos cantos, nossa cultura” (TOINHO PESCADOR, mar, 2010).

Já as ações extensionistas governamentais, no campo da pesca, não obtiveram os resultados esperados, nem na modernização do setor e difusão de tecnologias, nem na melhoria das condições de vida dos pescadores (CALLOU e TAUKE SANTOS, 2003). Ao contrário, essa política mostrou-se ineficiente, porque não conseguiu produzir um efeito positivo no setor artesanal, gerando implicações muitas vezes negativas na vida desses trabalhadores do mar.

²² As comunidades eclesiais de base (CEBs) promovidas pela Igreja Católica e sua teologia da libertação orientam-se pela metodologia Ver-Julgar-Agir, na qual “ver” se refere ao diagnóstico das questões prioritárias dos grupos de pobres e oprimidos. O “julgar” é a ligação entre essas questões e uma passagem bíblica e o “Agir” diz respeito ao plano para solucionar os problemas. Cf. Callou (1986).

Com o advento da democratização na América Latina, no final dos anos 1980, consolidou-se uma perspectiva mais democrática de conceber e fazer Extensão Rural e Pesca no Brasil. Pelo menos no discurso, pois as organizações governamentais incorporaram as teorias freireanas de participação popular na Comunicação Rural (TAUK SANTOS, 1994, 1995, 2000). Esse processo foi abruptamente interrompido com a extinção do sistema EMBRATER e SUDEPE, em 1989 e 1990, respectivamente, deixando as atividades de extensão à deriva nos Estados (CALLOU, 2007).

A despeito das críticas feitas às políticas públicas da SUDEPE, voltadas para a modernização da pesca artesanal, as mesmas foram importantes para o desenvolvimento do setor, pois ofereciam um serviço de apoio às comunidades pesqueiras, através da Extensão Pesca. O fim da entidade provocou uma diminuição de projetos para a pesca, prejudicando os pescadores artesanais e levando a própria Extensão Pesca a uma profunda crise (CARVALHO e CALLOU, 2007).

O ambiente litorâneo também foi afetado pelos processos globalizantes e o neoliberalismo que, segundo Neto (2009), preconizava a desregulamentação dos mercados em todas as suas dimensões e a construção do Estado mínimo afastado das decisões econômicas fundamentais e voltado para atividades nas quais o mercado não tivesse nenhum interesse. Esses fatores aliados à expansão de tecnologias eletrônicas e informacionais incidiram definitivamente no modo de vida das comunidades pesqueiras artesanais (CARVALHO e CALLOU, 2007).

Para Silva (2003, p. 101, interpolação nossa), essa conjuntura política e econômica mundial gerou intervenções no meio físico litorâneo brasileiro, a exemplo da crescente urbanização e inclusive mudou as relações sociais de vilas e povoados, que deixaram de ser meras comunidades pesqueiras para tornar-se “comunidades litorâneas multifacetárias, onde a atividade pesqueira tradicional [abriu] espaço para a convivência com várias outras atividades econômicas”. Isso significa, ainda segundo o referido autor, que a pesca não se configurava mais como o simples exercício de captura de pescado, agregando atividades aliadas ao turismo, ao artesanato, à indústria e, inclusive, às novas formas de beneficiamento e comercialização da produção. Surgiram, assim, “novas” atividades econômicas não necessariamente pesqueiras²³.

²³ Cabe explicar que tais atividades são, na verdade, antigas no meio pesqueiro e rural brasileiro, porém, estudiosos as denominam de “novas ruralidades”, pois só recentemente ganharam relevância econômica por serem importantes fontes e alternativas de emprego e renda para as populações rural e pesqueira, que convivem com a contínua diminuição do trabalho. Cf. CALLOU, 2006; SILVA, 2003.

Ancorada nessas “novas ruralidades” no meio pesqueiro, na crescente exclusão social provocada pelos processos contraditórios da globalização e, ainda, nos estudos culturais da comunicação na América Latina²⁴, a Comunicação Rural para o Desenvolvimento Local se configurou enquanto objeto de estudo e de ação no meio pesqueiro, como “um processo viabilizador de um fórum local com capacidade de definir e gerar localmente políticas de desenvolvimento” (TAUK SANTOS, 2000, p. 35).

Ou seja, atuava como gestora de dinâmicas comunicacionais para o desenvolvimento local (CALLOU e BRAGA, 2005). De acordo com Tauk Santos e Callou (2006, p. 71), os avanços teórico-metodológicos permitem englobar na temática da Comunicação Rural para o Desenvolvimento Local, tanto a Extensão Rural quanto a Extensão Pesqueira, pois ambas “assumem a perspectiva do desenvolvimento local sustentável, contemplando a organização e participação popular”. Assim, segundo esses autores:

pensar o desenvolvimento da pesca no Brasil a partir da Extensão Pesqueira passa [...] pela noção de Desenvolvimento Local. Em primeiro lugar, porque os antigos modelos de gerência e desenvolvimento já deram mostras do seu fracasso, tanto na agricultura quanto na pesca, sobretudo no que diz respeito às populações camponesas. Em segundo lugar, porque a onda neoliberal tem se encarregado de deslocar dia após dia o Estado da condição de provedor de políticas de desenvolvimento dos setores primários da economia, para a condição de parceiro (CALLOU e TAUK SANTOS, 2003, p. 230).

Essa abordagem, que elege as culturas populares como espaço privilegiado de investigação, considera que a Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local deve gerar processos comunicativos dialógicos e participativos, isto é, intervenções extensionistas na perspectiva de construir mudanças. Principalmente, numa época em que o Estado-providência cede lugar ao Estado-parceiro, os movimentos sociais negociam e atuam em parceria com entidades governamentais e o rural se imbrica com o urbano no massivo²⁵.

Essa tendência se manteve ao longo dos anos 1990, quando os movimentos sociais passaram a aglutinar não só as bases demandatárias, assessores e lideranças, como também outras entidades sociopolíticas (igrejas, sindicatos, ONGs), setores da mídia, formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários (GOHN, 2004).

Ou seja, viram-se na necessidade de “redefinir suas estratégias de intervenção/[extensão], antes limitadas apenas à esfera reivindicatória, para o domínio do econômico, estabelecendo [...] parcerias com o setor público e privado” (LEVESQUE e

²⁴ Sobre isso ler ESCOSTEGUY, 2001; TAUK SANTOS, 2000, 2008.

²⁵ Sobre as teorias latino-americanas de culturas populares ler CANCLINI, 1983, 1997; TAUK SANTOS, 2000, 2008.

MAGER apud TAUKE SANTOS, 1998, p. 114, interpolação nossa). Nesse contexto, foi necessário repensar teorias que dessem conta do que havia de novo no velho objeto, isto é, na Extensão Rural e Pesca (TAUKE SANTOS, 2000).

Com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em 2003, mais uma vez o Estado convoca as populações pesqueiras a participarem no processo de desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma estratégia viável para que a Extensão Pesqueira possa enfrentar os desafios contemporâneos de exclusão social e marginalização das comunidades pesqueiras (CARVALHO e CALLOU, 2007). Nesse sentido, as práticas extensionistas apóiam a pesca artesanal, pregando uma política pesqueira norteada pela produção sustentável do pescado para enfrentar a desigualdade social, com crescimento, emprego e renda (BRASIL apud CARVALHO e CALLOU, 2007).

Essa visão faz parte da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que visa estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável nos setores: agrícola, não agrícola, pesqueiro e de extrativismo. Busca-se fortalecer a agricultura familiar, visando a qualidade de vida e a adoção dos princípios da Agroecologia (BRASIL apud CALLOU, 2007). Vale destacar que a noção de participação incorporada nesse discurso governamental não é mais aquela defendida pelos movimentos populares nos anos 1970/80. “Naquele período, a participação tinha um significado de conquista [...] Agora, parece ter um significado de consentimento ou uma espécie de ‘passaporte-cidadão’” (CALLOU, 2007, p. 17).

Nesses termos, o conceito de desenvolvimento (local) sustentável continua sendo estratégico para resolver mediante uma dinâmica de *concertação* ou *orquestração* de diferentes setores, os problemas da exclusão social, gerados pelos processos globalizantes (CALLOU, 2006). Nessa ótica, o desenvolvimento local substitui a noção de cidadania, passando a ser utilizado, segundo Oliveira (2001, p. 24), como “sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito”. Transforma-se em uma panacéia “capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades” (OLIVEIRA, 2001, p. 13). Por conta disso, a maior parte das definições de desenvolvimento local se parece hoje mais com “adaptações dos dominados do que alternativa à dominação” (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

Outra forma de conceber o desenvolvimento local é através do olhar da ONU e outras agências internacionais, as quais tentam aproximar o conceito à noção de desenvolvimento humano entendido como “a satisfação de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida”. (OLIVEIRA, 2001, p. 11). O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

(ATER) que o governo federal presta, atualmente, para as populações que vivem e produzem em regime de economia familiar parece compartilhar da mesma visão, quando se propõe a “viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (BRASIL apud RAMEH e SILVA, 2009, p. 2).

Tal aproximação, segundo Oliveira (2001), mostra-se insuficiente para dar conta do conceito de desenvolvimento local que se deseja, pois carece de duas dimensões essenciais: uma referente ao “não desenvolvimento local” ou subdesenvolvimento característico de países periféricos, como o Brasil, nos quais o conceito não está atrelado ao desenvolvimento total ou surge, ainda, como um desenvolvimento local na forma de “alternativa” ou reproduzindo a forma estrutural de exclusão.

A segunda dimensão é a noção de cidadania que, em vez de ser vista como sinônimo de bem estar ou qualidade de vida (o que não é concessão, mas direito de todo cidadão), deve referir-se “ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo massa” (OLIVEIRA, 2001). Trata-se de uma cidadania adquirida por meio do conflito, da auto-reflexão das culturas tradicionais e não na forma como ela é percebida na visão neoliberal de desenvolvimento local, ou seja, equivalente ao não-conflito, à harmonia, à paz social.

Portanto, a concepção de desenvolvimento local que se requer, no âmbito da Extensão Pesqueira, é aquela que dê conta de mobilizar os diversos atores sociais para resolver problemas ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização das decisões e de promoção de justiça social (TAUK SANTOS e CALLOU, 1995). Mas, que tampouco perca de vista as contradições e conflitos gerados pelos processos globalizantes e o modelo neoliberal.

A interação e interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas, do local ao global, são fatores intrínsecos ao conceito de desenvolvimento local. Este, porém, deve ser um projeto de transformação social, envolvendo fatores culturais, sociais e políticos que não se regulem exclusivamente pelo mercado, pois, embora as variáveis econômicas sejam essenciais, não são suficientes para promover um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável (MILANI, 2005).

Nesse sentido, o referido autor defende que, embora seja fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto plano integrado ao mercado, ele deve também ser concebido como “fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural” (MILANI, 2005, p. 3). E, neste ponto, cabe refletir sobre uma das dimensões que a Extensão Pesqueira para o

desenvolvimento local deve contemplar: a formação de extensionistas que promovam essa *concertação* entre os diversos atores do cenário pesqueiro nacional, sem desconsiderar os conflitos entre eles existentes.

Ao incorporar os processos de gestor do desenvolvimento local, nos termos assinalados por Callou (2003, 2006, 2007), Milani (2005), Oliveira (2001) e Tauk Santos (2000, 2003), o escopo da Extensão Pesqueira pode ser ampliado para além das políticas públicas, incorporando uma abordagem que permita estudar as práticas extensionistas no âmbito dos movimentos sociais de pescadores. Principalmente, por eles se posicionarem como atores principais (e não mais coadjuvantes) na construção do desenvolvimento de comunidades pesqueiras contemporâneas, fortalecendo a sua organização “sem interferir nas decisões [locais], contribuindo apenas como facilitador dos processos [comunicacionais]” (MATOS, 2005, n.p, interpolação nossa).

É sob essa ótica e a partir do cenário local/global, que o presente trabalho busca entender as contribuições do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) no papel de gestor de processos comunicacionais para o desenvolvimento de comunidades pesqueiras. Nesse aspecto, identificam-se as parcerias realizadas pelo MONAPE ao longo de 19 anos de luta e se as mesmas representam “o encontro de vários atores para a realização de um objetivo comum, compartilhando recursos, esforços, riscos e perdas” (JARA, 2001, p. 111).

Em outras palavras, se o movimento e os diversos atores sociais estabelecem diálogos “visando a parceria para atingir objetivos de mudança social no Estado” (JARA, 2001, p. 111, interpolação nossa). Nesse âmbito, o desenvolvimento local adquire o sentido de teia de relações tramadas por pessoas e suas inter-relações, possibilitando ao movimento funcionar como um “Ser Social” (JACOBS; FUKAYAMA apud FRANCO, 2001).

Outras dimensões do desenvolvimento local que se observam no MONAPE são a construção do capital social e capital humano. Para Jara (apud ALVES, 2009, p. 23) capital humano é “a capacidade de usar o conhecimento adquirido para resolver problemas postos pela sociedade e de realizar processos produtivos integradores e equitativos”. O capital social, por sua vez, se refere a “habilidade de auto-organização, solidariedade, colaboração horizontal, participação em instituições e organizações que estimulam a confiança e a reciprocidade nos relacionamentos entre grupos e atores sociais, em prol de um objetivo comum” (JARA apud ALVES, 2009, p. 23). Com base em Matos (2005), avalia-se ainda se os métodos de organização social do MONAPE constroem autonomia, geram alianças e articulações com outros atores, além de fomentar iniciativas locais.

Em suma, neste trabalho o Movimento Nacional dos Pescadores é estudado à luz do conceito de Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local, que considera as “dificuldades e oportunidades, necessidades e potencialidades, carecimentos e ativos, problemas e vantagens comparativas, [que] são descobertos em universos cada vez mais próximos do cidadão à medida que aumentam os níveis do capital humano e do capital social” (FRANCO, 2006, n.p). Além disso, que dê conta da realidade cada vez mais complexa das comunidades pesqueiras, onde não é mais possível “pensar em impor diretrizes unificadas, de cima para baixo e de modo centralizado, a partir de instâncias abstratas como o Estado-nação e os governos intermediários” (FRANCO, 2006, n.p).

Com base em Oliveira (2001) e Franco (2006), é possível dizer que, enquanto mais enfrente criticamente os processos “dominantes” de globalização da sociedade, fugindo da conceituação apaziguadora da sociedade civil como o lugar do não-conflito, um lugar de *concertação* acrítica, mais oportunidades terá o MONAPE de explorar os recursos dos pescadores artesanais, exaltando seu modo de vida e convivência social para construir e afirmar uma identidade local.

Para alcançar os objetivos do desenvolvimento local sustentável se faz mister que as estratégias de comunicação sejam concebidas a partir de uma prática extensionista, na qual os pescadores ou camponeses possam definir, como sujeitos do processo comunicacional, as suas prioridades e necessidades. Afinal, o desenvolvimento local traz em seu bojo a ideia de sustentabilidade que, por sua vez, se coloca como uma das principais preocupações que cercam o mundo pesqueiro hoje.

Nesse sentido, o caráter dialógico e, conseqüentemente, participativo de um movimento social, como o MONAPE, só pode ser garantido através de estratégias que pressuponham uma comunicação democrática que convoque os diversos atores a participação cidadã para o desenvolvimento local. Participação essa que, como um ato de liberdade, revele um cidadão “capaz de criar ou transformar, com os outros, a ordem social, a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar” (TORO e WERNECK, 2007, p. 21).

Nas organizações e segmentos organizacionais que lidam com a incerteza, diz Hall citado por Kunsch (2003), o sistema de comunicação é vital no processamento de funções administrativas, de informações e, ainda, no relacionamento da organização com o meio externo. Nesses termos e com base em Kunsch (2003), entende-se que a comunicação dentro de um movimento social, e dele com outros setores da sociedade, define e determina as condições da sua existência e a sua direção.

Isso coloca a comunicação num patamar estratégico na organização de um movimento social, tornando-se um elemento facilitador para compreender os processos sociais na “construção de uma mudança democrática, baseada na justiça social, na igualdade e na cidadania plena” (NILO apud MELLO, 2005, p. 10). Assim, a comunicação acaba funcionando como “articuladora de culturas, de práticas comunicativas e [dos próprios] movimentos sociais” (ARAÚJO apud MELLO, 2005, p. 11, interpolação nossa).

Nesse aspecto, consideram-se objeto da presente pesquisa aquelas estratégias de comunicação apontadas por Tauk Santos (2003, p. 17), isto é, que criem “meios para permitir a circulação regular de informações de interesse local”, sendo também voltadas para a mobilização popular no sentido de enfrentar problemas no âmbito pesqueiro.

Ou seja, verifica-se se as estratégias de comunicação do MONAPE criam meios ou veículos – como proposto por Toro e Werneck (2007) - capazes de criar, mobilizar, circular e compartilhar informações e sentidos junto aos pescadores artesanais e aos diversos públicos com o quais o movimento interage, na busca de melhores condições de vida e trabalho para as comunidades pesqueiras.

Nesses termos, reforça Henriques (2007, 20-21), a principal função da comunicação em um projeto de mobilização é “gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e valores”. Para que essas ligações existam, diz esse autor, é necessário que haja co-responsabilidade, isto é, que os públicos (interno e externo) se sintam responsáveis pelo sucesso do projeto, compreendendo que sua participação é vital para isso. Esse enfoque inclui a construção e manutenção de meios de comunicação próprios para divulgar idéias e políticas (VIZER, 2007).

Neste ponto, vale a pena refletir sobre as palavras de Callou (2006, p. 112) para quem: “É sempre bom lembrar que as estratégias de comunicação embutidas nas metodologias participativas, ou em qualquer outra metodologia de ação extensionista, são produtoras de informações e sentidos. Não são neutras”, podendo produzir sentidos, mesmo utilizando os mesmos meios de comunicação.

Nos termos assinalados, os movimentos sociais podem usar dois tipos de comunicação apontados por Kunsch (2003) e Cesca (2006): a massiva e a dirigida. A primeira utiliza veículos que atingem um grande número de pessoas, uma massa heterogênea e anônima que recebe inúmeras informações procedentes de jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, outdoors, entre outras mídias externas (CESCA; KUNSCH, 2006, 2003). Consideram-se assim anúncios publicitários, matérias em jornais ou revistas, *spots* de rádio, programas em

emissoras de rádios e televisão, além de produtos audiovisuais como filmes, documentários, além de material jornalístico publicado na Internet.

A comunicação dirigida, por sua vez, tem por finalidade transmitir ou conduzir informações, estabelecendo uma comunicação orientada e frequente com um público determinado e específico, devendo ser adotada cotidianamente pelos movimentos sociais (CESCA; HENRIQUES; KUNSCH, 2006, 2007, 2003).

Segundo Toffler citado por Kunsch (2003, p. 186-187), as organizações buscam meios alternativos de comunicação direta cuja seleção seja “feita pelo próprio homem, que avalia e escolhe o que mais lhe interessa [...] desmistificando os meios de comunicação de massa”. A comunicação dirigida seria, assim, “uma forma de comunicação humana destinada a propiciar maior interação entre pessoas e grupos, pois quanto mais direta for, melhor será o resultado de qualquer comunicação. Na comunicação dirigida, comunicador e receptor se identificam” (VASCONCELOS e OLIVEIRA apud KUNSCH, 2003, p. 186-187).

Existem quatro tipos de comunicação dirigida, segundo Souza Andrade citado por Kunsch (2003) e Cesca (2006): escrita, oral, auxiliar e aproximativa. A essa classificação é possível acrescentar outros meios apontados por Charles Redfield (apud Kunsch, 2003): pictográficos, escrito-pictográficos e simbólicos.

A comunicação dirigida *escrita* é representada pela correspondência (cartas, ofícios, memorandos, telegramas, email, cartão-postal etc), mala-direta (folhetos, circulares) e publicações (jornais, boletins, revistas, relatórios, manuais, folhetos institucionais, cartilhas, folders etc). Nesta classificação Cesca (2006) acrescenta ainda quadro de avisos, cartaz/banner, caixa de sugestões, comunicados à imprensa (*press release*), entre outros.

A comunicação dirigida *oral* está presente em: discursos, alto-falantes, telefones, conversas face a face, reuniões, colóquios, seminários, fóruns, painéis, simpósios, conferências, mesas-redondas, assembléias. Por sua vez, a comunicação dirigida *auxiliar* é representada pelos veículos de comunicação audiovisual (vídeos, filmes, videojornal e similares). Nessa modalidade também podem estar inclusos todos os meios digitais e telemáticos, conforme Kunsch (2003) explica:

a rede mundial de computadores (*world wide web*) e suas aplicações revolucionaram completamente o mundo das comunicações tanto as dirigidas quanto as massivas. Assim, o uso da internet, da intranet, do CD-ROM, do DVD e de todos os recursos possíveis, que poderão ‘auxiliar’ a comunicação das organizações com seus públicos, nas mais diferentes formas e ocasiões (KUNSCH, 2003, p. 188).

Por ser visual, essa classificação também pode abarcar os meios pictográficos: mapas, diagramas, pinturas, fotografias, desenhos, ideografias, entre outros. Nela também estão

inclusos os meios escrito-pictográficos que se valem da palavra escrita e da ilustração. São cartazes, gráficos, diplomas e filmes com legenda. Na comunicação dirigida *auxiliar* também se incluem os meios simbólicos: insígnias, bandeiras, luzes, flâmulas, sirenes, sinos e outros sinais que se classificam tanto como visuais quanto auditivos.

Já a comunicação dirigida *aproximativa* traz ou aproxima os públicos para junto da organização, o que se dá através de meios como visitas, datas especiais, comemorações, festas cívicas, feiras, exposições etc. Essa comunicação “caracteriza-se pela presença física e pelo contato direto e pessoal dos públicos com a organização. Trata-se, portanto, de uma comunicação interativa presencial” (KUNSCH, 2003, p. 189).

CAPÍTULO II

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESCADORES NO BRASIL

2.1 Origens e trajetória dos pescadores artesanais: da Colônia ao Império

Durante séculos, todo o litoral brasileiro foi habitado por comunidades tradicionais de pescadores, os quais, desde a colonização do Brasil, vivem numa situação marginal “superexplorados economicamente e supertutelados politicamente” (SILVA, 1988, p. 23). Com a dominação portuguesa e a introdução massiva de escravos africanos, a trajetória da categoria esteve ligada à história de grupos oprimidos da sociedade colonial, como o índio, o escravo africano e, posteriormente, os camponeses²⁶. Este início, sobretudo no Nordeste do Brasil, fez com que os pescadores tivessem suas raízes psico-sociológicas na escravidão, além de suas raízes técnicas e culturais nos índios e africanos (CCFD, 1997, p. 4).

Datam também desse período os primeiros regulamentos, tentativas de controle da produção de pescado e impostos (CCFD; SILVA, 1997, 1988). De acordo com Silva (1988, p. 52), a primeira prática oficial em relação à pesca remonta à doação das Capitânicas Hereditárias, no século XVI. Especificamente na Capitania de Pernambuco, os pescadores tinham a obrigação de doar um peixe à Capitania a cada dez que pescavam. Além da cobrança do dízimo sobre o pescado, houve um monopólio de outras atividades que afetavam o modo de vida dos trabalhadores do mar, a exemplo da pesca da baleia e os pesqueiros reais da Amazônia²⁷. Outra arbitrariedade se referia à jornada diária de trabalho que, caso não fosse cumprida, poderia acarretar na prisão do pescador por trinta dias. A esse respeito, Silva (1988) encontrou registros junto à Capitania do Ceará, incidindo diretamente sobre os *jangadeiros*²⁸.

Fora as intervenções na produção, os pescadores viram sua organização social subjugada às ordens do Estado Colonial, que os hierarquizava, colocando no comando aqueles “de mais

²⁶ Delgado, citado por Pires (2009, p. 176, interpolação nossa), considera que camponeses e pescadores se parecem em dois aspectos: “na sua inserção periférica na estrutura de poder econômico dominante [e] na sua história de resistência frente a esse poder econômico”. Mas, apesar dessas similaridades e de ambos estarem inseridos na pequena produção mercantil, Diegues (1983, 1995, 1999) explica que os conceitos e metodologias utilizados para analisar as sociedades camponesas são inadequados para explicar as relações que existem nas comunidades de pescadores. Sobretudo, porque as práticas e o modo de vida dos pescadores artesanais se constroem em relação a um meio tanto física quanto socialmente instável e imprevisível: o oceano.

²⁷ Cf. Callou (1986); Silva (1988).

²⁸ Diegues (2002) explica que os *jangadeiros* são pescadores marítimos que habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia, pescando com jangadas ou com botes, que muitas vezes substituíram as jangadas, sobretudo a partir dos anos 1950. Os jangadeiros utilizam as ‘jangadas de alto’ para pesca em alto-mar, enquanto os botes e pequenas jangadas servem para a pesca costeira estuarina. Os jangadeiros detêm um grande conhecimento da arte da navegação e identificação dos locais de pesca.

porte e capacidade” a quem “todos os outros jangadeiros respeitarão e obedecerão” (SILVA, 1988, p. 65-66). Os pescadores também eram obrigados a dar a maior parte da pescaria à grupos privilegiados como os legisladores, a câmara, o clero e as forças armadas. Isso gerava um sobretrabalho obrigando-os, muitas vezes, a pescarem além de suas necessidades, sob a pena de serem presos. (SILVA, 1988).

Até mesmo na formação da primeira colônia de pescadores, a Nova Ericeia, em Santa Catarina, nota-se uma imposição do Estado. A tentativa de criar uma vila de pescadores para fomentar a atividade pesqueira acabou não dando certo porque o governo desconsiderou as aspirações dos pescadores. A colônia tornou-se mais um departamento da Marinha Portuguesa, que à época administrava a entidade “a revelia dos interesses concretos de seus 101 fundadores que sobreviviam unicamente da pesca” (SILVA, 1988, p. 67).

Apesar da pesca crescer e ganhar importância na sociedade escravista-colonial, os pescadores continuavam enfrentando monopólios opressivos e sofrendo exploração brutal de sua força de trabalho. Paradoxalmente, eles foram importantes agentes em conflitos e movimentos sociais da época, como a guerra do açúcar, a guerra contra os holandeses e, ainda, a guerra da independência da Bahia²⁹. Conforme explica Silva (1988, p. 75): “foram sobretudo os pescadores, através dos conhecimentos de navegação, inerentes à sua atividade, que determinaram os resultados dos conflitos”.

Para o autor, a participação dos pescadores nessas guerras consolidou-se, mais tarde, como uma base sólida quando estes “passaram a encarar à sua realidade e a realidade circundante, não a partir dos pontos de vista [...] das classes dominantes, mas a partir dos seus próprios”. Foi, portanto, “desde a formação do escravismo-colonial, que se desenvolveu uma categoria sócio-profissional específica no Brasil – os pescadores - que, a despeito de ser extremamente explorada, adquiriu um caráter econômico autônomo e específico da sociedade escravista-colonial” (SILVA, 1988, p. 50).

A independência de Portugal tampouco trouxe aos pescadores uma melhoria significativa nas condições de vida e trabalho. Na realidade, no Brasil Império, a dominação do Estado continuou, obrigando-os a se cadastrarem junto à Capitania dos Portos, criada em 1845, ficando sujeitos ao serviço naval da Marinha de Guerra, sem ônus para o Estado (SILVA, 1988). Esse mesmo sistema também nomeou capatazes em cada distrito, introduzindo a prática de responsáveis que tinham nem a competência profissional nem a

²⁹ Cf. SILVA, 1988.

liderança natural. Esta herança preparou a criação das atuais colônias, onde mandam aqueles que os pescadores chamam de ‘pelegos’³⁰ (CCFD, 1997, p. 5).

Essas medidas não encontraram aceitação na categoria, que promoveu uma luta silenciosa marcada por fugas, omissões e até as deserções das matrículas e recrutamentos, representando uma forma de resistência muda dos pescadores contra o regulamento da profissão imposta por um Estado autoritário que contrariava suas formas de viver e produzir. (SILVA, 1988).

A natureza militar da regulamentação dos pescadores e as suas próprias condições de vida e trabalho sob o escravismo dificultaram a construção de uma consciência da profissão pesqueira (SILVA, 1988). Segundo esse autor, o amadurecimento do nível de consciência da categoria só aconteceu nos dois grandes movimentos de massa, ocorridos durante o Império: a Cabanagem do Pará e o processo de abolição dos escravos no Ceará³¹. “Neles a participação efetiva dos pescadores, mais consciente que em outros movimentos sociais vistos anteriormente, é inequívoca” (SILVA, 1988, p. 193).

Esses fatos demonstram que os pescadores lutaram ao longo da história do Brasil junto ao povo oprimido ou mesmo ao lado das elites, “quando sentiram que sua participação era tão oportuna quanto necessária à vitória de várias causas fundamentais para o destino de toda a sociedade” (SILVA, 1988, p. 188). A participação efetiva nesses conflitos foi um fator crucial na formação de uma consciência do “ser pescador”, inserido numa sociedade egressa da colonização, do escravismo, do trabalho compulsório (SILVA, 1988). Apesar ou por causa de tantos regulamentos, impostos e chefia nomeada, os pescadores reagiram participando ativamente e, às vezes, decisivamente das lutas de protesto e de libertação da época (CCFD, 1997).

Entretanto, poucos relatos históricos têm feito jus aos pescadores, cuja participação em levantes populares, que levaram o país e diversos estados a ganhar sua independência política, tem sido desconsiderada (POTIGUAR JÚNIOR, 2002). No Nordeste, por exemplo, na luta contra os holandeses, em Pernambuco, e na Bahia contra os portugueses, os pescadores foram o único grupo coeso e organizado (CCFD, 1997). Além disso, tiveram relevante participação na luta abolicionista simbolizada pelo grito dos pescadores do Ceará: “*Não se embarca mais escravos!*”. Sua resistência contra o governador e o exército levou esse estado a ser o

³⁰ Pelegos são aqueles que comandam as colônias, mas não são pescadores artesanais profissionais.

³¹ Na Cabanagem é possível verificar a abrangente participação dos pescadores na busca por uma melhor qualidade de vida. Os cabanos, como se denominavam os integrantes do movimento, eram pessoas que moravam em áreas ribeirinhas da Amazônia. No entanto, o movimento não foi uma reação específica dos pescadores ribeirinhos amazonenses, mas um projeto maior de conquista social (POTIGUAR JÚNIOR; SILVA, 2002, 1988).

primeiro a abolir a escravidão. O episódio ficou marcado na memória da categoria pela participação do pescador Francisco José do Nascimento, mais conhecido como “Dragão do mar” (CCFD, 1997). Nesse processo de luta e formação da consciência da categoria, é possível incluir ainda a chamada *Revolta da Chibata*, no período republicano, que figura nos livros escolares como sendo de marinheiros, sem evidenciar que a maioria dos combatentes eram pescadores recrutados compulsoriamente pela Marinha.

Apesar do descaso do Estado e da falta de valorização política e histórica nos períodos anteriormente assinalados, os pescadores artesanais conseguiram construir um grupo social específico que se desenvolveu apoiado “na tradição, constantemente transmitida, das técnicas da pesca, dos tipos de embarcações, das formas de consciência, do imaginário bem próprio do trabalho pesqueiro” (SILVA, 1988, p. 191). Por isso, não devem ser vistos como um conjunto de comunidades isoladas, pois, além de terem um papel importante no processo de libertação dos escravos, participaram de vários movimentos no período colonial e no Império (DIEGUES, 1995).

2.2 Nacionalizar e modernizar: da Missão do Cruzador “José Bonifácio” ao Plano de Assistência à Pesca Artesanal

No século XX, a história dos pescadores artesanais brasileiros e, conseqüentemente, dos pernambucanos continua atrelada às ordens do Estado, através da Marinha de Guerra. Embora tivessem sido realizadas várias tentativas de organizar e regulamentar a categoria, como relatado anteriormente, a Marinha conseguiu realmente controlar as áreas costeiras e os pescadores, a partir de 1919. As Colônias de Pesca, segundo Silva (1988, p. 193), “serviram de instrumento para as classes socialmente dominantes controlarem e segregarem os pescadores artesanais, considerando-os enquanto reserva naval, sentinela avançada da Marinha brasileira”.

Apesar de ter um vasto litoral e grande diversidade de águas interiores, no início do século passado o Brasil importava enormes quantidades de pescado, levando o governo a priorizar o processo de nacionalização (CALLOU, 1986). Após a primeira guerra mundial, o interesse em defender a costa brasileira cresceu e o pescador passou, então, a ganhar importância como personagem principal dessa empreitada, pois ninguém melhor do que ele conhecia os segredos do mar (CARDOSO, s.d). Mais uma vez, a categoria foi submetida ao controle estatal suprimindo, ao mesmo tempo, a necessidade de recrutas para o serviço militar, caso fosse necessário (CALLOU, 1986).

Como parte dessa estratégia, entre 1919 e 1923, o Comandante da Marinha, Frederico Villar, percorreu o litoral brasileiro na denominada Missão do Cruzador “José Bonifácio”, cujo foco era nacionalizar e desenvolver a pesca no país. Formaram-se assim as primeiras Colônias de Pesca, concebidas numa visão ideológica nacionalista, paternalista e assistencialista, pois, além da Marinha oferecer serviços médicos, odontológicos e educacionais, gratuitos para os pescadores, os submetia e obrigava a associar-se às novas entidades, sob a pena de serem proibidos de pescar (CALLOU; RAMALHO, 1986, 1999).

Isso gerou uma relação de dependência e desconfiança, pois os pescadores não consideravam as colônias como entidades representativas da categoria. Ao contrário, segundo Ramalho (1999, p. 25), julgavam-nas repressoras “pois os órgãos de apoio à pesca as utilizavam como estratégias de suas políticas”. Esse desenrolar dos fatos implicou na própria formação política dos pescadores, conforme Ramalho (1999, p. 27) comenta: “Diferente do movimento sindical, que surge autônomo ligado a várias correntes políticas, o Estado Corporativista criou as Colônias de Pescadores como instrumento de controle social para implementar de forma consensual as suas políticas”.

Embora a Confederação Nacional dos Pescadores do Brasil tenha sido criada em 1920, (CARDOSO, s.d) os pescadores continuaram, segundo Ramalho (1999, p. 26), sendo alvo de forte manipulação e autoritarismo, prejudicando o desenvolvimento de uma “relação autônoma e democrática com o Estado e, acima de tudo, com sua própria entidade”. Exemplo disso é o movimento social deflagrado, na década de 1930, pelo setor pesqueiro pernambucano contra a implantação da Companhia Brasileira de Produtos do Mar³² e que se caracterizou pela silenciosa participação de pescadores artesanais, conforme relata Callou (1986):

[...] durante as duas convenções realizadas, apesar da sua presença efetiva nelas, em nenhum momento foi registrada qualquer referência a nomes ou pronunciamentos de pescadores nos dados coletados. Na verdade, o que se viu noticiado foram nomes e discursos de pessoas ligadas à Marinha [...] O que fica colocado implicitamente é que a fala dos pescadores ficou representada pela fala dos organizadores do movimento – os representantes da Marinha na Federação [...] Assim, com estas características, o movimento em Pernambuco sobreviveu aproximadamente até abril de 1932 (CALLOU, 1986, p. 110 – 111).

³² A Confederação Nacional dos Pescadores e a Federação das Colônias de Pescadores de Pernambuco protestaram contra as concessões solicitadas pelo comendador português José Júlio Correia, que contrariavam o interesse da Marinha Brasileira em consolidar seu projeto de nacionalização da pesca e defesa militar da costa. Embora sua participação fosse abrangente, os pescadores sofreram, mais uma vez, um processo de manipulação pela marinha, através da Federação. Sobre isso ler CALLOU, 1986.

A partir de 1933, na era Vargas, a pesca passou a ser atrelada ao Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca (DCP), à qual estavam ligadas a Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros e, conseqüentemente, as colônias. Em 1934, é criado o primeiro Código de Caça e Pesca (CARDOSO, s.d), mas, apesar dessas mudanças, o grau de dominação e controle sobre os pescadores se acentuou, pois o novo Código os obrigava a apresentarem relatórios e balancetes mensais à DCP. Em 1938, é lançado o segundo Código de Pesca, cujo teor assistencialista previa a instalação nas colônias de serviços médicos, além de criar o Conselho Nacional de Pesca (RAMALHO, 1999).

No início da década de 1940, a DCP elabora um estatuto para as colônias para mantê-las subordinadas à Federação Estadual dos Pescadores, à Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros e à DCP. Assim, define legalmente essas entidades como sendo de cunho civil, cabendo à Confederação intervir ou não em suas diretorias. Para Ramalho (1999), essas medidas demonstram o caráter manipulador do Estado sobre os pescadores artesanais, na primeira metade do século XX.

Devido ao controle social que sofria, a categoria manifestava descontentamento e promovia protestos, mesmo que esporádicos, a exemplo da campanha conhecida como “Jacaré”. Em 1941, três pescadores cearenses partiram em uma jangada “rumo ao Rio de Janeiro para protestar com o Presidente da República, Getúlio Vargas, contra o abandono dos pescadores” (FORTALNET.COM, 2009, p. 1). A travessia acabou em tragédia, pois o pescador Jacaré morreu de forma inesperada durante a filmagem da viagem, feita pelo diretor americano Orson Welles. O acidente chamou a atenção de algumas autoridades e, em 1942, teve início “a inclusão dos pescadores nos direitos sociais e os primeiros sinais de que, para alguns legisladores, os pescadores eram uma categoria de trabalhadores” (CCFD, 1997, p. 6).

Ainda nesse ano, as colônias voltam às mãos da Marinha, que cria cooperativas e elabora novos estatutos para as federações e colônias, passando novamente a reger a vida política da categoria. Tendo em vista a conjuntura internacional da época (Segunda Guerra Mundial), essa transferência de tutela dos pescadores parece sugerir um interesse do governo em continuar fazendo deles uma possível reserva naval, em caso de guerra e ataques à costa brasileira. Cabe ressaltar, no entanto, que os novos estatutos também registraram oficialmente a possibilidade de pensão por acidente de trabalho e empréstimos para apetrechos de pesca. (CCFD, 1997).

Apesar disso, entidades populares como sindicatos e afins continuavam em uma posição de subordinação frente à máquina estatal, mesmo com o fim do Estado Novo, em 1945, e o advento da democracia, a qual durou até 1964 (RAMALHO, 1999). Nas áreas rurais a

situação tampouco era diferente, porque os trabalhadores do campo sofriam forte repressão dos proprietários de terras e restrições feitas pelo Ministério do Trabalho, que controlava o movimento sindical (ANDRADE apud RAMALHO, 1999). Os pescadores pernambucanos, por sua vez, continuaram sob o controle da Marinha e, até a metade da década de 1950, permaneceram sem qualquer movimento social ou indício dele, apesar de suas condições de vida e trabalho não terem melhorado (CALLOU, 1986).

Somente em 1958, os pescadores pernambucanos se envolveram com as Ligas Camponesas e participaram do I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco. Segundo Callou (1986), esse encontro nasceu do interesse das Ligas em unificar os interesses das três categorias: os camponeses e trabalhadores rurais, os operários urbanos e os pescadores artesanais. Embora se identificassem com as reivindicações dos camponeses e quisessem se incorporar a luta das Ligas, os pescadores pernambucanos tiveram uma participação tímida no evento.

As questões da pesca ficaram em segundo plano tanto no temário do encontro, em que de 22 pontos de discussão apenas um dizia respeito à categoria, quanto na carta final, na qual sequer constavam suas reivindicações, relegando-os, mais uma vez, ao silêncio. Apesar disso, Callou (1986, p. 138) afirma que a participação dos pescadores no evento configurou-se num movimento social que:

embora tenha sido infrutífero do ponto de vista da mobilização direta dos pescadores, foi grandemente importante na formação indireta dela, pois contribuiu para a tomada de consciência de vários pescadores pernambucanos em relação à sua própria atividade. Tão importante, que pela primeira vez na história social da pesca de Pernambuco [...], os pescadores mobilizaram uma greve, tomaram a Federação das Colônias e eclodiram outros movimentos, sem as escoras, sem os silêncios e sem as manipulações que até então caracterizaram os seus movimentos sociais (CALLOU, 1986, p. 138).

Assim, em 1958/59, dois movimentos sociais de pescadores se formaram no Recife: um referente à retomada da Federação das Colônias, devido às irregularidades administrativo-financeiras cometidas pelos dirigentes da entidade, e o segundo contra as concessões feitas pelo governo brasileiro à empresa japonesa de frios Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, através da nacional INBRAPE, para a pesca industrial de atum no Nordeste, prejudicando diretamente os pescadores artesanais, que não conseguiam competir com essa empresa³³ (CALLOU, 1986). Esses fatos fortaleceram de tal forma a categoria que esta conseguiu realizar a I Conferência de Pesca no Nordeste, na cidade do Recife.

³³ Sobre isso ler CALLOU, 1986, p. 138 – 167.

Mesmo com as vitórias dessas mobilizações e as modificações políticas geradas pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, a INBRAPE manteve sua atuação, porque a pesca passou a ser reconhecida como indústria de base. Buscava-se a todo custo a “modernização” da pesca, levando o governo a lançar diversos planos e linhas de crédito, além de enormes subsídios para a exportação de pescado.

Marcado por denúncias em jornais locais e nacionais, incidentes e insurgências, o movimento social contra a Nippon Reizo acabou contribuindo para o processo de formação do Sindicato de Pescadores de Pernambuco que, pela primeira vez na história social da pesca pernambucana, promoveu uma greve, em novembro de 1963, por melhores salários. Num primeiro momento, os pescadores saíram vitoriosos, mas logo em seguida a empresa promoveu demissão em massa, alegando dificuldades financeiras (CALLOU, 1986).

Posteriormente, as Indústrias Reunidas da Pesca (IRPESA) promoveram novas negociações, desta vez com a França, para pescar lagosta, as quais levaram o Sindicato dos Pescadores Pernambucanos a fortes denúncias e ameaças de “dinamitar o primeiro barco estrangeiro que apareça para pescar lagosta” (CALLOU, 1986, p. 161). Esse movimento social se desenvolveu rapidamente e teve adesão não somente da Federação da Colônia de Pescadores de Pernambuco como também de 45 entidades “entre sindicatos, federações, associações de classe e Ligas Camponesas, através de um abaixo assinado o *Povo Pernambucano*” (CALLOU, 1986, p. 163). O crescimento desse movimento foi abruptamente interrompido pela força esmagadora do golpe militar de 1964.

Ramalho (1999) destaca que, entre 1961 e 1964, com a crescente sindicalização camponesa no governo Goulart, os setores dominantes se rearticularam para encurtar o período democrático e com o golpe militar puseram fim à liberdade política. Daí em diante, a relação autoritária do poder público com as entidades populares se intensificou. Diversos movimentos sociais foram perseguidos e extintos, sendo o conteúdo político dos sindicatos, urbanos e rurais, esvaziado pela repressão. “Nesse sentido os pescadores assistiram suas associações serem intervencionadas por ordem do 3º Distrito Naval, e suas reivindicações esvaírem-se nesse processo” (CALLOU, 1986, p. 165).

Houve um recrudescimento geral das políticas autoritárias que, no âmbito da pesca, implantaram um modelo econômico voltado para o desenvolvimento associado ou de internacionalização da economia (CALLOU, 1986). Outro exemplo disso foi o novo Código de Pesca, instituído em 1967, mediante o qual o poder executivo determinava o gerenciamento e funcionamento das colônias. Além disso, a Confederação Geral dos Pescadores passou a ser a Confederação Nacional dos Pescadores (CNP) e um braço político

estratégico da SUDEPE, tornando-se, conseqüentemente, um órgão subordinado ao Estado. “Assim, se as mobilizações dos pescadores já eram difíceis em momentos de governos civis, mais difíceis seriam sob a ditadura militar”, explica Callou (1986, p. 166).

Em 1973, o Ministério da Agricultura perpetua a completa falta de autonomia das colônias, instituindo um novo estatuto essas entidades, mantendo-as sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações Estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores (RAMALHO; CARDOSO, 1999, s.d). Segundo Diegues (1995), o tipo de organização atribuída às colônias não tinha uma definição clara, pois, embora fossem consideradas organizações de classe, mantinham uma estrutura corporativista e atrelada às federações estaduais, que podiam intervir nelas. A esse respeito, o autor explica:

A eles cabia, por exemplo, homologar as chapas para presidente da colônia. Com esses mecanismos, as chapas consideradas mais progressistas e representativas dos pescadores eram freqüentemente alijadas das Colônias. Na maioria dos casos os presidentes de colônias sequer eram pescadores e sim políticos locais, comerciantes etc. [...]. [Os pescadores] somente se filiavam porque necessitavam do aval das Colônias para registrar as embarcações. A vinculação desse sistema de representação estava, portanto, fortemente ligado aos aparelhos do estado (DIEGUES, 1995, p. 121, interpolação nossa).

Baseado em diversos estudos do Museu Paranaense Emílio Goeldi (MPEG) sobre as transformações socioculturais de populações pesqueiras no litoral paranaense, Potiguar Júnior (2002, p. 1) revela um pouco da visão dos pescadores artesanais do Pará, frente ao panorama político dos anos 1970. Assim como os pescadores nordestinos, o autor afirma que eles também sentiam falta de representatividade – enquanto profissionais da pesca - nas entidades locais. Outros elementos como “ausência de assessoria e orientações referentes ao uso adequado do meio ambiente; busca de alternativas de rendas fora da pesca e de seus direitos e deveres”, também contribuíram para a “desarticulação no que diz respeito a sua organização política, econômica e social”.

Na realidade, o governo brasileiro só vai se ocupar com os pescadores artesanais a partir da criação do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), em 1973. Segundo Ramalho (1999, p. 30), esse programa visava, através da difusão tecnológica, tirar a categoria do “mundo atrasado da produção artesanal. Ademais, buscava-se romper com a relação paternalista que predominava entre o Estado e os pescadores e *pescadeiras* artesanais”. Entra em cena, então, a Extensão Pesqueira para dar aplicabilidade ao PESCART, que começa a trabalhar nas colônias, investindo na melhoria da sua infra-estrutura e na modernização da pesca. Para Diegues, citado por Ramalho (1999):

O objetivo era ambicioso: criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil. Depois de 12 anos de aplicação dessa política, os resultados não foram animadores, e os pequenos pescadores que somente receberam migalhas dos polpidos recursos destinados às empresas, muitas vezes fantasmas, continuaram sendo responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira no Brasil (DIEGUES apud RAMALHO, 1999, p. 29).

Callou (1986) lembra que a difusão de tecnologias modernas, no Brasil, gerou uma concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos, enquanto a maior parte da população, sem acesso a terra, submeteu-se ao assalariamento e às novas formas de exploração do capital, no campo e na cidade. Nesse contexto, a Extensão Rural se subordinou às ordens políticas e econômicas, e também ao processo de acumulação do capital, nacional e internacional, disfarçado no discurso extensionista de melhoria de qualidade de vida, mas cujos resultados foram contraditórios. O modelo de Extensão Pesqueira também foi uma forma de expansão do capital com repercussões no campo da exploração do trabalho, conforme explica Ramalho:

Essa ‘ajuda’ só aumentou a relação paternalista das entidades de pescadores e pescadeiras com o poder público, já que não só as colônias encontravam-se amordaçadas politicamente, mas a própria Confederação Nacional dos Pescadores estava estruturada de maneira frágil, fazendo com que ambas não detivessem representatividade junto à categoria. (RAMALHO, 1999, P. 30).

Como resultado dessa conjuntura acirraram-se as tensões decorrentes da contradição entre capital e trabalho. No meio rural, se configuraram movimentos sociais camponeses, pelas ligas e sindicatos rurais, que ganharam relevância no âmbito nacional. Já os pescadores, embora se integrando à luta dos camponeses, continuaram em silêncio, apesar de suas carências sociais e econômicas históricas (CALLOU, 1994). Para se ter uma ideia da desigualdade no que se refere aos investimentos governamentais, segundo Diegues (apud CARDOSO, s.d, p. 2), “a pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais”. Sendo alijados das políticas públicas, os pescadores artesanais:

Presenciaram suas áreas de pesca serem objeto de avanço de frota pesqueira de armadores e empresas, acirrando a competição pelo pescado, viram-se subordinados por um mercado que, dominado por atravessadores de pescado, subtraía seus rendimentos e tiveram seus espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária pelo litoral, apenas para citar alguns dos processos que se exponencializaram ao longo das últimas três décadas. (CARDOSO, 2001, p. 81).

Segundo Cardoso (2001, p. 80), esses três processos históricos: estabelecimento da Marinha de Guerra Brasileira, atrelando para si os pescadores; modernização da pesca promovida pela SUDEPE; e consolidação de nacionalismos marinhos com o decreto do mar

territorial de 200 milhas³⁴ são exemplos de uma mesma racionalidade e ideologia: “a da pesca racional moderna baseada na tecnologia, com pescadores comportados, valorizando a pátria”. Discurso esse que, segundo o autor, está presente até hoje “à mercê dos escândalos, desperdícios, depredações e limites naturais da expansão desse modelo, que a história das últimas três décadas do setor pesqueiro revelou abertamente”.

2.3 Do combate a poluição das águas ao Movimento “O Leme”

Como destacado anteriormente, as políticas públicas promovidas nos anos 1960/70 pelo governo brasileiro, através da SUDEPE, visavam construir uma possante indústria capitalista na pesca, fundamentada numa exploração enorme dos recursos naturais. Acreditava-se na utopia de transformar o oceano numa fábrica de produção em larga escala de alimentos. O sonho virou pesadelo e “das quase 131 empresas que receberam incentivos fiscais, nos dez anos dessa política, cerca de 40% foram simplesmente à falência” (DIEGUES, 1983, p. 139).

A implantação do PES CART tampouco teve os resultados esperados, pois ao desprezar as potencialidades e infra-estrutura dos pescadores artesanais e sobrepor uma estrutura considerada “moderna” provocou não só a depredação irresponsável das riquezas naturais, como também a pauperização de comunidades inteiras de pescadores artesanais (DIEGUES, 1983). Quem vivia da pesca artesanal, nesse período, teve de enfrentar diversos problemas, devido ao modelo econômico que reinava e à falta de importância dada pelo Estado ao setor artesanal.

Entretanto, foi o combate a poluição dos rios que serviu como pano de fundo para os primeiros levantes de pescadores pernambucanos, em meados dos anos 1960. Isso porque, segundo Callou (1986), a degradação dos recursos hídricos por despejos provenientes de destilarias de álcool das usinas de açúcar já vinha ocorrendo no Estado desde a década de 1950. Essa destruição ambiental trouxe consequências desastrosas para os pescadores, primeiro, porque reduzia o potencial pesqueiro de vários cursos de água e, segundo, porque substâncias corrosivas, como a soda cáustica, destruíam os apetrechos de pesca, inclusive as canoas, além de colocar em risco a própria saúde dos pescadores.

³⁴ O decreto do mar territorial de 200 milhas foi calcado no fato de que não havia norma de direito internacional em vigor que determinasse até que limite os países poderiam estender seu mar territorial. Com a medida, o Brasil afirmou sua soberania e, a partir de 1970, adotou uma estratégia de consolidação do interesse nacional em relação a esse assunto.

De acordo com Callou (1986) e Silva (2004), as lutas travadas na época pelos pescadores artesanais pernambucanos eram baseadas em estratégias como abaixo-assinados, passeatas e atos públicos, além de denúncias na imprensa – principalmente em jornais e na televisão. “Em 1965, por exemplo, poucos anos antes do surgimento da pastoral, 2 mil pescadores de Ponte dos Carvalhos, Pontezinha e Barra de Jangada saíram às ruas em passeata contra a poluição dos rios Pirapama e Jaboatão”, relata Silva (2004, p. 66).

Apesar dessas ações isoladas, o processo de organização e luta dos pescadores somente ganhou fôlego no final dos anos 1960 e, em toda a década de 1970, principalmente devido ao apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Para autores como Callou (1986, 2006), Diegues (1995), Ramalho (1999) e Silva (1988, 2004), o trabalho dessa entidade redefiniu a vida política da categoria, que, além de pressionar e exigir um maior comprometimento de seus dirigentes e entidades de representação (colônias de pesca, confederação e federações), aumentou o escopo de suas demandas. Sobre as ações da Pastoral da Pesca, Ramalho (1999) comenta:

O trabalho de mediação realizado pelo CPP fez com que a categoria se insurgisse contra as relações de poder impostas pelo Estado ao dar um potencial organizativo às formas de resistência e de luta dos pescadores e pescadeiras, em diversas regiões nordestinas. A presença desses mediadores é primordial para qualificar, organizar e, de certa maneira, definir o processo de construção sócio-política das camadas populares na nossa sociedade (ARAÚJO apud RAMALHO, 1999, p. 32).

Na Igreja Católica e sua teologia da libertação³⁵, os pescadores artesanais pernambucanos encontraram uma grande aliada para dar voz às suas denúncias e necessidades. De acordo com Callou (1986), o frei franciscano alemão Alfredo Schnuettguen foi o primeiro a tentar uma aproximação na praia de Rio Doce, em Olinda-PE, em 1968. Lentamente, o religioso fez amizade com os pescadores olindenses e, em 1969, realizou a primeira reunião com eles, visando ajudá-los a encontrar formas de comercializar sua produção sem atravessadores. Dessa forma, surgiu a Sociedade de Ajuda Mútua de Pescadores da Colônia Z-4 de Olinda – SAMPESCA (CALLOU, 1986)

Frei Alfredo divulgou essa experiência em outras comunidades com a ajuda da irmã Dorotéia Maria Nilza de Miranda Montenegro, que desenvolvia trabalho similar entre os pescadores de Pitimbu, na Paraíba. Teve início, assim, uma ação coordenada de agentes pastorais de paróquias praieiras, que culminou no I Encontro Regional de Pescadores, em 1972. O trabalho junto aos pescadores passou a ser sistematizado através da então

³⁵ O Concílio Vaticano II deu início, em 1965, a transformação da Igreja Católica na América Latina, com a Assembléia Episcopal de Medellín (1968) que reformulou o caráter libertador da teologia, passando a ser a voz das camadas populares, ajudando os pobres e desamparados a se expressarem e mobilizarem.

denominada Comissão Pastoral da Pesca (CPP) que, por sua vez, criou novas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁶ em diversas regiões do país, além de promover continuamente encontros locais, regionais e nacionais de pescadores “com o objetivo de avaliar, ajustar e dar novos encaminhamentos aos trabalhos desenvolvidos nas bases” (CALLOU, 1986, p. 171).

Essa ação pastoral foi chamada de “*Movimento O Leme - pescadores rumando para sua promoção e libertação*”, que também deu nome ao boletim criado para os pescadores (CALLOU, 1986). “O Leme” era um veículo de comunicação dirigida, no sentido atribuído por Kunsch (2003) e Cesca (2006), voltado para um público homogêneo e identificado, formado por colônias e pescadores. Sua finalidade era transmitir informações limitadas, orientadas e frequentes, de interesse exclusivo da categoria.

Nos primeiros anos, o boletim circulava com quatro páginas e, depois, com oito, impressas em preto e branco, sem capa dura. No início, era bastante lúdico, com desenhos que ilustravam situações, falas e diálogos referentes à história, ao cotidiano e aos conflitos enfrentados pelos pescadores artesanais. A finalidade era esclarecer dúvidas e informar sobre direitos e deveres da categoria.

Em 1984, “*O Leme*” comemorou doze anos de existência, estreando uma capa padronizada e de maior gramatura, estampada com uma foto. A diagramação também era mais moderna, seguindo um formato informativo e menos lúdico. Evitavam-se os desenhos de outrora, privilegiando-se os textos, como se fosse uma prova do amadurecimento dos pescadores artesanais como categoria social e do avanço no entendimento de suas lutas e reivindicações.

Impulsionados pelo CPP, os pescadores pernambucanos ampliaram o seu feixe de reivindicações, sendo isso uma forte particularidade local (SILVA, 2004). Callou (1986) registrou que, entre 1973 e 1984, formaram-se quatro movimentos sociais de pescadores em Pernambuco, os quais, embora ocorressem simultaneamente, tinham demandas específicas e se alastraram durante toda a década 1980 e início dos anos 1990. Tratava-se dos movimentos pela melhoria da previdência social, pela posse da terra, pela conquista das diretorias das colônias e contra a poluição dos recursos hídricos³⁷. A pescadora Joana Mousinho – uma das lideranças mais importantes em Pernambuco - lembra de importantes episódios dessa época:

A poluição era uma desgraça no meio do mundo, que era em todo canto [...] Isso fez com que diminuísse a produção e uniu mais os pescadores porque derramou vinhoto

³⁶ As CEBs são comunidades ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em grupo de católicos que discutiam os problemas das comunidades carentes, em busca de soluções comuns.

³⁷ Sobre esses movimentos sociais de pescadores ler CALLOU, 1986, p. 171-208.

em tal cidade, que o pescador saiu prejudicado. Aí, era uma coisa muito bonita a luta da gente. Ia pescador de todo o litoral [...] Eu lembro que uma vez a gente fez uma caminhada, ali no Pina, na praia de Boa Viagem, porque tinha derramado vinhoto na praia e daqui mesmo o prefeito Clovis na época, não deu ônibus, mas deu quinze kombis cheia de pescadores para lá para dar força. Era muito mais unida a gente no passado. O movimento da gente tinha uma luta muito bonita [...] A gente estava mesmo junto em reunião, debatendo numa colônia ou se ia para a outra colônia, se unia com a turma lá, passar o problema de uma para a outra e no fim resolvia tudo junto (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Vale destacar que, nesse período, a irmã Nilza Montenegro e outros agentes do CPP também desenvolviam um trabalho intenso junto às pescadoras artesanais, pois as mesmas sequer tinham o direito de se registrar nas colônias de pesca (LEITÃO, 2009). Somente em 1979, as mulheres que viviam da pesca em Pernambuco – na época conhecidas como *pescadeiras* ou *marisqueiras* - se organizaram e pressionaram o governo federal para conquistar o direito ao registro profissional, o qual foi concedido através do decreto-lei 81.653, de 1978 (CALLOU, 1986).

Sobre o movimento social das pescadoras pernambucanas vale assinalar a opinião de autores como Leitão (2009) e Silva (2004), para os quais há muitas questões dessa ação social que precisam ser discutidas e analisadas, pois trata-se de uma história com muitas lacunas. “Talvez a maior delas seja a história de mulheres, pescadeiras e marisqueiras, que em todo o litoral Norte e Nordeste se organizam, discutem seus problemas e, por vezes, chegam a ter uma projeção individual espetacular” (SILVA, 2004, p. 74). Nesse sentido, a história de vida de Joana Mousinho³⁸, atual presidente da colônia Z-10 de Itapissuma, talvez seja a mais exemplar de todas, pois, nas palavras de Leitão (2009):

Está tão interligada à resistência no ambiente da pesca artesanal em Pernambuco, que permite afirmar que o resgate da memória dos movimentos sociais da pesca neste estado, desde a década de 80 do século XX até atualidade, se confunde muitas vezes com a narrativa histórica da sua própria vida (LEITÃO, 2009, p. 164).

Retomando a discussão sobre os movimentos sociais de pescadores e pescadoras nos anos 1970/80, conflitos pela posse de terras também foram o estopim de diversas lutas travadas pela categoria, em Pernambuco. Esses confrontos com os supostos proprietários – mais precisamente a Capitania dos Portos – aconteceram mais intensamente no Canal de Santa Cruz, em Itapissuma; em Abreu e Lima, onde as comunidades foram coagidas pela Companhia Paulista de Tecidos a abandonarem o local e, ainda, na praia do Janga, onde diversas famílias tinham recebido ação de despejo (CALLOU, 1986; SILVA, 2004). Os

³⁸ A pescadora Joana Mousinho foi a primeira mulher a assumir a presidência de uma colônia de pescadores pelo voto direto, em 1989 e, sendo reeleita em outras ocasiões, permaneceu no cargo por 16 anos na Colônia de Itapissuma. Também foi presidente da Federação dos Pescadores de Pernambuco, tornando-se a primeira mulher a exercer essa atividade no Estado e no país. Cf FOX, ALVES e CALLOU, 2009; RAMALHO, 1999.

pescadores pernambucanos reivindicavam seus direitos através de diversas estratégias de comunicação de massa, articuladas em parceria com a Pastoral, conforme explica Silva (2004):

Todos esses fatos [...] foram veiculados em jornais e televisão, em boa medida graças à assessoria da Pastoral dos Pescadores, que contava com um serviço específico de denúncias na imprensa por esta época [...] Assim, muitos abaixo-assinados e cartas foram enviados à federação estadual e à capitania dos Portos, via de regra solicitando a permanência dos pescadores na área em questão (SILVA, 2004, p. 68).

Além de se mobilizarem em torno das questões ambientais e territoriais, os pescadores pernambucanos enfrentaram os abusos dos intermediários, reclamando do baixo preço pago pelo pescado e contestaram o sistema de previdência social que os equiparava aos trabalhadores rurais, via Funrural³⁹ (CALLOU; SILVA, 1986, 2004). Isso sem falar da inexistência de linhas de crédito específicas para a categoria. Com base nesses fatos, é possível afirmar que as experiências de luta dos movimentos sociais de pescadores em Pernambuco foram essenciais na formação e articulação de um movimento nacional da categoria. Com o apoio da Pastoral, as conquistas locais foram levando o movimento até uma articulação regional e, posteriormente, nacional, que resultaria na formação do Movimento Constituinte da Pesca, sobre o qual discorreremos no capítulo a seguir.

³⁹ Silva (2004) explica que o sistema Funrural impedia os pescadores de se matricularem como autônomos junto ao INPS, inviabilizando seu modo de vida e prejudicando aqueles que eram vinculados a sociedades de comercialização de pescado. Nesse sistema, eles só tinham direito à aposentadoria após completarem 65 anos.

CAPÍTULO III

PESCA ARTESANAL E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

3.1 O setor pesqueiro brasileiro e a importância da pesca artesanal em Pernambuco

A pesca é uma atividade de significativa importância sócio-econômica em quase todas as nações que exploram este recurso. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, a pesca ganha relevância por gerar um alto valor protéico para a população, especialmente em áreas carentes de proteína animal, como o Nordeste brasileiro. Além disso, é um importante vetor na geração de renda e emprego direto e indireto para milhares de pessoas (PRORENDA RURAL-PE, 1997).

Desde os anos 1960, o setor pesqueiro brasileiro tem sido alvo de diversos modelos de produção, norteados por políticas públicas que privilegiaram um desenvolvimento econômico concentrador de renda e voltado para a exportação. Durante décadas, a pequena produção pesqueira, em especial a artesanal, foi relegada a um segundo plano, provocando a pauperização de comunidades pesqueiras tradicionais (CARDOSO; DIEGUES, 2007,1985).

Esse modelo de desenvolvimento incrementou a produção de pescado de 300 mil toneladas anuais, na década de 1960, para 900 mil, nos anos 1970/80. Porém, as técnicas de pesca modernas não se sobressaíram sobre as artesanais. Segundo Diegues (1985, p. 2), só em 1983, os pescadores artesanais foram responsáveis por 478 mil toneladas, correspondentes a 55% da produção total, contra 391 mil da pesca industrial. Na realidade, a produção artesanal pode ter sido ainda maior, pois não eram contabilizadas “nem as quantidades destinadas ao consumo familiar e nem a produção vendida diretamente às empresas de pesca”.

Após essas décadas de apogeu, a produção brasileira caiu para 750 mil toneladas de pescado extrativo nos anos 2000. Na opinião de Cardoso (2007), essa redução foi causada por dois fatores: a sobrepesca, provocada por uma depredação irresponsável dos recursos naturais e, segundo, o incremento da produção aquícola continental e marinha que, em 2004, chegou a 269 mil toneladas. Hoje, as estatísticas apontam para a produção de um milhão de toneladas de pescador por ano, sendo 251 mil (24,9%) proveniente da pesca industrial, 540 mil (50,1%) de origem artesanal e 251 mil (25%) de produção aquícola⁴⁰. (CARDOSO; COSTA, 2007, s.d).

⁴⁰ Fonte: IBAMA (apud COSTA, s.d)

Para se ter uma ideia da importância social e econômica dos pescadores artesanais, no cenário nacional da pesca, em 2004, a produção artesanal foi responsável por 49,7% do pescado produzido no país, ao passo que a pesca industrial contribuiu com apenas 23,7% e a produção aquícola com 26,5% (IBAMA apud CARDOSO, 2007).

Em 2002, a produção do Nordeste registrada pelo IBAMA (apud COSTA, s.d) foi de 188 mil toneladas, provenientes da pesca artesanal, o que representou 66% da produção total da região, demonstrando a grande importância deste setor nessa parte do país. Em Pernambuco, esses números são ainda mais significativos, pois em 1998 a pesca artesanal representava 75,2% da produção total do Estado, sem contar com a pesca de crustáceos e moluscos (CEPENE, 1998). O número de pescadores nordestinos estimado pelo IBGE, em 2002, foi de 152.548, o que representa 47% dos pescadores do país, demonstrando que a pesca nos estados nordestinos tem uma grande importância socioeconômica (COSTA, s.d).

Autores como Sousa e Silva e Callou (2003, p. 45) consideram que apesar desses números, do imenso litoral brasileiro e dos “discursos de alta produtividade nas águas marítimas e continentais [a pesca] não representa, em termos gerais, uma atividade econômica expressiva quando confrontada com a agropecuária”. Para esses autores, o setor pesqueiro nacional não apresenta uma boa *performance* internacional e “permanece marcadamente artesanal mesmo com todo o esforço e incentivo do governo para desenvolver o setor industrial” (SOUSA E SILVA e CALLOU, 2003, p. 46).

Para além dos fatores sociais e econômicos, fato é que o litoral nordestino se caracteriza pela abundância de espécies heterogêneas de pescado, as quais são dificilmente capturáveis em larga escala, devido ao próprio ecossistema cujo fundo de pedra dificulta, por exemplo, a técnica de arrasto (DIEGUES, 1983). Embora sejam espécies de alto valor de mercado, essa região apresenta uma produtividade relativamente baixa.

Já o litoral pernambucano possui uma faixa de 187 quilômetros, onde estão localizados 14 municípios costeiros e 33 comunidades pesqueiras, com áreas estuarinas presentes em praticamente toda a costa, que se estende desde o município de Goiana, ao Norte, na fronteira com a Paraíba, até o município de São José da Coroa Grande, ao Sul, no limite com Alagoas (CEPENE; CPRH apud PROENRA-RURAL, 2009, 1997).

A costa de Pernambuco é caracterizada pela presença de mangues e recifes costeiros, ecossistemas altamente produtivos aos quais está associada grande parte das espécies (CEPENE, 2009). Nessa área, a pesca é praticada intensamente por pescadores artesanais, porém, também existem importantes recursos hídricos na Zona da Mata, no Agreste e no

Sertão, em especial rios, lagos, açudes e estuários, onde a pesca artesanal é um importante vetor sócio-econômico (PRORENDA RURAL, 1997).

Ao todo, o Estado conta com 31 colônias de pescadores, todas são identificadas pela sigla Z mais um numeral. Dentre elas estão as colônias de pescadores do Pina, Pau Amarelo, Ponta de Pedras, Olinda, Tamandaré, Barra de Sirinhaém, Rio Formoso, Cabo, São José da Coroa Grande, Itapissuma, Itamaracá, Porto de Galinhas, Lago de Itaparica, Baldo do Rio, Atapuz, Ibimirim, Tejucupapo, Lagoa do Carro, Santa Maria da Boa Vista, Igarassu, Pedrinhas, Serra Talhada, José Alexandre de Melo, Venturosa, Jaboatão dos Guararapes, Itacuruba, Belém do São Francisco, Belo Jardim, Floresta, Pedra, Barragem do Chapeu (CEPENE, 2009).

Em 1997, a produção de pescado proveniente da pesca artesanal foi de 4.946,6 toneladas, em Pernambuco. Desse montante, 34,2% foi oriundo do município de Itapissuma, seguido pelo município de Goiana, com 16,6% da produção, e do Recife com 9,3% (CEPENE, 1998). A pesca é praticada com o emprego de 17 diferentes apetrechos, além da utilização do método de coleta manual, para a pesca de mariscos, siris, e caranguejos.

De acordo com dados do CEPENE (1998), a maior ocorrência nos desembarques em Pernambuco é a manjuba, seguida do caranguejo e da lagosta. Acredita-se, hoje, que a produção já está no limite sustentável, pois muitas espécies, como as lagostas, estão colapsadas e outras não têm seus estoques conhecidos (COSTA, s.d). Apesar do consumo “per capita” ser de apenas 5 quilos por ano, verifica-se que há um *déficit* na demanda interna do pescado, em torno de 25 mil toneladas/ano, que é suprido com a importação de produtos pesqueiros de outros estados e do exterior.

O sistema de comercialização, por sua vez, é voltado ao mercado interno e bastante deficiente, sendo marcante a presença do intermediário. “Nestas transações, todo o pescado é comercializado sob a forma de fresco, resfriado ou salgado” (CEPENE, 2009, n.p.). O Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do CEPENE (1998) apresenta tanto a produção estadual em toneladas quanto o percentual da pesca artesanal e industrial anual, conforme descrição no quadro 2:

Quadro 2: Produção em toneladas e percentual da pesca artesanal e industrial em Pernambuco

CLASSE	PRODUÇÃO (toneladas)	PERCENTUAL (%)
Peixes		
Artesanal	3.947,0	75,2%
Industrial	305,7	5,8%
Crustáceos	950,5	18,1%
Moluscos	49,1	0,9%
TOTAL	5.252,3	100%

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do CEPENE (1998).

Esses índices mostram que enquanto a pesca artesanal de peixes representava mais de 75% da produção estadual, em 1998, a pesca industrial não chegava a 6%. A composição da frota por tipo de embarcação é outro elemento elucidativo no que tange à pesca artesanal em Pernambuco, pois, as canoas têm a maior participação na pesca, correspondendo a 864 unidades, ou seja, 40,5% do total da frota. Em segundo lugar, encontram-se os barcos motorizados com 671 unidades (31,4%), seguidos das jangadas com 568 unidades, representando 26,6% das embarcações do Estado. Ou seja, canoas e jangadas representam 67,1% da frota pernambucana (CEPENE, 1998). Sobre as embarcações o CEPENE (2009) revela que:

De uma maneira geral, observa-se ao longo dos anos, pouco avanço no desenvolvimento tecnológico dos equipamentos de pesca utilizados. Algumas embarcações possuem GPS, ecossonda e rádio, adquiridos, a partir de 1998, por intermédio de financiamentos junto ao Banco do Nordeste e a outras instituições financeiras (CEPENE, 2009, n.p).

Embora importantes, os números da pesca artesanal em Pernambuco não refletem a realidade dos pescadores artesanais que, espalhados pelo litoral e pelas águas interiores do Estado, sofrem há décadas com a expansão da economia de mercado baseada em alta produtividade, consumo e exportação. Além disso, eles são alvo de preconceito tanto no meio urbano, quanto nos órgãos de administração pública e inclusive na própria mídia local, que muitas vezes os enxergam como um setor marginal e atrasado, uma peça folclórica (DIEGUES; GUARDA, 1985, out. 2008).

Na realidade, essa visão não passa de um mito, porque esses trabalhadores do mar sempre desempenharam um papel fundamental na produção pesqueira do Brasil, ligada diretamente ao mercado e à pesca empresarial capitalista. Portanto, trata-se de uma atividade que “não é nem marginal nem folclórica, mas sim dependente, com seus produtores explorados e carentes do apoio que se deu tão fartamente à pesca empresarial-capitalista” (DIEGUES, 1985, p. 1).

Tal como Diegues (1983) discute no livro, *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, os efeitos dessa política voltada para a pesca industrial se revelaram nefastos e insustentáveis, não somente para os pescadores artesanais como também para a sociedade em geral. Primeiro pela depredação desenfreada de recursos oceânicos e ecossistemas frágeis, como os arrecifes costeiros e mangues. Segundo pela exploração de mão-de-obra qualificada e experiente na pesca e, terceiro, pelo contínuo empobrecimento social de comunidades

pesqueiras tradicionais, as quais muitas vezes se viram obrigadas a migrar para as grandes cidades, criando bolsões de miséria (DIEGUES, 1983; 1985; 1998).

Infelizmente, hoje, os pescadores artesanais pernambucanos continuam enfrentando uma série de problemas que ameaçam seu acesso a espaços e recursos de uso comum e, conseqüentemente, seu modo de vida. Um desses conflitos, segundo Diegues (1998), se refere à expansão urbano-industrial iniciada ainda na década de 1960, com a implantação de grandes pólos industriais petroquímicos e metalúrgicos.

Em Pernambuco, por exemplo, o Pólo Industrial e Portuário de Suape trouxe inúmeros prejuízos às comunidades pesqueiras da região. Ao estudar a pesca artesanal em Suape, Ramalho (apud FUNDAJ, jul, 2006) revelou a devastação de cerca de 600 hectares de mangue e queda de 65% da produção pesqueira. Sem falar da quase extinção do trabalho feminino e o índice de aproximadamente 40% de abandono da atividade de pesca. Os impactos ambientais das indústrias e do complexo hoteleiro também foram desastrosos e envolveram desde a proibição da pesca em determinados locais, até estragos ambientais causados pela drenagem e morte do mangue.

Os pescadores pernambucanos também são obrigados a deixar seus lares, são expulsos de suas casas e das terras que habitam, devido ao domínio de uso e exploração de usinas, que receberam (e ainda recebem) incentivo governamental para a produção de álcool e a monocultura de cana-de-açúcar. Segundo Diegues (1998, p. 132), esse tipo de indústria expandiu-se pela zona costeira nordestina tomando conta da paisagem até perto das praias, lagunas e mangues. Indústrias e usinas foram muitas vezes responsáveis pela poluição de ecossistemas frágeis por resíduos industriais, vinhoto, inseticidas e afins. Aos poucos, cercaram os territórios de uso comum “comprando parte deles e ameaçando o modo de vida das populações tradicionais”.

A implantação de indústrias, a expansão turística e a especulação imobiliária nas praias pernambucanas constituem, assim, graves ameaças ao modo de vida dos pescadores artesanais, pois resultam na expropriação de territórios de uso comum e, inclusive, do próprio local de moradia e trabalho dessas pessoas. O resultado é que os pescadores ficam sem ter como viabilizar o seu sustento e passam a engrossar as fileiras de desempregados na capital do Estado. Eles perdem sua dignidade, seu meio de subsistência e temem até pela própria vida, pois são remanejados para longe do mar. Esse é o caso de pescadores que moram nas ilhotas do Rio Sirinhaém, na Mata Sul de Pernambuco, onde há vinte anos a Usina Trapiche os prejudica e pressiona para que deixem as terras conforme revela matéria de Carvalho (2006):

[A pescadora] Graça das Dores diz que sua casa já foi derrubada várias vezes. Tanto que hoje ela nem faz questão de viver num barraco de plástico coberto com palha. ‘Se eles derrubarem, eu levanto de novo. A usina já pejejou para tirar a gente daqui. Botou a polícia na casa de minha irmã, levou ela presa, os filhos junto. Mas a gente não sai. De que serve casa de tijolo na rua se a barriga está vazia?’, raciocina, com a lógica de quem cresceu no mangue e sabe que longe dali o sustento será mais difícil [...] A comida está na minha porta. Posso estar longe da escola e do posto de saúde. Mas vivo com dignidade. Tenho o que comer, tenho o que vender na feira. Queria sossego. Mas sei que os poderosos só vão descansar quando tirarem a gente daqui. (CARVALHO, 2006, interpolação nossa).

Já na capital do Estado, Recife, a escassez de pescado e a contínua poluição dos rios, onde centenas de pescadores artesanais trabalham, é tanta que muitos são obrigados a se descolar ao alto-mar colocando em risco suas vidas. Segundo o pescador Robson Vasconcelos (MARTORELLI, 2005, n.p), “a água não é tão contaminada como a do Rio Capibaribe. Em compensação, é bem mais violenta, ainda mais quando chove. Por isso, é preciso ter coragem para seguir vida de pescador”. Nessa matéria Robson também revela que gasta seis horas ou até mesmo uma semana para pescar uma quantidade razoável de peixe para a venda. Ele sai da Ponte do Limoeiro com outros três pescadores e se dirige ao mar, onde arrisca a vida.

Desta forma, o número de pessoas afetadas por esses problemas nas cidades e nas áreas rurais dos país é expressivo. Para se ter uma ideia, levantamento da Confederação Nacional de Pescadores de 1986 dava conta de 550 mil pescadores filiados às colônias. Estimativas dos anos 1990 chegavam a cerca de 800 mil trabalhadores envolvidos no setor pesqueira de forma direta e cerca de 4 milhões de forma indireta “atuando nos setores de construção de embarcações e aparelhos de captura, beneficiamento e industrialização da produção” (CARDOSO, 2007, n.p).

Com base no recenseamento de 2000, a SEAP estimava que o número de pescadores no país chega a 326 mil e 19 mil aquicultores. No Registro Geral da Pesca de 2006, esse órgão computou 390 mil pescadores em todo o Brasil (CARDOSO, 2007). Por outro lado, vale destacar que os estoques pesqueiros nacionais estão em uma situação bastante delicada, pois no Norte 3% das pescarias se encontram colapsadas, 12% no Nordeste, 29% no Sudeste e 32% no Sul. Essa situação exige uma atenção especial do poder público, bem como medidas emergenciais de manejo específicas para cada região do país (COSTA, s.d).

O Instituto Oceanário de Pernambuco, em parceria com outras entidades⁴¹, está realizando o Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco

⁴¹ O Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco é realizado pelo Instituto Oceanário de Pernambuco, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego, Ministério de Pesca e Aquicultura em Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento

(2009), envolvendo 71 comunidades e mais de 5 mil pescadores artesanais. Ao término do primeiro semestre de 2009, o estudo tinha revelado que 23.173 pessoas são familiares dependentes do trabalho dos pescadores artesanais, mas a expectativa é que esse número aumente: “a projeção do contingente dependente da Pesca Artesanal dos 8.517 pescadores litorâneos registrados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura é de cerca de 47.269” (OCEANÁRIO, 2009, p 4).

É nesse cenário que o contingente de pescadores artesanais brasileiros e suas famílias sobrevivem, submetidos a uma série de abusos do poder econômico e político, que vêm se alastrando ao longo do tempo: “Sempre existiu o intermediário e o pescador sempre recebeu muito pouco por sua produção. O problema do pescador não está no mar e sim na terra” (DIEGUES apud FUNDAJ, jul, 2006).

Fatores como esses levam os movimentos sociais de pescadores artesanais em Pernambuco a manterem um caráter reivindicativo focado, como explica Ramalho (1999), principalmente no mundo da (re)produção social, envolvendo acesso e preservação dos recursos naturais (rios, lagos, estuários, mar, oceano, mangues), que são seus meios de produção e sobrevivência.

3.2 O processo de redemocratização: da Constituinte da Pesca ao MONAPE

Do final da década de 1970 até meados dos anos 1980 as reivindicações dos pescadores pernambucanos se alastraram para outros estados, em especial ao Norte e Nordeste do Brasil. Exemplo disso foi o alcance do movimento em Alagoas, onde a atuação dos pescadores e da Pastoral atingiu as 25 colônias que existiam na época. O resultado desse trabalho foi a eleição de Antônio Gomes dos Santos, mais conhecido como Toinho Pescador, que se tornou o primeiro pescador presidente da Federação Estadual de Colônias de Alagoas, em 1987 (SILVA, 2004). Segundo Toinho (maio, 2009), durante 24 anos José Sebastião Bastos, apelidado de Bastide, tinha estado à frente da Federação, conseguindo se reeleger sempre com a “bênção” da Marinha. Toinho governou a entidade durante quatro anos, tendo sido reeleito por voto direto dos pescadores por mais quatro.

Ele lembra que esse trabalho começou dois anos antes, em 1985, quando foi realizado o 1º Seminário de Pesca Artesanal do Brasil do qual participaram 750 pescadores. “Foi aí que eu peguei o pique de liderança, porque passei a ser o presidente do seminário [...]. Nesse

encontro, pensamos em criar um movimento, que acabou se chamando Constituinte da Pesca e que depois deu origem ao MONAPE” (TOINHO, maio, 2009). Essa eleição foi um grande triunfo para a categoria e seus assessores, pois os pescadores de outros Estados também começaram a reaver seus órgãos de representação e de reivindicação, como foi o caso de Pernambuco:

[...] a Federação Estadual dos Pescadores era formada por um almirante como presidente, um capitão de corveta como secretário e outro capitão como tesoureiro. Era como se o exército brasileiro tivesse fundado os sindicatos de trabalhadores do campo, pois [...] as colônias de pescadores foram criadas pela Marinha de Guerra, e isto, além de ser curioso, tem um peso extraordinário sobre a luta de homens e mulheres da pesca (CALLOU apud FUNDAJ, jul, 2006).

A ampliação geográfica das lutas, a conquista da presidência de inúmeras colônias e federações pelos pescadores (SILVA, 2004), os trabalhos de organização das Comissões Pastorais de Pescadores (CPPs), legitimando lideranças nos Estados e em alguns casos a estruturação dos movimentos estaduais, além da convocação promovida pela Confederação Nacional dos Pescadores, até então historicamente presidencialista e autoritária, com um presidente civil, a todas as Federações Estaduais a realizarem assembléias e elegerem delegados para formar um grupo (CARDOSO, s.d) se consolidaram na formação de um Congresso que veio a se chamar de Movimento Constituinte da Pesca. O MONAPE relata os acontecimentos da seguinte forma:

Com o apoio do Centro Josué de Castro se convocou os pescadores de quase todos os Estados da Federação para a IV Assembléia Nacional dos Pescadores, realizada em novembro de 1984, na cidade de Olinda. Este evento teve como principal deliberação a constituição de um movimento dos pescadores, intitulado “Constituinte da Pesca”, que naquele momento considerava fundamental a ‘aprovação de um novo modelo de estatuto para o sistema de representação, não mais elaborado de cima para baixo e sim a partir dos próprios pescadores [...] É em fins de julho de 1985 que um conjunto de pescadores e entidades de apoio, de todo o país, convocam e legitimam a ‘Comissão Nacional Constituinte da Pesca’, que elabora e encaminha propostas de caráter reformista e [...] de transformação do sistema de representação dos pescadores artesanais, através de um anteprojeto para o Código de Pesca, encaminhando ao relator da Constituição (MONAPE, 1994, p. 5).

A finalidade do movimento era “discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, reivindicando a inclusão das propostas dos pescadores artesanais na nova Constituição” (CARDOSO, s.d, p. 2). A pescadora e atual presidente da colônia Z-10 de Itapissuma, Joana Mousinho (jan, 2010) lembra que a autonomia política e sindical era a principal reivindicação na época, porque “a marinha dominava tudo, os militares dominavam tudo. A gente vivia submisso e só fazia o que eles queriam”.

Outro ponto importante era que, embora o movimento tivesse como ponto central de suas demandas “estabelecer uma nova situação jurídica para o sistema de representação”

(SILVA, 2004, p. 70), também continha outras reivindicações voltadas para o meio ambiente, a saúde, educação e habitação, além de direitos sociais. A escolha dos delegados do movimento se dava através da eleição de três representantes de cada colônia, que, por sua vez, formavam a comissão estadual. Essa comissão determinava as sugestões consideradas mais importantes para depois elaborar propostas para a comissão nacional. Reuniões de representantes estaduais também faziam parte da metodologia do movimento.

De acordo com Furtado e Leitão (2009, p. 3), dentre os representantes de Pernambuco, em 1985, na Constituinte da Pesca realizada em Brasília-DF estavam Anita de Luna, na época presidente da Colônia de Ponte dos Carvalhos, no Cabo de Santo Agostinho e, ainda, Margarida Mousinho Rodrigues, que era presidente da Colônia Z-10 de Itapissuma. “Ambas lutaram e defenderam a aposentadoria para as pescadoras casadas, direito esse privilégio apenas dos pescadores”.

Entre 1985 e 1988, a Constituinte da Pesca realizou encontros em Brasília, Paraná e Pernambuco, tornando-se “uma instância paralela, coordenada pelos pequenos pescadores, à Assembléia Nacional Constituinte, que acabava de ser convocada” (SILVA, 2004, p. 70). Apesar de enfrentarem inúmeros problemas e boicotes, os pescadores artesanais conseguiram consenso em torno da proposta de lei que seria apresentada aos parlamentares reunidos na Assembléia Nacional Constituinte. Sobre esse trabalho Silva, que foi um dos apoiadores do movimento, relata:

Através de um *lobby* cansativo e interminável, entre corredores do Congresso Nacional, os pescadores tentariam sensibilizar parlamentares, de modo a obter apoio ao seu projeto. Nós mesmos participamos, em agosto de 1988, de algumas dessas abordagens a parlamentares em Brasília, ao lado de pescadores e assessores (SILVA, 2004, p. 71).

Dessa forma, a campanha para a elaboração da Constituição Brasileira ganhava força com a organização política paralela de pescadores, camponeses e outros trabalhadores urbanos. Em maio de 1988, a Assembléia Constituinte aprovou os princípios fundamentais que passariam a reger a organização e vida dos sindicatos, os quais incluíam os princípios de livre organização, não interferência do poder público sobre a organização sindical, fim da filiação compulsória, autonomia dos sindicatos e unicidade sindical dentro do município. Esses princípios eram extensivos às Colônias de Pesca (SILVA, 2004).

Após a promulgação da nova Constituição, em outubro de 1988, as colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Essa configuração foi garantida especificamente pelo artigo 8º que aborda questões comuns às

colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais, garantindo aos pescadores liberdade organizativa e autonomia.

Dessa forma, a Constituição Federal finalmente pôs fim à tutela do Estado sobre as entidades representativas das camadas populares, dentre elas as Colônias de Pescadores, reconhecendo a liberdade de atuação das mesmas frente à categoria e ao poder público (CARDOSO; POTIGUAR JUNIOR; RAMALHO, s.d, 2007, 1999). Tratava-se do “coroamento de uma longa luta, iniciada desde as primeiras conquistas de colônias por pescadores, que iria, a partir de então, resultar em muito trabalho e ácidas polêmicas” (SILVA, 2004, p. 71).

O processo de transformação das organizações da categoria e o exercício dos direitos dos pescadores adquiridos por lei necessitariam de uma representação forte e que correspondesse a este novo patamar na luta dos pescadores. Ou seja, garantir de fato os avanços conseguidos com a nova Constituição. Segundo o pescador José Carlos Diniz (fev, 2010), que já atuou como presidente do MONAPE, dentre os fatores que facilitaram o surgimento do movimento estão “desde a própria desmobilização da categoria, passando pela falta de credibilidade das colônias, federações e da confederação, até a briga por direitos sociais”. A partir desta necessidade de articulação e união entre os pescadores de diversos estados, realizaram-se reuniões e encontros no Pará, Ceará e, por fim, em Pernambuco decidindo-se criar o MONAPE, em abril de 1988, em Olinda-PE. Lideranças de Pernambuco, Ceará e Maranhão, respectivamente, descrevem a conjuntura da época:

Eu já participava do movimento social dos pescadores em Pernambuco. A intenção de criar o Movimento Nacional dos Pescadores foi porque a Federação vivia na mão de militares, a questão era essa. O MONAPE ficava atuando como se fosse a Federação. Quando os pescadores tomassem a federação [...], aí o MONAPE se acabaria. Aí se tomou a confederação da mão dos militares, se tomou a federação de Pernambuco da mão dos militares, mas decidiram o MONAPE não acabar e o MONAPE continuou e até hoje está continuando (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

O MONAPE foi organizado pelo fato da sua representação [a colônia] não tratar e nem dar atenção às problemáticas da pesca e das necessidades do dia a dia dos pescadores e pescadoras (JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO, jan, 2010).

A finalidade foi acompanhar os resultados da Constituinte da Pesca, tentar organizar a categoria em seu órgão de classe e falta de atuação da confederação (JOSÉ CARLOS DINIZ, fev, 2010).

Segundo Silva (2004, p. 71), as funções da coordenação consistiam em “articular o movimento a nível nacional, acompanhar a tramitação das leis complementares, e executar as decisões das reuniões do movimento” (SILVA, 2004, p. 71) Embora tenha sido contestado por dirigentes de colônias e federações do Sul e Sudeste do país, o MONAPE estendeu suas

bases de atuação às representações estaduais e seus objetivos centravam-se na busca da credibilidade dos pescadores, no sentido de avançar nas conquistas das suas estruturas oficiais de representação, fortalecendo suas organizações, assegurando a autonomia política e econômica na luta por melhores condições de vida e trabalho, inserida a preservação do meio ambiente e a inserção da mulher no processo de organização social e política (RAMALHO, 1999).

Com o fim da intervenção governamental, de acordo com Ramalho (1999), os movimentos sociais de pescadores passaram a conviver com uma nova realidade, com novas formas de relações sociais tanto frente ao governo como com a sua própria base. Entretanto, questões trabalhistas, autonomia política e problemas ligados à poluição continuaram fazendo parte da agenda de reivindicações dos pescadores pernambucanos e do MONAPE.

Sob o regime do presidente Fernando Collor de Mello, a SUDEPE e o sistema EMBRATER são extintos e a pesca passa a ser gerenciada, a partir de 1989, pelo recém-criado Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, vinculado ao Ministério do Interior, cuja atribuição era gerir e promover o desenvolvimento da pesca no país (CALLOU; CARDOSO, 2007, s.d). Em 1993, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal incorpora as ações voltadas para a pesca, que serão assumidas pelo Ministério da Agricultura, em 1998. Ligado a esse órgão é criado o DPA – Departamento de Pesca e Aquicultura, nesse mesmo ano.

Já em 2003, como iniciativa do governo Lula, nasce a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), que desde então vem promovendo as políticas de fomento ao setor, compartilhando com o IBAMA, a regulamentação da pesca. Além dessas contínuas mudanças na conjuntura política do país e na forma do governo lidar com o setor pesqueiro, o MONAPE teve de enfrentar inúmeros desafios e percalços ao longo de 19 anos de história, os quais serão tratados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV

MONAPE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS ANOS 1990

4.1 Organização, mobilização e ecologismo social

No início da década de 1990, o Movimento Nacional dos Pescadores passou a reunir, periodicamente, em diversos estados, lideranças de pescadores “com a finalidade de democratizar as colônias, fazer valer conquistas realizadas na Constituição, lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores artesanais” (DIEGUES, 1995, p. 136). O objetivo maior do MONAPE era organizar a categoria para ocupar espaços de representação nas colônias, federações e confederação, além de:

Dar continuidade ao movimento da Constituinte da Pesca, para conseguir a aprovação da lei das Colônias; ser fermento na massa, para que as bases aprendam a viver os princípios de livre associação e autonomia da categoria, transformando as Colônias em verdadeiros órgãos de classe; dar apoio aos companheiros que sofrem repressões de pelegos de Federações e Colônias [...] É preciso conscientizar e mobilizar as bases em cada Estado e formar equipes de coordenação estadual com companheiros militantes (MONAPE, 1989, p. 2).

Era o começo de um período no qual se consolidaram as vitórias dos anos 1980 e os movimentos sociais, como o MONAPE, passaram a ser co-artífices da nova conjuntura política pelo que ela tinha de positivo em termos de conquista de direitos sociais, como resultado das pressões e mobilizações que eles realizaram nas décadas anteriores. Porém, como se refere Gohn (2003, p. 30): “também foram vítimas dessa conjuntura, que, por meio de políticas neoliberais, buscou desorganizar e enfraquecer os setores organizados”.

Embora Diegues (1995, p. 107) afirme que, na época, a categoria não tinha uma representação política forte no país, o autor também admite que os encontros e reuniões regionais e nacionais do MONAPE acabaram fortalecendo o movimento e permitindo, talvez pela primeira vez na história do Brasil, que os pescadores “manifestem suas apreensões, necessidades e anseios”. Argumento esse reforçado pela pescadora Joana Mousinho ao lembrar os primeiros encontros do movimento:

Foi um movimento que nasceu em Pernambuco, foi ali no prédio da Pastoral dos Pescadores. Frei Alfredo deu o maior apoio, né? A maior cobertura ele deu. Aí participavam as colônias do litoral. Todas elas. O Sertão na época só tinha uma colônia, que era a Colônia de Ibimirim e também participava das reuniões e o pessoal da Pastoral do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro participava sempre. Também participavam as colônias do Norte. Aí a Pastoral não cabia não quando

tinha reunião, quando tinha eleição do MONAPE. Era muito bom, muito bom (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Aos poucos, esses eventos passaram a mobilizar um número expressivo de representantes por estados: “Os grandes encontros eram na CPP, para onde vinham pescadores de todo o Brasil e quem quisesse apoiar o movimento. E Frei Alfredo sempre conseguia dinheiro na terra dele, na Alemanha, para bancar os encontros”, lembra Joana Mousinho (jan, 2010).

Um dos eventos mais expressivos da época foi realizado em maio de 1990, em Olinda (PE), contando com a presença de pescadores e lideranças de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Alagoas e Maranhão. E, ainda, o de agosto do mesmo ano, em Juazeiro (BA), que resultou na “Carta de Juazeiro”, cujas denúncias sobre a degradação ambiental reforçam a classificação sugerida por Gohn (2004) para movimentos sociais no país e permitem definir o MONAPE, como um movimento construído a partir de problemas sociais, que luta pelo acesso dos pescadores artesanais a equipamentos coletivos de consumo e, ainda, pela preservação do meio ambiente e uso controlado dos recursos, como pode ser constatado na declaração contida no referido documento:

O litoral, rios e lagos estão sendo devastados e degradados pela poluição urbana industrial, pelo impacto dos grandes projetos – pela especulação imobiliária, pela pesca predatória, praticada por grandes barcos, pelos desmatamentos e queimadas, pelo despejo de vinhoto, mercúrio e resíduos industriais [...] Essas agressões continuadas e cada vez mais violentas atingem não somente os pescadores, vítimas imediatas desta devastação, mas todos os setores da sociedade brasileira (MONAPE, 1990, p. 1).

Essa carta também reafirmava o comprometimento do MONAPE com os movimentos ambientalistas, além de servir de base para a elaboração de outro documento enviado ao Fórum das Organizações Não Governamentais presentes na II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco 92⁴² (DIEGUES; JORNAL DO COMMERCIO; MONAPE, 1995, 1991, 1991c). Nela, o movimento declarava não conceber a ideia de que houvesse proteção ao meio ambiente sem a participação dos pescadores artesanais, pois:

⁴² Celebrada em 1992, no Rio de Janeiro, a Eco 92 reuniu 72 governos e contou com a participação da sociedade civil e de ONGs de diversos países. A Conferência apresentou o documento Estratégia Global para a Biodiversidade, elaborado pelo World Resources Institute, dos EUA, e pela União Mundial para a Natureza, da Suíça. O documento, que contém 85 propostas para a preservação da diversidade biológica no planeta e um plano para o uso sustentado de recursos biológicos, é aprovado pelo Programa de Meio Ambiente da ONU e pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que participam do Fórum Global.

Estes, na verdade, sempre estiveram frente às denúncias contra a depredação do nosso litoral como atestam as diversas manifestações públicas realizadas em Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Ceará, Maranhão, Pará etc. [...] O MONAPE acredita que o modo de vida das comunidades de pescadores pode ser garantia da preservação dos ambientes naturais e, portanto, não pode haver defesa da diversidade biológica sem a defesa da diversidade das culturas humanas espalhadas pela costa e rios brasileiros (MONAPE, 1991, p. 3).

Nesses termos, é possível afirmar que o MONAPE tinha no âmago dos seus ideais um ambientalismo ligado às questões sociais caracterizado, como explica Diegues (1998, p. 130), pela “crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza”. Eram, portanto, motivos de preocupação do movimento a destruição da floresta amazônica e de seringais, a exploração turística desordenada no litoral brasileiro, a construção de barragens e hidroelétricas, dentre outras consequências do avanço do capital.

Assim, o Ecologismo Social ou Ambientalismo Camponês definido por Diegues (1998) circulava nas veias do MONAPE que, sendo um movimento ecológico, lutava por manter o acesso dos pescadores artesanais aos recursos naturais de seus territórios, valorizava o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. Sua base social, organização, formas de luta, objetivos, demandas, além de estratégias de comunicação como a Organização de Encontros, Carta de Juazeiro e Documento para Eco92, demonstram a preocupação do MONAPE com o presente e o futuro das comunidades pesqueiras e do planeta.

Pode-se dizer, portanto, que as ações sociais do MONAPE apontavam para o desenvolvimento local, no sentido atribuído por Jara (2001), isto é, como um processo que utiliza as potencialidades endógenas para promover mudanças que atendam às necessidades das pessoas e melhorem sua qualidade de vida, produção e trabalho. Ao mesmo tempo, as práticas do MONAPE parecem contemplar um desenvolvimento em equilíbrio com o ecossistema e com a equidade social, através de ações que assegurem e valorizem a participação e decisão dos atores sociais populares, garantindo uma real distribuição de poderes.

Retomando as questões de articulação inicial do MONAPE, vale destacar que o movimento conseguiu uma maior união da categoria no 5º Encontro Nacional do MONAPE, em outubro de 1991, na cidade de Olinda (PE). No evento, além de representantes dos estados anteriormente mencionados, estiveram presentes pescadores do Amapá, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CARDOSO; DIEGUES; SILVA, 2001, 1995, 2004). Realizado na sede da CPP Nacional, esse encontro foi um marco para o MONAPE, pois nele foram traçadas diretrizes de trabalho e inúmeras metas para os anos subsequentes. O

movimento também ganhou certa visibilidade na mídia e na opinião pública, através de uma cobertura dos meios de comunicação de massa em Pernambuco, a exemplo do Jornal do Commercio (1991, n.p): “Mais de 50 pescadores de vários estados do Brasil e alguns do exterior estão [...] discutindo temas como a pesca e o meio ambiente e a política pesqueira no Brasil, onde estão incluídas questões como legislação, financiamentos e comercialização”.

A capacidade de criar e gerenciar uma agenda própria sugere que o MONAPE estava apto, como sugerido por Gohn (2003) ao estudar movimentos sociais nos anos 1990, a intervir na realidade das comunidades pesqueiras e do país. Por outro lado, como apontado por Peruzzo (apud HENRIQUES, 2007, p. 8-9) “as organizações populares tendem a exigir [...] o seu acesso às técnicas e aos meios de comunicação, como um direito à liberdade de expressão. É um direito extensivo a todos os cidadãos e suas organizações representativas”. Portanto, pode-se dizer que ao reivindicar seu acesso aos veículos de comunicação de massa (jornais, rádio e TV), o MONAPE buscava legitimar e dar visibilidade às suas reivindicações e lutas.

Progressivamente, o MONAPE conquistava uma maior abrangência no país. No entanto, só chegaria a promover sua 1ª Assembléia Nacional (e não mais encontro), onze anos mais tarde: em abril de 2001, em Fortaleza, no Ceará, com o *slogan*⁴³ *Unidos por uma Vida Melhor* (MONAPE, 2001). Ao passo que se fortalecia, o movimento também avançava nas discussões em torno dos seus objetivos, que nesse período eram focados:

na busca da credibilidade dos pescadores brasileiros [no sentido de] avançar nas conquistas das suas estruturas oficiais de representação, fortalecendo suas organizações, assegurando a autonomia política e econômica na luta por melhores condições de vida e trabalho, inserida a preservação do meio ambiente a inserção da mulher no processo de organização social e política (POTIGUAR JÚNIOR, 2000, p. 46, interpolação nossa).

Como em décadas anteriores (1970/80), a conservação dos hábitos marinhos e fluviais era considerada pelo MONAPE condição indispensável para que a pesca artesanal possa se realizar de forma sustentável (DIEGUES, 1995). No início dos anos 1990, a preservação ambiental continuava sendo um aspecto crucial na manutenção e reprodução social das populações pesqueiras levando os pescadores artesanais a se organizarem e lutarem contra a destruição do meio ambiente, conforme explica Silva citado por Cardoso (2001, p. 82): “Como a qualidade dos ambientes aquáticos está estritamente ligada à produtividade das

⁴³ A palavra inglesa *slogan* se refere uma curta mensagem usada em publicidade, como uma identificação de fácil memorização para destacar os atributos, vantagens, personalidade, identidade, entre outras, na complementação de uma mensagem comercial e/ou institucional.

pescarias e, conseqüentemente, à reprodução das sociedades de pescadores, estes têm tomado a linha de frente nas denúncias e ações contra a degradação”.

De acordo com Diegues (1995, p. 136), além de estarem preocupados com a sobrepesca nos mares, rios, lagos e represas, os representantes do MONAPE chamavam a atenção para “a progressiva e constante destruição de habitats naturais usados na pesca artesanal, como mangues, lagunas, estuários, recifes etc.”. Por isso, “ficou decidido que as comunidades de pescadores representadas no MONAPE se mobilizariam em vários tipos de campanhas de esclarecimento e denúncias contra a degradação do litoral brasileiro, dos cursos de água, lagos e represas”. Gohn (2004) afirma que campanhas envolvendo ações centradas em questões específicas passaram a ser utilizadas pelos movimentos sociais nos anos 1990.

Por outro lado, com base em Toro e Werneck (2007), é possível afirmar que essas campanhas eram estratégias de comunicação utilizadas pelo MONAPE para mobilizar os pescadores artesanais e compartilhar com eles o discurso, a visão e as informações do movimento sobre a necessidade proteger o meio ambiente para fomentar um modelo de pesca sustentável, conseqüentemente, permeado pelos princípios do desenvolvimento local. Para tanto, o MONAPE usava veículos de comunicação dirigida escritos, como abaixo-assinados (MONAPE, 1990b), que eram encaminhados para as autoridades responsáveis com o intuito não só de denunciar os danos ambientais presenciados pelos pescadores, como também de reivindicar medidas para sanar essas questões.

4.2 O Movimento social de pescadores em Pernambuco

Incentivados pelo movimento e em parceria com outros atores sociais, muitos pescadores artesanais passaram também a fiscalizar leis e ordenanças sobre o meio ambiente, em suas respectivas localidades. Esse engajamento permitiu ao MONAPE, por exemplo, colaborar com a realização de vários Acordos de Pesca, principalmente no Norte do país, que funcionavam da seguinte forma:

Numa comunidade reúnem-se pescadores, prefeituras, ONGs, Ibama e eles estudam o que está errado e pode ser corrigido por eles mesmos. A partir daí se estabelece um tipo de regulamento de base (época de pesca, lugares, lagos interditados durante um ano, por exemplo, tamanho dos peixes, das malhas de rede, espécies autorizadas, a pesca amadora, técnicas de capturas aceitáveis, etc). Todos assinam, inclusive o IBAMA, e se faz fiscalização com a autoridade de acordo, em caso de desrespeito o IBAMA apreende os barcos e apetrechos faltosos, que ele entrega à colônia, que só os devolve no fim da safra. (CCFD, 1997, p. 18).

Os Acordos de Pesca podem ser tomados como exemplo de interação e parceria entre o MONAPE, pescadores artesanais e atores sociais da área pública e do terceiro setor, que juntos buscavam a transformação das comunidades pesqueiras, através da organização e fiscalização da pesca, nos anos 1990. Sob esse ponto de vista, esses acordos traziam em seu bojo a idéia de desenvolvimento local - embora isso não seja explicitado em documentos sobre o assunto – pois envolviam diferentes atores sociais em torno de um objetivo comum, isto é, uma gestão inteligente dos recursos pesqueiros. Era, portanto, uma perspectiva de desenvolvimento local nos termos apontados por Franco (2006), Jara (2001) e Jesus (2003) e pautada pelo conflito, como Oliveira (2001) sugere, pois, os Acordos surgiram em consequência de “conflitos sociais originados pela disputa na utilização dos recursos pesqueiros” (PINHEIRO, 1999, p. 01).

Embora em Pernambuco não houvesse Acordos de Pesca, é possível mencionar o caso da colônia de Itapissuma que mantinha uma parceria com o ProRural⁴⁴ focada na troca de redes de malha fina por redes maiores, com a finalidade de promover a pesca sustentável nesse município . A colônia também denunciava junto a órgãos públicos, como CIPOMA, CPRH e IBAMA danos ao meio ambiente ou a prática ilegal da pesca com bomba (RAMALHO, 1999).

Tanto nas ações da Colônia de Itapissuma, quanto nos Acordos de Pesca implementados em outros Estados podem ser exemplos da aquisição da cidadania por parte dos pescadores que acontece em meio ao conflito, sendo essa uma das dimensões do desenvolvimento local apontada por Oliveira (2001, p. 14): “a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de ‘governo local’”.

Outros vetores observados nessas ações se referem ao capital humano e ao capital social, nos termos indicados por Jara (2001). O primeiro se refere à capacidade dos pescadores de usar seus conhecimentos e seu modo de vida para resolver os danos ao meio ambiente, promovendo a integração e a equidade entre os parceiros. O segundo diz respeito à habilidade de auto-organização, solidariedade, colaboração horizontal. Infelizmente, essa realidade, segundo uma das lideranças do município de Itapissuma (PE), é hoje completamente diferente, pois não existe mais o engajamento, ou melhor, contrapartida por parte dos órgãos estatais:

⁴⁴ O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Pernambuco (ProRural) é a instituição executora do programa Prorenda Rural. Vinculado a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o programa é desenvolvido com recursos do Banco Mundial (BIRD) somados a uma contrapartida do Governo do Estado de Pernambuco e visa melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

Se o Ibama fiscalizasse como antes, ainda não tinha a rede de malha fina. Porque fizemos um trabalho e acabamos com todas essas redes. Enquanto o Ibama estava fiscalizando, estava tudo direitinho. O camarão cresceu, o peixe cresceu. Mas quando deixou de fiscalizar, a turma voltou a fazer. De dez anos para cá, o Ibama nunca mais veio aqui. Virou bagunça (JOANA MOUSINHO, out, 2008).

Nota-se assim a fragilidade desses acordos e parcerias, que se mostraram tímidos e limitados, inviabilizando sua continuidade e, por conseguinte, o desenvolvimento de comunidades pesqueiras. Segundo relatório do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD, 1997), o MONAPE tentava acompanhar essas experiências, esforçando-se para que elas fossem divulgadas não como simples propaganda ou divulgação, mas na forma descrita por Toro e Werneck (2007): como ações voltadas para a mobilização social. Para tanto, o MONAPE sugeria viagens de pescadores com essas práticas para outras áreas onde seria possível adotá-las.

A finalidade era organizar as bases e multiplicar conhecimentos para melhorar a vida dos pescadores, conforme reforçado pelo próprio movimento: “temos incentivado a elaboração de projetos alternativos de produção, visando o desenvolvimento de pequenas comunidades e povoados de pescadores” (MONAPE, 1994, p. 3). Esse argumento registrado num relatório oficial do MONAPE (1994) sugere que para o movimento participação e envolvimento dos pescadores nos problemas de suas comunidades, informação e conhecimento constituíam aspectos *sine qua non* ao desenvolvimento das comunidades pesqueiras.

O discurso do MONAPE sinaliza para um desenvolvimento nos moldes apontados por Franco (2006), isto é, baseado no surgimento de comunidades pesqueiras mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas. Além disso, que sejam capazes de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando suas vantagens locais para melhorar as condições de vida dos pescadores artesanais. No entanto, relatórios de avaliação externa sobre o MONAPE apresentam contradições entre o discurso e a prática do movimento:

Ao fazermos a leitura das ações a partir do cruzamento da demanda histórica do movimento dos pescadores, ressaltamos a pertinência dessas ações. No entanto, as entrevistas realizadas com lideranças de vários estados visitados apontam questões que divergiam com o otimismo expresso nos relatórios e documentos internos, o que aponta a necessidade de construir uma reflexão maior (TERRAMAR, 2005, p. 7).

Por outra parte, constatou-se nas entrevistas que lideranças e assessores de pescadores em Pernambuco tampouco reafirmam essa linha de trabalho do MONAPE e, inclusive,

relutam a aceitar a participação ou mesmo o incentivo e apoio do movimento a lutas, ações e projetos locais, considerando qualquer ação local do MONAPE meramente pontual, conforme revelam os seguintes depoimentos:

O MONAPE não me apoiou para ser presidente de colônia. Isso aí foi uma decisão da minha cabeça maluca. Agora, quem me apoiou foi Frei Alfredo, mas o MONAPE não. A presidência da Federação o maior apoio foi da Pastoral. O MONAPE não, porque na época estava pra lá [no Norte do país]. Oia...mas menino, nem se preocupava com a gente aqui, tu tás por fora...foi não. Isso aí é informação errada. Agora a Pastoral apoiou. Era Bernado Siry que apoiava (JOANA MOUSINHO, jan. 2010, interpolação nossa).

O MONAPE não trouxe benefício para Itapissuma nem para Pernambuco. Que eu saiba não. Pode ter conseguido para outros estados, agora para Pernambuco não. Pernambuco foi a mãe que pariu e foi esquecida (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Pelo que o conheço para a comunidade de Pernambuco não conheço nada que o MONAPE tenha beneficiado (JOSIAS CLEMENTINO, jan, 2010).

Se a Federação era a estrutura estadual do movimento, então, como movimento a Federação nunca teve um apoio de dizer assim: fazer um planejamento, de buscar suporte financeiro. Isso eles nunca fizeram, o MONAPE. O CPP foi sempre de dar assessoria, eles vieram nesses momentos, mas eram coisas muito pontuais (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Vale destacar que, em Pernambuco, pescadores e lideranças tampouco conseguiram se organizar ao ponto de formar um único movimento estadual - estruturado, organizado e sob uma mesma sigla. Essa conjuntura pode ter diversos motivos, desde desavenças internas até uma postura centralizadora das lideranças ou mesmo uma visão míope sobre a importância do movimento de pescadores local.

De acordo com agentes do CPP (jan, 2010), essa indefinição na formação de um movimento estadual se deu ainda na época da Constituinte da Pesca. Principalmente, porque Pernambuco e Alagoas foram os primeiros Estados a terem as Federações de Pescadores dirigidas por pescadores. Essa conquista política, na visão das lideranças locais, dava conta da representatividade política frente ao Estado e demais atores sociais, além de dar conta das demandas e lutas de pescadores artesanais pernambucanos, conforme revelado nos seguintes depoimentos:

Nesse período, as duas federações eram uma conquista política e já estavam na mão dos pescadores [...] Então, tinha toda essa discussão. No caso de Pernambuco e Alagoas se cria um movimento estadual, como é que é? E aí, os pescadores e o movimento, na época, chegaram à conclusão de que não precisava e aí foi um erro. Que não precisava porque as organizações máximas estaduais estavam na mão de pescadores [...] Como se o movimento fosse em função da tomada da organização, tá entendendo? (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Na cabeça deles essa era a questão: o MONAPE funcionava enquanto as federações e a confederação não estivessem na mão dos pescadores. Iam trabalhar nessa linha.

E quando chegasse a conseguir que na federação do estado tivesse pescador e na confederação tivesse pescador, então, já era o momento de acabar o MONAPE. (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Como o MONAPE não acabou e, pelo contrário, conquistou outros estados, o que aconteceu é que os movimentos dos pescadores de Pernambuco e de Alagoas se viram reduzidos à direção das Federações, o que a longo prazo se mostrou ineficiente na defesa de interesses dos pescadores artesanais desses estados. No trabalho realizado por Ramalho (1999) sobre relações de pescadores artesanais e o poder público no município de Itapissuma encontram-se outras pistas para entender quais foram os fatores que inviabilizam a formação de um movimento estadual.

Esse autor relata que, após o período de lutas e conquistas, no final da década de 1980, os pescadores de Itapissuma enfrentaram conflitos internos provocados pela própria Pastoral dos Pescadores e um grupo político local, que disputavam a força político-eleitoral junto aos pescadores da comunidade. O episódio gerou rachas e desarticulou de tal forma os pescadores e os agentes do CPP que, em vez de continuar o trabalho de organização e articulação da categoria, passaram a focar seus esforços na “participação junto aos canais institucionalizados pelos poderes públicos (Federal, Estadual e Municipal)” (RAMALHO, 1999, p. 57).

Isso enfraqueceu o universo das reivindicações, pois não se conseguia mais aglutinar os pescadores em torno de um projeto comum e a Pastoral tampouco avançava na construção de novos mecanismos de participação popular. O resultado foi desastroso para o movimento, conforme descreve Ramalho (1999, p. 58): “Houve por parte da categoria uma grande apatia política, clarificando a não solidificação de uma consciência de classe na sua cultura e modo de fazer política, o que ocasionou a incapacidade de se compreenderem na qualidade de pessoas capazes de tecer sua própria história”.

Diante desse novo cenário, segundo Ramalho (1999), o CPP acabou reproduzindo alguns vícios políticos, adotando uma postura paternalista e protecionista com relação aos pescadores artesanais. Até o repasse de recursos advindos do exterior para a sua manutenção e a do movimento fez com que os pescadores e suas lideranças não buscassem alternativas próprias de auto-sustentação. Para Ramalho, com essa postura, a Pastoral dificultou o avanço na organização da categoria em Pernambuco, pois a colônia de Itapissuma era reconhecidamente a mais representativa do Estado. Além disso, gerou uma relação de dependência política e até econômica, pois tudo tinha que passar pelo crivo da entidade, conforme o autor relata:

O CPP não revê de modo mais aprofundado a sua atitude [...]. Como se se compreendesse, como o único elemento capaz de conduzir ou apoiar a luta dos pescadores, não se abrindo a alianças com outras entidades, partidos e forças políticas ligadas às camadas oprimidas, mantendo apenas uma relação pontual, com pessoas, em momentos específicos, e não com grupos. Como no caso de Ives Ribeiro, em 1982, o antigo prefeito Clóvis Cavalcanti (PMDB) e a ex-deputada Cristina Tavares (hoje falecida) (RAMALHO, 1999, p. 58).

Esse modelo, segundo ainda esse autor, se alastrou a outras áreas como a comercialização e produção de pescado, que tampouco foram devidamente valorizadas pelo CPP e pelos próprios pescadores, através das colônias, levando muitos deles a dependerem dos “empreseiros”⁴⁵. Pelo menos no que diz respeito à Itapissuma, Ramalho (1999) verificou que a categoria acabava imputando a culpa de seus problemas ao poder público, cobrando soluções que também poderiam ser construídas por eles mesmos, em parceria com o Estado.

Assim, pescadores e colônia ficaram à mercê das políticas públicas e dos projetos governamentais. Consequentemente, a própria participação e adesão dos pescadores à colônia – pelo menos no que diz respeito a Itapissuma - foi prejudicada, porque apenas no período de implantação de projetos tinha-se uma maior presença dos sócios na entidade. Quando estes chegavam ao fim a participação definhava (RAMALHO, 1999).

Hoje, agentes do CPP reconhecem as limitações de sua atuação, no sentido de apoiar os pescadores a construírem um movimento social em Pernambuco mais forte e articulado ainda na década de 1990. Entretanto, também avaliam a conjuntura política e econômica da época, além das políticas na pesca que, segundo eles, acabaram desarticulando o surgimento de um movimento local e criando uma cultura de barganha, que se perpetuou por muitos anos:

Se perdeu aquele momento e talvez a gente não sabe. A gente ao perceber isso desde 90 pra cá, quando via que através da organização não dava resposta mais, a gente teria que ter outras portas de entrada, então a gente começa a investir numa articulação e toma mais força em nível de estado. Mas só que já tinha uma relação muito promíscua com essa história do Estado, essa história dos bancos em 96, 97 e criou-se muito uma relação de barganha e isso foi muito ruim (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Na mesma entrevista, a agente pastoral também refletiu sobre as deficiências metodológicas do CPP no apoio à construção de um movimento de pescadores local:

E também a gente não teve a ousadia de furar esse cerco. Porque qual é a missão do CPP? Não é trabalhar diretoria de colônia! A missão do CPP é trabalhar com os pescadores. Então, onde tem colônia ou associação que está a serviço da transformação ou da luta pelo território, contra a poluição, pela identidade, então a gente vai estar com essas organizações e essas diretorias também. (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

⁴⁵ Segundo Ramalho (1999), os pescadores chamam de “empreseiros” os proprietários dos instrumentos de trabalho na pesca, como redes e barcos.

Em outros estados brasileiros, o MONAPE conseguia apoiar e também receber suporte de movimentos sociais de pescadores mais estruturados e atuantes, a exemplo do Movimento dos Pescadores do Maranhão (MOPEMA), Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA); o Movimento dos Pescadores do Ceará (MOPECE); Movimento dos Pescadores do Piauí (MOPEPI), além das Federações de Alagoas, Pernambuco e Amapá, comandadas por pescadores (MONAPE, 1994). Vale destacar que esses movimentos e federações constam como “parceiros”, no boletim *Monape Notícias*. Além de divulgar notícias desses movimentos, esse veículo de comunicação dirigida interno circulava os números de contato desses movimentos, sob o título de “Telefones Importantes”, ao que parece como uma forma de tornar pública entre os pescadores uma informação que pudesse contribuir para a mobilização social estadual ou mesmo nacional em determinado momento.

Apesar da importância desses movimentos estaduais e de Federações como a de Alagoas e Pernambuco, nota-se também que neles persistem alguns empecilhos ao exercício pleno da democracia. Dentre eles, segundo Ramalho (1999), a falta de rotatividade no poder de certas lideranças e a centralização nas decisões, o que pode ter contribuído para a desarticulação nacional do MONAPE, sobre a qual se discorrerá adiante.

Só para exemplificar essa configuração política, no âmbito da pesca artesanal em Pernambuco, a pescadora Joana Mousinho reelegeu-se presidente da colônia de Itapissuma em dezembro de 2009, após ter ocupado esse cargo por 16 anos e do mesmo ter ficado em mãos da família Mousinho por mais de duas décadas. Já em Porto de Galinhas, litoral Sul de Pernambuco, Josias Clementino foi nomeado presidente da colônia, em julho de 2009, posto que tinha ocupado durante 12 anos consecutivos, em outro período, além de ter sido secretário e tesoureiro da colônia durante três anos, respectivamente. Embora comprometida com a causa da pesca artesanal, esse tipo de liderança pode gerar na opinião de Ramalho (1999, p. 66): “um processo de controle da base sobre a direção para o da direção sobre a categoria”.

Ao analisar conjuntura similar na colônia de pesca Z-10, em Itapissuma, Ramalho citando Demo (1999, p. 66) acredita que esse sistema pode ser herança do próprio CPP, pois, sendo uma instituição pertencente à Igreja Católica, é marcada por uma cultura política hierárquica que “prefere a comunidade de base que reze, declame salmos e faça procissões, evitando aquela que parta para a autopromoção e auto-sustentação”.

Por sua vez, Callou (apud PIRES, 2009, p. 175 - 176) também observa que as colônias de pesca vêm reproduzindo o modelo militarizado, imposto de cima para baixo, herança da sua criação pela Marinha de Guerra. Basta dizer que, até 1984, a Federação dos Pescadores de

Pernambuco era “composta por um almirante na presidência e por capitães em outros postos de comando”.

Outro trabalho mais recente, que traz uma visão crítica sobre a política interna de algumas colônias de pesca, é o de Saraiva e Callou (2009). Ao analisar as contribuições de projetos governamentais para o desenvolvimento de comunidades pesqueiras de Pernambuco, os pesquisadores descobriram, por exemplo, que a unidade de beneficiamento de pescado de Tejucupapo foi construída dentro do terreno da família do presidente da colônia dessa localidade. Essa situação, que inclusive gerou desconfiança entre os próprios técnicos à frente do projeto, levou os estudiosos a inferir que “talvez isso explique o porquê de estar há tanto tempo como presidente da colônia de Tejucupapo e o porquê dos pescadores e pescadoras não se sentirem responsáveis pela unidade de beneficiamento” (SARAIVA e CALLOU, 2009, p. 78).

Por outro lado, pesquisa realizada por Pires (et al, 2009) para analisar a dinâmica associativa na colônia de pesca de Itapissuma revelou a fragilidade das lideranças locais, cujo poder de mobilização encontra-se ainda ancorado no assistencialismo. Dentre os entraves na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal nessa localidade, a autora apurou: 1) a incipiente participação dos associados cuja participação quase sempre se dá através de atividades ou benefícios assistencialistas; 2) a dificuldade em submeter os projetos de interesse da colônia aos editais abertos do governo, dependendo da boa vontade de técnicos de outras instituições para ajudar os pescadores; 3) a falta de vínculos entre os diversos setores, capaz de estabelecer redes horizontais que fomentem um tecido social mais participativo; 4) as questões político-partidárias e tensões daí decorrentes como obstáculos para o andamento das atividades gestoras da colônia de Itapissuma.

Ainda sobre as lideranças de pescadores artesanais em Itapissuma, Ramalho (1999, p. 67) chama a atenção para seu perfil crítico e profundo conhecimento da causa e dos problemas da comunidade, porém, com uma atuação que se assemelha à de um líder espiritual ou mesmo um cacique, cuja opinião está acima de qualquer discussão ou suspeita. “Aliás, mesmo existindo uma cúpula ativa e comprometida com sua base, como é o caso da Z-10, ela não basta como instrumento de luta, como se fosse substituir o refluxo do movimento e de uma atuação coletiva da categoria”. Agentes do CPP corroboram a opinião de Ramalho, como pode se inferir na seguinte fala:

Por passar muito tempo dentro das colônias, sendo liderança, como presidente, essas pessoas ao invés de juntar os pescadores para uma decisão política dentro da colônia, para questões do dia a dia da pesca [...] No início faziam isso, mas depois com a estabilidade por ser presidente passaram a ser ‘a pessoa’. Então: ‘eu faço

porque o pescador vai aceitar porque eu estou fazendo'. E aí, você cria a cultura da dependência e a cultura da família. Em vez de você ter envolvimento com outros pescadores, com outros jovens, passa a ser a irmã, o sobrinho, o tio, a tia [...] Então são colônias que o presidente está há 20 anos a frente da liderança, depois a liderança da comunidade passou a ser da família (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Essas são, em suma, as causas apontadas por pesquisadores e assessores que podem ter coibido a formação de um movimento social de pescadores em Pernambuco. Entretanto, não se devem desconsiderar os fatores históricos, políticos e sociais, pois em alguns órgãos representativos da categoria e mesmo no âmbito acadêmico, o pescador é ainda tratado com extrema discriminação e visto como inferior, analfabeto e ignorante.

Essa atitude negativa pode ser atribuída à tutela e opressão exercidas pelo Estado sobre os pescadores e outros grupos sociais, discutidos no capítulo II e III deste trabalho, que também pode explicar a dificuldade dos pescadores na hora de estabelecer diálogos para viabilizar projetos, em parceria com outros atores sociais, que de fato tragam desenvolvimento para as comunidades pesqueiras no Estado.

Tais fatores acabam obstaculizando o desenvolvimento de comunidades pesqueiras locais, no sentido atribuído por Franco (2001), isto é, como teia de relações tramadas por pessoas e suas inter-relações, o que impossibilita que o movimento social dos pescadores de Pernambuco funcione como uma entidade viva ou um ser social. Além disso, coíbe outras dimensões do desenvolvimento, como a construção do capital social e do capital humano, sobre os quais se discutiu teoricamente na Introdução e no capítulo I deste trabalho.

4.3 Capital humano e social em comunidades pesqueiras

A despeito dessa conjuntura em Pernambuco, a coordenação do MONAPE visitava regularmente pescadores desse estado e de todo o país, visando “conhecer melhor sua realidade e estreitar contatos com a base e pessoas com capacidade de liderança, interessados em levar adiante os trabalhos do movimento, objetivando formar comissões estaduais” (MONAPE, 1994, p. 15). A partir dos dados colhidos nessas viagens, o movimento procurava mobilizar os pescadores, realizar diagnósticos da realidade social da categoria e construir propostas, conforme revelam os seguintes registros e falas:

A coordenação do MONAPE realizou inúmeras viagens pelo país que além de seu caráter mobilizador serviram para se ter um quadro mais aproximado da realidade dos pescadores brasileiros e de seus principais problemas [...] Essas viagens tiveram como principal objetivo para o movimento ter a clareza da realidade em que se encontram os pescadores, tendo em vista a grande diversidade de situações em que os mesmos se encontram (MONAPE, 1994, p. 9 - 13).

Tem relatos [...] que quando o MONAPE estava no Maranhão funcionava como movimento: visitava, articulava, mobilizava dentro das possibilidades que eles tinham que não eram muitas. Articularam o Ceará, articularam o Piauí, foram para o Sul, no Amazonas, foram para Manaus, Tocantins, fizeram uma articulação de um movimento nesse tempo (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010)

Nas viagens para estabelecer e manter contato com pescadores de diversos estados, a coordenação do MONAPE constatava importantes diferenças geográficas e culturais entre as regiões do país (CCFD, 1997). Além da grande extensão territorial, o movimento se ressentia do próprio desconhecimento que o pescador tinha da realidade dos pescadores de outras localidades e das “diferentes orientações recebidas, seja por órgãos governamentais, seja por entidades de apoio” (MONAPE, 1994, p. 14), provocando discórdia na hora de encaminhar propostas unificadas.

As constatações do MONAPE demonstram que o desmonte do aparato de Extensão Rural e Pesqueira no país com o término das EMATERS, contribuiu para desarticular ainda mais os pescadores artesanais na década de 1990. Os apoiadores têm a mesma opinião e se ressentem de ações extensionistas que, no lugar de organizar a categoria e viabilizar o desenvolvimento das comunidades pesqueiras, provocaram desunião e inibiram o crescimento político dos pescadores artesanais, conforme revela a seguinte fala:

A gente ia para a comunidade com o perfil de trabalhar a liderança, de trabalhar a questão da evolução política daquela comunidade. A gente não ia para [...] levar dinheiro. Teve alguns entraves em algumas comunidades, por quê? A gente estava trabalhando [...], a comunidade estava as mil maravilhas. Chegava um técnico com um projeto X. Então a comunidade praticamente morria, porque a visão passava a ser: ou faz dessa forma ou não tem acesso ao projeto (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Nesse contexto, as ações nacionais do MONAPE que no final da década de 1980 se restringiam à pressão e reivindicação, nos anos 1990 converteram-se em ações focadas em resultados. Para tanto, o movimento investia em projetos de parceria e maior participação política no setor público, além de contatos com outros atores sociais, ou seja, nos mesmos moldes analisados por Gohn (2004) sobre movimentos sociais nos anos 1990. Esse viés faz parte dos objetivos, soluções e resultados registrados em diversos relatórios do MONAPE, dos quais se reproduz aqui o seguinte trecho:

Estreitar contatos e realizar ações conjuntas dos pescadores com outros movimentos sociais e de trabalhadores visando a defesa dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas [...] A participação política dos pescadores deve se ampliar nos diversos espaços e um resultado disto tem sido que cada vez mais lideranças de pescadores estão envolvidas nas conquistas dos espaços públicos e sindical, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras Municipais e Diretorias de Colônias (MONAPE, 1996, p. 2-5).

A partir da descrição de Gohn (2003, p. 36) dos movimentos sociais nos anos 1990, ou seja, como ações sociais em que os mandatários também são executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado, é possível dizer que o MONAPE trabalhava ativamente na construção de “projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas”, além da articulação de redes e parcerias que agissem como resistência à exclusão e lutassem pela inclusão social. Esses fatores registrados em diversos documentos do MONAPE são exemplificados pelos seguintes trechos:

Continuaremos a promover palestras e intercambiar material com os parceiros do Movimento. Também procuraremos formular convênios com Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Centros de Pesquisas, para prestarem assistência técnica para as colônias, Federações e Movimentos Estaduais (MONAPE, 1996, p. 5)

O MONAPE não se limita a atingir as colônias, mas todas as formas de agrupamento, e tece laços com os pescadores não organizados, ou organizados de outra forma, que ele encontra nas praias ou junto dos rios e barragens, nas viagens e visitas da coordenação nacional ou das coordenações regionais ou estaduais (CCFD, 1997, p. 17).

Esses dados também revelam que para se comunicar (com) e mobilizar os pescadores artesanais, o MONAPE investia na comunicação dirigida *oral e aproximativa*, tal como Kunsch (2003) as descreve. A oralidade se fazia presente nas conversas face a face e reuniões promovidas nas comunidades pesqueiras e o clima era de total empatia, pois a coordenação do movimento também era formada por pescadores artesanais que conheciam bem a realidade e os problemas que afligiam a categoria, como revela a seguinte fala:

Esse pessoal veio da base, eles tinham um processo de formação muito bom [...] Eles tinham no início uma metodologia muito interessante. Eram pescadores usavam a linguagem dos pescadores, primeiro eles falavam do que era o MONAPE. Depois percebiam os problemas daquele local que eles estavam, tentavam ajudar a partir das condições deles de orientação sobre alguma temática como presidência, seguro, a lei das colônias. E isso foi um momento interessante (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

As viagens dos coordenadores do movimento para visitar pescadores de todo o país também faziam parte de uma comunicação dirigida *aproximativa*, isto é, ancorada em estratégias de comunicação focadas na aproximação dos públicos de interesse, neste caso dos pescadores artesanais, para junto do MONAPE. Devido à diversidade e abrangência geográfica, as viagens e visitas o MONAPE (1994, p. 14) buscavam “conscientizar a categoria da importância da unidade, como sendo todos pescadores igualmente explorados”. Isso representou um entendimento - expresso em diversos veículos de comunicação *escritos* como cartas, relatórios, dentre outros documentos - de que o MONAPE só conseguiria fortalecer suas conquistas, a partir da valorização das organizações de base. Esse ponto

contemplava ainda a organização política e a manutenção de relações com outros movimentos sociais de trabalhadores e organizações populares, além da organização das pescadoras (MONAPE, 1994). Postura essa corroborada por depoimentos de agentes pastorais que conhecem o movimento:

Eu tenho uma avaliação de quem não estava muito no núcleo das decisões que, nessa época, eu não fazia parte da coordenação nacional. Mas, eu concordo [...] que nesse período tinha um processo muito interessante, muito gostoso, de mobilizar os pescadores. Tinha também a Anita, de Ponte dos Carvalhos, que participava desse processo (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Esse pessoal ralou muito, de estar nas comunidades, de ir, de discutir a questão de direitos, a questão do órgão de classe, a conquista na constituição brasileira. Esse pessoal trabalhou muito [...] Tinha gente que saía de casa e passava 15 dias fora (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

O MONAPE tentava conhecer cada vez mais a realidade de seu público interno, isto é, dos pescadores artesanais, além de estreitar os laços de amizade e reciprocidade com as bases e lideranças de todo o país (MONAPE, 1994, 1997). Por outro lado, como analisado por Gohn (2003, 2004) e Sherer-Warren (1996) ao estudarem as mudanças de movimentos sociais nos anos 1990, o MONAPE teve de abandonar algumas posturas dos anos 1970/80, isto é, adotar posições mais ativas e propositivas.

Passou a atuar dentro dos marcos da institucionalidade e não mais à margem dela ou de costas para o Estado. Tendo em conta que atravessava um período importante da sua estruturação, exigindo uma ampliação formal e política de sua organização, além de uma definição mais precisa de seus princípios e objetivos, o MONAPE vivia uma fase de crescimento e, principalmente, de amadurecimento, em meados da década de 1990 (MONAPE, 1994). Nesse contexto passou a priorizar uma:

maior unidade entre os movimentos estaduais, comissões, coordenações, contatos, propostas mais objetivas de reivindicações, passando a assumir um caráter mais propositivo e ampliar o espaço e atuação das lideranças regionais no movimento como também a participação das mulheres (MONAPE, 1994, p. 16).

Até 1994, as atenções do movimento também estiveram voltadas para “fomentar discussões no campo do Congresso [Nacional], no campo organizativo da categoria e no campo científico” (MONAPE, 1994, p. 11, interpolação nossa). Da mesma forma como Gohn descreve os movimentos sociais nos anos 1990, o exercício de novas práticas tinha trazido ao MONAPE um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, o governo e sua máquina.

No que se refere ao poder legislativo, por exemplo, o movimento constatou “o desprezo [...] que os pescadores artesanais sofreram e sofrem com as retrógradas leis que compõem o

legislativo para com os mesmos” (MONAPE, 1994, p.11). O movimento passou a lutar por uma política pesqueira para o setor, propondo, criticando e denunciando questões relacionadas ao assunto. A militância, como afirma Gohn (2004, p. 341) em seus estudos sobre movimentos sociais na contemporaneidade, passou a ser mais seletiva e qualitativa: “neste processo deixam as paixões de lado e se tornam mais estratégicos, mais racionais, menos passionais”.

O MONAPE dedicou-se, então, a apresentar propostas emergenciais junto ao governo, dentre as quais se destacaram o salário desemprego durante o período de defeso; a regulamentação da lei das colônias que - mesmo depois das conquistas alcançadas na Constituição de 1988 - ainda estava pendente; a isenção de impostos ao pescador na aquisição de seus instrumentos de trabalho, entre outras.

Em Pernambuco, o movimento apoiou a instituição do seguro defeso para a pesca do camarão⁴⁶. Muitas comunidades pesqueiras se sentiram prejudicadas por não terem acesso ao benefício, dentre elas a de Itapissuma, cujos pescadores não foram contemplados por não utilizarem embarcação motorizada. Embora o direito tivesse sido instituído em 1991, os pescadores dessa localidade só puderam usufruir do seguro defeso em 1995, quatro anos depois, segundo agente do Conselho Pastoral dos Pescadores – Nordeste⁴⁷.

No que denominou de Campo Científico, o MONAPE (1994) tentou formar um grupo de técnicos para apoiar o movimento a partir da realização de estudos, que pudessem tornar consistentes as reivindicações dos pescadores nas áreas jurídica, econômica, sociológica, entre outras. Engajou-se, ainda, em firmar convênios e parcerias com entidades e intelectuais da área de pesca, sociologia e antropologia (CCFD, 1997).

No que se refere às estratégias de comunicação com o público externo, destacaram-se aquelas tecidas no campo sindical, político-partidário, religioso e das ONGs. O relatório do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD, 1997, p. 19-20), por exemplo, revela que o MONAPE tinha parcerias com a Universidade de São Paulo, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Centro Josué de Castro de Pernambuco, a organização não governamental Terramar do Ceará, e o CPP e suas Pastorais espalhadas pelo Brasil. Além disso, o movimento intercambiava informações e participava de eventos promovidos por

⁴⁶ Os pescadores que vivem da pesca do camarão têm acesso ao seguro desemprego, na época de defeso do camarão, que corresponde ao período de desova da espécie, sempre entre maio e junho, quando esses trabalhadores ficam proibidos de pescar.

⁴⁷ Informação verbal fornecida pelo agente pastoral, Severino Antônio, em palestra sobre Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco, no Seminário 40 Anos de Extensão Pesqueira no Brasil, UFRPE, Recife-PE, jun. 2009.

organizações de outros países como Chile, Colômbia, Equador, Senegal, Venezuela e, ainda, do Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores (MONAPE, 1991). Entretanto, não se teve acesso a documentos que forneçam informações detalhadas sobre essas parcerias internacionais.

Além de auxiliar o movimento na elaboração de propostas de políticas pesqueiras, essas estratégias de comunicação também privilegiavam o trabalho de organização diretamente relacionado com o trabalho de formação para “potencializar o surgimento de novas lideranças e permitir uma intervenção mais qualificada na estruturação e organização dos movimentos estaduais e suas bases, inclusive quanto à organização de mulheres” (MONAPE, 1994, p. 16). Por sinal, a capacitação de lideranças era questão prioritária para o MONAPE sempre prevista em planejamentos anuais.

Outra estratégia comunicacional do movimento centrava-se na educação, realizando esforços para criar grupos escolares infantis e alfabetização de adultos. No Pará, por exemplo, havia experiências de “alfabetização em vários barcos, aproveitando as longas viagens e dos momentos onde se espera o peixe” CCFD (1997, p. 18). Existiam ainda experiências de escolas comunitárias, dirigidas por sindicatos de pescadores.

Já em Pernambuco, o movimento incentivava e subsidiava a participação de lideranças locais e de outros estados nordestinos em seminários de formação. Esses encontros eram realizados em parceria com o CPP e outras entidades, como o Centro Josué de Castro e a ASPAN, que ficavam responsáveis por ministrar palestras sobre o pescador artesanal e sua organização; cooperativismo na política de pesca; relações sociais entre homens e mulheres; comunicação e expressão para pescadores; meio ambiente; políticas públicas; políticas de pesca, entre outros temas (MONAPE, 1994; 1994c). O MONAPE promovia ainda “trabalhos de formação política voltados a lideranças regionais, estaduais, nacionais e locais [...] cursos de formação e administração de colônias / federações; a elaboração de cartilhas de formação e as reuniões de base” (MONAPE, 1994, p. 21).

Esta pesquisa não ouviu os pescadores e as lideranças locais sobre o resultado das capacitações e programas educativos promovidos pelo MONAPE, mas a partir da análise dos referidos documentos, parece pertinente dizer que o movimento atuava como gestor de processos comunicacionais, tentando produzir e circular conhecimento, a partir de uma prática extensionista contínua. Não nos parâmetros da difusão de inovações no âmbito pesqueiro, mas da forma descrita por Lima (2007), discutida no capítulo I deste trabalho. Isto é, admitindo que a ação educadora do extensionista, como neste caso do MONAPE e seus assessores, deve ser de comunicação para chegar ao pescador, respeitando seu modo de ser como sujeito

inserido em uma realidade concreta e histórica. Nesse sentido, as capacitações promovidas pelo MONAPE para as lideranças parecem seguir um processo educativo-comunicacional do qual o pescador participava ativamente, construindo com os extensionistas propostas e soluções para seus problemas.

Com essa postura, o movimento parece caminhar na direção apontada por Jara (2001, p. 100), no que diz respeito à construção de capital humano para o desenvolvimento local: “conhecimento é prioritário, por construir a base do novo poder da democracia representativa [...] para uma sociedade sustentável. É assim que o capital humano impulsiona o desenvolvimento do capital social, promovendo equidade”.

O MONAPE também promovia palestras e intercambiava material com os parceiros do movimento. Procurava formular convênios com governos estaduais e municipais, universidades, centros de pesquisas para prestarem assistência técnica e o fortalecimento das estruturas das Colônias, Federações e Movimentos Estaduais (MONAPE, 1996). Outra estratégia do movimento era divulgá-lo junto aos órgãos governamentais e organizações não governamentais, dentre as quais se destacavam: o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Universidade de São Paulo (USP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) e o Congresso Nacional.

Como resultado dessas estratégias de comunicação focadas no intercâmbio, na parceria e articulação, o MONAPE “passou a compor reuniões, encontros, manifestações e seminários a convite das entidades contatadas” (MONAPE, 1994, p. 13). Isso significa dizer que ao criar, ampliar e fortalecer a construção de redes, internas e externas, o movimento trabalhava na construção do seu capital social que, segundo Jara (2001, p. 107) se refere “à qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por estes relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade”. Além disso, essa “energia coletiva”, em forma de redes de organizações, possibilitava o trabalho em conjunto e espaços de participação coletiva para os pescadores artesanais.

Com base nessas informações e a partir dos dados teóricos de Matos (2005) avalia-se que os métodos de organização social do MONAPE visavam construir autonomia, gerar alianças e articulações com outros atores sociais, além de fomentar iniciativas locais. Desta forma, suas estratégias de comunicação sinalizavam a favor do desenvolvimento local, tecendo redes de relações sociais com outros setores da sociedade e, ainda, incentivando a participação cidadã dos pescadores nesse processo. Nas práticas do MONAPE também é

possível observar alguns elementos desenvolvimento local tal como Jara (2001) o descreve, pois para o autor:

a sustentabilidade e a coesão social resultam da organização, da mobilização social e de relacionamentos de confiança, reciprocidade e solidariedade [...] observados nos objetivos de atores sociais subalternos que [...] vêm descobrindo, com autonomia crescente, a capacidade e o potencial humano que portam, ao identificar seus problemas e necessidades. Informam-se, negociam, estabelecem parcerias [...] participam e compartilham com o Estado a responsabilidade pelas soluções, o que corresponde à participação ativa e consequente conquista dos espaços públicos (JARA, 2001, p. 101).

4.4 Legitimidade e ampliação do debate

Apesar dos esforços para organizar e mobilizar a categoria, os avanços não eram significativos, levando a coordenação do MONAPE a priorizar esse objetivo e adotar novas estratégias (MONAPE, 1991). A partir de 1991, estruturou as comissões regionais e dividiu os trabalhos em áreas temáticas, de acordo com as conclusões do 5º Encontro Nacional: Política Pesqueira, Meio Ambiente, Organização da Categoria, Política Sindical e Previdência Social (MONAPE 1991, 1994). Para atender às necessidades dos pescadores em todo o país, a estrutura do MONAPE ficou disposta em Assembléia Geral; Conselho de Representantes (composto pela coordenação e representantes das regionais) e Coordenação.

O Conselho de Representantes passou a atuar em sete regionais: Norte 1: Pará, Amapá e Tocantins; Norte 2: Rondônia, Amazonas e Roraima; Nordeste Central 1: Bahia, Sergipe, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Nordeste 2: Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão; Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Região Sudeste: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Sul da Bahia. Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (CCFD; MONAPE, 1997, 1991, 1994). Em entrevista concedida para esta pesquisa o pescador e ex-presidente do MONAPE, José Carlos Diniz (fev, 2010), destacou que os resultados alcançados pelo movimento, nos primeiros anos de atuação, centraram-se bastante na “tomada de várias direções de colônias e direção de algumas federações, além da discussão política da categoria”.

A falta de experiência do movimento na promoção de uma articulação nacional também tentou ser minimizada através do projeto “Organização e Estruturação do Movimento Nacional dos Pescadores”. Em vigor de 1993 a 1998, a iniciativa foi avaliada e reformulada, de acordo com os objetivos e necessidades do movimento, a cada dois anos. (MONAPE, 1994, 1996). A finalidade era encontrar soluções para organizar nacionalmente os pescadores e atender aos seus interesses econômicos, políticos e organizativos. (MONAPE, 1993). Tarefa nada fácil devido à própria complexidade do setor pesqueiro brasileiro, conforme relatado

pelo movimento: “Uma das dificuldades que enfrentamos foram as enormes diversidades das atividades praticadas pelos pescadores e um vasto campo territorial que os mesmo habitavam, colocando a nu uma pluralidade de inserções no processo de produção e de condições de vida”. (MONAPE, 1994, p. 11).

Para o Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD, 1997) esses dados revelam o esforço de regionalização do MONAPE, além de demonstrar sua origem nordestina e a dificuldade para se implantar no Sul e numa parte do Norte do país. Para se ter uma idéia, as regionais Norte 2 e Centro-Oeste não tinham sequer um representante na coordenação ampliada e a representação do Sul era quase simbólica se comparada à do Nordeste. Avaliação esta corroborada pelo próprio movimento em um de seus relatórios:

Esta classificação – dos diversos níveis de organização estadual – guarda estreita correspondência com as várias regiões brasileiras. Em termos gerais podemos dizer que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam o movimento melhor estruturado. Nas regiões Sudeste / Sul possuímos apenas contatos e pessoas de referência. No Centro-oeste não possuímos pessoas de referência. Podemos assim fazer uma relação entre os diversos níveis de organização com as diversas regiões do país (MONAPE, 1994, p. 20).

A dificuldade de adesão pode ser atribuída tanto às divergências de opiniões, no que se refere à representatividade do sistema de colônias, como também ao fato da pesca embarcada⁴⁸ ter maior penetração nas regiões Sul e Centro-Sul do Brasil – aspectos já estudados por autores como Silva (2004), para quem a própria diversidade da produção pesqueira nacional e de seu meio natural explica essa situação:

É ilustrativo nessa direção o fato de que são as regiões Norte e Nordeste aquelas onde as colônias de pescadores têm maior representatividade política e melhor organização. Nestas regiões, as colônias e muitas federações estaduais já são dirigidas por pescadores [...] desde início da década de 1980. Não por acaso, predomina nestas áreas a pequena pesca, efetuada por pescadores independentes ou por róis articulados por um mestre ou por um proprietário de embarcação (SILVA, 2004, p. 72).

Mais adiante, o autor continua argumentando da seguinte forma:

Nas regiões Sul e Sudeste, a luta pela conquista das colônias ainda se encontra em fase inicial, e a maioria destas instituições ainda se encontram sob a tutela de militares, comerciantes de pescado e outros sujeitos alheios aos interesses dos produtores diretos – tal como ocorria nos anos iniciais de formação do sistema de representação, na década de 1920. Acresce-se a isto o fato de a pesca embarcada ter se desenvolvido mais extensivamente no Centro-Sul e no Sul do país (SILVA, 2004, p. 72).

⁴⁸ A pesca embarcada trouxe consigo o sindicato dos trabalhadores e os sindicatos patronais. O primeiro revela-se mais apropriado para encaminhar as lutas e reivindicações dos pescadores das regiões Sul e Sudeste e, inclusive, esse embate político ganha relevância nos próprios ecossistemas, pois essas regiões permitem o uso de rede de arrasto, utilizada pela pesca embarcada. Por isso, o sindicato parece ser a melhor expressão das regiões nas quais esse tipo de pesca inspira os pequenos pescadores a articularem suas lutas. Cf. SILVA, 2004.

Apesar das divergências políticas e diferenças geográficas e culturais, em 1995, o MONAPE já atuava junto a 99 colônias e quatro sindicatos em 11 estados, com 37 associações em cinco estados e 42 grupos de oposição em nove estados. Tinha, ainda, forte presença em três federações e três articulações estaduais. (CCFD, 1997). Embora caminhasse a passos lentos, o movimento tentava galgar ano após ano legitimidade nas próprias bases e nos órgãos governamentais e, ainda, ampliar o debate em torno de suas reivindicações. Além de ações focadas em parcerias, negociação e divulgação, o MONAPE passou a elaborar propostas para o setor pesqueiro. Essa postura lhe possibilitou sair do nível reivindicativo para um nível mais operacional e propositivo, conforme constatado em diversos relatórios do movimento:

Elaborar e manter um Diagnóstico atualizado das diversas realidades locais (Federação, Movimento Estadual e/ou Articulação Regional), levando em consideração os seguintes aspectos e condições potenciais: organização da categoria [...] organização e condições de produção e comercialização; políticas públicas locais para os diversos problemas. Divulgar os objetivos e princípios do MONAPE (marketing): material de divulgação (cartaz, folder). Melhorar e/ou elaborar planos de ação em cada local [...] (MONAPE, 1997, p. 5).

O resultado desse processo foi “a progressiva aceitação do MONAPE como principal referência dos pescadores e como seu principal interlocutor perante a sociedade” (MONAPE, 1994, p. 15), pelo menos no que diz respeito à sua representatividade junto ao Estado. No que se refere à linha de trabalho, o movimento procurava atuar nas Colônias de Pesca. Nas colônias não pelegas, estabelecia contatos na sede do município e nas comunidades de pescadores, criando secretarias, onde elegia três membros, no lugar dos capatazes.

Já nas localidades onde não existiam colônias, o contato era realizado com pescadores e grupos para que eles estudassem a possibilidade de criar uma colônia. E, naqueles lugares onde tinha colônia pelega promovia-se o surgimento de grupos de oposição ou associações, as quais podiam coordenar todas as atividades que a Federação não assumia, como era o caso do Pará, Maranhão e Ceará. Para facilitar esses contatos, o MONAPE se valia da “intermediação das paróquias, diversas pastorais, sindicatos rurais, alguns partidos e parlamentares de esquerda” (CCFD, 1997, p. 9).

Mais uma vez é possível constatar, nesses dados, o contínuo esforço do MONAPE no sentido de ancorar seu trabalho, ações e divulgação em um sistema de comunicação informal de redes internas e externas, nos parâmetros atribuídos por Kunsch (2003, p. 83), ou seja, baseado em relações sociais entre pessoas, no qual se destaca “a importância da formação de lideranças e comissões de trabalhadores, que, sem aparecer na estrutura formal, desempenham relevante papel dentro da organização”

Partindo da diversidade de atividades praticadas pelos pescadores e do imenso território em que os mesmos habitam, o movimento decidiu regionalizar ainda mais a sua estrutura e articulação (MONAPE, 1994, p. 11). Dividiu-se então em: comissões de base; coordenações estaduais; coordenações regionais; coordenação ampliada, com dez membros e, ainda, coordenação nacional, com quatro membros. Todas as coordenações eram eleitas no seu respectivo âmbito.

As comissões de base “tornaram possíveis os trabalhos de base, servindo como interlocutor das mesmas e a Coordenação Nacional. Através destas lideranças resultaram encontros estaduais e regionais [...]” (MONAPE, 1994, p. 13). Com base em Kunsch (2003) parece pertinente afirmar que essas comissões eram canais ou meios que funcionavam dentro do sistema formal de comunicação do MONAPE, pois foram estabelecidos pela organização de forma consciente e deliberada.

Esse foi o caso de Pernambuco, onde o movimento contava com uma comissão estadual organizada, onde se destacavam lideranças, colônias e associações das cidades de Itapissuma, Itamaracá, Olinda, Barra de Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Tijucoapo, Ponta de Pedras, Goiana, Pau Amarelo, Pontezinha, Porto de Galinhas e Paulista, além da Federação Estadual. Entretanto, como discutido anteriormente e constatado pelo próprio MONAPE ainda não podia ser caracterizado como um movimento orgânico de cunho estadual (MONAPE, 1994).

Para além das avaliações positivas nos relatórios do movimento e das constatações teóricas, fato é que, desde que se instituiu o MONAPE, os pescadores pernambucanos não conseguiam se organizar a ponto de formar um movimento estadual. A participação se restringia à atuação pontual das lideranças à frente das colônias de pesca e da federação estadual, o que em alguns casos acarretava numa falta de identidade com o MONAPE como se confirma no seguinte depoimento:

O movimento em Pernambuco e em Alagoas não criou identidade de movimento, porque sempre esteve atrelado à organização oficial, à Federação. Então isso pesa porque as pessoas mesmo que vão para assembleia, mas como não teve essa estrutura de potencializar o alicerce nos estados. Aí o que acontece? Vai pra lá, participa de uma assembleia, então se elege, faz parte da coordenação, da diretoria, seja lá o que for. Mas qual é o princípio que faz com que tu faça parte dessa coordenação? Tem que ter princípios, o movimento não tinha os princípios. Como é que eu faço parte de um movimento se eu não tenho a base? (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010)

A ideia local de que a organização, participação e força dos pescadores artesanais pernambucanos se limitavam à representatividade política da colônia, da federação estadual

ou da Confederação – frente à comunidade, à sociedade e a outros órgãos – parece persistir até hoje na visão das principais lideranças de pescadores Pernambuco, como exemplifica a seguinte fala: “Jorge sempre participou, ele era presidente da colônia de Porto de Galinhas. Josefa [de Suape] não, ela veio começar depois. Edinho, que era presidente da colônia de Pau Amarelo e que foi presidente da Federação de Pescadores. Edinho também estava à frente dos trabalhos” (JOANA MOUSINHO, jan. 2010, interpolação nossa).

É uma visão que, como comentado anteriormente, se alastra desde o início dos anos 1990 e, de certa maneira, vem inviabilizando a formação não só de novas lideranças como também de um movimento orgânico que represente os interesses de todos os pescadores artesanais pernambucanos, quer seja à frente de entidades governamentais ou do próprio MONAPE.

Retomando a discussão sobre a organização das bases estabelecida pelo MONAPE, a partir da formação de comissões estaduais, nota-se que essa sistematização representava um esforço do movimento no sentido de acompanhar, apoiar e dar suporte a atividades e mobilizações locais (MONAPE, 1994). Exemplo disso foi a ação promovida pelo Comitê Comunitário de Meio Ambiente de Ponte dos Carvalhos-PE (CCMAPC) que, em 1991, encaminhou à Assembléia Legislativa de Pernambuco uma carta ofício denunciando o despejo de resíduos industriais, lixo hospitalar e a falta de saneamento nos rios Pirapama, Jaboatão e Gujaú. Segundo os pescadores, a poluição ambiental estaria provocando doenças de pele, aumento da mortalidade infantil e extinção de diversas espécies de peixes. Solicitaram, então, o acompanhamento rigoroso das ações da Companhia de Recursos Hídricos (CPRH), considerada ineficaz (CCMAPC, 1991).

Essa correspondência foi enviada junto com uma carta do MONAPE, que apresentava sua irrestrita solidariedade e apoio à luta do comitê: “Entendemos que a questão ecológica encontra-se abandonada pelos órgãos fiscalizadores [...], o que vem causando sérios prejuízos a população daquela região e, sobretudo, aos pescadores [...] Solicitamos dos parlamentares de Pernambuco especial atenção a questão ecológica e permanente vigilância nas atividades desenvolvidas pela CPRH e pelo IBAMA (MONAPE, 1991b, p. 1). A ação coletiva local, apoiada pelo MONAPE, demonstra como diz Jara (2001, p. 100) que “é possível formular políticas de desenvolvimento nas quais a equidade seja o princípio do progresso econômico, e a satisfação das necessidades humanas e o cuidado com a natureza sejam os principais objetivos”.

4.5 Novas demandas e frentes de atuação

Outra iniciativa do MONAPE foi a criação do Centro de Apoio ao Pescador Artesanal do Brasil (CAPAB), em 1991. O objetivo era formar um corpo técnico para assessorar e subsidiar os trabalhos do movimento, “através de produções científicas, técnicas e informativas” (CCFC, 1997, p. 20). Tratava-se de um instrumento para recrutar e organizar técnicos mais permanentes que atuassem junto ao movimento.

A legitimação jurídica do MONAPE trouxe para os pescadores artesanais o desafio de desenvolver um novo aprendizado, na forma descrita por Gohn (2003) ao se referir a movimentos sociais populares. Não era mais uma questão de reivindicar, pressionar ou demandar o Estado. O MONAPE tinha de fazer, propor e ter uma participação qualificada e inscrita em leis, sendo uma realidade virtual à qual os pescadores buscaram se adaptar através de iniciativas como o CAPAB.

Embora existisse juridicamente, o CAPAB não chegou a funcionar na prática e nunca teve uma própria coordenação, administração e orçamento (CCFC, 1997). De acordo com alguns relatos dos entrevistados, o CAPAB acabou se inviabilizando devido a problemas financeiros e de gestão, principalmente pela inexperiência das lideranças que visitavam as comunidades, realizando o trabalho de mobilização nas bases, mas não se preocupavam prestar contas de forma sistematizada. O Centro acabou gerenciando uma dívida de encargos sociais e não pôde garantir recursos para manter sua infra-estrutura.

Outra dificuldade apontada pelos entrevistados se refere a problemas políticos internos, pois ao que parece o corpo técnico contratado para prestar assessoria ao CAPAB acabou traçando as formas de trabalho e mobilização sem envolver as lideranças nesse processo. A desarticulação entre o movimento e o corpo de assessores técnicos do CAPAB demonstra a fragilidade da rede social tecida pelo MONAPE, tendo em vista o envolvimento de intelectuais que acompanhavam e apoiavam o movimento desde a época da Constituinte da Pesca. Esse cenário exemplifica as ligações frágeis de confiança e reciprocidade, que acabaram inviabilizando, como explica Jara (2001, p. 107-108) ao se referir a energia do capital social, as “alianças, às escolhas e às tomadas de decisões conjuntas para a construção de um futuro comum”.

Todas essas dificuldades levaram o MONAPE a tomar a decisão de encerrar as atividades do CAPAB em 1995, pois os pescadores avaliaram que o Centro confundia-se com a própria coordenação do movimento. Além disso, o MONAPE constatou que a entidade só

existia para efeito jurídico e não tinha cumprido o papel para o qual tinha sido criada (CCFC, 1997).

Por outra parte, vale destacar que o próprio MONAPE também era submetido a contínuas avaliações sobre o seu desempenho, visando aprimorar o seu trabalho. No 6º Seminário Nacional de Pescadores realizado em Olinda (PE), em 1994, por exemplo, pescadores de todo o país chegaram a conclusão que havia uma sobrecarga de funções e tarefas nos cinco dirigentes nacionais, sendo urgente a descentralização das ações, o que implicava em maior iniciativa dos representantes regionais e dos movimentos estaduais (MONAPE, 1994).

Pernambuco, por exemplo, recebia as visitas de Claudionor Silva, da coordenação nacional; Francisco Mariano, representante regional, e Benedito Pereira, do Movimento dos Pescadores do Maranhão. Para se ter uma idéia do trabalho realizado por essa equipe, segundo relatório do MONAPE (1994), em 1993 foram realizadas visitas a colônias, sindicatos, associações e capatazias de diversos municípios pernambucanos, dentre eles, Itapissuma, Itamaracá, Olinda, Barra de Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Tejuocopapo, Ponta de Pedras, Goiana, Pau Amarelo, Porto de Galinhas e Paulista (MONAPE, 1994). A veracidade dessas informações é posta a prova, pois é contestada por alguns entrevistados e, ao mesmo tempo, nota-se nas falas que o trabalho do MONAPE, pelo menos em Pernambuco, muitas vezes se confundia com o da própria CPP:

Claudionor veio aqui uma vez, conversou comigo aqui um negócio de uma ou duas horas. Bem ligeiro. Isso não é visita. Visita é você vir, ir na beira da maré, nas comunidades de pescador, bater um papo com tudinho, né? Fazer uma reunião grande com os pescadores. Mas vir, sentar e conversar com a presidente é difícil, é? Não é. Você veio visitar a presidente, não foi a comunidade de pescadores. Porque ele veio conversou comigo, tomou um refrigerante e foi se embora. Foi essa a visita (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Agora, quando Joana disse que só recebeu uma visita de Claudionor. Aí eu queria só frisar uma coisa. Primeiro tem aquela concepção de que movimento aqui era a Federação e que Joana fazia parte do movimento. Isso é uma coisa. A outra coisa é que o movimento, nesse período de 96 a 99, também o Brasil e o mundo estavam passando por essa acomodação ou essa dificuldade de perceber o mundo. O movimento dos pescadores também entrou...e aí ninguém cobrava nada. Esse povo [do MONAPE] apresentava o relatório que ia em tal colônia, quando você vai analisar era o trabalho do CPP [...] Então, para eles, onde o CPP estava era o MONAPE também (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010, interpolação nossa).

Situação parecida foi observada por Potiguar Júnior (2002, 2006, 2007) no estuário do Pará, onde as ações do MONAPE e do CPP muitas vezes se confundiram provocando um impacto negativo na organização social e política dos pescadores artesanais dessa região. Nesse contexto, conclui Potiguar Júnior (2007, p. 57-59), é necessário que esses dois atores

“articulem estratégias a fim de esclarecer seus objetivos, e principalmente de deixar claro que sua missão nas comunidades pesqueiras não é assistencialista e sim conscientizadora”

Além disso, o autor apurou a “inexistência de parceria entre ambos no Pará, que se concretizaria somente com a discussão de projetos, planejamento e propostas para o crescimento da região e, principalmente, o esclarecimento aos pescadores sobre seus direitos”. Sobre situações como a descrita pelo referido autor, agentes pastorais admitem as falhas no Norte do país e explicam os meandros políticos que resultaram na total desarticulação do CPP nessa região:

O CPP teve muita falha lá, é tanto que nós fechamos em 2005 o CPP lá. Nós fechamos, porque tinha nessa conjuntura de que o objetivo é muito mais político partidário. Então aí os papéis se confundem. Aí se confundem os papéis do CPP, se confundem os papéis do movimento, tá entendendo? Bem atrelado ao partido dos trabalhadores. A equipe do MONAPE se candidatou. Mas aí o Claudionor começa a disputar com Aladim, começa a disputar com Preto. Alaíde que era do CPP começa a disputar com cada um deles, porque são todos de tendências partidárias diferentes (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Outro aspecto priorizado pelo MONAPE foi à formação e organização de mulheres pescadoras. Por isso, as questões de gênero⁴⁹ também estavam presentes nas discussões e demandas do movimento, inclusive porque, segundo Siry (2003), ele foi fundado com a presença de mulheres que, desde o início da década de 1970, vinham participando das atividades promovidas pelos precursores do CPP para as pescadoras artesanais em Pernambuco.

Quatro freiras Dorotéias foram pioneiras nesse trabalho, dentre elas irmã Nilza Montenegro que, junto com Frei Alfredo Schnuettgen, foi co-fundadora da Pastoral dos Pescadores em Pernambuco. Além disso, ambos foram peças fundamentais na formação e consolidação tanto da Constituinte da Pesca quanto do MONAPE. Segundo o agente pastoral Severino Antônio⁵⁰, tais ações tiveram início em Itapissuma e Igarassu (PE), onde o debate de gênero ganhou corpo e depois se alastrou para outros estados, principalmente, para o Norte do país, inclusive através da atuação do MONAPE.

O MONAPE desenvolvia e incentivava o trabalho de conscientização e organização das pescadoras pernambucanas e de todo o país, buscando “uma inserção maior das mulheres [...] no movimento e uma maior participação nas várias instâncias de representação dos

⁴⁹ Santos e Buarque definem gênero como um conjunto de atributos socialmente construídos, segundo a cultura de cada sociedade, para designar os papéis que devem desempenhar tanto homens quanto mulheres, como se fossem expressão de atributos naturais. Assim, o conceito de gênero apresenta-se como uma contestação que opõe cultura *versus* natureza e história *versus* imutabilidade. Sobre questões de gênero na pesca e movimentos sociais de pescadoras ler FOX, PEREIRA, CALLOU (et al), 2009, p. 125-159.

⁵⁰ Idem, 2009, p. 97.

pescadores artesanais brasileiros” (MONAPE, 1996, p. 4). Para tanto, organizou cinco seminários nacionais da mulher pescadora, ao longo da década de 1990. Um em 1994, outro em 1996 e três em 1999. O objetivo do primeiro foi “reunir mulheres pescadoras das regiões Norte e Nordeste para discutir sua realidade, problemas e perspectiva de organização” (MONAPE, 1994). Esse seminário congregou pescadoras da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, tendo constituído:

A primeira experiência do MONAPE de reunir um grupo de pescadores e pescadoras, técnicos, pesquisadores, colaboradores e a coordenação do movimento com o intuito de discutir questões relativas às mulheres pescadoras. Este seminário foi o ponto de partida para trazermos ao centro do debate, no movimento, questões relativas a Gênero, reivindicações específicas das mulheres e perspectivas à sua organização (MONAPE, 1994, p. 1).

Dentre os temas desse encontro estavam: a identidade da mulher pescadora; a mulher na sociedade; saúde, corpo e sexualidade e, ainda, organização das mulheres no contexto da pesca (CCFD; MONAPE, 1997, 1994). Ao final do evento, as propostas de articulação e reivindicações foram sintetizadas na Carta das Pescadoras Artesanais, da qual se reproduz aqui o seguinte trecho:

[...] Na sociedade brasileira os direitos das mulheres têm sido frequentemente desrespeitado, persistindo a violência, a ausência e precariedade dos serviços de saúde à mulher, pouca participação política e discriminação nas relações de trabalho e no acesso à educação. As Mulheres Pescadoras do Brasil, como parte desta realidade, sentem em dobro o peso destas dificuldades: por um lado por sua própria condição de mulher. Por outro, por atuarem em um setor – a pesca artesanal – esquecido, marginalizado pelas políticas levadas pelo poder público. Por isso, nós, Mulheres Pescadoras, sentimos a premente necessidade de nos organizarmos e mobilizarmos no sentido de adquirir o reconhecimento do poder público e da sociedade civil de nossos direitos enquanto trabalhadoras e cidadãs, e ao mesmo tempo, reforçar a luta de toda a categoria para a conquista de melhores condições de vida e trabalho, às mulheres e homens pescadores (MONAPE, 1994, p. 1)

Vale frisar que os seminários de 1994 e 1996 foram o início do plano de atividades chamado “Mulher Pescadora e Cidadania”, que consistia em campanha nacional de filiação das pescadoras ao MONAPE, pois sua participação era de apenas 15%, em 1994. (MONAPE, 1994). Até 1997, o MONAPE mantinha trabalho regular e organizado com pescadoras de Alagoas, Bahia, Ceará, Pará, Piauí e, ainda, de Pernambuco, o que é reafirmado pelo seguinte depoimento:

O 1º Seminário de Mulheres foi em 1994, no Maranhão. O segundo eu não fui. Foi no Piauí. A gente já tinha um trabalho para as mulheres. Só que ele [Claudionor Silva] fez uma coisa de apoio do MONAPE ao movimento das mulheres. Por sinal, tinha muita mulher [...] Eu gostei do encontro, gostei da participação do pessoal (JOANA MOUSINHO, jan, 2010, interpolação nossa).

Apesar de inserir as questões ligadas ao universo feminino na pauta do MONAPE, a falta de recursos e de tempo para realizar viagens e reuniões em povoados, colônias e Estados, envolvendo exclusivamente a temática de gênero e assuntos relativos à mulher pescadora, obrigou a coordenação a realizar esses debates dentro dos encontros gerais. “Assim, os resultados foram mínimos em termos de aprofundamento das discussões e amadurecimento das propostas por parte das mulheres” (MONAPE, 1994, p. 2-3), pelo menos na primeira metade dos anos 1990.

Apesar do baixo índice de adesão feminina, o crescimento do processo organizativo das mulheres era visível e cada vez mais forte no MONAPE. Para se ter uma idéia, em 1999 a coordenação do movimento chegou a realizar três encontros nacionais, mostrando que “a participação da mulher pescadora na organização sindical avançou de forma surpreendente” (A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL, 1999, p. 1). No III Encontro Nacional realizado em novembro desse ano, em Teresina-PI, mais de 120 mulheres pescadoras marcaram presença.

Essas iniciativas demonstram que o Movimento Nacional dos Pescadores – assim como outros movimentos sociais populares do país estudados por Gohn (2003, 2004) e Sherer-Warren (1996) – adquiriu nos anos 1990 novas demandas, que não se restringiam apenas a equipamentos coletivos. O “novo” no MONAPE referia-se a demandas ligadas aos direitos sociais modernos, como o de gênero e mesmo as questões ecológicas.

Observa-se que na perspectiva do desenvolvimento local o fator inovador se refere ao direito de participar nas decisões políticas que afetam o destino dos pescadores artesanais e do setor pesqueiro, além de reivindicar o respeito pela sua cultura e a promoção de práticas internas democráticas, incentivando a participação de mulheres e jovens.

O investimento do MONAPE na capacitação de agentes de desenvolvimento, como no caso das mulheres pescadoras, também representa uma estratégia do movimento para alcançar uma comunidade e/ou sociedade sustentável, a partir de agentes “educados, motivados e com habilidades para conduzir processos de mudanças”, isto é, de um capital humano qualificado e apto para promover o desenvolvimento local, nos termos analisados por Jara (2001, p. 102).

Outros problemas do cotidiano pesqueiro também requeriam atenção do MONAPE, que buscava solucioná-los ou, ao menos, denunciá-los. Dentre eles, as condições de moradia, saúde e trabalho do pescador artesanal que: “vivendo em pequenos povoados, cidades ou mesmo na periferia dos grandes centros urbanos [...] enfrenta precárias condições de assistência médica, previdência social e moradia” (MONAPE, 1994). O período de entressafra também era uma preocupação constante para o movimento, que incentivava o pescador a

encontrar alternativas de sobrevivência para esse período do ano, como se refere o Comitê Católico Contra a Fome e para o Desenvolvimento:

tornando-se agricultor ou extrativista, conforme a região – fazendo hortas comunitárias, criando padarias, tecendo redes [...], reivindicando o seguro desemprego nos períodos de defesa, poços artesianos para resolver o problema da água, mutirão para construir casas [...], compra de fazenda em comum para fazer velas, instalação elétrica, técnicas de congelamento. (CCFD, 1997, p. 18).

A busca por condições de vida e trabalho mais dignas para os pescadores era o ponto nevrálgico do MONAPE. Por isso, sempre teve a preocupação de encaminhar propostas em relação à legislação pesqueira e ambiental. Porém, no decorrer dos anos sentia cada vez mais necessidade de ter leis atualizadas e ágeis nesses setores, que envolvessem não somente a base do movimento como também outras facções da sociedade civil, conforme manifestado em carta circular N° 103, encaminhada tanto para o CPP quanto para as colônias de pesca em Pernambuco:

Estamos encaminhando junto aos pescadores um processo de levantamento e discussões sobre estes temas e também queremos abrir estas discussões para outros setores da sociedade civil. Sejam universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais, organismos ambientalistas, organismos não governamentais de assessoria aos movimentos populares e pessoas interessadas para organizarmos uma ação para elaboração de um projeto de Política Pesqueira e Política Ambiental para o país. (MONAPE, 1995, p. 2).

A participação das Colônias de Pesca nesse processo de discussão e elaboração de propostas era considerada imprescindível para o movimento:

Esperamos contar com a colaboração de todos, neste processo de discussão e elaboração desta proposta. Nesse sentido, gostaríamos de solicitar o envio de materiais escritos relacionados ao tema, propostas para a elaboração de uma política pesqueira e ambiental. Também gostaríamos de informações sobre pesquisas e eventos nesta área e da possibilidade da nossa participação e ou colaboração nos mesmos. (MONAPE, 1995, p. 2).

Agindo de maneira propositiva, investindo em parcerias e cooperação, o movimento buscava construir planos e programas sustentáveis tanto para as comunidades pesqueiras como para o setor pesqueiro. Esse objetivo também se dava em outras frentes, desde a organização de base e de movimentos estaduais, como discutido anteriormente, até a participação em “Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, em Comissões Estaduais para o Ordenamento da Pesca, encaminhando propostas de lei para o Congresso Nacional e apoiando as iniciativas municipais e estaduais dos pescadores organizados” (MONAPE, 1995).

Algumas lideranças passaram a ocupar espaços públicos e sindicais, como câmaras de vereadores, prefeituras municipais e diretorias de colônias (MONAPE, 1996). Trata-se, como

Gohn (2003, 2004) explica, de uma articulação com novas formas institucionalizadas de participação social. Tomando como referência a visão de Jara (2001) para o desenvolvimento local, é possível dizer que nesses espaços públicos o capital social e humano construído pelo MONAPE convertia-se em elemento estratégico para o exercício do poder e para influir na esfera das decisões políticas que diziam respeito ao setor pesqueiro nacional. Apesar desses esforços, muitas parcerias foram interrompidas e a ampliação de espaços conquistados pelas lideranças, na esfera pública, não significou necessariamente o avanço do movimento que enfrentava uma série de dificuldades, conforme declarado a seguir:

Se por um lado temos tido alguns resultados importantes [...] também as dificuldades têm aumentado em quantidade e qualidade. Uma dessas dificuldades tem sido que temos poucas lideranças liberadas para acompanhar os trabalhos do Movimento, tanto nos municípios e estado como a nível nacional. Uma das dificuldades [...] tem sido os poucos recursos financeiros (MONAPE, 1996, p. 5).

Dentre os motivos que inviabilizaram importantes parcerias, o Comitê Católico Contra a Fome e para o Desenvolvimento (1997, p. 20) destaca a falta de posicionamento das próprias entidades e pesquisadores que “tinham a tentação de atuar mais como responsáveis do movimento”. Outro empecilho se referia à dificuldade de conciliar as agendas das partes: “pensou-se na Internet e num banco de dados, que cada um começou a formar, mas na hora de juntar tudo a reunião não pode acontecer”. O aspecto financeiro também dificultava o sucesso dessas ações, pois o MONAPE nem sempre tinha verbas para custear viagens, hospedagens e assinar convênios que garantissem a contrapartida do movimento. Era cada vez mais evidente para o MONAPE que esses fatores dificultavam seu avanço:

Poucos parceiros de trabalho do movimento têm conhecimento da realidade dos pescadores artesanais, normalmente já trabalham com trabalhadores rurais ou outras categorias, mas pesca é uma realidade nova, desconhecida. Este é um dos motivos pelo qual há uma falta de assistência técnica e assessoria para as Colônias, Federações e Movimentos Estaduais (MONAPE, 1996, p. 5).

Nesse sentido, a saída foi buscar assessorias pontuais e descentralizadas, mantendo contatos regulares com técnicos e assessores provenientes de diversos estados. Assim, o MONAPE só conseguia estabelecer parcerias informais, desenvolvidas a partir de relacionamentos pontuais com pesquisadores, intelectuais e mesmo políticos – prática essa que se mantém até os dias atuais. Em Pernambuco, esse modelo tendia (e ainda tende) a se repetir, conforme revela a pescadora Joana Mousinho durante entrevista realizada em janeiro de 2010:

A gente sempre fazia caminhada e muita denúncia mesmo. Denunciava para os órgãos competentes, CPRH e Ibama, e uma deputada que se destacou muito na luta

dos pescadores [nos anos 1980] foi Cristina Tavares, em Brasília. Ela brigava muito em defesa dos pescadores. Ficou na história, igual a ela não teve não [...] Eu acho tudo válido [as parcerias, orientação dos intelectuais], porque a gente não tinha noção de organização. Não tinha esse negócio de organização e o pessoal fica incentivando a gente. É bom. Eu acho que é louvável esse pessoal com a gente (JOANA MOUSINHO, jan, 2010, interpolação nossa).

Os depoimentos de Joana Mousinho e as declarações registradas em relatórios do MONAPE revelam a insatisfação do movimento e das lideranças de pescadores frente à dificuldade de estabelecer alianças e parcerias firmes ou duradouras. Apesar de considerar esses apoios louváveis, o movimento se ressentia da falta de conhecimento desses técnicos da realidade da pesca artesanal, o que acabava inviabilizando a avanço do movimento também em outros setores: “Esta falta traz consequências claras nas poucas alternativas de comercialização dos produtos dos pescadores e também tem dificultado o acesso a informações sobre os direitos sociais e políticos para a maioria dos pescadores e pescadoras. (MONAPE, 1996, p. 5).

A alternativa foi manter relações de trabalho com diversos órgãos governamentais, dentre eles o IBAMA, ASPAM, além de vários ministérios, comissões parlamentares e mesmo parlamentares em nível federal e estadual. Quanto ao terceiro setor, o movimento mantinha parcerias com várias ONGs (Centro Josué de Castro, Terramar etc), além de receber apoio financeiro e técnico de diversas entidades para ações focadas no seu fortalecimento, a exemplo do “Projeto de organização e estruturação do Movimento Nacional dos Pescadores”, para os anos de 1995 a 1997, cujos trabalhos foram apoiados financeiramente por Misereor⁵¹ e Pão para o Mundo⁵², da Alemanha, Desenvolvimento e Paz⁵³ do Canadá, ICCO⁵⁴ da Holanda, CISP⁵⁵ da Itália, sem falar do apoio de outras entidades de trabalhadores, como sindicatos, federações e, ainda, das próprias colônias (MONAPE, 1996).

⁵¹ Misereor foi fundada em 1958, como organização contra à fome e à doença no mundo. Como agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha, a entidade oferece cooperação para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos e contribuir para a construção de “um mundo”. Cf. <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>.

⁵² Pão para o Mundo é uma ação das Igrejas Evangélicas da Alemanha que tem como objetivo fazer justiça com os pobres. Como agência de cooperação, contribui para a erradicação da fome, da pobreza e da miséria social em projetos de apoio ao desenvolvimento. Cf. <http://www.polis.org.br/links/00000535.htm>.

⁵³ Desenvolvimento e Paz é uma das mais importantes agências de desenvolvimento internacional no Canadá. Desde 1967, o organismo apóia projetos de desenvolvimento comunitário, de defesa dos direitos humanos e de socorro de emergência em países da África, do Oriente Médio, da Ásia, da América Latina e das ilhas do Caribe. Cf. www.rqic.alternatives.ca/por/membres4.htm.

⁵⁴ ICCO é uma organização intereclesial de cooperação para o desenvolvimento. Fornece ajuda financeira e assessoria a organizações locais e a redes, em diversos pontos do mundo, a pessoas e organizações engajadas na conquista do acesso aos serviços sociais básicos, na construção de um desenvolvimento econômico justo e na promoção da paz e da democracia. Cf. <http://www.icco.nl/delivery/icco/pt/>.

⁵⁵ O Comitê Internacional para o Desenvolvimento dos Povos (CISP) tem sede em Roma e atua em mais de 30 países, onde tem apoiado a mais de 600 projetos. Seus objetivos incluem a erradicação da pobreza,

Outros movimentos populares também faziam parte da rede de relacionamento do MONAPE, que mantinha ligação com a Central Única de Trabalhadores (CUT) e vários sindicatos rurais, participando, inclusive, de congressos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e até manifestações promovidas pela Pastoral da Terra. O MONAPE era parte, por exemplo, da coordenação do Grito da Terra, participava de encontros com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). “Vários pescadores ligados ao MONAPE participaram de conselhos paritários populares (saúde, educação, sobretudo meio ambiente) municipais ou estaduais previstos na Constituição. Alguns pescadores foram eleitos vereadores” (CCFD, 1997, p. 21).

Também marcava presença em diversos fóruns e grupos de trabalho, dentre eles o Fórum de Carajás⁵⁶, o Programa de Gestão Integrada da Bacia de São Francisco⁵⁷, além do Grupo de Trabalho do Amazonas (GTA)⁵⁸ - ao qual o MONAPE se filiou para contribuir com seus conhecimentos e aprender sobre esse ecossistema que engloba a pesca. Um representante do MONAPE chegou inclusive a ser eleito presidente do GTA. Apesar dessa extensa rede de relacionamentos, o movimento não avançava na articulação nacional e suas ações começavam a se restringir, cada vez mais, à região Norte do país onde estava situada sua sede, conforme apurado em entrevista:

Como o MONAPE era um grande movimento de ação em termos de Estado, o MONAPE foi embutido dentro do Grupo de Trabalho da Amazônia. E aí eles conseguiram projetos com o governo, via GTA. Através do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, do Banco da Amazônia a fundo perdido. Mas esses financiamentos eram tudo para a área do Amazonas. E aí eles aproveitaram esses recursos para se estruturar e se limitarem ao estado do Pará (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Apesar das críticas que se possam fazer a essa postura do MONAPE, não se pode negar que na época o mesmo apresentava novas formas institucionalizadas de participação social, fazendo parte de inúmeros conselhos gestores, de representação municipal, tal como resalta Gohn (2003) ao estudar esse tipo de fenômeno no Brasil. Através do diálogo com o poder

implementando condições necessárias para o desenvolvimento, construindo caminhos para a reabilitação e proporcionando ajuda em situações emergenciais. Cf. <http://www.sviluppodeipopoli.org>.

⁵⁶ O Fórum de Carajás foi um seminário internacional que reuniu cem organizações populares e não governamentais. Tratando dos impactos ambientais de diversos projetos, o encontro tocava em assuntos que afetavam os pescadores, como poluição, a questão das águas até a destruição das comunidades de pescadores.

⁵⁷ Esse programa era do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o MONAPE participou do comitê de coordenação, encarregado de mobilizar a sociedade civil ao redor do programa.

⁵⁸ O Grupo de Trabalho do Amazonas visava refletir sobre a questão da exploração racional e reconstituente das riquezas naturais da região amazônica.

executivo, o MONAPE buscava caminhos para resolver os problemas das comunidades pesqueiras artesanais, conforme consta no seguinte relato:

O MONAPE tem procurado ampliar seu diálogo, também, com o poder executivo. Neste ano conseguimos abrir um canal direto com o Ministério do Meio ambiente (onde estão subordinados os assuntos da pesca), através de reuniões setoriais com o próprio ministério e empresários do setor, a fim de encaminharmos medidas emergenciais (MONAPE, 1994, p. 3).

Para além das teorias e dos relatórios oficiais do MONAPE, vale refletir sobre os depoimentos de pessoas que há décadas acompanham as comunidades de pescadores em Pernambuco e no país. Segundo relatos de agentes do CPP, por exemplo, os pescadores que se postulam a cargos políticos são líderes há muitos anos. Paradoxalmente, ao ocupar cargos nas repartições públicas acabam se distanciando das bases e não conseguem mais “enxergar” as necessidades dos pescadores. Na maioria das vezes o resultado é negativo, pois, além de afetar o processo organizativo nas comunidades pesqueiras, abala a credibilidade do grupo e das lideranças como um todo, conforme revela o seguinte depoimento:

A visão deles [lideranças] é essa [...] então pensam: ‘eu acho que quem está lá embaixo vai fazer o que eu quero, vai botar em mim porque eu aposentei a mãe, aposentei o pai [...] Não pela perspectiva do que eu posso fazer daqui pra frente, mas pelo que fiz’. E aí não votam. E sem contar que nesses municípios pequenos ganha eleição quem tem dinheiro para jogar na mão do povo e aí essas pessoas não têm. Aí, se queimam, ficam com raiva dos amigos [...] porque não votaram. E sem contar que, na comunidade pesqueira, muitos pescadores já têm débitos e se sentem obrigados a votar em determinadas pessoas por causa das promessas [...] Algumas das lideranças mais fortes do estado de Pernambuco já se candidataram várias vezes e nunca conseguiram se eleger (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010, interpolação nossa).

Ao fazer parte de diversos espaços institucionais, dialogar com diversos atores governamentais, elaborar propostas, capacitar lideranças e, ainda, convocar os pescadores e suas colônias a construir projetos voltados para o setor pesqueiro e ambiental, o MONAPE deixa transparecer que se desloca numa perspectiva de desenvolvimento local. Particularmente, no sentido de ser “uma proposta que comove e mobiliza as pessoas que querem fazer alguma coisa concreta para melhorar as condições de vida e convivência social do lugar onde moram ou trabalham” (FRANCO, 2006, s/n).

Estimulando a participação dos pescadores, o MONAPE parece trabalhar em prol do desenvolvimento local de comunidades pesqueiras, na forma como Franco (2006, n.p) descreve esse processo ao: “explorar seus próprios recursos, exaltar o seu estilo de vida e convivência social, enfim, construir e afirmar uma identidade local”. Por outro lado, ao organizar e promover uma maior capacitação de lideranças e pescadores o movimento mostra

um esforço em aprimorar seu capital humano – uma das dimensões do desenvolvimento local. Assim, as intenções e ações do movimento já apontavam nessa direção, apesar de tal perspectiva só ser mencionada pelo MONAPE em relatórios, cartas e depoimentos de pescadores e assessores no início do século XXI.

4.6 Estratégias de comunicação de massa e dirigida

Desde o início de suas atividades, o MONAPE (1989) considerava a comunicação essencial para estruturar melhor o movimento e passou a utilizar meios de comunicação, que estivessem ao seu alcance, para se comunicar tanto com o seu público interno quanto externo. A finalidade era registrar as informações mais importantes e estabelecer fluxos de informação, diálogo, influência, troca recíproca e divulgação de suas atividades junto aos pescadores artesanais e aos órgãos governamentais, não governamentais, parlamentares, intelectuais e a sociedade em geral.

Gohn (2004) contribui no entendimento dessa postura do MONAPE, quando explica que a partir dos anos 1990 os movimentos sociais passaram a aglutinar, além das bases, assessores e lideranças, outras entidades, como igrejas, sindicatos, ONGs, mídia, formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental e pequenos e médios empresários com os quais o movimento precisava interagir e se comunicar.

Esse objetivo se materializou, desde a sua fundação, quando o MONAPE decidiu: “criar um boletim informativo, a fim de divulgar mais o MONAPE e seus trabalhos” (MONAPE, 1989, p. 3). O primeiro número deveria explicar sua origem, atividades e metas. Vale destacar que mesmo sem ter conhecimento profissional na área de comunicação, os pescadores preocuparam-se com a identidade visual do movimento e definiram a logomarca⁵⁹ e o *slogan*, conforme registrado em relatório:

Após alguns debates, foi escolhido o seguinte distintivo: o mapa do Brasil envolto numa rede de arrasto puxada por um grupo de companheiros definidos como ‘Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE’, tendo como lema ‘Novos rumos, nova organização’ (MONAPE, 1989, p. 3).

No que se refere à comunicação massiva, há registros de que movimentos sociais de pescadores em Pernambuco contaram com o apoio do CPP, que mantinha o programa

⁵⁹ Logomarca é um símbolo gráfico identificador de uma empresa, instituição, organização e afins, quando composta do símbolo em si mais o logotipo, isto é, letras (especialmente desenhadas ou adaptadas) utilizadas para compor o nome de marca ou empresa.

semanal de rádio, *Pescadores Rumando para Novas Águas*, veiculado sempre aos domingos, às 5h, e nas quartas-feiras, às 20h30, na Rádio Olinda AM. O programa se manteve no ar, ao longo da década de 1980, tratando de assuntos ligados ao mundo da pesca artesanal e promovendo campanhas pela melhoria das condições de vida e trabalho da categoria.

Lideranças de pescadores locais ainda lembram desse veículo, que dava “voz” às demandas da categoria: “Tinha um programa de rádio na época do Frei Alfredo, que era Natan gordo. Era muito bom aquele programa. Aquele programa era bom demais! Tinha pescador que falava...ah vou ligar a rádio Olinda. Rádio Olinda chamava pescador para lá” (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Denúncias na imprensa, principalmente rádio e televisão, também eram uma estratégia utilizada pelos pescadores pernambucanos nos anos 1980/90. Inclusive, o CPP contava com um “serviço específico de denúncias na imprensa” (SILVA, 2004, p. 67), que dava suporte aos movimentos locais para divulgar na mídia os conflitos e lutas em Pernambuco (SILVA, 2004). Essas experiências serviram de base para o MONAPE, desde o início de suas atividades, tivesse uma percepção da importância e necessidade de ações comunicacionais, tanto para promover o movimento quanto para denunciar e reivindicar seus direitos através da mídia.

Entretanto, no que se refere às lideranças e aos pescadores artesanais pernambucanos, esse dado parecer variar de acordo com a pessoa, a comunidade e o contexto histórico. Há registros de pescadores valorizando a presença das lutas da categoria na mídia, mas há outros que parecem não perceber a importância que a mídia pode desempenhar na divulgação de suas reivindicações, conforme revelam as seguintes falas de pescadores e assessores colhidas em diversos momentos:

Antes eu lutava sozinho, fazendo denúncia na imprensa. Com a criação do nosso MONAPE me senti mais forte (JOSÉ MARTINS AGNELO, out, 1990).

Você acredita que alguns deles ainda acham que a imprensa estaria lá presente [na I Conferência Nacional da Pesca Artesanal] só por eles terem feito um acampamento? Não percebem que isso requer um trabalho de assessoria (CLARICE MAIA, nov, 2009, interpolação nossa).

Vocês da imprensa é que são importantes para nós. Queremos que fiquem na melhor localização dentro do acampamento [da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal] (JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO, set, 2009, interpolação nossa).

Me parece que o MONAPE teve anúncios na imprensa. Não é bem certeza, mas parece que teve. Era matéria, não era pago (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Com base em avaliações realizadas pelo Instituto Terramar (2005) no que se refere à comunicação dirigida interna (KUNSCH; CESCO, 2003, 2006), é possível afirmar que dois grandes eixos de estratégias de comunicação norteavam as atividades do MONAPE desde sua fundação e ao longo dos anos 1990: um deles se referia ao processo de articulação com as comunidades de pescadores, utilizando estratégias como visitas e participação em reuniões com colônias, associações de pescadores, sindicatos, entre outras. O segundo eixo dizia respeito aos eventos, que o movimento denominava na maioria das vezes de *Encontros*, a exemplo de seminários, encontros nacionais, encontros estaduais, tanto os organizados pelo MONAPE, quanto aqueles em que o movimento participava como convidado.

O entendimento da importância de se comunicar com diversos públicos fez do MONAPE – pelo menos na intenção - uma organização horizontal, da forma como Castells citado por Kunsch (2003, p. 58) conceitua essa postura, isto é, como “uma rede dinâmica e estrategicamente planejada de unidades autoprogramadas e autodirigidas baseadas na descentralização, participação e coordenação”.

Para criar essas estratégias de comunicação com o público interno e externo, o MONAPE utilizava veículos de comunicação dirigida *escrita*, nos quais registrava suas atividades e ações. Exemplo disso são correspondências tais como: cartas, ofícios, circulares, cartas abertas, abaixo-assinados, entre outros. Nessa categoria também se encontram relatórios dos encontros, de reuniões, de planejamento, de atividades e de avaliação.

Outro veículo de comunicação dirigida *escrita* utilizado pelo movimento foi o boletim informativo *Monape Notícias*, que circulou entre 1995 e 1997, quando parou por mais de um ano, voltando a ser produzido em fevereiro de 1998. Esse meio também pode ser classificado como um veículo *escrito-pictográfico* porque se valia da palavra escrita e de fotografias. Vale destacar que elaborar e divulgar informações importantes e úteis para os pescadores artesanais sempre foi um quesito prioritário para o movimento, previsto em quase todos os projetos investigados pela presente pesquisa.

Para se ter uma idéia, o Projeto de Organização e Estruturação do MONAPE (1994) para o período de 1995 a 1997, contemplou não só a circulação trimestral do *Monape Notícias*, como também registrou um cronograma de atividades prevendo a publicação de cartilhas, cartazes e *folders* - dirigidos aos pescadores artesanais - sobre temas como meio ambiente, previdência social, formação e administração de colônias, organização produtiva, direitos trabalhistas, além de cartilha e cartaz sobre o próprio movimento.

A *Revista Pescando e Lutando* também era um tipo de comunicação dirigida *escrita*, voltada tanto para o público interno quanto externo. A primeira edição foi lançada em 1991,

tendo sido reeditada em 1994. O primeiro número continha as resoluções do 5º Encontro Nacional dos Pescadores e tinha como finalidade dar voz à categoria, tornando públicos seus problemas e anseios, visando inclusive o envolvimento da sociedade nesse debate, conforme consta no editorial da revista:

O lançamento da Revista ‘Pescando e Lutando’ [...] tem a intenção de fazer chegar aos pescadores do Brasil e a toda a sociedade os principais problemas que a categoria enfrenta e as propostas para a saída dessa condição, de esquecida e marginalizada que lhe é imposta. E, além disso, para que você conheça, discuta, amplie com os seus companheiros esse debate e venha participar do movimento que também é seu (MONAPE, 1991d, p. 4).

Nos documentos pesquisados não há um registro explícito da forma como esses veículos de comunicação foram criados. Entretanto, no expediente⁶⁰ do *Monape Notícias* consta que o informativo era de responsabilidade do movimento e seus coordenadores, que ficavam responsáveis pelos textos e pela edição do boletim. Já a revista *Pescando e Lutando* tinha edição da jornalista Beatriz de Carvalho que, a partir de relatórios cedidos por diversos assessores e apoiadores tanto de universidades como de não-governamentais, elaborava os textos.

A sede do MONAPE, na época localizada em Belém do Pará, enviava em torno de 50 revistas para cada Estado. Em Pernambuco, o CPP e a Federação dos Pescadores de Pernambuco receberam as edições para serem distribuídas por todo o Estado, nas viagens e encontros que realizaram, pois para o movimento tratava-se do seu “principal material de divulgação” (MONAPE, 1994, p. 1).

Observa-se que por ser um veículo voltado para o público interno e externo, a quantidade de revistas prevista para cada estado era ínfima e inadequada, tendo em vista o número de pescadores artesanais, colônias, federações e órgãos representativos. Desta forma, nota-se que o MONAPE não tinha uma visão estratégica da comunicação, pois, se o objetivo da revista era divulgar para os pescadores e toda a sociedade os problemas enfrentados pela categoria, o número de exemplares a ser distribuído teria de ser muito maior do previsto.

Quanto à comunicação dirigida *oral* a coordenação do movimento utilizava o telefone, conversas face a face com pescadores e lideranças nas colônias, reuniões informativas e de discussão, nos âmbitos municipal, estadual e nacional, seminários estaduais e nacionais, além de assembléias nacionais do MONAPE. Participava ainda de mesas-redondas, conferências, fóruns e grupos de trabalho de organismos governamentais, não governamentais e de outros

⁶⁰ Expediente de um veículo de comunicação contém basicamente informações (nome, razão social, contato) sobre a empresa e as pessoas e/ou jornalistas responsáveis pelo seu conteúdo editorial (conselho editorial, jornalista responsável, editores, repórteres, entre outros).

movimentos sociais. Os exemplos mais importantes já foram citados no item 4.1.4 deste trabalho.

Cursos e capacitações realizados pelo MONAPE, em parceria com pessoas entidades que apoiavam e assessoravam também podem ser considerados um tipo de comunicação dirigida *oral* e *aproximativa*. Presentes ao longo de toda a década de 1990, esses encontros previam a formação de pescadores e lideranças (MONAPE, 1996, 1997), contribuindo para a formação de capital humano, que como explica Jara (2001, p. 100) corresponde aos recursos humanos “em condições de resolver [...] a diversidade de problemas colocados pela sociedade e com capacidade de empreender processos produtivos integrados e equitativos”.

Outro tipo de comunicação dirigida *aproximativa* do MONAPE se referia às viagens tanto dos coordenadores para visitar comunidades pesqueiras de todo o país, quanto dos representantes das comissões estaduais para visitar colônias e associações nos seus respectivos estados. Nessa categoria também podem ser incluídas confraternizações e bingos destinados a levantar verbas para o movimento (MONAPE, 1989).

Tais estratégias, segundo analisado por Potiguar Júnior (2000, p. 47) em comunidades pesqueiras do estuário do Pará, estavam direcionadas para “a realização de seminários e encontros para pescadores crianças e jovens, incentivando a participação de lideranças em algumas regiões em atividades de capacitação promovidas por outras entidades e produções de boletins e cartilhas”.

Passeatas, concentrações em frente a órgãos públicos, ocupações de repartições públicas, teatro também podem ser consideradas veículos de comunicação dirigida *aproximativos*, pois além de dar visibilidade ao MONAPE trazendo, como explica Kunsch (2003, p. 188-189) “os públicos para junto da organização”, se caracterizavam pela “presença física e pelo contato direto e pessoal dos públicos com a organização”. Tratava-se, portanto, de uma comunicação interativa presencial.

Na perspectiva do desenvolvimento local discutida por Callou (1995, 2003, 2006, 2007), Franco (2006), Jara (2001), Matos (2005), Oliveira (2001) e Tauk Santos (1995, 2000, 2003, 2006), é possível dizer que as estratégias de comunicação do MONAPE anteriormente descritas buscavam, em última instância, mobilizar os pescadores artesanais que queriam fazer algo concreto para melhorar suas condições de vida.

Essas estratégias parecem apontar a favor do desenvolvimento local que, nesta pesquisa, pressupõe tanto a formação de uma rede relações sociais interna e externa, quanto a participação cidadã dos pescadores, que nasce em meio ao conflito, ao confronto e à tomada de decisões com outros atores sociais para constuir uma sociedade mais sustentável. Nesse

sentido, parece que o MONAPE nos anos 1990 atuou como verdadeiro gestor de processos comunicacionais para o desenvolvimento de comunidades pesqueiras de Pernambuco e do Brasil.

4.7 Políticas na pesca e Extensão Pesqueira

Apesar dos esforços de comunicação, organização e gestão, a conjuntura política desse período não favorecia o avanço do Movimento Nacional dos Pescadores, que se ressentia da “ausência de uma política pesqueira a nível nacional que [pudesse] sinalizar na direção de mudanças no setor”. Tampouco se encontrava satisfeito com o sistema de financiamento e crédito à produção pesqueira, cujos juros e documentação eram considerados simplesmente proibitivos (MONAPE, 1994, p. 9, interpolação nossa).

Mesmo os fundos de desenvolvimento, tais como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e outros voltados para as regiões mais pobres do país cobravam juros altos e geravam, na visão do MONAPE (1994, p. 9): “interferência de políticos, industriais e comerciantes interessados em ficar com uma parte dos recursos”.

Para o movimento, esse sistema ao invés de ajudar, prejudicava e isolava os pescadores, pois não permitia a modernização e substituição de apetrechos e equipamentos mais simples, devido aos juros proibitivos dos empréstimos. O fomento e a política de crédito à produção eram considerados pelo MONAPE deficientes, insuficientes e perversos (CCDF; MONAPE, 1997, 1994, 2009).

Por outro lado, a visão da pesca artesanal como um setor que precisava ser modernizado fez com que a Extensão Pesqueira continuasse utilizando, nos anos 1990, estratégias de comunicação persuasivas voltadas para a aquisição de “embarcações e apetrechos de pesca tecnologicamente mais modernos, através de políticas de financiamento e assistência técnica” (CALLOU, 2003, p. 47).

Em Pernambuco, por exemplo, programas de Extensão Pesqueira ganharam relevância a partir de 1993, quando os pescadores artesanais passaram a ter acesso a linhas de crédito concedidas tanto pelo Banco do Nordeste (BNE), do Governo Federal, como pelo programa

Prorenda Rural, do Governo de Pernambuco. Segundo o agente pastoral Severino Antônio⁶¹, enquanto o primeiro concedia financiamentos para a compra de embarcações de fibra e outros equipamentos, o segundo financiava projetos focados na melhoria da infraestrutura das colônias de pesca.

A política pesqueira promovida pelo governo federal, através de empréstimos do Banco do Nordeste, não contribuiu para o crescimento profissional de pescadores e colônias que acabaram se endividando. E, o que é pior, subutilizando equipamentos e maquinário, além da malversação de recursos públicos, provocando inclusive suspeitas de fraudes na liberação de mais de R\$ 20 milhões para a pesca artesanal pelo BNE.

O episódio, batizado pela imprensa pernambucana e nacional como “O Escândalo do Anzol”, envolveu 13 colônias de Pernambuco e um total de R\$ 4,8 milhões de recursos liberados através de linhas de crédito como o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) (BAHÉ, 2001)

Matéria assinada pelo jornalista Marco Bahé (2001, n.p) denunciou que, desde 1993, colônias de pescadores de Pernambuco receberam empréstimos de até R\$ 424 mil – teto estabelecido pelo BNE. “O curioso é que os projetos – elaborados pela mesma consultoria, na mesma época, cujos materiais eram das mesmas marcas e fornecidos pelas mesmas empresas – apresentavam valores diferentes”.

Diversas colônias questionaram os preços estipulados e, ainda, o formato dos projetos, mas recuaram diante da afirmação de que o benefício não seria aprovado de outra forma. Alguns pescadores, inclusive, chegaram a admitir ter recebido comissão das empresas fornecedoras para aceitarem os contratos, e exemplo do presidente da colônia de Pau Amarelo, Israel de Lima da Silva que, em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, declarou:

Recebi 10% dos motores e 10% dos cascos, dos estaleiros de Cabedelo (PB) e do Pina (PE). Recebi por partes, de acordo coma liberação do dinheiro. Os motores, que foram pagos à vista (R\$ 92 mil), recebi à vista [...] Paguei [comissão] ao gerente de Paulista e outro funcionário da agência [...] R\$ 8 mil. Eles vinham beber no meu bar ou marcavam em outro canto, aí eu passava dinheiro para eles (BAHÉ, 2001, n.p)

A consultoria, por sua vez, era obrigada a dar assessoria técnica e apoio por um ano às colônias e associações beneficiadas, o que nunca ocorreu. Os resultados foram desastrosos, conforme a mesma matéria:

⁶¹ Idem, 2009, p. 97.

Com o passar do tempo, barcos foram repassados a outros pescadores, à revelia do banco. Equipamentos sofisticados como GPS (navegador por satélite) e ecossonda (sonar para detectar movimentação de cardumes) foram vendidos a preços bem inferiores que os de mercado. Parte das colônias não possuem, atualmente, condições de saldar as dívidas e já não têm mais a posse dos barcos e equipamentos. Por se tratar de pessoas de baixíssimo poder aquisitivo, o BN não pode receber o dinheiro de volta, mesmo se recorrer à execução judicial da dívida (BAHÉ, 2001, n.p).

Durante o seminário dos 40 anos da Extensão Pesqueira no Brasil, o agente pastoral Severino Antônio chamou a atenção para esse episódio da seguinte forma:

Quando se falou ontem sobre o processo da infraestrutura das colônias que foram criadas a partir de 1994 até 2007, esqueceram de mencionar que praticamente nenhuma mais funciona. Muitas estruturas, inclusive, foram montadas, mas com endereços que receberam o cheque e não foram as comunidades que receberam esses projetos. (SEVERINO ANTÔNIO, jun, 2009)

Segundo Sousa e Silva e Callou (2003, p. 47-48), no caso do Prorenda Rural-PE o objetivo do programa Diagnóstico e Perspectivas de Capacitação e Profissionalização da Pesca Artesanal na Zona da Mata de Pernambuco era “estabelecer um modelo para o desenvolvimento rural regional, servindo de laboratório para metodologias participativas”, sendo parte da cooperação técnica bilateral entre o Brasil (através do Itamaraty / Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC) e do Governo do Estado de Pernambuco) e a Alemanha [via Ministério da Cooperação Técnica e Econômica (BMZ), da Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GmbH) e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ)].

Implantado inicialmente na colônia de Ponta de Pedras, no município de Goiana, litoral norte de Pernambuco, esse programa visava melhorar as condições de vida e trabalho dos pescadores, estimulando ações focadas no beneficiamento e comercialização do pescado da colônia (SOUSA E SILVA e CALLOU, 2003). Além disso, se propunha a ser um programa no qual a comunidade e sua organização fosse sujeito ativo do processo contínuo de ações e intervenções (PRORENDA RURAL, 1997).

Vale lembrar que a Associação dos Pescadores de Pontas de Pedra, com apenas cinco associados, já tinha sido anteriormente beneficiada pela linha de crédito do BNE, chegando a receber R\$ 526 mil. Paradoxalmente, a colônia de pescadores dessa localidade, com mais de 300 filiados, ficou limitada ao teto do empréstimo e a 16 embarcações (BAHÉ, 2001).

Embora pregasse um caráter dialógico e participativo da Extensão Pesqueira, chegando a favorecer a comercialização em escala nessa localidade, cuja média subiu para 260 toneladas/ano, entre 1998 e 2000 (SOUSA E SILVA e CALLOU, 2003), o Prorenda Rural não conseguiu dar continuidade ao trabalho extensionista. Hoje, tanto essa colônia como

outras comunidades pesqueiras onde o projeto foi implantado (Atapuz, Barra de Catuama, Tejicupapo, no município de Goiana-PE, além de Itapissuma) estão com suas unidades de beneficiamento de pescado subutilizadas ou praticamente abandonadas, devido a questões burocráticas e, principalmente, pela “frágil habilidade dos pescadores e pescadoras para gerenciar esse projeto como empreendimento econômico” (SARAIVA e CALLOU, 2009, p. 73-74).

Mesmo contribuindo com a Extensão Pesqueira em Pernambuco, na medida em que se propunha estabelecer uma ação “não difusionista” nas colônias de pescadores (SOUSA E SILVA e CALLOU, 2003), avaliações recentes revelaram um descompasso entre os objetivos do Prorenda Rural-PE e o nível de organização das associações beneficiadas para atender às demandas da gestão das unidades de beneficiamento.

Esses estudos também apuraram que mesmo estimulando a organização dos pescadores e promovendo sua capacitação, além de dar assessoria técnica e gerar uma articulação institucional (SOUSA E SILVA e CALLOU, 2003), as estratégias de comunicação da equipe técnica do Prorenda Rural-PE “estavam muito mais voltadas à questão mercadológica e sanitária do beneficiamento do pescado do que às necessidades imediatas dos pescadores e pescadoras envolvidas com as ações” (SARAIVA e CALLOU, 2009, p. 78). Portanto, ao contrário do que o discurso governamental pregava, as práticas extensionistas no âmbito da pesca, estavam focadas majoritariamente no vetor econômico e menos no social, em Pernambuco.

Fatores como esses aliados ao escasso conhecimento dos pescadores para levar adiante um projeto de beneficiamento de pescado como empreendimento econômico e, ainda, às dificuldades de organização sociopolítica histórica (como discutido no capítulo II) para uma participação mais efetiva na vida das colônias inviabilizaram que as potencialidades locais, especialmente a pesca artesanal, atingissem “um patamar econômico que implicasse na melhoria das condições sociais e econômicas dos atores envolvidos” (SARAIVA e CALLOU, 2009, p. 79).

Com relação aos empréstimos, muitos pescadores pernambucanos endividaram-se e nunca conseguiram honrar seus débitos, prejudicando o seu acesso e o das colônias a novas linhas de crédito, além de comprometer seu nome no SPC e SERASA (MONAPE, 2009). Os prejuízos alastram-se até os dias de hoje e, na visão do MONAPE (2009, p. 1), tais financiamentos foram calculados “em cima de uma produção superestimada, além do real de cada comunidade. Estimulando, assim, a sobrepesca, destruição dos recursos pesqueiros e o empobrecimento dos pescadores”.

Por outra parte, baseado em quarenta anos de trabalho e luta entre aos pescadores artesanais brasileiros, o Conselho Pastoral da Pesca acredita que os projetos do governo federal e estadual falharam em Pernambuco, porque foram concebidos e implantados sem negociar ou levar em consideração as aspirações e reais necessidades dos pescadores pernambucanos e seu modo de vida, conforme revelam as seguintes falas:

Esse projeto não deu certo nas colônias porque não atendia à realidade das comunidades. Em Itapissuma, por exemplo [...] teve reuniões com o pessoal do banco e aí cada pescador tinha suas necessidades. Por exemplo, um precisava do motor para o barco, outro precisava o caco do barco. Mas o banco disse que não, que era tantos barcos com motor, com ecossonda, com isso e tudo aquilo outro. Ou faz desse jeito ou não sai. E aí o pessoal pegou. Dos 12 empreendimentos que teve aqui no Estado, só um que não foi assim o de Pau Amarelo, que foi o primeiro que saiu. Os outros onze projetos, tanto de colônia quanto de associação foram feitos no mesmo formato (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Os documentos e a prática mostram: esses projetos não vão pra frente, por quê? Porque montam uma infraestrutura dessas para uma organização, a nível de pescador, eles não têm como sustentar porque o gasto de energia com a câmara fria, com a fábrica de gelo é muito alto. Então você passa de pagar uma conta de 30 reais e passa para 700, 900 reais [...] Então, como é que uma organização dessas, quer seja de pescador ou de qualquer trabalhador, se sustenta pagando energia do mesmo jeito como pagam...ou melhor: do mesmo jeito não, pior, porque os grandes empresários têm subsídio e os pescadores não têm (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Tauk Santos (2000, p. 294, interpolação nossa) contribui na compreensão dessa incoerência entre o discurso e a prática governamental pelo menos no que diz respeito aos anos 1980/90. A autora explica que, embora as organizações governamentais tenham incorporado o discurso freireano de participação popular, “essa postura não representou uma [verdadeira] ruptura com o modelo difusionista modernizador e sim a perspectiva de alinhar o discurso do Estado à onda avassaladora de democratização, que varria o país”.

Nesse sentido, acredita a autora, que é essencial a formação de extensionistas que ajam como gestores de processos comunicacionais, sendo capazes de promover a concertação dos atores sociais envolvidos, isto é, Estado, movimentos sociais, apoiadores e assessores, objetivando o desenvolvimento local. Saraiva e Callou (2009, p. 80) também fazem alusão à necessidade da Extensão Pesqueira abandonar de vez o “pólo histórico da mera transmissão de mensagens e projetos para o pólo do diálogo, da comunicação e do desenvolvimento local”.

Apesar do MONAPE permanecer quase que completamente alheio a esses processos no Nordeste e de não haver registro de sua participação em denúncias e na investigação de fraudes ao longo dos anos 1990, hoje o movimento cobra das autoridades locais medidas emergenciais para resolver esse conflito que se arrasta há anos. Embora o presente texto esteja organizado cronologicamente, considera-se importante abrir um espaço para exemplificar essa

postura atual do movimento que, em carta enviada à Assembléia Legislativa de Pernambuco, especificamente à Comissão de Agricultura e Política Rural, solicitou a realização de uma audiência pública sobre o endividamento dos pescadores artesanais de Pernambuco junto ao BNE (MONAPE, 2009).

Na ocasião, o MONAPE sugeria a participação de colônias e associações de pescadores que obtiveram o financiamento entre 1994 e 2000, bem como a superintendência do BNE, no Estado, o CREA/PE e, ainda, a Associação dos Engenheiros de Pesca de Pernambuco. A carta tem assinatura de um dos representantes do MONAPE no Estado, Josias Clementino de Jesus, e por Josefa Ferreira da Silva, da Articulação das Pescadoras de Pernambuco (ANT). Mais uma vez, o movimento negocia e discute com o Estado, impulsionando um processo de mobilização de diversos atores sociais em torno de um objetivo comum que é de trazer desenvolvimento para as comunidades pesqueiras, sanando dívidas do passado e oferecendo novas linhas de crédito.

Contudo, essa postura do MONAPE e das lideranças locais é contraditória, quando se analisa a opinião de assessores que apóiam a organização de pescadores artesanais há décadas em Pernambuco. De acordo com um entrevistado, que não quer ser identificado, também existe uma questão “cultural”, que inviabiliza esse tipo de iniciativas governamentais – mesmo que em pequena escala - conforme revela o seguinte depoimento:

Eu não sei se essa é uma opinião comum [...] mas eu acho que tem uma questão muito cultural aí, que a gente não percebe. O pescador ele é muito individualista, então, para trabalhar o cooperativismo é um processo muito longo. A gente pode até ter errado metodologicamente, mas não é um processo de curto ou médio prazo. Não é um processo de você chegar e investir o dinheiro nessa infraestrutura aqui e deixar o pescador solto. Não, porque não adianta investir em infraestrutura, tem que ter o trabalho. Então, eu acho que tem um pouco o lado cultural aí, do individualismo, que eu não estou colocando isso como negatividade, mas, para você ter uma idéia, esse projeto do Banco do Nordeste para as colônias. Eles tiveram todos os problemas do mundo, não foi concebido pelos pescadores, foi empurrado de goela abaixo, foi um pacote tecnológico [...] Mas aí também tem um componente do lado do pescador que é o individualismo (ENTREVISTADO)

Ao estudar movimentos sociais em comunidades pesqueiras na Amazônia, onde o MONAPE e outras entidades atuavam, Potiguar Júnior (2002) chegou a conclusões similares. O autor percebeu que embora a postura passiva dos pescadores fosse compreensível diante da falta de equipamentos coletivos e orientação, também existia “uma inversão de prioridades entre eles, colocando suas necessidades imediatas a frente de sua organização social e política, sendo este posicionamento um dos motivos para se afastarem dos movimentos sociais, por nada se assimilarem ao caráter *assistencialista* das colônias de pesca” (POTIGUAR JÚNIOR,

2002, p. 19, grifo nosso). Essa visão é de certa forma compartilhada hoje pelas próprias lideranças de pescadores em Pernambuco, como pode ser observado na fala a seguir:

Antigamente, a turma tinha vontade mesmo de brigar, hoje que tá a coisa mais assim, parece que não tem mais motivação não. Eu acho que porque no passado era mais sofrimento dos pescadores e a turma tinha mais vontade de conseguir as coisas. Hoje, eu acho, com todo aperreio, a coisa vem com mais facilidade. E no passado, não, a coisa era mais difícil. Aí, a turma brigava mesmo (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Situação similar foi encontrada por Saraiva e Callou (2009) nas comunidades pesqueiras do litoral Norte de Pernambuco, anteriormente citadas. Esses autores observaram que, embora as unidades de beneficiamento de pescado tivessem sido construídas e os pescadores fossem capacitados para gerenciá-las, o empreendimento só funcionou adequadamente durante o período de assessoria técnica e execução do projeto.

Para esses autores, isso demonstra que existem “barreiras que dizem respeito principalmente ao estabelecimento de parcerias, ao capital de giro, ao associativismo, à comercialização do produto e à organização comunitária dos grupos”. (SARAIVA e CALLOU, 2009. p. 77). Além disso, segundo agentes da Pastoral (jan, 2010), existe uma conjuntura local peculiar, pois os pescadores pernambucanos são extremamente ligados às colônias de pesca, que acabam monopolizando o acesso às informações e até benefícios, como revelam a seguinte falas:

A Constituição diz que ninguém é obrigado a se manter filiado ao sindicato. Mas, hoje, o pescador que for para a previdência social, para dar entrada na aposentadoria, se não levar uma declaração que é sócio da colônia há tanto tempo, ele não dá entrada na aposentadoria. Para você ver como é a coisa assim: Itapissuma, Itamaracá, Igarassu, Paulista, Olinda [...] Só quem dá entrada é a pessoa da colônia credenciada no INSS. A diretoria acha que isso é o avanço enorme, só que a pessoa fica pressa àquilo aí (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Se cria um grupo fora da colônia em São José, por exemplo, mas a coisa está tão atrelada que a porta é a colônia, que você acaba perdendo esse viés de autonomia política do grupo [...] Mas por que a gente tem esse atrelamento? Porque é reflexo de um processo de quarenta anos! (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Esses estudos e depoimentos são bastante reveladores, no que diz respeito ao capital humano e social construídos pelo movimento social de pescadores em Pernambuco, pois levantam uma série de questões que podem ser consideradas prejudiciais ao desenvolvimento sustentável de comunidades pesqueiras no Estado, dentre as quais podemos apontar: 1) as principais lideranças encontram-se há muito tempo no comando dos órgãos representativos da categoria, principalmente frente às colônias, provocando comodismo e falta de rotatividade política dentro da organização; 2) Ainda persiste uma ligação muito forte dos pescadores

artesanais com as colônias de pesca, o que de certa forma inviabiliza o surgimento de novos líderes; 3) O governo e os próprios presidentes de colônias alimentam essa dependência, transformando-as em anexos de repartições públicas; 4) A relação das lideranças com o Estado acaba sendo contraditória, pois em certa medida alimenta a cultura da submissão e da dependência, já que esses líderes parecem não perceber que o governo não está fazendo “favor”, mas que ele está cumprindo nada além da sua obrigação; 5) Assessores, parceiros e até pesquisadores erram metodologicamente, pois se restringem a trabalhar com as colônias e não com as comunidades pesqueiras.

4.8 Mídia: a grande aliada

Retomando a discussão da trajetória do MONAPE e suas implicações no desenvolvimento de populações que vivem da pesca, no final dos anos 1990, o movimento enfrentava uma série de entraves, dentre eles, a falta de estatísticas confiáveis sobre o setor, inclusive devido à dificuldade de acesso a estudos universitários muitas vezes “interessantes, mas localizados e não divulgados” (CCFD, 1997, p. 14).

Outro grave problema era a falta de uma política pesqueira nacional que, além de relegada a um segundo plano - com a extinção da EMBRATER e o fechamento da SUDEPE – promovia malogradas tentativas para impulsionar o crescimento econômico da pesca, através de linhas de crédito e práticas extensionistas inadequadas para o desenvolvimento da pesca artesanal como discutido anteriormente.

De acordo com relatório do CCDF (1997, p. 14), o MONAPE tinha de se contentar com iniciativas isoladas e projetos alternativos de produção, conduzidos por colônias ou comunidades com a participação de entidades ligadas a governos estaduais e, sobretudo, a entidades não governamentais. A maior parte desses trabalhos não tinha uma visão do conjunto e nenhuma coordenação.

O movimento também almejava por uma legislação justa, pois embora a livre organização dos trabalhadores tivesse sido garantida pelo artigo 8º da Constituição de 1988, até 1997 ela ainda não tinha sido regulamentada perdurando “a velha estrutura de uma confederação inoperante e sem consistência política real [...] atrasando as iniciativas na busca dos direitos que estão no papel e de um verdadeiro lugar na sociedade” (CCFD, 1997, p. 14). Vale destacar que o movimento já tinha apresentado e defendido um texto para o projeto de lei que tramitava à época no Senado, com a finalidade de resolver essa pendência.

Com relação às políticas públicas específicas para a categoria, o MONAPE se ressentia das condições insalubres de trabalho dos pescadores artesanais brasileiros, ocasionando doenças como cegueira, reumatismo, dores na coluna e enfermidades de pele, que não eram reconhecidas pelo seguro social como doenças profissionais, nem para efeito de aposentadoria, sendo naturalizadas até pelas próprias vítimas. (CCFD, 1997). Queixava-se, ainda, da ausência de escolas profissionalizantes, pois os filhos de pescadores aprendem com os pais e não recebem nenhum incentivo do governo.

A degradação ambiental continuava sendo um grande desafio para o MONAPE que, segundo o CCFD (1997, p. 14-15), reivindicava rigorosa fiscalização e proibições que disciplinem e controlem as emissões poluentes de indústrias, assim como o controle estatal da exploração desordenada das cidades, do turismo e a especulação imobiliária que continuavam “a poluir praias e matar rios com os esgotos a céu aberto e sem tratamento, continuar a destruir mangues e assorear os rios, se não houver planos diretores inteligentes e modernos feitos com a participação dos interessados”. Por atingir diretamente os pescadores artesanais, a questão ambiental continuava sendo, portanto uma prioridade constante nas demandas do MONAPE, que a partir de estratégias como cursos de capacitação e cartilhas procurava também instrumentalizar os pescadores artesanais:

com informações para melhor poderem denunciar e propor alternativas de exploração sustentável dos recursos naturais e agirem ante as ameaças da especulação imobiliária, construção de barragens, poluição industrial, desmatamentos de manguezais e matas auxiliares, pesca industrial de ‘arrasto’, que tem ameaçado o exercício de suas atividades [...] Na medida do possível agir de forma propositiva quanto ao gerenciamento da política ambiental relativa a pesca (MONAPE, 1994, p. 2).

Devido a todos esses fatores que afetavam a produção e reprodução social dos pescadores artesanais brasileiros, o MONAPE denunciava na mídia agressões ao meio ambiente e problemas relacionados com o setor, conforme consta em relatório do movimento:

Será dada atenção no trabalho de divulgação através dos meios de comunicação e com apoio de entidades ambientalistas, das agressões causadas ao meio ambiente no que se refere a pesca artesanal, visando tornar visível a toda a sociedade dos graves problemas ambientais que a pesca sofre (MONAPE, 1994, p. 22).

A necessidade de divulgar suas atividades, parcerias e reivindicações na mídia demonstra o grau de importância que os veículos de comunicação de massa representavam para o MONAPE. Henriques (2007, p. 18) contribui no entendimento dessa realidade ao afirmar que “a ampliação da sociedade civil, evidenciada principalmente pelo crescimento dos

movimentos sociais, lançou novos questionamentos quanto à importância da comunicação na permanência e solidificação destes movimentos”.

Nesse sentido, parece pertinente afirmar que o MONAPE enxergava na mídia um espaço privilegiado para dar visibilidade as suas ações e demandas. Fica explícito, ainda, que também tinha um entendimento do grande número de pessoas que atingia através dos meios de comunicação massivos. Afinal, segundo Kunsch (2003, p. 195) “o poder da mídia é incontestável, e as organizações, como fontes de informação, para se relacionar com o seu universo de públicos e a sociedade, dela não podem prescindir”.

O MONAPE também olhava de perto a situação dos pescadores interioranos e acompanhava, com preocupação, o abuso de agrotóxicos, a mineração e o uso de mercúrio, além da utilização de desfolhantes antes de encher as barragens. O movimento tinha consciência que os pescadores também eram culpados dessa degradação e por isso queria: “lutar para uma maior consciência da dimensão do problema no meio dos pescadores, sua participação na fiscalização e sua pressão para criar [...] outra mentalidade pública que obtenha leis ambientais vitais e sua aplicação” (CCFD, 1997, p. 15).

Apesar de se interessar pelas questões da pesca artesanal interiorana e participar do comitê de coordenação do Programa de Gestão Integrada da Bacia do São Francisco, do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CCFD, 1997), o MONAPE se engajou timidamente na mobilização promovida pela Federação dos Pescadores de Pernambuco e o CPP. O que se constata em diversos documentos e relatórios é que não há sequer menção ao assunto, talvez porque no período que começaram a se organizar as primeiras colônias no interior de Pernambuco, o MONAPE tinha centrado suas atividades e projetos no Norte do país, como se explicará adiante. Em todo caso, a iniciativa da Federação estadual visava formar as primeiras colônias na região do Rio São Francisco, conforme explica o agente pastoral Severino Antônio⁶²:

Em Pernambuco, até então, na área do São Francisco, em Alagoas, Sergipe, além da Bahia e Minas Gerais [...] ninguém tinha conhecimento que tinha pescador lá. Aí a Federação [de Pernambuco] realizou uma articulação, a partir do final de 1997, para a formação das primeiras colônias de pescadores no Sertão de Pernambuco. Ou seja, houve um reconhecimento tardio da atividade pesqueira no interior do Estado (SEVERINO ANTÔNIO, jun, 2009, interpolação nossa).

No que se refere às relações com outras instituições, no fim do século, o MONAPE opinava que órgãos oficiais não tinham mudado e considerava, inclusive, o IBAMA pior que

⁶² Idem, 2009, p. 97.

a antiga SUDEPE, porque era sobrecarregado com inúmeras atribuições (CCFD, 1997). Na sua visão, esses órgãos mantinham “os vícios da burocracia e a insensibilidade sem pressa da tecnocracia”. Entretanto, o MONAPE ainda encontrava técnicos “competentes, interessados, abertos”, com quem era fácil trabalhar e através dos quais podia se avançar em soluções práticas. O desafio era “como passar destes compromissos pessoais a compromissos duradouros da instituição, qualquer que seja o governo”. (CCFC, 1997, p.23)

Quanto à sua representatividade entre os pescadores artesanais brasileiros, segundo o CCFD (1997, p. 16), em menos de dez anos de atuação, o MONAPE já era a “principal referência dos pescadores conscientes e o principal interlocutor junto aos organismos governamentais, parlamentares, universitários, sindicatos”. Dentre 450 colônias, o movimento tinha atingido, até 1997, 190 delas. Quando comparado a média atingida por sindicatos e outros movimentos, esse resultado era considerado positivo pelo movimento, especialmente porque na maioria das vezes os pescadores estão nas colônias “por interesses materiais ou tradição [...], o que significa que esta representação numérica é mais qualificada em valores humanos e militantes”.

Para aquelas colônias que ainda não conheciam o MONAPE, o movimento investiu em veículos de comunicação dirigida *escritos*, como cartilhas. Uma sobre a história do movimento, encaminhada junto com uma carta de apresentação e os contatos da coordenação nacional e estadual do movimento. E outra sobre direitos sociais dos pescadores, a ser distribuída para as bases do MONAPE em geral (MONAPE, 1996b). Em 1996, o movimento também editou o primeiro número do boletim *Monape Notícias*, visando manter os pescadores informados (MONAPE, 1996) OBS: em outro lugar essa informação está diferente, repetida - verificar. Embora não tivesse sido editado em 1997, o *Monape Notícias* voltou a circular em fevereiro de 1998 com o seguinte editorial:

Após um ano e quatro meses finalmente conseguimos reeditar nosso *Monape Notícias* nesse período estivemos na luta para que o MONAPE possa de uma forma cada vez mais qualificada trabalhar pela organização dos pescadores artesanais brasileiros. Superamos muitas das dificuldades encontradas e esperamos que em 1998, possamos avançar cada vez mais. Lembramos que o *Monape Notícias*, só poderá circular com a sua importante contribuição, enviando notícias para nós, notícias dos seus estados/regiões até o dia 15 de cada mês. (MONAPE NOTÍCIAS, 1998, p. 1).

Nesses termos e considerando as concepções teóricas de Gohn (2003) e Peruzzo (2004) ao falar de movimentos sociais nos anos 1980/90, parece pertinente afirmar que o MONAPE buscava se tornar cada vez mais qualificado no que se referia à comunicação interna e externa. Ter sua infraestrutura própria e utilizar mais recursos tecnológicos, como

computadores e Internet, pois o novo modelo de vida e de trabalho demandava dos pescadores mais habilidades comunicativas.

Uma postura, aliás, essencial na visão de Kunsch (2003, p. 69) para quem “é a comunicação que ocorre dentro da organização e a comunicação entre ela e seu meio ambiente que a definem e determinam as condições da sua existência e a direção do seu movimento”. Neste sentido, afirma a autora: “o sistema comunicação é fundamental para o processamento das funções administrativas internas e do relacionamento das organizações com o meio externo” (KUNSCH, 2003, p. 69).

Entretanto, o MONAPE tinha plena consciência de suas limitações (expressas em diversos documentos) e sabia que ainda não representava, nem agrupava todos os pescadores artesanais do país: “a desproporção dos pescadores atingidos pelo MONAPE é flagrante, a minoria está no Sul”. Isso tinha levantado, inclusive, a sugestão de transformar o MONAPE em Movimento Nordeste dos Pescadores (MONEPE), obtendo a seguinte resposta da coordenação:

Se o movimento não for nacional, o Nordeste vai continuar isolado, desprestigiado, desatualizado, os pescadores vão perder à sua força de intervenção nacional, e as diferenças regionais não impedem que o problema central seja nacional. O movimento dos pescadores tem de continuar nacional, ainda mais com o peso que Brasília representa na Federação, especialmente com a perspectiva de seis anos de governo FHC (CCFD, 1997, p. 16).

Ainda como parte da estratégia de mobilização dos pescadores artesanais nacionalmente, o MONAPE lançou um novo veículo de comunicação dirigida *escrita*: o boletim *A Voz dos Pescadores do Brasil*, que começou a circular semestralmente, a partir junho de 1999. A diferença para seu predecessor (*Monape Notícias*) radicava no número de páginas e no tipo de papel, pois era editado em papel jornal e tinha quatro páginas. Lideranças pernambucanas se lembram do boletim e reconhecem a importância desse tipo iniciativas, conforme revela a seguinte fala:

O Boletim *A Voz do Pescador* chegava pelo correio. A gente distribuía. Às vezes chegava atrasado, mas tinha um jornalzinho. Aí tinha para a gente distribuir. Não era suficiente, mas era algo para o pescador. Eu nem lembro quantos anos foi (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

A finalidade desse veículo dirigido ao público interno era colocar os pescadores a par de eventos regionais e nacionais, além de relatar denúncias e divulgar as ações de movimentos estaduais realizados com apoio do MONAPE. Esse jornal circulou internamente até 2001, sendo elaborado conforme consta no expediente pela coordenação do movimento e impresso

em uma gráfica de Belém, onde ainda ficava sua sede. No editorial, o coordenador geral do MONAPE apresentou o boletim informativo da seguinte forma:

É com muita satisfação e bastante esforço que chega em suas mãos o Boletim Informativo *A Voz dos Pescadores*. Nossa intenção é que este boletim seja a ponte e ligação entre os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento Nacional dos Pescadores, com a própria categoria, organizada nas bases. Além de informativo, sobre o andamento da organização dos pescadores de todo o Brasil, o boletim também pode ser utilizado como subsídio para reflexão individual ou em grupos. Estamos nos colocando a disposição para sugestões ou críticas para termos um boletim mais eficiente para a nossa categoria (A VOZ DOS PESCADORES, 1999, p. 1).

Apesar desse tipo de iniciativas, diante da escassez de colaborações institucionais e da falta de verbas para organizar e articular melhor o movimento nacionalmente, o MONAPE decidiu redimensionar seus projetos e diminuí-los (CCFD, 1997). Como não tinha dinheiro para convocar as coordenações e representantes estaduais, numa carta circular informou as bases sobre “a situação de penúria e a impossibilidade de fazer viagens, encontros [...], apelar para o máximo de economia e pedir sugestões para sair do impasse e viabilizar um encontro nacional que tome as decisões necessárias” (CCFD, 1997, p. 23).

Essas dificuldades, no entanto, não coibiram os pescadores pernambucanos a continuarem lutando pelos seus direitos. Segundo Severino Antônio⁶³, além da fundação de inúmeras colônias na Região do São Francisco, em 1998 “também teve início a luta pela criação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável⁶⁴, com a participação dos pescadores do litoral”. Esse foi o caso do município de Goiana, cuja Reserva Extrativista foi consolidada apenas em 2007 - dez anos depois de terem dado início às discussões.

De acordo com matéria publicada no portal da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (mar, 2007), as discussões sobre a criação da reserva ganharam força em 2002 com a participação das Marisqueiras de Açau, na Paraíba, e das pescadoras da colônia de Ponta de Pedras, em Goiana-PE. Segundo estimativas da Prefeitura de Goiana, cerca de 10.500 pessoas sobrevivem, hoje, da pesca no município, baseada especialmente em mariscos, crustáceos e moluscos.

A Resex Goiana-Acaú é a primeira reserva extrativista de Pernambuco, possui 6.708 hectares e está localizada entre os estuários dos rios Goiana e Megaó nos limites de Pitimbu e Caapora, na Paraíba, e de Goiana, em Pernambuco. Do total, 80% está inserido em território

⁶³ Idem, 2009, p. 97.

⁶⁴ As unidades de conservação de uso sustentável são áreas protegidas, criadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) com a ideia de tornar a conservação da biodiversidade compatível com o uso racional dos recursos naturais. Incluem as Reservas Extrativistas (Resex), que são utilizadas por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência. Elas têm o objetivo de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, podendo ser visitadas e permitindo a realização de pesquisas científicas.

estadual e beneficia as comunidades de Carne de Vaca, São Lourenço e Tejucupapo. Embora tenha se mantido afastado dessa negociação, o MONAPE hoje acompanha de perto negociações, trâmites e audiências sobre a criação de novas Resex, em Pernambuco, como veremos mais adiante.

CAPÍTULO V

MONAPE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO SÉCULO XXI

5.1 AMONAPE: nasce uma associação

No final da década de 1990, as dificuldades de articulação nacional aliadas à difícil situação econômica do MONAPE levaram representantes dos estados de Pernambuco, Alagoas, Amapá, Bahia (litoral e região do São Francisco), Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins a transformá-lo em pessoa jurídica, durante o I Seminário do Conselho Deliberativo do MONAPE, em fevereiro de 1999. O boletim informativo *A Voz dos Pescadores* relata o acontecimento da seguinte forma:

A característica desta reunião nos retrata um marco na história do movimento dos pescadores, pois foi deliberada por unanimidade a criação do MONAPE enquanto instituição social. O MONAPE desde quando foi criado em 1988, contou com o suporte jurídico do CAPAB (Centro de Apoio ao Pescador Artesanal do Brasil). No dia 07 de fevereiro/99 o Movimento Nacional dos Pescadores foi registrado em Belém-PA, adotando personalidade jurídica própria (A VOZ DOS PESCADORES, jun, 1999).

Assim, o MONAPE se transformou em Associação Movimento Nacional dos Pescadores (AMONAPE), redefinindo-se como “uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, de âmbito nacional”, cujo objetivo era facilitar a captação de recursos para o movimento (AMONAPE, 1999, p. 1). O estatuto da entidade manteve outros dois objetivos originais: organização da categoria nacionalmente, além de promoção e incentivo da defesa do meio ambiente e das populações pesqueiras, inclusive através de mecanismos jurídicos (AMONAPE, 1999).

Outras finalidades da associação diziam respeito a: 1) elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos e programas de desenvolvimento em parceria com órgãos oficiais; 2) participação das populações de pescadores no planejamento, monitoramento e execução de políticas de desenvolvimento em parceria com órgãos oficiais; 3) promoção da capacitação e formação profissional de pescadores e pescadoras, através de diversos tipos de eventos, mirando a divulgação e ampliação do MONAPE; 4) contrair convênios e/ou contratos com entes privados ou públicos nacionais ou internacionais. (AMONAPE, 1999).

Ao sistematizar seus objetivos em diversos setores, o MONAPE envolveu atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, da mesma forma como Milani (2005) descreve o processo de desenvolvimento local. Ou seja, como um projeto de uma comunidade ou, como

neste caso, de uma organização para a transformação consciente da realidade das comunidades pesqueiras, que têm um significativo grau de interdependência com outros setores da sociedade e cujos agentes estão presentes em diferentes escalas (econômicas e políticas) do local ao global.

Com a transformação em associação, o MONAPE passou a ser composto pelo conselho nacional, conselho deliberativo, coordenação executiva e, ainda, pelo conselho fiscal. O primeiro era a instância máxima de decisão do movimento, reunindo-se a cada três anos, cujas competências se referiam a 1) discutir e aprovar o planejamento trienal do MONAPE; 2) eleger a coordenação executiva, o conselho deliberativo e o conselho fiscal; 3) discutir e aprovar a prestação de contas trienal da gestão; 4) decidir sobre a extinção da entidade; 5) referendar a admissão de novos associados e a instalação de novas representações estaduais; 6) decidir sobre atos que resultem na disponibilidade do patrimônio da entidade e seu modelo organizacional; 7) reformar o estatuto.

Já o conselho deliberativo era responsável por decisões que viabilizassem o plano trienal, além de encaminhar a execução das atividades do MONAPE. A coordenação executiva, por sua vez, respondia pela representação do movimento e pela execução de políticas definidas no plano trienal e nas resoluções do conselho deliberativo. Por último, o conselho fiscal tinha, dentre suas atribuições, o controle patrimonial e financeiro do movimento (AMONAPE, 1999).

A partir desses dados e com base nos estudos de Gohn (2003, 2004), é possível dizer que o perfil dos movimentos sociais populares - como o MONAPE - se alterou na virada do milênio, porque a conjuntura política mudou e os mesmos tiveram de se redefinir em função da nova realidade. Os processos democráticos os estimularam a sair de uma cultura política clientelista - tradicional no Brasil - cujas redes de solidariedade eram baseadas em relações pessoais e interesses de grupos para uma cultura de novos valores apregoada pela militância.

Ao contrário do que a teoria de Gohn (2003) aponta, na prática ainda existem indícios de que não houve de fato uma ruptura dos movimentos sociais de pescadores com essa política clientelista, pelo menos no que tange a Pernambuco. Para alguns entrevistados que não querem ser identificados é inadmissível que essa postura persista na categoria, inclusive no âmbito político, no qual ainda são comuns as trocas de favores por votos, conforme revelam as seguintes falas:

Que essas lideranças de pescadores em Pernambuco se submetam a isso, aí é questionável, porque eles eram para ter essa concepção. A relação [com o Estado] é de cobrança, não é de estar apadrinhando ou de ser apadrinhado (ENTREVISTADO).

Uma questão muito forte nesse período de eleições municipais é a seguinte: ou sai candidato para vereador por uma decisão própria, ou apóia outro camarada da comunidade e aí recebe para fazer campanha para aquela pessoa. Não tem uma decisão comum com os pescadores. Então, assim, o candidato a vereador ele contrata aquela pessoa porque acha que aquela pessoa vai ter tantos votos porque é presidente de uma colônia, de uma associação e tem o domínio daquela comunidade. (ENTREVISTADO)

Por outro lado, ao que parece o MONAPE se institucionalizou para tentar desenvolver projetos com a comunidade organizada, porque os financiamentos internacionais passaram a ser cada vez mais escassos e fora das políticas públicas não havia recursos financeiros, conforme ressaltado por Gohn (2003, 2004) ao descrever o cenário enfrentado por movimentos sociais às portas do século XXI. Kunsch (2003) também nos ajuda a interpretar teoricamente a necessidade de mudança do MONAPE, quando afirma que:

Cada organização tem sua realidade social, política, econômica, cultural, tecnológica etc. Ela tem de encontrar a melhor maneira de se estruturar, coordenar suas atividades e otimizar seus recursos humanos, materiais e financeiros, em decorrência de sua atuação em diferentes mercados locais, regionais e globais. Ela deve buscar a melhor forma de ação coordenada para cumprir sua missão e visão, cultivar seus valores e atingir seus objetivos (KUNSCH, 2003, p. 63).

Entretanto, representantes do movimento têm outra visão. Para eles, o MONAPE encontrava-se em sérios apuros econômicos e precisava, de fato, se liberar de dívidas e prestações de contas para poder captar recursos e dar andamento a novos projetos, conforme revelaram líderes de Pernambuco, Ceará e Maranhão ligados ao MONAPE, cujos depoimentos valem a pena reproduzir, pois revelam a sua falta de identidade⁶⁵ com o a situação enfrentada pelo movimento nacional dos pescadores à época:

Foi até uma eleição em Fortaleza, mas eles já vieram com tudo pronto de lá pra cá. Já vieram do Norte com tudo pronto e na assembléia apresentaram o movimento como era, o que era a associação, que dava direitos melhores e aí a maioria aceitou. Só que não foi bom para nós, foi uma mudança só para beneficiar a prestação de contas anteriores (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

AMONAPE foi para conseguir recursos, porque o MONAPE como movimento não conseguia recursos [...] foi para poder o MONAPE trabalhar. Mas mesmo assim a AMONAPE não está suja com a prestação de contas? (JOANA MOUSINHO, jan, 2010)

O MONAPE se transformou em AMONAPE para que o grupo de frente tivesse o controle e poder sobre os recursos e ter o número de CPNJ próprio. Eu acredito que ninguém influenciou o movimento nessa decisão e essa mudança não trouxe nenhum benefício para os pescadores nordestinos e do país (JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO, fev, 2010).

⁶⁵ Identidade aqui é entendida como o sentido de pertencer que as pessoas trazem, enquanto seres simbólicos. O ser de algum lugar, pertencer a algum grupo, sentir afinidade com algo que lhe resgata algo seu, tudo isso pode ser chamado de identidade e pertencimento. São esses laços de pertencimento que unem as pessoas historicamente, tanto individual como coletivamente.

A mudança de personalidade jurídica deu-se pelo fato de o braço jurídico estar com muitas pendências e trouxe poucos benefícios para os pescadores artesanais (JOSÉ CARLOS DINIZ, fev, 2010).

Essa falta de empatia das lideranças com a situação financeira do MONAPE e mesmo com a necessidade de institucionalização para atender às exigências daquele momento parece sugerir que a medida provocou uma fragilização da identidade do movimento (TERRAMAR, 2005). Pelo menos foi o que a presente pesquisa pode verificar a partir dos depoimentos dos entrevistados, que sinalizaram a institucionalização do MONAPE na qualidade de personalidade jurídica como um fator complicador para a definição de sua identidade.

Outra medida da AMONAPE (1999, p.1) foi administrar e regulamentar as adesões ao movimento, restringindo de certa forma as novas associações, conforme o artigo 3º de seu estatuto: “são associados do MONAPE os pescadores e pescadoras que tenham assinado o livro de presença da Assembléia de Fundação, ou que tenham suas propostas de ingresso aprovadas na forma deste Estatuto e do Regimento Interno”. Segundo o agente pastoral Severino Bill (jan, 2010), essa ação descaracterizava o movimento que até então tinha uma concepção de que “onde tivesse uma colônia ou uma associação precedida por um pescador, aquele pescador automaticamente era considerado membro do MONAPE”.

Os pescadores que conseguiram cumprir esses pré-requisitos tinham direito de: 1) participar do congresso nacional do movimento; 2) apresentar teses ao congresso; 3) votar e ser votado; 4) requerer nos termos do estatuto a convocação do conselho deliberativo e do congresso. O agente pastoral Severino Antônio⁶⁶ explica que, devido a essas normas, a adesão ao MONAPE passou a ser seletiva, inviabilizando a participação de muitos pescadores e pescadoras jovens:

Inicialmente não era assim, porque na assembléia de fundação da associação, em 97 ou 98, todos os pescadores podiam votar. Para se associar, o pescador tinha que preencher um cadastro. Onde tivesse uma colônia, federação, associação, sindicato, os pescadores ficavam dentro do MONAPE. Mas desde 1999 isso mudou, porque segundo o estatuto de 99 só podia se filiar pessoa jurídica, ou seja, o pescador tinha que necessariamente ser associado a uma colônia ou entidade similar. (SEVERINO ANTÔNIO, jul, 2009).

Esse formato de adesão era restritivo porque o MONAPE tampouco tinha controle do processo de associação de pescadores nas colônias, associações, federações e afins, o que acabava impedindo muitos pescadores artesanais de fazer parte do movimento, de votar e, conseqüentemente, de ser representados pelo MONAPE. Segundo agentes pastorais, isso também dificultou o controle do processo de associação:

⁶⁶ Informação verbal fornecida durante entrevista com a autora no Recanto do Pescador, sede da CPP-Nacional em julho, 2009.

Desde 1997, o MONAPE não tem mais esse controle. Para garantir seu direito a voto o pescador tem que ser filiado ao AMONAPE, mas para isso depende do cadastro enviado pela sua colônia, que manda a quantidade de sócios que tem. Só que quem não é sócio de colônia não tem voto. Muitos pescadores ficam assim sem representatividade. (SEVERINO ANTÔNIO, jul, 2009).

As normas de adesão estabelecidas pela AMONAPE também podem ter contribuído para agravar a falta de identidade das lideranças locais e podem ser interpretadas como um retrocesso para o MONAPE, pois, na medida em que limitavam o ingresso de novas associações e de pescadores ao movimento, restringiam a expansão de seu capital humano e social.

Ao fazer isto, o movimento desconstrói sua capacidade de auto-organização, baseada em vínculos solidários, colaboração horizontal e outros canais de participação apontados por Jara (2001) para o desenvolvimento local. Essas normas tampouco estimulam a confiança, a reciprocidade nos relacionamentos sociais entre as diversas comunidades de pescadores, empobrecendo o tecido social do movimento no âmbito nacional.

A partir da transformação em AMONAPE, o movimento assinou diversos convênios com entidades governamentais. Um deles foi junto ao Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 300 mil, que viabilizava parte das atividades programadas no planejamento do triênio 1999 – 2001. O segundo foi com o CNPT por R\$ 18 mil, “que proporcionou a realização de descentralização dos trabalhos da Coordenação Executiva” (A VOZ DOS PESCADORES, dez, 1999, p. 2). O MONAPE contava ainda com o apoio de organizações não governamentais como Misereor, ICCO e Desenvolvimento e Paz. Embora alegasse que não alcançava toda a verba que necessitava, o movimento declarava-se satisfeito com esses acordos:

No balanço final, tivemos um saldo positivo, um avanço nas relações com novos parceiros, apesar dos aparentes empecilhos no que diz respeito à captação de recursos financeiros para o Movimento. Estivemos sempre presentes e abertos à negociação com entidades governamentais ou não, que nos pudessem abrir caminho para a implementação de nossos projetos (A VOZ DOS PESCADORES, dez, 1999, p. 2).

Essa postura do MONAPE é reveladora, pois confirma aquilo que Gohn (2003, p. 32) menciona sobre movimentos sociais nas últimas décadas do século XX. Embora apregoassem a autonomia e independência ante o Estado, na prática esse isolamento jamais existiu porque “os fundos públicos são, no sistema capitalista, pressuposto de financiamento tanto na acumulação de capital quanto na reprodução da força de trabalho e este padrão de financiamento altera a natureza dos conflitos sociais, que passam a girar fundamentalmente em torno do Estado”.

Ou seja, apesar do MONAPE ter lutado pela autonomia política e econômica, às portas do século XXI acabou se submetendo, como tantos outros movimentos sociais populares, às regras ditadas pelo sistema econômico e político imposto pelo governo vigente no Brasil. No entanto, parece pertinente afirmar que o AMONAPE continuava tentando ser um viabilizador de *concertação* de diversos atores sociais, que convergiam na busca por melhores condições de vida e trabalho para os pescadores artesanais. Pelo menos, no que diz respeito ao Norte do país.

5.2 Representatividade em crise

Entre 1988 e 2000, O MONAPE tinha construído uma trajetória marcada pela defesa da pesca artesanal, diferenciando-se do sistema “colônia”, cuja estrutura em determinados locais ainda guardava um lastro de autoritarismo e corrupção (TERRAMAR, 2005). Por sinal, a luta pela democratização desse sistema vinha sendo um lugar de intervenção do movimento desde a sua fundação.

A mudança em pessoa jurídica do MONAPE fez com que passasse a priorizar, no início do novo milênio, a captação, gerenciamento e fiscalização de recursos para projetos de pesca artesanal. As atividades de luta e resistência, características nos anos 1980 e início dos 1990, tinham definitivamente cedido lugar a administração e gestão de verbas e projetos, inclusive, em parceria com órgãos governamentais.

Em 2000, o MONAPE acumulava algumas conquistas fruto da luta dos pescadores e pescadoras artesanais organizados através do movimento. Dentre elas, o Instituto Terramar (2005) destaca: 1) a garantia do pescador artesanal como segurado especial da previdência, o que incluía a conquista do seguro-desemprego, entre outros benefícios sociais; 2) o crédito específico do FNE-Nordeste e FNO-Norte; 3) o reconhecimento e a habilitação das marisqueiras como pescadoras artesanais. Segundo o Terramar (2005) existiam, porém, algumas batalhas perdidas e os desafios enfrentados pelo movimento eram inúmeros, dentre eles:

Alto nível de degradação dos ecossistemas e estoques pesqueiros, decorrentes, entre outros fatores, da sobrepesca, da pesca predatória e da degradação ambiental; ampliação dos conflitos socioespaciais entre comunidades pesqueiras e empresários ligados a atividade turística e a carcinicultura; pressão do empresariado da pesca sobre os processos de ordenamento das pescarias de alto valor comercial [...] com o objetivo de excluir a pesca artesanal; e por fim o desafio de influenciar e monitorar as políticas de pesca (TERRAMAR, 2005, p. 5-6).

Outra dificuldade dizia respeito à ausência de registros internos, que permitissem verificar a participação de homens e mulheres nas atividades promovidas pelo MONAPE ao longo dos anos, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Ou seja, qualidade e participação não eram mensuráveis por falta de dados concretos (TERRAMAR, 2005). Internamente, o MONAPE continuava tendo problemas em construir a relação entre o que planejava e o que de fato executava.

Além disso, havia uma concentração, cada vez maior, dos trabalhos na região Amazônica, especificamente no Pará e no Amapá (TERRAMAR, 2005). A coordenação alegava que a falta de recursos próprios prejudicava a execução de todas as atividades programadas e, ainda, que dependia de financiamentos governamentais para se sustentar, conforme consta no relatório de avaliação do Terramar (2005):

A concentração de atividades na Amazônia tem uma relação direta com a estratégia de sustentabilidade do MONAPE, atualmente vinculada aos financiamentos do governo federal, que tem disponibilizado recursos para as populações tradicionais de forma a priorizar a região Amazônica através de várias fontes [FUNBIO, PROAMBIENTE, AGROECOLOGIA etc] (TERRAMAR, 2005, p. 7).

Por outro lado, agentes pastorais que acompanharam esse processo, avaliam que essa transição se deveu a questões políticas. Além de terem um movimento social de pescadores estadual bastante organizado, os coordenadores do MONAPE: “Claudionor, Preto, Aladim, Boca tinham uma estratégia político partidária muito forte. Então, aí a coisa começou a se complicar ainda mais, porque fecha essa visão [...] nacional de potencializar o movimento de base e passa a atender os objetivos imediatistas dessa localidade” (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Embora o discurso do MONAPE continuasse nacional, suas ações eram regionais. Principalmente, porque os membros da coordenação eram do Pará, nesse período, e quem não era se mudou para lá, com objetivos políticos muitas vezes alheios aos interesses da categoria. Ao analisar movimentos sociais no século XXI, Gohn (2003) explica que apesar das suas demandas serem as mesmas, esses fenômenos incorporaram novas práticas, pois alguns de seus líderes ou assessores incorporaram escalões da administração pública. Isso explica, em parte, porque algumas lideranças do MONAPE passaram a comandar grupos de trabalho, comitês e fóruns, além de se candidatar e concorrer para cargos políticos. Contudo, essa postura não é bem aceita entre os pescadores e assessores, sendo alvo de críticas severas como as seguintes:

Alcides quando passou a ser presidente do MONAPE [ele é de Alagoas], levou o movimento lá para as bandas do Pará. Continuou lá com aquela mesma turma. Alcides rebolava minha irmã. Alcides nem parecia que era um pescador mais. Alcides parecia um grande empresário. Só você vendo, até o jeito dele falar com os pescadores, ele mudou. Isso me deixava tão revoltada! (JOANA MOUSINHO, jan., 2010).

Agora eles tinham um rumo a seguir e o movimento tinha outro. Eles escolheram o rumo da política partidária, então começaram a ter uma concepção muito dentro dos caixotes dos partidos e a participação do MONAPE passou a ser a barganha dentro do partido político e a manutenção de casa, porque viajava muito pelo movimento, se projetava politicamente. Aí o movimento passou a ser em função do partido, não passou a ser em função dos pescadores ou da luta (LAURINEIDE SANTANA, jan., 2010).

Esses dados também denotam certa forma de controle do Estado sobre o MONAPE, pois sua sustentabilidade – pelo menos econômica – dependia de recursos disponibilizados pelo governo federal para as populações tradicionais amazônicas (TERRAMAR, 2005). Havia, assim, um claro afastamento do MONAPE das necessidades e demandas dos pescadores de outras regiões do país, como comentado anteriormente. Em Pernambuco, por exemplo, os representantes reclamavam da falta de informações e de verbas para executar os trabalhos no Estado, considerando todo o processo contraditório, conforme revelam as seguintes falas:

De Pernambuco, eu passei um tempo e mais Josefa. Nós ficamos os quatros anos, mas não fizemos nada porque não tinha recursos. Foi no final de 90 para 2000. O pessoal ficava de mandar recursos para nós trabalharmos no Estado, mas não conseguimos. Às vezes a gente pegava carona com o pessoal da CPP e ia para o Sertão. A gente ia, mas a gente não tinha nada para divulgar e muita gente não conhecia o MONAPE. Ninguém passava nada para nós e aí a gente não tinha como repassar. Não tinha divulgação e não tinha nada o que divulgar. (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Eu questioneei, no caso, que os projetos era tudo lá [no Norte]. Aí disseram, porque era obrigado o pessoal que os projetos ficassem só para a Amazônia. Então, o movimento não era movimento nacional dos pescadores, era movimento da Amazônia (JOANA MOUSINHO, jan, 2010, interpolação nossa).

Para se ter uma ideia da insatisfação das lideranças em Pernambuco, numa carta endereçada ao coordenador nacional do movimento, Aladim de Alfaia Gomes, em novembro de 2000, cinco pescadores que na época ocupavam cargos importantes no MONAPE (secretário, coordenador estadual e presidente do conselho fiscal) relataram com apreensão sua participação na Assembléia Nacional do CPP, na Paraíba, realizada no mesmo ano. No encontro, segundo os autores do documento, foram levantados inúmeros questionamentos acerca da atuação do MONAPE, na luta pelos direitos dos pescadores pernambucanos, frente aos quais ficaram sem resposta, pois careciam de dados e, inclusive, não se sentiam mais parte do movimento, conforme escreveram:

Pouco ou nada foi possível informar aos participantes. Primeiro, por não estarmos participando do evento como representantes do MONAPE, embora tenhamos sido convidados para tal; segundo, pelo fato de nos encontrarmos desarticulados sem saber o que de fato tem ocorrido com o nosso movimento nestes últimos anos (LIDERANÇAS DE PESCADORES ARTESANAIS PERNAMBUCANOS, nov, 2000).

A resposta da coordenação do MONAPE não se fez esperar e, em tom de perplexidade e ironia, afirmava não entender o ocorrido:

Como é que uma pessoa que está assumindo uma coordenação, em exercício de uma entidade [...] não sabe o que está se passando com ela? E muito mais um secretário executivo que participou da última reunião do conselho deliberativo [...] com uma avaliação dos trabalhos realizados principalmente por este companheiro em seu Estado e nas viagens por ele realizadas na região do Centro Oeste e Nordeste, não sabe o que está acontecendo nestes últimos anos dentro do MONAPE? (ALADIM ALFAIA, nov. 2000).

Como se constata a partir dessas informações, o processo de mobilização social iniciado pelo MONAPE nos anos 1990 estava completamente comprometido, pelo menos no que tange a Pernambuco. Considerando que a um projeto de mobilização deve envolver um horizonte atrativo e um imaginário convocante, sintetizando os grandes objetivos de um movimento, tocando a emoção e despertando a paixão das pessoas (TORO e WERNECK, 2007), o MONAPE tinha falhado e não conseguia mais congrega nem lideranças nem pescadores em torno de seus objetivos, como revela a seguinte fala:

Na visita que a gente fez no Sertão, que a gente fez um diagnóstico no Sertão, a gente conversou com pescadores e eles disseram: ‘não a gente não é MONAPE, a gente não sabe o que é MONAPE?’ E aí foi feita a carta lá deles [...] e todos assinaram, as colônias do Sertão [...] No Sertão ninguém sabia, porque as colônias foram fundadas [...] a partir de 98, só uma que foi fundada em 94, que a de Ibimirim, mas todo o resto foi fundada a partir 98. Aí eles não sabiam, não conheciam o MONAPE. Na reunião eles colocaram: a gente conhecia o MONAPE até tal ano, de tal ano pra cá a gente não sabe o que é o MONAPE, a gente não tem mais clareza do que é o MONAPE, do que está acontecendo com o MONAPE. Aí foi quando foi feita aquela carta e Alcides manda aquela carta dizendo que estava surpreso (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Ainda em 2000, segundo o agente pastoral Severino Antônio⁶⁷, o governo de Pernambuco lançou um projeto prevendo a drenagem viária do Canal de Santa Cruz⁶⁸, a construção de um píer e balizamento em Itapissuma – medidas essas que na visão dos pescadores dessa localidade prejudicariam a pesca artesanal. A partir da mobilização local, que pouco ou nenhum apoio obteve do MONAPE, “os pescadores conseguiram, com o

⁶⁷ Idem, 2009, p. 97.

⁶⁸ O complexo estuarino-costeiro do Canal de Santa Cruz é considerado um dos sistemas mais importantes do litoral de Pernambuco, representando uma unidade ecológica de grande significado sócioeconômico, produtividade natural e biodiversidade.

suporte do CPP, a suspensão do projeto, pois provaram que o canal iria receber metal pesado”.

Essas situações demonstram a ausência de intervenções sistemáticas do MONAPE, em conflitos e lutas em Pernambuco, provocando uma distância abismal da coordenação do movimento – sediada no Norte do país - dos problemas enfrentados pelos pescadores pernambucanos e de outros estados. Na realidade, o que pode ter acontecido com o MONAPE já foi observado por Gohn (2003) em outros movimentos sociais, nos quais a profissionalização dos dirigentes acabou muitas vezes promovendo efeitos contraditórios nas ações coletivas: “Ela criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos. Se aproximou das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais, internacionais) [...] Fora das agendas dos encontros, a outra grande prioridade eram as eleições (GOHN, 2003, p. 29). Nas visitas realizadas pelos coordenadores do MONAPE às comunidades e nos seus discursos, agentes pastorais também observaram essa mudança de comportamento:

Teve um momento quando Claudionor estava mais a frente, coordenando, que eu me assustei com ele. Fui para uma atividade com ele em Alagoas e [...] assim, o Claudionor que era um pescador, ele passa a ter uma linguagem, mas que não é a linguagem de pescador. Ela passa a ter uma linguagem mais técnica, política. Até a postura do cara, que a gente acha que é besteira, até a forma de pensar no meio dos companheiros, de intimidar ou de que estamos falando besteira. Aí não está mais preocupado com que as pessoas entendam o que está sendo falado. Não tem mais aquela sede, porque já tinha ido para o GTA, já estava nesse processo (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010)

Na região Nordeste, o MONAPE tampouco acompanhou outras demandas como, por exemplo, contra a pesca predatória da lagosta e pela legalização da frota artesanal nessa atividade fundamental para milhares de pescadores brasileiros. Essa lacuna se somou à falta de articulação em torno da preservação do manguezal, que vinha sendo degradado em função da carcinicultura (TERRAMAR, 2005). De acordo com o agente pastoral Severino Antônio⁶⁹, a partir de 2000, Pernambuco foi alvo de uma forte expansão da carcinicultura, com o surgimento de empresas que passaram a explorá-la e o MONAPE manteve-se alheio a essa luta.

Na visão da ONG Terramar (2005, p. 8), a falta de acompanhamento e articulação nos Estados – sem a construção coletiva de estratégias para solucionar conflitos locais – acabaram inviabilizando a continuidade da construção de uma identidade entre os pescadores artesanais. Isso contribuiu para o fato de que “mesmo realizando ações nos seus estados, alguns membros

⁶⁹ Idem, 2009, p. 97.

não as relacionam com um conjunto de atividades do MONAPE, ou seja, não se percebem enquanto construtores do movimento”. Hoje, essa avaliação encontra ressonância em depoimentos de algumas lideranças de Pernambuco, na fala de representantes do movimento em outros estados, além de agentes pastorais:

O MONAPE enfrentou vários problemas, desde a comunicação até a perda de credibilidade. Isso foi porque faltava um programa de formação, capacitação de lideranças na visão da transformação e fortalecimento do bem coletivo (JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO, fev, 2010).

Depois que o MONAPE foi para o Pará, basicamente se acabou a articulação nos demais estados. Quem estava nos estados e ainda se identificava como movimento não estava concordando com relação a quem estava na coordenação nacional. Essa época de 94 até 96, quem era presidente do MONAPE era Amaro. Amaro era secretário da Federação nesse período, de Pontes dos Carvalhos. Amaro foi para a assembléia nacional, foi eleito [...]. Mas durante três anos não teve nada, quem estava na coordenação não somente no Estado, mas em outros estados também, não teve quem continuasse o envolvimento como tinha nas gestões anteriores (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Em 2001, o estatuto da AMONAPE é incrementado por um regimento interno para disciplinar “os aspectos da organização e funcionamento das atividades do MONAPE” (MONAPE, 2001, p. 1). O documento criava mecanismos de fiscalização e ação para evitar desmandos administrativos, conforme consta no inciso 1º do referido regimento: “compete a executiva suspender de suas atividades o coordenador que cometer qualquer tipo de ação que comprometa as atividades do movimento” (AMONAPE, 2001, p. 1).

Outras instâncias diziam respeito aos órgãos deliberativos, atribuições e funções da coordenação executiva, obrigações do conselho deliberativo, atribuições dos órgãos executivos (diretoria, conselho fiscal), além do funcionamento da coordenação executiva, da contratação, remuneração e regime de trabalho dos funcionários fixos ou terceirizados. Ao que parece, tratava-se de uma intervenção buscando disciplinar a gestão da AMONAPE.

Como mencionado anteriormente, o MONAPE também se preocupava com as eleições estaduais e tentava acompanhar os processos eleitorais das colônias e federações em 13 estados, visando incidir na articulação política e na construção de pautas reivindicatórias regionalizadas (TERRAMAR, 2005). O depoimento de agentes pastorais confirma essa linha de trabalho do movimento:

Em 2006, foi o período que Joana estava saindo da Federação. E o Aladim que era o coordenador do MONAPE. Nessa época ele passou quase um mês em Pernambuco visitando colônia por colônia, com Joana e com [...] que foi o período que o Israel também ia sair candidato. Eles saíram viajando por todas as colônias (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Também teve outros momentos que eles vieram para refletir, para o movimento não sair rachado na disputa da federação. A coordenação do MONAPE veio, conversava (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Em outros estados, porém, não havia o mesmo entendimento com relação à participação do MONAPE nos processos eleitorais, conforme revela relatório externo do MONAPE realizado pelo Instituto Terramar (2005):

As entrevistas apontaram a concentração de ações no Norte, mais especificamente no Pará e no Amapá; e que em outros estados estas ações não aconteceram, ou aconteceram de forma espontânea, ou seja, sem construção coletiva de uma estratégia (TERRAMAR, 2005, p. 7).

5.3 A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca entra em cena

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva elegeu-se presidente do Brasil, gerando grandes expectativas no MONAPE e no setor pesqueiro. Principalmente, pelo compromisso assumido de onze pontos referentes à pesca, sendo o primeiro deles a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), que foi efetivada no dia 1º de janeiro de 2003, data da sua posse e do anúncio do Ministro José Fritsch para assumir a pasta. Segundo Fox (2009), nunca o setor vibrou tanto e teve tantas expectativas depositadas no presidente:

A criação da SEAP [...] trouxe aos pescadores otimismo e esperança. Eles vislumbraram uma oportunidade de finalmente fazer ouvir sua voz, uma vez que, além de pregar uma política pesqueira nacional norteada pelo princípio da produção sustentável de pescado, o novo órgão tinha como eixo central o apóio a pesca artesanal. Seu objetivo era enfrentar a desigualdade social, assumindo a missão de promover o desenvolvimento sustentável (FOX, 2009, p. 1).

Concomitantemente, o Movimento Nacional dos Pescadores lançou o Programa MONAPE 2002 – 2003, financiado pelo ICCO com os seguintes objetivos de curto prazo:

- 1) Maior articulação entre instituições no combate a degradação do meio ambiente diminuição da produção pesqueira;
- 2) Proposta de política específica para a pesca artesanal defendida com ampla participação e mobilização dos pescadores e parceiros;
- 3) Representatividade das direções dos movimentos sociais dos pescadores ampliada, aumentando seu poder de conquistas e pressão política, social e partidária;
- 4) Direitos sociais dos pescadores garantidos e ampliados com a participação da categoria e mais parceiros do MONAPE;
- 5) Maior participação e igualdade das mulheres nas organizações de pescadores, reconhecimento profissional e tratamento das questões de gênero na categoria dos pescadores;
- 6) Combater a criação do turismo antiecológico nas praias das costas, rios, lagoas e florestas;
- 7) Acompanhamento através de diretores das colônias na criação de hidrelétricas;
- 8) Administração da sede nacional e da assembleia eleitoral da nova coordenação.

Quanto aos objetivos de longo prazo, o movimento mantinha como questão crucial a: “Organização dos pescadores do Brasil fortalecida de forma sustentável através de suas economias familiares, fortalecidas com sua proposta de políticas públicas de pesca, garantidas e respeitadas” (TERRAMAR, 2005. p. 2). Em termos gerais, nota-se a manutenção dos mesmos objetivos dos anos 1990, reforçando-os com os termos “economias familiares sustentáveis”. Assim, o discurso do MONAPE converge claramente com o discurso da SEAP, no que diz respeito à busca da sustentabilidade ambiental e social, garantido a produção nos moldes da economia familiar⁷⁰.

Outro aspecto que passou a ser questionado pelo MONAPE foi à necessidade de fiscalizar a especulação imobiliária e a destruição ambiental, provocadas pelo “turismo antiecológico”. Não que essa preocupação fosse nova, pois ela já aparece nos primeiros anos de vida do MONAPE, mas, no contrato com o ICCO ganhou status de objetivo principal, demonstrando que, no início deste século, o MONAPE e seus associados continuavam bebendo da fonte emanada pelo Ecologismo Social e, ainda, que o turismo sustentável era uma prioridade para a agência financiadora internacional.

Entre 2002 e 2003, o movimento contribuiu com as discussões sobre a implantação da SEAP/PR e suas políticas, realizando diversos debates. Participou, ainda, no processo de elaboração e execução do PROAMBIENTE – programa focado na construção de uma política de compensação ambiental para os pescadores artesanais do Brasil. Além disso, marcou presença em 13 conselhos e Grupos de Trabalho (GTs) (TERRAMAR, 2005).

Apesar de não ficar explícito em documentos analisados, acredita-se que ao orientar seus objetivos da forma anteriormente relatada, o MONAPE adere a uma Extensão Pesqueira no viés do desenvolvimento local, na medida em que se articula com outros atores sociais, buscando participar ativamente da discussão, elaboração e implementação de políticas públicas para beneficiar a produção artesanal e intervir na realidade dos pescadores.

Essa postura comprova que, de um modo geral, as ações do MONAPE tiveram um impacto maior no seu reconhecimento como ator social importante na construção de políticas públicas nos governos da região Norte e no Governo Federal (TERRAMAR, 2005). Na realidade, tinha conquistado visibilidade e credibilidade entre as organizações governamentais e não governamentais, que se materializaram em espaços ocupados em conselhos e grupos de trabalho, como o CONABIO, GTN, CONAPE, entre outros. Porém, na opinião do Terramar

⁷⁰ Cf. CARVALHO e CALLOU, 2008, p. 65-76.

(2005, p. 12) enfrentava dificuldades “em dialogar com sua base, dividir representação nestas instâncias e construir de forma coletiva o que vai ser defendido e pautado pelo movimento”.

Embora considerassem importante incidir, por exemplo, na elaboração e definição das políticas da SEAP, lideranças de diversos estados alegavam que tal iniciativa “se concentrou na diretoria do MONAPE e nas entidades do Pará, não conseguindo se transformar em um debate nacional” (TERRAMAR, 2005, p. 8). Outra experiência que tampouco alcançou ressonância foi a participação na construção do PROAMBIENTE, pois o movimento não conseguiu socializá-lo com pescadores de outros Estados (TERRAMAR, 2005).

Paulatinamente, o MONAPE perdia sua representatividade junto aos pescadores artesanais. Não somente porque a categoria não o identificava mais, como representante e defensor de seus interesses, mas, principalmente, porque muitos trabalhadores do mar sequer reconheciam a validade de suas atividades. Ou seja, eles não se sentiam mais parte do MONAPE, nem tampouco se identificavam como agentes na construção de propostas viabilizadas pelo mesmo:

Nas reuniões só se falava essas coisas mesmo, a organização dos pescadores e tal. Isso aí se debatia, aquicultura, carcinicultura. Agora, é assim: debate e depois aquilo pára. É incrível, não toma uma atitude! O que mais o MONAPE fala é especulação imobiliária, mas não vejo tomar uma decisão concreta (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

A participação do MONAPE em Grupos de Trabalho e Conselhos tampouco trouxe resultados efetivos para a categoria, pois, na visão do Terramar (2005, p. 8): “muitas vezes nesta aparente democratização das políticas públicas, a participação dos movimentos sociais servira apenas para dar legitimidade às decisões do governo”. Por isso, embora o MONAPE tivesse avançado na construção de seu reconhecimento, não progrediu “na construção de ações voltadas a socialização de informações e estratégias com sua base, restringindo o impacto de suas ações” (TERRAMAR, 2005, p. 9).

De fato, o repasse de informações era um grave entrave, pois ao comprometer o sistema de comunicação da organização, os pescadores ou suas lideranças inviabilizavam o avanço político do MONAPE nos seus respectivos estados. Tratava-se de uma fragilidade no capital humano do movimento que incidia diretamente na construção do seu capital social, como se pode inferir da seguinte fala:

Uma coisa que acontece muito é a questão de repasse. Não o repasse de recursos, mas o repasse de informação [...] No caso, a gente foi para a assembléia do MONAPE. Lá recebeu a informação do MONAPE, foi feita a coordenação, foi eleito secretário, foram 12 pessoas. Só que esse grupo ao voltar, eles não se sentaram para darem os passos seguintes, que eram repassar para as demais colônias, aos

demais pescadores, o que tinha acontecido, qual era a perspectiva de futuro que na assembléia foi tirado etc (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Outro fator que pescadores apontam como causa pela desarticulação regional e nacional do MONAPE é sua transferência, desde o início dos anos 1990, para o Norte do país. Na realidade, o movimento fixou residência na capital do Pará, Belém, onde permaneceu até 2005, quando foi transferido para São Luiz, no Maranhão. Somente em 2008, mudou-se para o Ceará, conforme conta o pescador José Alberto de Lima Ribeiro, ex-presidente do MONAPE:

Com a minha chegada na presidência e não tendo mais recursos para pagar o aluguel da sede em São Luís mudou-se para o Ceará. Eu procurei fazer uma parceria com quem tinha mais convivência, o CPP do Ceará, mas não foi possível. Mas consegui fazer com o Instituto Terramar para emprestar provisoriamente o seu endereço para o MONAPE. Ou seja, no momento nós não temos sede própria (JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO, fev, 2010).

Lideranças e assessores consideram que a longa permanência da sede do MONAPE na região Norte do Brasil acabou incidindo no seu desempenho e prejudicando, inclusive, a comunicação da coordenação com resto do país e as atividades em outros estados. Isso porque, embora existisse uma sede que possibilitou uma rotina de trabalho e a socialização de informações, não houve por parte da coordenação do movimento uma estratégia definida de comunicação interna que promova um fluxo mais eficiente de conhecimentos e informações, gerando um sentimento de co-participação entre os pescadores, conforme revelam as seguintes falas:

A transferência do MONAPE para o Pará provocou mudanças na relação dos pescadores nordestinos com o movimento, porque o trabalho ficou quase que exclusivo para a região Norte (JOSÉ CARLOS DINIZ, fev, 2010).

No começo tiveram muitas reuniões, folhetos, tinha várias divulgações. A gente pedia os boletins e repassava para os pescadores. Mas, quando o MONAPE mudou para o Norte aí parou toda manifestação, porque não se sabia de nada, não tinha divulgação nenhuma (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Além da centralização no Norte do país, o Instituto Terramar (2005, p. 8-9) identificou outros aspectos prejudiciais à gestão do MONAPE, entre 2002 e 2003. Um deles foi o Telecentro de Belém⁷¹, que sendo uma ação pontual “poderia ter sido construída e gestada por um movimento ou entidade local”. Ou seja, a coordenação do MONAPE envolvia-se com

⁷¹ O Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) é resultado de um esforço do Governo Federal, de coordenação do apoio aos espaços públicos e comunitários de inclusão digital. O apoio é dado em conexão, computadores, bolsas de auxílio financeiro a jovens monitores, e formação de monitores bolsistas e não-bolsistas que atuam nos telecentros. O objetivo é oferecer condições ao aperfeiçoamento da qualidade e à continuidade das iniciativas em curso, assim como à instalação de novos espaços. Cf. <http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros>

projetos menores e locais, no lugar de se preocupar com ações e atividades maiores e regionalizadas, voltadas para a construção de parcerias e fortalecimento das entidades de base, conforme confirmado na seguinte fala:

Claudionor, Preto, Aladim e Boca...cada um de uma comunidade diferente estava na liderança da associação nas suas comunidades. Nesse período, os pequenos projetos foram geridos por essas associações, já que não tinha mais CAPAB (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Mais uma vez, nota-se que os interesses pessoais, locais e partidários sobrepõem-se aos interesses nacionais do movimento. Outro aspecto alvo de críticas foi a intervenção do MONAPE junto às pescadoras artesanais. Embora fosse visível a construção de seminários voltados para esse público, o movimento não possuía uma estratégia metodológica, bem como registros que possibilitassem a leitura quantitativa e qualitativa da participação das mulheres tanto na definição das pautas do movimento como nos cargos de direção. Também questionavam-se a falta de procedimentos e mecanismos administrativos de controle, dentre eles, o registro de atividades e organização de documentos (TERRAMAR, 2005).

Na visão do Terramar (2005, p. 11), a restrição das decisões e informações em mãos de uns poucos diretores do MONAPE e a ausência de divisão de tarefas – inclusive administrativas - provocaram dois processos: um referente à sobrecarga de atividades no coordenador e outro relacionado a não construção de co-responsabilidade entre seus membros.

Ou seja, o coordenador se desdobrava para executar várias atividades administrativas, além da representação e articulação política em diversas instâncias, que incidiam sobre as políticas públicas, e a articulação nacional dos pescadores. Enquanto isso, os outros responsáveis não assumiam as tarefas necessárias para o bom andamento do movimento.

A justificativa para essa sobrecarga era a ausência de verbas e financiamentos que permitissem a formação e profissionalização de mais pessoas da coordenação executiva para realizar tarefas (TERRAMAR, 2005). Trata-se de um grave erro do MONAPE em termos de mobilização social, pois, de acordo com Henriques (et. al, 2007, p. 21) a *co-responsabilidade* existe “quando o público age por se sentir responsável pelo sucesso do projeto, entendendo sua participação essencial ao todo”. Sem a vinculação dos públicos (interno ou externo), no nível da co-responsabilidade, os objetivos não são alcançados conforme se constata no seguinte relato:

Josefa [...] não teve suporte. Ela foi para a assembléia, foi uma eleição importante, várias vezes a gente sentou com ela, com o pessoal para discutir, para fazer um planejamento. A gente sentou com ela aqui uma vez em janeiro, durante as férias, a gente sentou com Gilmar, Joana, com Ricardo e com ela. A gente tentou fazer um

roteiro para ela mandar para a coordenação para ver se pegava um recurso para fazer o trabalho dela no Estado. Ela passou três anos e não conseguiu fazer nada (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Essa falta de co-responsabilidade e identidade com o MONAPE pode explicar o motivo pelo qual a pescadora, Josefa Ferreira, liderança de Cabo de Santo Agostinho-PE e ex-membro da coordenação do movimento, se negou a falar sobre o assunto quando requisitada entrevista para esta pesquisa. Retomando a discussão sobre a dificuldade do MONAPE na captação de recursos, a coordenação usava esse argumento para justificar sua desarticulação – inclusive no que se refere à comunicação –, pois, segundo os coordenadores na época, “o volume de recursos captado nunca chegou a 40% do planejado” (TERRAMAR, 2005, p. 13), o que segundo eles inviabilizava a realização de todas as atividades previstas.

Ao que parece, o baixo fluxo de informações de fato estava relacionado aos cortes orçamentários sofridos pelo movimento nesse período, trazendo a necessidade de proibir o recebimento de chamadas a cobrar. “Como o telefone [...] era o meio mais usado para se comunicar com os membros e sócios nos estados, as ligações diminuíram significativamente e com estas a troca de informações” (TERRAMAR, 2005, p. 11). Veículos de comunicação dirigida aos pescadores artesanais, como o boletim *A Voz dos Pescadores do Brasil* e, inclusive, a construção de um *site*, embora estivesse no planejamento anual do MONAPE, não se efetivaram e a última tiragem do boletim data de abril de 2001, enfraquecendo ainda mais o sistema de comunicação interna da organização.

No início dos anos 1990, o movimento contava com apoio financeiro do CPP e mesmo de entidades de cooperação internacional. Mas, segundo o Terramar (2005) perto do final do milênio o perfil desse financiamento mudou e a relação com as agências de cooperação diminuiu. Nesse contexto, a participação do governo federal aumentou, principalmente através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cujos recursos representavam uma parcela significativa do orçamento do MONAPE. Para o instituto Terramar (2005), essa mudança no quadro de financiadores revelava uma contradição:

Ao mesmo tempo, que o Movimento consegue diversificar as fontes financiadoras e aportar dinheiro brasileiro para a realização de suas atividades – conquista rara dentro do contexto de trabalho de ONGs e movimentos sociais – sofre as dificuldades impostas pelos trâmites e prioridades do governo, relativos aos contingenciamentos orçamentários, aos entraves burocráticos e a restrição de recursos para regiões específicas, a exemplo da Amazônia. Limitando, assim, a autonomia e a credibilidade do Movimento, cuja agenda tem sido com frequência modificada em função destas dificuldades (TERRAMAR, 2005, p. 13).

Ao estudar movimentos sociais no Brasil, no século XXI, Gohn (2003) ajuda na compreensão da situação administrativa do MONAPE, a qual acaba tendo sérias implicações

políticas. Segundo essa autora, nos anos 1990 o que era ocasional se institucionalizou e os movimentos foram convocados a serem parceiros e aliados do poder. Aqueles mais combativos – a exemplo do próprio MONAPE - encontravam-se fragilizados e fragmentados pela crise de identidade e disputas internas, não tendo mais garantias de participação.

Precisaram, portanto, se adaptar às exigências das parcerias, pois fora das políticas públicas não havia recursos já que os financiamentos internacionais escassearam. Nesse sentido, diz Gohn (2003, p.32): “o Estado tem definido linhas de atuação aos movimentos à medida que cria programas sociais, com subvenções e financiamentos. A questão está na postura que o movimento adota perante essa realidade”.

Entretanto, contrariando a informação de que a maior parte dos recursos era proveniente do Governo Federal, a Auditores e Consultores em Demonstrativos Financeiros (Audicon) revelou que, entre janeiro de 2002 e dezembro de 2004, o ICCO doou ao MONAPE recursos no valor de 203 mil reais. Já a organização Desenvolvimento e Paz doou, entre janeiro de 2002 e maio de 2003, 41 mil reais. Por sua vez, o Ministério do Meio Ambiente destinou apenas 100 mil reais, entre janeiro e dezembro de 2003. Ao todo, o MONAPE recebeu recursos da ordem de mais de 350 mil reais, no período de janeiro de 2002 e dezembro de 2004, parcialmente destinados para o cumprimento do Programa MONAPE 2002 – 2003.

Essas informações revelam que o MONAPE adotou uma postura de conformismo e comodidade, adequando-se para atender às demandas governamentais e viabilizar recursos para suas ações. Em contrapartida, teve de se submeter a uma série de imposições e, inclusive, a utilizar as verbas em áreas priorizadas pelo Estado e não pelo movimento. Essa conjuntura, só pode ser entendida a partir dos interesses político partidários dos coordenadores do movimento, já que como posto aqui a maior parte das verbas ainda provinha do exterior.

A centralização das ações e atividades em poucas lideranças e em uma área geográfica, a priorização de interesses individualistas político partidários, a falta de repasse de verbas para viabilizar trabalhos nos estados e, ainda, a falta de repasse e circulação de informações do MONAPE pelos representantes em seus respectivos estados podem ser apontados como as principais causas para a desarticulação nacional do movimento.

Ao que parece, o capital social e o capital humano do MONAPE tinham sido construídos apenas sob os alicerces governamentais e não governamentais e, portanto, não foram capazes de viabilizar um projeto de desenvolvimento local sustentável para as comunidades pesqueiras. Sem a “energia coletiva” gerada pelos pescadores artesanais – pilares do movimento - tornou-se impossível viabilizar o avanço do MONAPE e a progressiva organização de suas bases.

5.4 A Articulação dos Pescadores e Pescadoras do Brasil: renovação ou ruptura?

Em 2003, o Governo Federal realizou a I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, sob o comando da SEAP/PR, com o objetivo de debater o projeto político da secretaria e aprovar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca do Brasil (COSTA, s.d). O evento mobilizou pescadores do todo o país, tendo sido antecedido por 27 conferências estaduais, que elegeram seus delegados para a Conferência Nacional.

Era um marco histórico para a categoria, pois nunca no Brasil o setor tinha sido tão movimentado pelo poder público, conseguindo reunir milhares de pescadores. De acordo com Costa (s.d) foram eleitos em torno de mil delegados e delegadas, dos quais 90% representavam a pesca artesanal. As propostas debatidas e aprovadas no evento foram publicadas no Caderno de Resoluções, com as diretrizes da atuação da SEAP nos próximos dois anos (BRASIL, 2004).

Ainda com apoio da SEAP é realizado, em 2004, o I Encontro Nacional de Pescadoras Artesanais, cujo tema foi *Rumo a Superação das Desigualdades Sociais*. Fox, Alves, Callou (et al, 2009, p. 129) estimam que dez mil mulheres se envolveram nas reuniões preparatórias nas comunidades, até os encontros estaduais, onde escolheram 463 representantes que participaram do evento nacional. “Pela primeira vez na história do Brasil e da América Latina as mulheres trabalhadoras da pesca e da aqüicultura se reuniram para debater seus problemas e apresentar suas propostas de solução”. O objetivo do encontro era reconhecer o trabalho das mulheres na pesca e aqüicultura como uma atividade produtiva regulamentada por normas e registrada em decretos, portarias e leis. Reconhecer, inclusive, esse trabalho como uma atividade familiar.

Em 2006, a SEAP realizou a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca marcada pela solicitação da plenária para que fosse criado o Ministério da Pesca e Aquicultura e, ainda, pelo “descontentamento do setor pesqueiro e aquícola com a atuação do IBAMA, deixando claro após uma manifestação massiva dos presentes em plenária final, que defendeu e aprovou uma proposta na qual a SEAP-PR além de ser responsável pelo fomento e desenvolvimento da pesca e da aquicultura, assumisse a fiscalização e o licenciamento da atividade” (SOUZA; REGO, et. al, 2009, p. 2).

O MONAPE participou das duas conferências e do encontro das mulheres. Em entrevista para esta pesquisa o atual presidente do movimento, José Alberto de Lima Ribeiro (fev, 2010), declarou que nesses eventos as lideranças perceberam a necessidade de terem um movimento forte e articulado. Isso demonstra que o MONAPE, da forma como estava, não era

mais representativo da categoria. Para se ter uma ideia, no relatório do Encontro da Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras (2005), consta o seguinte de argumento:

O ponto de despertar para a Articulação foi a Conferência da Pesca, onde foi vista a necessidade dos pescadores estarem organizados e a Articulação tem o papel fundamental para isto e o CPP deu muita força para a criação desse espaço. A Articulação deu força para a luta de retomada do MONAPE (ARTICULAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 4).

Ainda em 2004, lideranças do Norte e Nordeste reuniram-se no Encontro de Capacitação do CPP, em Olinda-PE. Nesse evento, continuou o questionamento em torno da falta de uma articulação nacional verdadeiramente comprometida com os pescadores artesanais, e, ainda, que o MONAPE e a Confederação não tinham articulação entre si. A reflexão dos pescadores girava em torno da seguinte questão: “O MONAPE igualmente à Confederação virou uma simples ONG. É esse o modelo que queremos?” (ARTICULAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 2)

O sentimento geral dos participantes, dentre os quais se destacavam as lideranças da Bahia, Ceará e Pernambuco, como as mais fortes e de maior representatividade, era o de “substituir o MONAPE, mas de articular-se com o mesmo e, também, resgatar o Dia Nacional da Luta de Pescadores” (CPP, 2005, p. 1). A representatividade do movimento junto aos pescadores artesanais era finalmente posta em xeque, ficando explícita a urgência de retomar ou extinguir de vez o MONAPE, como revelam falas de pescadores registradas em relatório do CPP e, ainda, de um agente pastoral durante entrevista para esta pesquisa:

Dentro da Articulação tinha duas visões. Uma era de resgatar o MONAPE, de retomar o MONAPE. E outra visão era que o MONAPE não tinha mais futuro. E isso deveria ser potencializado em outro movimento (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010)

Precisamos ter clareza do modelo de movimento que queremos para não reproduzir o que temos hoje, que não atende às necessidades da categoria (CPP [pescador], 2005, p. 2, interpolação nossa).

O sentido é que a Articulação não priorize a burocratização e sim dê forças às lutas das comunidades, à base e aos pescadores e pescadoras (CPP [pescador], 2005, p. 2, interpolação nossa)

O MONAPE não está mais ligado à base e não interessa mais incentivar a luta e as conquistas da base (CPP [pescador], 2005, p. 4, interpolação nossa).

O descrédito do MONAPE, entre as bases, se devia a suspeitas de malversação de verbas e ao uso do movimento como fonte de emprego, palanque político ou, mesmo, projeção pessoal, conforme revelam as seguintes falas:

Certa vez numa reunião do MONAPE eu disse que o MONAPE era só banco de emprego. Salário alto! (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Quando nós chegamos lá, era tanta da gente que se dizia que trabalhava para o MONAPE, que era empregado que a gente não conhecia. Então você vê que teve um problema muito sério, muito sério mesmo (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Não foi feito mais relatório de prestação de conta (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Uma das ações coletivas definidas pela recém formada Articulação Nacional foi o resgate do “Grito da Pesca” para marcar o Dia Nacional da Pesca, comemorado em 22 de novembro. As lideranças de cada estado ficaram responsáveis por discutir e realizar articulações locais nessa data, com o objetivo de unir forças em torno do novo movimento. Segundo o agente pastoral Severino Antônio⁷², na Bahia o “Grito” foi o mais forte e rendeu a saída do superintendente da SEAP nesse Estado.

A bandeira de luta estava centrada nas questões ambientais, dando prioridade ao combate ao hidronegócio e a Transposição do Rio São Francisco (ARTICULAÇÃO NACIONAL, 2005). A Articulação surge, assim, como uma manifestação do descontentamento dos pescadores com a desunião e desorganização geral da categoria, com os rumos tomados pelo MONAPE e, ainda, com a postura passiva da SEAP/PR frente aos problemas enfrentados pelos pescadores artesanais. Nas falas das lideranças vislumbra-se o tipo de movimento pelo qual a categoria anelava:

- Que venha realmente representar os pescadores e pescadoras
- Não falar em nome, mas estar junto
- Que dê apoio às lutas concretas dos pescadores e pescadoras
- Que não seja cabide de emprego
- Que esteja junto às comunidades articulando e orientando
- Que tenha um perfil articulador e mobilizador
- Que aglutine bandeiras de luta
- Com a participação das bases atenda as demandas das articulações estaduais
- A direção do movimento seja dada pelos pescadores e pescadoras
- Que se articule com outras forças do setor pesqueiro
- Os movimentos locais sejam instâncias de decisões
- Que consiga expressar as angústias e gritos
- Os pescadores e pescadoras tenham um sentimento de pertença
- A inserção de grupos a partir dos compromissos e experiências dos pescadores e pescadoras (ARTICULAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 8).

Quanto às bandeiras de lutas iniciais, as mesmas foram sistematizadas pela Articulação conforme descrição no quadro 3:

⁷² Informação verbal fornecida durante entrevista com a pesquisadora no Recanto do Pescador, sede do CPP Nacional, jun. 2009.

Quadro 3: Bandeiras de Luta do MONAPE

MEIO AMBIENTE	ORGANIZAÇÃO	LEGISLAÇÃO	DIREITOS
* Transposição do Rio São Francisco * Carcinicultura * Fiscalização * Terra e Água	* Ações da SEAP * CNP * Identidade e Valorização dos Pescadores (as)	* Código de Pesca * Reforma Sindical * Recadastramento	* Crédito e Investimentos * Documentação

Fonte: Relatório do Encontro da Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (2005)

Centrados nas noções de território, identidade e sustentabilidade, esses pontos revelam as atuais demandas dos pescadores artesanais brasileiros, da mesma forma como Diegues (1998) descreve as reivindicações das culturas tradicionais, que vivem em intensa relação com a natureza. Nesses termos, é possível dizer que a Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais contempla dimensões ligadas ao desenvolvimento local, se contrapondo claramente à lógica de desenvolvimento baseado na economia de mercado descrita por Oliveira (2001, p. 24), isto é, como geradora de “novos empregos, aumento de renda, de segurança, da convivialidade. Entre iguais. E distância dos desiguais”. Trata-se, assim, de um desenvolvimento local contrário aos processos dominantes, que busca melhorar a qualidade de vida dos pescadores, a partir das suas próprias características endógenas, respeitando seu modo de vida e preservando a natureza.

5.5 A retomada do MONAPE: crise e incredulidade

Em 2005, o MONAPE completou dezessete anos de trabalho e, embora destacasse seu reconhecimento entre os órgãos governamentais nacionais e internacionais, tinha poucos motivos para comemorar no que se refere às suas bases. Mesmo tendo avançado na realização de estratégias de comunicação dirigidas à construção desse reconhecimento “não avançou na construção de ações voltadas à socialização de informações e estratégias com sua base, restringindo o impacto de suas ações” (TERRAMAR, 2005, p. 9).

A partir dessa constatação, após ter avaliado o desempenho do MONAPE, entre 2002 e 2003, o Instituto Terramar (2005) fez uma série de recomendações com relação às estratégias do movimento e seus veículos de comunicação dirigidos aos pescadores artesanais, dentre as quais consideramos importantes mencionar:

- Recomendamos a institucionalização de procedimentos que determinem o fluxo de informação [...] (destaque para construção de modelo de relatório e registros e de agenda de socialização de documentos e informação com os integrantes do Movimento nos vários estados;
- A retomada da circulação do jornal do MONAPE e da construção do site constituem ações importantes no sentido da democratização de informações;

- [...] recomendamos também a definição de estratégias, instrumentos e mecanismos (formulários, fichas de registros, quadro de avisos, cronograma de reuniões, agenda coletiva), que permitam a construção de uma sistemática administrativa e de troca de informação dentro da sede do MONAPE;
- Recomendamos uma maior atenção na formação de opinião pública, ou seja, construir estratégias que melhorem o fluxo e a frequência de informações entre o Movimento e a sociedade.
- Um primeiro passo pode ser a contratação de uma assessoria de comunicação que facilite a elaboração de um plano de comunicação, que inclua a construção e alimentação de um site e a produção de releases periódicos para a imprensa, notas públicas, jornais, boletins, entre outros.
- O site seria o lugar onde as ações, bandeiras e agendas do MONAPE seriam divulgadas sistematicamente.
- Outra estratégia seria a parceria com as assessorias de imprensa de redes consolidadas, a exemplo do FBOMS e do GTA, ou com as universidades, oferecendo estágios para estudantes de comunicação (TERRAMAR, 2005, p. 17).

Para além das críticas dos assessores externos, é importante salientar (como já comentado anteriormente) que o MONAPE sempre teve uma preocupação muito grande, no que se referia a sua comunicação. Tanto com os pescadores quanto com o público externo (assessores, mídia, órgãos governamentais, políticos etc), o movimento deu ênfase às estratégias *aproximativas*, isto é, aquelas em que se exige uma presença física e o contato direto e pessoal, gerando-se maior empatia e identidade por trazer os públicos para junto da organização. A comunicação *oral* também ocupou lugar privilegiado nas estratégias comunicacionais do MONAPE, especialmente através de telefonemas, conversas face a face, reuniões, visitas, entre outros canais, que facilitaram a troca de informações, a divulgação de suas reivindicações, denúncias, entre outros.

Apesar de ter colocado a comunicação como fator estratégico para o avanço do movimento, prevendo investimentos em planos de comunicação registrados em todos os seus projetos, a partir de 1994, o MONAPE nunca conseguiu que o seu sistema de comunicação funcione de forma sistêmica e organizada. Mesmo as visitas, reuniões e similares com os mais diversos públicos dependiam de inúmeros fatores, principalmente o financeiro, e não eram regulares.

A mesma coisa pode ser dita sobre os veículos de comunicação *escritos*, a exemplo dos boletins *Monape Notícias*, *Boletim do Monape*, *A Voz dos Pescadores* e da revista *Pescando e Lutando*. Esses veículos nunca tiveram uma edição, circulação e tiragem ideal aos seus objetivos, tornando-os rapidamente obsoletos e inúteis para a organização das bases e circulação das informações.

Afinal de contas, como Henrique e Maфра (apud Henriques, 2007, p. 19) salientam a mobilização, para ser bem sucedida, não depende apenas da simples difusão de informação. Embora a visibilidade e divulgação na mídia ou em veículos de comunicação dirigida interna

ou externa sejam decisivos “é necessário um esforço permanente para colocar as questões no campo dos *valores*, dos elementos simbólicos com os quais as comunidades operam”.

Entretanto, deve-se ponderar ao fazer críticas ao MONAPE nesse sentido, pois no caso do Norte e do Nordeste do país, onde as principais atividades do movimento se centraram nas últimas duas décadas, existem fatores como a pobreza de caráter endêmico e de natureza estrutural “onde se complementam de maneira perniciosa a concentração de renda e a concentração de terras, [além da] degradação ambiental, a crise do emprego formal com engrossamento das fileiras do mercado informação e o desmonte do Estado tradicional alinhado com o pensamento neoliberal do Estado mínimo” (PERUCCI, 2007, p. 31, interpolação nossa).

Retomando a discussão sobre as atividades do MONAPE em 2005, o movimento realizou uma assembléia geral de eleições no dia 20 de agosto. Esvaziado e desacreditado, o movimento reuniu 87 delegados do Norte e Nordeste, sob a coordenação de José Alcides Barbosa do Santos, elegendo a *Chapa da Esperança* (MONAPE, 2006). O grupo vitorioso era composto pelos pescadores José Carlos Diniz, do Maranhão (presidente); José Alberto de Lima Ribeiro, do Ceará (vice-presidente); Fernando Ferreira Pinto, de Alagoas (1º Secretário); Joana Rodrigues Mousinho e Josias Clementino de Jesus, de Pernambuco (2ª Secretária e Tesoureiro, respectivamente).

Agentes pastorais consideram que a retomada do MONAPE por parte das lideranças nordestinas foi fruto do trabalho iniciado pela Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras. Entretanto, o objetivo da Articulação não era esse, e sim o de animar os pescadores a enfrentar e resolver seus problemas, pois na época “precisavam de ajuda, porque a relação com a SEAP estava muito complicada, principalmente com relação às carteiras de trabalho” (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Ao se sentirem mais fortes e articuladas, as lideranças do Nordeste decidiram de última hora participar da assembléia de eleição. Com apenas mil reais no bolso e sem nenhuma estratégia pré-definida, quatro pescadores saíram do Recife rumo ao evento, em Terezinha-PI, e conseguiram tomar a direção do MONAPE. A disputa foi acirrada e envolveu uma série de negociações:

Aí a gente não aguentou, não tava mais aguentando, se organizou, organizou o Nordeste e tomou o MONAPE para o Nordeste. Mas a eleição foi eleição ‘cerrada’, a gente lá em Terezinha, foi de madrugada...Oia...pshi pshi pshi...por debaixo dos panos, conversando para a gente ganhar a eleição. Porque a turma que tava com o MONAPE não estava preocupada com o pescador, estava preocupada com o poder. Poder e dinheiro no bolso (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Com a retomada do MONAPE, os líderes de pescadores nordestinos ganharam novos brios e encheram-se de esperança no sentido de reorganizar e mobilizar a categoria, nacionalmente, conforme editorial publicado na primeira edição do *Boletim do Monape* (2006):

A luta dos pescadores artesanais do Brasil pela garantia dos seus direitos, passa pela tomada de direção de seu órgão de classe, e é dentro dessa perspectiva que o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE surge e trava suas bandeiras de luta. Com este objetivo é que a nova Coordenação do MONAPE está buscando resolver as pendências encontradas, e aos poucos ir dando nova vida de se organizar, onde os estados devem se fortalecer cada vez mais. Fazer funcionar as Coordenações Estaduais para que as lutas aconteçam de forma sincronizada, e consigamos envolver todos na construção deste movimento é uma das nossas grandes tarefas (BOLETIM DO MONAPE, 2006, p. 1).

Entre 2005 e 2006, a nova coordenação se ocupou de (re) estruturar a sede em São Luís, no Maranhão, e de criar instrumentos de controle e gestão, como um programa de contabilidade, roteiro de relatórios de atividades, monitoramento e prestação de contas. Além disso, o MONAPE enviou carta com ficha de cadastro para todas as organizações associadas, com a finalidade de atualizar esse controle (BOLETIM DO MONAPE, 2006). Essa informação é corroborada pelo atual tesoureiro do movimento da seguinte forma:

Nós mandamos uma ficha de filiação das colônias para atualizar, dizendo quantos sócios tem de homem, quantos tem de mulheres, pedindo tudo para a filiação. Muitos mandaram e outros não mandaram. Tentamos fazer uma parceria mesmo fechada, onde nós tínhamos endereço do Norte, Nordeste e do Sul nós mandamos. Enviamos também para outras entidades lá fora (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

O MONAPE também renovou parcerias com o Instituto Terramar, o CPP e, ainda, o Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará. Promoveu o Grito da Pesca Artesanal e participou da elaboração do documento sobre Pesca no Brasil, com propostas para o segundo mandato do Governo Lula. Também fez parte de organizações, como CONAPE, Fórum Mundial Dos Pescadores, CONABIO, Comitê Gestor do Programa Comunidades Tradicionais Agroextrativismo, GT Lagosta/Ibama etc. Essas foram algumas das atividades do novo grupo que comandava o movimento (BOLETIM DO MONAPE, 2006).

Essas ações sinalizavam claramente a favor do viés do desenvolvimento local, com o MONAPE atuando novamente como gestor de processos comunicacionais (re)construindo uma rede relações sociais interna e externa, animando a participação cidadã dos pescadores e a co-responsabilidade de outros atores sociais para melhorar as condições de vida dos pescadores artesanais e constuir uma sociedade mais sustentável e com equidade social.

Apesar das boas intenções das lideranças da região Nordeste, alguns pescadores não reconheciam a nova coordenação, tomando para si atribuições que não lhes competia. Exemplo disso foi a carta enviada, em 2006, ao presidente Lula, manifestando apoio irrestrito à reeleição presidencial. Intitulado *Lula de Novo com a Força dos Pescadores e Aquicultores*, o documento (MONAPE, 2006, p. 1) reafirmava o compromisso e apoio de “homens e mulheres que vivem da pesca e aqüicultura”.

Assinada pelo CNP, CONAPE, ABRAQ, MONAPE e outras entidades, a carta reivindicava: “o fortalecimento e a modernização do setor pesqueiro, os investimentos da produção por meio do desenvolvimento sustentável da aqüicultura e a inclusão social e econômica dos pescadores artesanais”. A demanda de modernização da pesca é um ponto que chama a atenção, pois o MONAPE, até então, sempre tinha defendido o incentivo e apoio do governo à pesca artesanal e o reconhecimento do regime de economia familiar. Curiosamente, o documento foi emitido em Belém, apesar da coordenação do movimento estar sediada na época em São Luís. A esse respeito, lideranças e agentes da Pastoral dos Pescadores em Pernambuco comentam:

Eles cometeram um erro fatal. Eles foram para a assembléia, elegeram nova coordenação do MONAPE e, ao invés da coordenação ir para o Pará para tomar posse do que tinha no MONAPE, cada um voltou para casa, cada um ficou na sua. E o pessoal que estava na coordenação ficou de fazer o relatório, fazer isso e aquilo outro (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Quando a gente do Nordeste teve eleição que eu vim saber disso no final do ano passado, dessa assembléia, que mesmo sendo o presidente já eleito, mas continuava [...] Alcides assinando documento (JOANA MOUSINHO, jan, 2010)

Ainda em 2006, a estrutura de gestão do MONAPE ficou dividida em coordenações estaduais, conselho deliberativo, diretoria executiva nacional e secretaria executiva. Sua área de atuação abrangia os estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Tocantins, Piauí, Pará, Amapá, Paraíba e Sergipe. Contava ainda com articulações no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina (BOLETIM DO MONAPE, 2006). Era um claro exemplo que a nova coordenação esforçava-se em (re)organizar as bases e retomar o movimento.

Enquanto Agência Implementadora do Programa Comunidades Tradicionais Agroextrativismo, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o MONAPE também conseguiu aprovar 16 projetos, no valor de 5 mil reais cada, destinados a dez organizações do Maranhão e seis do Ceará. A finalidade era contribuir para “fortalecer e estruturar a pesca por meio da aquisição de apetrechos de pesca, aquisição e/ou conserto de pequenas embarcações,

aquisição de redes, comercialização solidária, reflorestamento, dentre outras iniciativas” (BOLETIM DO MONAPE, 2006, p. 3). Em entrevista, o atual tesoureiro do movimento revelou o processo dessa parceria:

Nós conseguimos um projeto pequeno, que era para se estender dentro e fora do Nordeste, mas que foram só uns projetozinhos que as pessoas foram beneficiadas, de Fortaleza, de São Luís. A previsão era para que, quando nós prestássemos contas disso aí, no segundo semestre, ia se fazer mais projetos que iam ser aprovados. De 16 ia se passar para 32 e aí ia passando para os outros estados. A gente tinha uma previsão de trabalhar Pernambuco, Piauí e Tocantins. Era um projeto do governo federal para comprar redes, tanques de redes para criação de peixe, para arrumar a sede, para construir um galpão. Negócio para comprar material, tecer redes, essas coisas pequenas, mas que ajuda a comunidade (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Quando o MONAPE parecia finalmente ter tomado um novo rumo, alguns acontecimentos relatados em Carta Aberta revelaram as dificuldades enfrentadas pela diretoria e a crise sem precedentes do movimento (MONAPE, 2008). A origem dos problemas, segundo os atuais coordenadores, estava em Belém-PA, onde a sede permaneceu até 2005. Quando a nova coordenação foi tomar posse dos documentos e se inteirar do funcionamento da sede, encontrou resistência das lideranças locais, conforme descrito no depoimento a seguir, que embora seja longo vale a pena reproduzir, pois revela em detalhes os acontecimentos da época:

Quando eu fui para lá, passei 20 dias. Eu comecei a pressionar o pessoal para passar tudo pra nós. Pedindo tudo o que é da minha ossada. Pedindo tudo o que é meu. Eles não entregaram nada. O secretário também pediu tudinho e eles não entregaram, porque nós tínhamos direito, porque fazíamos parte da direção do MONAPE, como a gente era da diretoria, e eles não entregaram nada. Quando eu vim para cá e Fernando [do Conselho Deliberativo] foi para Maceió, com dois dias arrombaram a sede, levaram tudo, levaram os computadores da sede de Belém. Levaram o computador que você chegava na hora, onde foi arrombado o negócio e você sentia que foi gente que tinha entrado e que fez aquilo. Isso foi no primeiro ano de governo [...] assim que mudou a direção para o Nordeste. Nós tomamos a direção e não repassaram documento nenhum para nós. Pelo contrário, deram sumiço em tudo. E aquela coisa, eu tenho essa chave que abre a porta, tem uma grade por dentro e outra por fora, ou seja, duas grades com cadeado e uma porta. Só foi arrebitada uma chave, a da porta. As outras das grades não foram arrebitadas nada. (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010, interpolação nossa).

Além dos equipamentos e documentos, também desapareceram a lista de presença dos participantes da última assembléia, quando a nova coordenação foi eleita e, inclusive, a ata do próprio evento. Segundo relatado na Carta Aberta, os coordenadores encontraram o caixa zerado e uma dívida de aluguel da sede, telefone e funcionários de mais de 8 mil reais. O relatório financeiro e narrativo estava atrasado com o principal financiador – ICCO, que já tinha decidido não destinar mais recursos ao MONAPE.

De acordo com o presidente, José Alberto de Lima (MONAPE, 2008, p. 1, interpolação nossa), levaram “quase um ano para registrar o estatuto por conta das modificações e a lista de presença que desapareceram [e] quase seis meses depois tomamos conhecimento que tinha uma pendência com a CESE e com mais de um ano outra surpresa de duas pendências com o MMA”.

Com a mudança de coordenação, o ICCO deu mais uma oportunidade ao MONAPE e aprovou o projeto *Revitalizando a Organização do Movimento Nacional dos Pescadores*, no total de 120 mil euros, que seriam liberados em três parcelas anuais de 40 mil cada, para o período de 2006 a 2008. O objetivo geral era possibilitar o fortalecimento das bases do MONAPE e seu desenvolvimento institucional. Em contrapartida, o MONAPE oferecia um pouco mais de 43 mil reais (MONAPE, 2006, 2008b).

Um dos objetivos específicos do MONAPE era a implantação de instrumentos, estratégias e procedimentos gerenciais e administrativos para consolidar e fortalecer institucionalmente o MONAPE. Nesse quesito, uma das quatro metas previstas era de “executar um plano de comunicação que contemple elaboração de 12 boletins bimestrais, um *site* alimentado sistematicamente e produção de releases mensais, contratação de jornalista e estagiários [responsáveis pela assessoria de comunicação do movimento]” (MONAPE, 2006, p 5, interpolação nossa). Apesar dessas intenções que dinamizariam o sistema de comunicação organizacional do MONAPE, se tem registro que a nova coordenação conseguiu editar apenas um número do *Boletim Monape*, em dezembro de 2006, conforme revelado na seguinte fala:

Até que nós fizemos um jornalzinho na época, no segundo ano, foi distribuído para o Brasil quase tudo. O que tinha de colônia, de endereço, nós mandamos o jornalzinho, dizendo quem era a diretoria (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Outro objetivo específico visava mobilizar as bases para monitorar e fiscalizar as políticas governamentais propostas para o setor. Nesse quesito, estava prevista a realização de uma campanha de informação e filiação do MONAPE através de cartilhas, *folder*, músicas e outros veículos de comunicação dirigida (MONAPE, 2006). Ou seja, a comunicação continuava sendo vista cada pelo movimento e seus assessores como um elemento vital e estratégico para reerguer o movimento, mobilizar as bases e promover o MONAPE.

Com os recursos iniciais, a sede foi transferida para São Luís-MA, onde o MONAPE pagou as dívidas da gestão anterior e instalou a estrutura física do movimento, contratando uma secretária, uma contadora e destinou uma ajuda mensal para o presidente, tesoureiro e

secretário do movimento (MONAPE, 2008b). Apesar dos esforços de estruturar a nova sede, a falta de documentos e de dados para prestar contas e enviar relatórios ao MMA e ao ICCO fez com que os parceiros suspendessem os financiamentos.

Por conta de desavenças internas e incoerência nas ações, a credibilidade do movimento tinha sido arranhada definitivamente junto aos organismos nacionais e internacionais e, além disso, a desarticulação e desconfiança tomaram conta de vez não só dos pescadores como dos próprios gestores do MONAPE, conforme relevam as seguintes falas:

Confiamos muito, aí de repente desapareceu o computador, a documentação e foi arrombamento sem ser arrombamento. Arrombamento foi a chave abertinha...muito estranho, porque deram muita bobeira. E até hoje ele não prestou conta, né? O Alcides não prestou nem vai prestar conta (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Mesmo a nova direção era posta a prova, inclusive pelos próprios gestores que perplexos e incrédulos duvidavam dos outros membros, como se constata na fala de uma pescadora que na época fazia parte da coordenação:

E também tem o problema depois que Zé Carlos assumiu que saiu ainda esse dinheiro daí e a turma ainda questionou. Foi bem depois que o dinheiro ia só para o Pará [...]. Foi por causa desse dinheiro que eu questionei, porque deram uma prestação de conta lá e eu disse que a prestação de conta estava furada, que tinha assim: gastos 'outros', dez mil e poucos reais. Outros, o quê? Não é estranho? Aí foi quando seu Aquino se levantou e disse que eu tinha mais que ficar calada, que eu era secretária. Ele queria dizer o que? Que eu tinha comido desse dinheiro. Eu nem sabia da existência desse dinheiro! Aí foi quando eu sou muito malcriada e abri a boca e disse um monte de coisa a ele. Depois viu que ele estava errado, que baixou a bola, que o pessoal do MONAPE, do Terramar disse que realmente ele foi infeliz na colocação dele porque eu não sabia o que estava acontecendo. E realmente eu não sabia nem o que estava acontecendo em relação ao dinheiro do MONAPE (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

A falta de recursos fez com que o MONAPE fechasse a sede em São Luiz. Lá ainda permanecem alguns documentos que a nova coordenação conseguiu resgatar e o restante foi enviado tanto para o Ceará, onde está nas mãos do atual presidente, e outra parte está com o tesoureiro, em Porto de Galinhas-PE. Essa situação preocupa os atuais diretores, que se ressentem dos fatos ocorridos e do movimento não ter hoje verbas, nem sede própria, como se pode observar nessas falas:

Ficou o MONAPE sujo. Está sujo e a gente está com a mão atada, como se diz, com o MONAPE sem ter onde ciscar recursos. Está havendo um problema dos estados, das colônias e a gente não tem como ir atrás (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Eu mesmo estou com 20 mil reais meus no bolo, fiz várias viagens de avião, coisas que eu tive que ajudar o MONAPE. Fiz doação para ajudar, para continuar o trabalho. Mas essa semana, até minha mulher estava dizendo: mas Jorge esse MONAPE parou mesmo? Está parado, porque não tem dinheiro. E os 20 mil? Eu disse: minha filha tá nas mãos de Deus, porque o Zé Carlos, de São Luís, que era o

ex-coordenador, ele deu dinheiro para pagar aluguel, água, telefone do MONAPE. O Zé Carlos foi da diretoria junto com nós, porque ele ganhou e [...] saiu para ser vereador e aí o Beto assumiu. Beto também tem uma quantidade de dinheiro no MONAPE (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

5.6 A comissão estadual e as questões ligadas à pesca

Embora estivessem à frente da coordenação do MONAPE desde 2005, ocupando os principais cargos, algumas lideranças de pescadores em Pernambuco sentiam falta da presença do movimento junto às bases, como se isso fosse uma responsabilidade alheia a eles, o que demonstra uma completa falta de identidade e, conseqüentemente, de capital social, nos termos já discutidos neste trabalho. Em 2007, por exemplo, representantes do MONAPE, FEPEPE, CPP/NE e das colônias de Atapuz e Itapissuma reuniram-se com o propósito de discutir a formação de uma coordenação estadual do MONAPE no Estado.

O grupo chegou à conclusão de que nos últimos oito anos não tinha havido sequer uma ação para promover o movimento localmente, o que era extremamente prejudicial “levando em consideração que nem as diretorias mais antigas das colônias de pescadores no litoral têm conhecimento das ações do MONAPE e que um grande número de colônias e associações foram criadas nos últimos dez anos principalmente na região do Sertão” (COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MONAPE, 2007, p. 1).

Nesse sentido, sugeriam a promoção de atividades para apresentar o movimento às colônias e associações do Estado, resgatando a história de luta do movimento e as bandeiras de lutas atuais. Além disso, solicitavam a formação de uma coordenação estadual, sugerindo a realização de um encontro com 40 lideranças de aproximadamente 30 municípios pernambucanos, ainda em 2007 (COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MONAPE, 2007). Joana Mousinho fez parte dessa equipe e explica a importância da iniciativa:

É que muitos pescadores não sabem o que é o MONAPE. O que o MONAPE sempre visou para o pescador: mais liberdade para os pescadores não ficar só dependendo de político para conseguir os direitos [...], porque tem pescador que não sabe nem o que direito, nem o dever. Tem pescador que desde menino que pesca, mas não sabe que hoje tem direito a tirar uma carteira de pesca. Não acaba nunca, esse trabalho de conscientização, de formação, de organização das bases. Esse trabalho nunca acaba (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Não se teve acesso a registros que indicassem se as solicitações das lideranças pernambucanas foram atendidas ou não. Sabe-se, porém, que ao longo de 2007 e 2008, o MONAPE amargou os prejuízos tanto da perda do controle administrativo, quanto da falta de

credibilidade junto aos parceiros, assessores e pescadores artesanais em geral. Portanto, sua penetração em Pernambuco era inexpressiva.

Apesar disso e fazendo jus à descrição de Callou (1986, p. 10) de Pernambuco ser historicamente “uma região fecunda em movimentos populares”, os pescadores e pescadoras artesanais retomaram as lutas e, desde 2004, vêm organizando diversos movimentos sociais no Estado para defender seus direitos e seu modo de vida.

Dentre eles, a *Articulação das Pescadoras de Pernambuco*, criada para mobilizar as principais colônias do litoral e do Sertão do Estado, informando as pescadoras sobre seus direitos e deveres, além de levantar as principais reivindicações das mulheres pescadoras (FOX, ALVES, CALLOU et al. 2009) e, ainda, a *Articulação dos Pescadores e Pescadoras de Pernambuco*, que em 2009 se mobilizou para a realização da I Conferência da Pesca Artesanal, em Brasília-DF.

Outra iniciativa local é o *Movimento dos Pescadores do Estado de Pernambuco* (MOPEPE), que surgiu entre 2007 e 2008, cuja luta principal é combater a poluição dos rios na Região Metropolitana do Recife e Abreu e Lima e que conta com a parceria da organização não governamental *Caranguejo Uçá*, da Ilha de Deus.

Em 2008, também surgiu a *Rede Mangueamar Pernambuco*, que inicialmente se denominava Rede Manglar. Trata-se de uma rede internacional pela preservação de áreas de manguezais, com forte atuação em comunidades pesqueiras do Ceará e do Sul da Bahia, onde combate à carcinicultura. Em Pernambuco contempla pescadores, pesquisadores e ONGs (FÓRUM, 2007).

Outro movimento social que desponta como um dos mais importantes do Recife é o *Movimento Recapibaribe* que, embora seja promovido pelo Movimento para Requalificação do Rio Capibaribe conta, desde 2005, com ampla participação de pescadores artesanais que atuam na área urbana, provenientes de comunidades como: Ilha do Maruim, Colônia Z-1 e Areial de Apipucos. Trata-se de uma iniciativa que congrega diversos setores da sociedade, com o objetivo de protestar contra a poluição do Rio Capibaribe.

Também merece ser citada a *Articulação Popular do São Francisco* que, além de Pernambuco, envolve outros estados do país, os quais são contrários à transposição do “Velho Chico” e lutam pela preservação desse ecossistema tão importante para as culturas tradicionais interioranas que vivem da pesca, entre outros objetivos.

De acordo com o agente pastoral, Severino Antônio⁷³, o ano de 2008 também foi marcado pela privatização das águas, com a implantação da primeira fazenda marinha em águas da União para criação de peixe beijupirá⁷⁴, além da liberação de áreas de água doce para a produção de tilápia, no Rio São Francisco.

Essa conjuntura mobilizou os representantes do MONAPE em Pernambuco que, apesar de não ter sede, nem dinheiro, acompanharam de perto essas ações. Conforme relata o tesoureiro do movimento e também presidente da colônia de Porto de Galinhas, Josias Clementino de Jesus, as lideranças locais vêm realizando esforços para intervir, propor e resolver questões e conflitos ligados à pesca artesanal em Pernambuco, dentre as quais ele destacou as seguintes:

O que vem surgindo é que sempre que tem uma manifestação, o MONAPE sempre está perante. Como teve uma manifestação em Rio Formoso mesmo, sobre o problema da Compesa que ficou jogando água no mangue, em 2006, o MONAPE ficou à frente. Teve aquele movimento urbano que surgiu desde Brasília, que foi a gente que sugeriu e trouxe toda aquela questão para cá. Foi nós que articulamos isso, junto com a Articulação das Mulheres Pescadeiras [...] Alertamos todo mundo aqui [...] Isso começou em 2006, 2007 ninguém sabia e em 2008 jogaram para a gente aprovar, de repente, no meio de março, quando sugeriram o projeto entre Boa Viagem e Pina. Foi quando nós fizemos um documento e entramos na justiça. Foi o MONAPE, o CPP e a Articulação das Mulheres, nós três que fizemos o documento e entramos na justiça contra a fazenda da Aqualíder (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010, interpolação nossa).

Além de dar andamento as atividades do MONAPE em termos de participação e articulação local, representantes do movimento em Pernambuco e seus assessores destacam que acompanharam outras questões estaduais, no âmbito da pesca, a exemplo da criação de Reservas Extrativistas (Resex), como a de Goiana-Acaú e, ainda, as de Sirinhaém e de Rio Formoso, conforme revelam os seguintes depoimentos:

Quando teve a criação da Resex em Goiana–Acaú, que só veio a sair agora em 2007, o MONAPE participou dessa questão. Tivemos várias reuniões lá em Ponta de Pedras, em Acaú, audiência pública em Goiana. Quando digo nós, me refiro ao MONAPE e outras instituições, CPP, colônia, federações. Participamos também da reunião e da assembléia de Sirinhaém e também estamos participando do processo de criação da resex que é de Rio Formoso [...]. Eu até conversei com as meninas [...] do Ibama e disse: olha, a gente está participando e vocês não estão mandando

⁷³ Idem, 2009, p. 97.

⁷⁴ Viabilizado pelo decreto 4.895/03 e a Instrução Normativa Nº 06, de 2004, o Projeto Beijupirá foi pensado junto com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e prevê a produção de 10 mil toneladas anuais do peixe e um investimento de R\$ 10 milhões. A pernambucana Aqualíder, vencedora da licitação lançada pela SEAP, é responsável pela primeira fazenda marinha em águas da União para a criação do peixe beijupirá (*Rachycentron canadum*), em 48 tanques-rede em 12 módulos, num trecho localizado a onze quilômetros da Praia de Boa Viagem, ocupando 2,36 hectares dos 169 hectares que foram concedidos à empresa pela União para exploração por vinte anos, por cessão onerosa. Disponível em: http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id_not=3228. Acesso: 26.11.2008.

nenhum papel para o MONAPE. Assim não adianta acompanhar um trabalho junto com vocês e tem horas que nem o nome do MONAPE aparece. Quer dizer você está indo para encher bola [...] e não aparece o nome. Não quero que o meu nome apareça, mas o do MONAPE (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Na atual conjuntura, com todas as limitações políticas de Jorge ele deu um avanço [...] quando ele diz que está acompanhando a formação de resex, mesmo sem ter motivação, sem ter recursos, mas ele está acompanhando. E ele se identifica como MONAPE [...] E isso foi um avanço político muito grande em Pernambuco, com essa postura de Jorge, sabe? Muito grande! Agora tem limitações porque não é só o Jorge que está representando o movimento (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Outras preocupações do MONAPE dizem respeito à expansão da aquicultura e da carcinicultura no Estado, pois o MONAPE se posiciona contrário a ambas atividades que, na sua visão, prejudicam a pesca artesanal, conforme revela a seguinte fala de um dos coordenadores:

A posição hoje no MONAPE é uma postura crítica contra à aquicultura, à carcinicultura e luta junto ao pescador artesanal. Tem local do Estado que o MONAPE apóia porque têm pessoas no interior, no São Francisco, que eles não trabalham com químico, não agredem o meio ambiente. O que trabalha mais com química é o pessoal do camarão, eles trabalham hoje num tanque e dez anos depois fica tudo um deserto e não se produz mais nada, nada de qualidade, nem camarão, nem peixe, nem aratu, nem caranguejo, nada (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Embora tenham apoiado movimentos sociais estaduais, como a Articulação das Pescadoras e a Rede Manguemar, as ações do MONAPE têm sido pontuais e não contam com uma articulação abrangente, envolvendo outros representantes do movimento, lideranças e pescadores de Pernambuco. Sem sede e dinheiro, a diretoria e parte do conselho administrativo do MONAPE reuniram-se, em 2008, para discutir a conjuntura da época e definir o rumo do movimento (MONAPE, 2008b).

Estavam presentes lideranças do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, além de representantes do Instituto Terramar, Via Campesina, MST, CPP-Bahia/Nacional e RECOPADES. O Instituto Terramar e a Via Campesina foram os facilitadores da análise do contexto para que os pescadores avertissem “o que está acontecendo de bom ou ruim, em nível dos estados, do Brasil e do mundo que mexe com a vida das comunidades costeiras e ribeirinhas” (MONAPE, 2008b, p. 1).

Dentre os fatores apontados pelos pescadores e assessores estavam: 1) A contínua perda de território, devido à especulação imobiliária para o turismo de massa; 2) Perda de uso e livre acesso às águas públicas (mar, rios, açudes, lagoas e lagos), devido ao agronegócio e hidronegócio; 3) Aumento da pesca predatória por falta de fiscalização, causando conflitos e grande perda na produção de pescado; 4) Destruição dos manguezais e poluição dos rios pela

carcinicultura e outros fatores; 5) Exclusão de milhares de pescadores da pesca da lagosta, causada em boa medida pelo ordenamento mal executado da SEAP; 6) Crise global financeira, ambiental e energética, causada pelo modelo de desenvolvimento capitalista destrutivo e insustentável; 7) Necessidade de intercâmbio dos pescadores artesanais e outros povos da América Latina e do mundo, através do fortalecimento da resistência, de lutas e união entre os povos que buscam um mundo melhor, mais justo e sustentável; 8) Governo de esquerda com a mesma lógica capitalista, gerando concentração de riquezas para os ricos e aumentando os prejuízos e sofrimento para os mais pobres (MONAPE, 2008b).

Perante essa realidade, o MONAPE traçou uma série de prioridades para 2009, dentre as quais estavam a melhoria no funcionamento da secretaria executiva e coordenação do MONAPE; melhoria na comunicação geral, com ênfase especial para a base; intervenção e participação na política de criação, gestão e fomento das Reservas Extrativistas; incidência nas políticas na perspectiva de garantir os direitos dos pescadores e pescadoras artesanais – com enfoque especial no aumento de embarcações artesanais; aumentar as possibilidades dos pescadores artesanais para o acesso a recursos públicos – PRONAF, FNE etc; aumentar o acesso aos direitos previdenciários e sociais; articulação interinstitucional para defesa de direitos e, ainda, fortalecimento das mulheres pescadoras do movimento.

Mesmo desarticulado e adormecido, em 2008, o MONAPE continuava buscando novas formas de articulação, dando ênfase a prioridades que contemplassem diversas dimensões do desenvolvimento local, embora isso não esteja explícito em documentos ou falas de seus representantes. Em setembro de 2009, o MONAPE convocou uma assembléia geral com a finalidade eleger uma nova coordenação, o que não aconteceu por falta de *quorum*. Os presentes decidiram então prorrogar por mais um ano o mandato da antiga diretoria.

Paralelamente, a Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras, da qual os dirigentes do MONAPE participavam ativamente, vinha se estruturando em torno da realização da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal. Em maio de 2009, cerca de 50 profissionais do setor pesqueiro dos estados do Paraná, Minas Gerais, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, Pará, Pernambuco e do Distrito Federal se reuniram, em Olinda (PE). O objetivo era traçar estratégias e formular ações para a realização da Conferência, onde os pescadores pressionariam o governo federal por políticas públicas adequadas à pesca artesanal.

A Articulação estava insatisfeita com o desempenho do governo Lula, através da SEAP, pois apesar de ter realizado três conferências nacionais dedicadas à pesca, em 2003, 2004 e 2006, tinha avançado muito pouco no atendimento às reivindicações dos pescadores

artesanais. Nesse sentido, a ampla participação da categoria nos eventos regionais e nacionais trouxe poucos resultados para a pesca artesanal e sua repercussão na vida desses trabalhadores foi quase inexpressiva.

Portanto, não era de se estranhar que a notícia da transformação da SEAP em Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) tivesse sido recebida com tanto ceticismo pela categoria. Durante todo o processo inicial de organização da Conferência, os dirigentes do MONAPE participaram e apoiaram a Articulação. Paradoxalmente, quando a realização do evento estava próxima, alguns deles se posicionaram contra e sugeriram uma nova data. A perplexidade tomou conta dos principais assessores e lideranças que, na época, decidiram levar adiante o projeto, mesmo sem apoio do MONAPE. Lideranças e bases estaduais de pescadores artesanais conseguiram, então, se reunir para promover um amplo debate e exigir seus direitos durante a I Conferência da Pesca Artesanal, realizada entre 28 e 30 de setembro de 2009, em Brasília.

O evento aconteceu no mesmo período da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca organizada pelo recém-criado MPA. Tratava-se de uma estratégia para construir e apresentar propostas mais coerentes de investimento e garantia dos direitos sociais; identidade e território; direitos específicos das pescadoras; sustentabilidade ambiental, além de desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal e sua legislação.

Ainda não há estudos sobre as repercussões e desdobramentos da Conferência organizada pela Articulação Nacional, tema que merece ser avaliado considerando a importância e tamanho do evento que reuniu cerca de mil pescadores e pescadoras de todo país em um acampamento. Porém, o que interessa registrar neste trabalho é a posição contraditória do MONAPE nesse processo, que aparece tanto em documentos (CPP; ARTICULAÇÃO, 2005, 2005) quanto no discurso de lideranças locais, para quem a Articulação nasceu a fim de impulsionar e reerguer o MONAPE, conforme fica explícito na seguinte fala:

Essa Articulação Nacional já é uma tentativa de reerguer o MONAPE. Eu não vejo esse movimento como paralelo, eu vejo como criação do MONAPE. Até porque o Beto estava à frente logo no MONAPE e o movimento aparece como o apoio da Conferência. Ficou Articulação porque movimento ia entender que era só o MONAPE que tinha puxado e não foi. Quer dizer o MONAPE puxou entre aspas, né? O MONAPE jogou a idéia aí todo mundo abraçou a idéia. Foi o MONAPE que jogou a idéia. Foi o Beto junto com Nega (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Por outro lado, assessores e mediadores não sabem ao certo que rumo vai tomar o MONAPE e se a Articulação Nacional vai com o tempo superá-lo. Ao que parece, existe ainda uma indefinição entre os próprios pescadores e suas lideranças se o movimento deve ser

resgatado ou se ele não tem mais futuro. A esse respeito, agentes pastorais que acompanham esse processo se mostram descrentes com relação ao futuro político do MONAPE, como constata-se nos seguintes depoimentos:

Eles tiveram basicamente quatro para cinco anos já, de 2006 pra cá, cinco anos para mudar a estrutura do MONAPE. Eles tiveram oportunidade, tiveram recursos financeiros, tiveram uma nova postura política, que propiciava a eles dar uma mexida no MONAPE e quem estava na coordenação não se propôs a isso. Tinha a intenção de fazer, mas não tinha a força de fazer (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Não, acho que o MONAPE representa mais os interesses dos pescadores artesanais. Digo isso com muita tristeza. Mas, qual é a estratégia política do MONAPE hoje? [...] E agora, a sigla AMONAPE? Então você responde essa pergunta a partir da própria conferência. O que foi que o MONAPE contribuiu como nome MONAPE ou AMONAPE no processo? Pelo contrário, desconstruiu. Então, nessa estrutura não acredito mais. Mesmo nessa conjuntura atual (LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010).

Por outra parte, algumas lideranças de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará defendem que o movimento ainda representa os interesses, necessidade e objetivos dos pescadores artesanais. Para o presidente do MONAPE, José Alberto de Lima (fev, 2010), embora o grupo de frente seja “pequeno e sem muita preparação”, continua trabalhando por “mais respeito e reconhecimento aos pescadores [...] e esperança e auto-estima para os mesmos e valorização da importância da mulher na atividade pesqueira” Ele conclui que: “para termos um MONAPE forte, os pescadores têm que ser informados do que está acontecendo e maior o grupo de frente mais divisão de responsabilidades, poderes e compromisso”. Outros pescadores concordam com essa visão, como se pode observar nas seguintes falas:

Agora eu ainda tenho esperança que o MONAPE se erga e faça alguma coisa por nós pescadores. Ele ainda representa os interesses dos pescadores. Eu confio que o MONAPE vai se reorganizar e vai superar toda essa crise que está passando. Que um movimento tão bonito de repente morrer assim, não pode (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Sim, acredito que o movimento ainda representa os interesses da categoria hoje, porque as bandeira de luta do movimento é a das comunidades pesqueiras: defesa do território, defeito de acesso aos recursos e a maioria do grupo de frente tem compromisso com a causa (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

Sim, acredito que o movimento representa os pescadores artesanais, mas precisa dar uma retomada [...] Tem passado por muitos altos e baixos. Acho que pelo fato de sermos itinerantes, pelos deslizes de direções, das assessorias mal intencionadas. A demanda é maior que a capacidade (JOSÉ CARLOS DINIZ, fev, 2010).

Outro fator que hoje impede o avanço do MONAPE, de acordo com os seus dirigentes, se refere às dificuldades para se comunicar internamente. Nas entrevistas, eles apontam a comunicação como uma grave falha do movimento, entretanto os pescadores alegam que a

distância e falta de recursos agravam essa situação e se sentem impotentes para resolvê-la, como pode ser constatado nas seguintes falas:

As formas de luta hoje estão paradas. Estamos parados por falta de recursos, porque para nós até a comunicação está difícil, porque nós não têm dinheiro (JOSIAS CLEMENTINO DE JESUS, jan, 2010).

A comunicação é uma falha do MONAPE porque hoje mesmo todo mundo tem telefone, todo mundo tem celular, mas nem toda hora tem crédito para ligar. Aí isso complica. Aqui já tentou botar internet e até hoje não tem aqui internet. É tudo enrolado, eu não sei, porque isso. É difícil porque a gente não entende [...] Tem hora que eu fico pensando, assim, sabe, a gente quer fazer tanta coisa e não faz nada, porque primeiro a distância, um no Ceará, um em Pernambuco, outro no Maranhão outro no Piauí. Aí para se encontrar tudo é gasto, aí não tem dinheiro (JOANA MOUSINHO, jan, 2010).

Esses depoimentos comprovam que o uso de meios digitais e telemáticos, como CDs, DVDs, Internet e mesmo os celulares é limitado pela falta de recursos financeiros e pelas dificuldades que os pescadores têm de utilizar essas tecnologias, pois precisam ter conhecimentos específicos com os quais eles não estão familiarizados. Já agentes do CPP consideram que essa falta de comunicação também reflete o modelo centralizado de gestão, limitando o fluxo e circulação das informações, que ficam restritas apenas aos dirigentes. Além disso, apontam que hoje não existe uma postura pró-ativa de promover encontros presenciais para discutir e planejar ações locais do movimento, conforme revelam os seguintes depoimentos:

É muito precária a comunicação por email. É muito precária a comunicação por telefone também. Uma das queixas entre eles muito grande é que, por exemplo, Nega está lá na Bahia e aí Beto diz que não consegue falar com ela. Aí Nega diz que só ele que não consegue falar com ela. Há uma precariedade nessa questão da comunicação [LAURINEIDE SANTANA, jan, 2010]

O que é comunicação? O que é comunicação dentro de um processo de um movimento de uma organização do porte que o MONAPE tem? O que eles querem, como é que eles querem usar essa comunicação? Acho que têm até uns desentendimentos entre eles próprios sobre isso. Tipo tem um grupo dentro do MONAPE que se corresponde via email e só vê email o Beto, o Jorge e o Hernani. Você não vê nenhum outro discutindo isso no processo [...] As coisas giram em torno de quem é titular e os outros acabam sem saber informação nenhuma [...] os demais membros do MONAPE são desconsiderados, não ficam sabendo de nada. Aqui no estado são três membros da diretoria do MONAPE, eles nunca tentaram, nunca tiveram momentos, apesar do MONAPE não ter recursos financeiros [...], assim vai ter uma reunião lá a gente vai pronunciar isso aquilo outro....daria para eles sentarem os três e discutirem algumas coisas de como atuar no processo (SEVERINO ANTÔNIO, jan, 2010).

Apesar das prioridades do MONAPE contemplarem diversas dimensões do desenvolvimento local, reivindicando um futuro melhor e mais sustentável para as

comunidades que vivem da pesca artesanal no país, o seu futuro enquanto organização de pescadores e pescadoras encontra-se comprometido.

As controversas, contradições, disputas internas e gestões mal sucedidas representam um grave retrocesso, afetando principalmente o capital humano e social do movimento, que não encontra mais sustentação e confiança na rede de relacionamentos, internos e externos, construída ao longo de 19 anos. O destino do Movimento Nacional dos Pescadores é incerto e, infelizmente, hoje está nas mãos de umas poucas lideranças darem continuidade a este movimento social.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de caracterizar e analisar o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), entre 1990 e 2009, o presente estudo buscou entender suas contribuições, para o desenvolvimento local em comunidades pesqueiras de Pernambuco.

Ao analisar os dados empíricos à luz do itinerário teórico-metodológico traçado neste trabalho, constatou-se que o MONAPE surgiu no cenário nacional como um processo político-social construído a partir de graves problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Dentre eles é possível apontar a falta de representação dos pescadores artesanais na direção de colônias, federações e Confederação que, até o final dos anos 1980, estavam sob o comando de militares da Marinha ou pessoas que não pertenciam à categoria.

A contínua poluição e degradação ambiental, a expansão urbano-industrial, a especulação imobiliária e a expansão desordenada do turismo também foram o estopim para o surgimento do MONAPE, pois provocavam a expropriação de territórios de uso comum, do local de moradia e trabalho dos pescadores artesanais, desorganizando o seu modo de vida em diversas localidades do país.

Fatores como esses levaram o MONAPE a manter um caráter reivindicativo, focado principalmente no mundo da reprodução social, envolvendo o acesso e a preservação dos recursos naturais (rios, lagos, estuários, mar, oceano e mangues), que são os meios de produção e sobrevivência da categoria.

Desta forma, o MONAPE é uma identidade coletiva de luta, resistência e poder dos pescadores artesanais brasileiros, que batalha pelo acesso a equipamentos de consumo coletivo e aos recursos naturais de seus territórios, visando preservar o meio ambiente e utilizar de forma controlada esses recursos, com equidade e sustentabilidade.

Trata-se de um movimento que tem no âmago de seus ideais um ecologismo social que crítica o modelo de desenvolvimento econômico baseado na concentração de renda e destruição da natureza. Nesses termos, o MONAPE demanda políticas públicas e práticas extesionistas que atendam às necessidades das populações pesqueiras artesanais, trazendo em seu bojo a ideia de desenvolvimento local.

Primeiro porque ao longo de sua trajetória vem tentando ser um gestor de processos comunicacionais, envolvendo diferentes setores da sociedade em torno de um objetivo comum: a gestão inteligente dos recursos pesqueiros, visando a sustentabilidade social, econômica e ambiental de comunidades pesqueiras e da sociedade como um todo. E, segundo,

pelas suas intervenções junto às comunidades pesqueiras, tentando produzir e circular informações e conhecimento, respeitando o modo de ser dos pescadores como sujeitos inseridos numa realidade específica. Essas práticas estimulam um processo educativo-comunicacional do qual os pescadores participam ativamente, construindo com outros atores sociais propostas e soluções para seus problemas.

A partir dos anos 1990, o MONAPE adquiriu “novas” demandas ligadas aos direitos sociais modernos, como as de gênero e mesmo questões ecológicas mais complexas, como a criação de reservas extrativistas. Não eram, contudo, reivindicações inéditas, pois desde a década de 1960 os movimentos sociais de pescadores já se preocupavam com assuntos ambientais e mesmo de gênero.

Mas, com relação ao desenvolvimento local, os fatores inovadores do MONAPE se referem ao direito dos pescadores participarem nas decisões que afetam o seu destino, a reivindicarem o respeito do Estado e da sociedade pela sua cultura e modo de vida, a promoverem práticas internas democráticas, incentivando a participação de mulheres e jovens nas ações coletivas do movimento.

Ao longo de 19 anos de atuação, o MONAPE teve importantes conquistas que direta ou indiretamente resultaram de seu trabalho e de suas ações coletivas, tais como: 1) a tomada da direção de órgãos representativos da categoria (colônias, federações, confederação) por parte dos pescadores artesanais; 2) a incidência da categoria na discussão e criação de benefícios sociais específicos para trabalhadores e trabalhadoras do mar; 3) a criação de compensação ambiental (seguro defeso); 4) a participação e incidência no processo de criação de diversas reservas extrativistas; 5) a mobilização e capacitação de algumas lideranças e pescadores artesanais no Norte e Nordeste do país; 7) a participação das principais lideranças do MONAPE em importantes fóruns, grupos de trabalho e conselhos governamentais.

Todavia, essas vitórias se restringiram a uma determinada região do país, sendo tímidas perante as demandas dos pescadores artesanais brasileiros, que continuam vivendo em um contexto de desvalorização de seu trabalho e modo de vida por parte do Estado e da própria sociedade, levando-os a uma situação de exclusão social e pobreza, principalmente no Norte e Nordeste do país.

Devido a sua trajetória marcada por disputas políticas internas, entre os dirigentes do movimento e destes com outras lideranças do país, para coordenar o movimento, e pelas dificuldades de gestão e comunicação, o MONAPE enfrenta hoje sérios entraves para a sua continuidade como movimento nacional de pescadores. Passa, assim, por uma crise sem

precedentes, provocando uma contínua perda de representatividade junto aos pescadores artesanais brasileiros.

Os dados empíricos levantados nesta pesquisa, aliados aos depoimentos de lideranças e assessores, revelaram alguns aspectos que inviabilizaram o avanço do MONAPE no âmbito estadual e nacional, a realização de diversos objetivos e projetos, além de uma incidência limitada em políticas públicas e ações extensionistas para contribuir com o desenvolvimento de comunidades pesqueiras tradicionais. Dentre esses fatores e constatações considera-se importante apontar:

A falta de rotatividade de lideranças frente dos órgãos de representação dos pescadores artesanais (colônias, federações e confederação) e no comando estadual e nacional do MONAPE. Embora comprometidos com as causas da pesca artesanal, esses líderes reproduziram uma postura paternalista e assistencialista com os pescadores, pois ao deter o poder por tanto tempo podem ter impedido o surgimento de novas lideranças, uma participação maior das bases e o afloramento de um sentimento de co-responsabilidade, essencial em projetos de mobilização social.

A centralização das decisões em pouquíssimos dirigentes que ao não compartilhar, discutir e divulgar amplamente os objetivos, as atividades e ações do MONAPE podem ter incentivado uma certa imobilidade dos pescadores de outros estados, cuja incipiente participação em ações coletivas do movimento foi visualizada principalmente na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, quando o MONAPE estava sediado no Norte do país.

Vale salientar que a escassa rotatividade e centralização das decisões também podem ter provocado um processo de controle da coordenação do MONAPE sobre os pescadores artesanais e não vice-versa. Desta forma, a direção do movimento muitas vezes não promoveu uma ampla discussão e participação da categoria nas resoluções, impedindo o desenvolvimento do capital humano e social do movimento, nos âmbitos estadual e local.

Essa postura dos dirigentes do MONAPE é de certa forma contraditória quando se pensa na cultura tradicional dos pescadores artesanais. Dados empíricos e falas de lideranças e assessores revelaram que mesmo as relações de produção fundamentadas em laços de solidariedade e reciprocidade comunitária sofrem alterações com o avanço do capital, as quais ficam mais evidentes no campo político. Isso porque quando os representantes estaduais do MONAPE precisam se organizar para discutir e decidir levar adiante as demandas do movimento, muitas vezes suas necessidades e interesses político-partidários são postos à frente de sua organização social e política. Esse posicionamento pode ser também um dos

motivos para os pescadores terem se afastado do MONAPE, por não se assimilar ao caráter assistencialista de muitas colônias de pesca.

Esse aspecto também foi observado nas lideranças que estiveram ao longo da década de 1990 na direção do MONAPE, na medida em que seus interesses político-partidários prevaleceram acima dos objetivos nacionais do movimento. O que se percebe é que ao focar suas atividades e ações no Norte do país, especialmente na Amazônia e no Pará, o MONAPE perdeu sua identidade nacional, prejudicando o encaminhamento de sua organização, gestão e comunicação nacionalmente.

O mesmo pode ser dito da participação pontual das lideranças de Pernambuco em ações promovidas pelo movimento no Estado. A partir da segunda metade dos anos 1990, o sentimento de co-responsabilidade e a participação estavam tão comprometidos que os líderes locais não se enxergavam sequer como membros do MONAPE, mesmo tendo sido eleitos para cargos de direção.

Embora o MONAPE pregasse que o envolvimento e participação das bases eram condições *sine qua non* para seu avanço e consolidação nacional, isso nem sempre acontecia na prática. Esse processo ficou mais evidente no final dos anos 1990, comprometendo a qualidade e o grau de participação dos pescadores artesanais nas decisões micro e macro estruturais da categoria, além de provocar uma co-responsabilidade alienada em alguns estados.

A mesma coisa pode ser dita da participação das pescadoras nos processos decisórios. Ainda que o MONAPE defendesse a contribuição irrestrita das mulheres e inserisse as questões de gênero na sua pauta, os resultados nessa área não foram significativos em termos de aprofundamento das discussões e amadurecimento das propostas por parte das mulheres, ao menos na primeira metade dos anos 1990.

No que se refere ao capital humano do MONAPE é necessário destacar que fatores históricos, políticos e sociais, que fazem parte da trajetória dos pescadores artesanais, incidem na evolução desse vetor para o desenvolvimento local. Isso porque o acesso da categoria a equipamentos coletivos de consumo (educação, saúde, transporte, lazer etc.) continua sendo deficiente. Além disso, os pescadores têm pouca visibilidade pública e, muitas vezes, são tratados com discriminação não só pelo Estado e seus órgãos públicos como também pela própria sociedade que, por não entender seu modo de ser e estar no mundo, os considera atrasados e alienados. Esses fatores levam o pescador a um estado de descrença, desestímulo e desvalorização da própria profissão.

Essa imagem negativa do pescador pode ser atribuída à tutela e opressão exercidas pelo Estado sobre os pescadores artesanais, ao longo da sua história. Também pode explicar a dificuldade que o MONAPE tem de estabelecer diálogos e comunicação entre os pescadores e destes com outros atores sociais para viabilizar redes de relacionamento internas e externas, além de parcerias com diversos setores da sociedade, que possibilitem a participação cidadã de suas bases no desenvolvimento de comunidades pesqueiras.

Ainda sobre o capital humano do MONAPE, vale salientar que embora a formação de lideranças fosse uma questão prioritária para o movimento, sempre envolveu ações pontuais e esporádicas. Apesar de ter havido um planejamento anual, a periodicidade dessas atividades sempre foi bastante irregular. Isso inviabilizou a disseminação de conhecimentos e o surgimento de novos líderes aptos para mobilizar as bases, construindo um poder de representação verdadeiramente democrático. Assim, o capital humano do MONAPE não conseguiu impulsionar efetivamente o desenvolvimento de seu capital social.

Quanto ao capital social do MONAPE, as informações colhidas ao longo desta pesquisa apontam que o mesmo foi baseado em vínculos e parcerias frágeis. Essa configuração comprometeu a construção de uma “energia coletiva” em forma de redes sociais horizontais, sustentadas por relações de confiança e reciprocidade entre as pessoas que faziam parte do movimento ou se relacionavam com ele.

Nesses termos, as dimensões de participação e a co-responsabilidade (interna e externa) também foram afetadas, impedindo que o movimento funcionasse como uma entidade viva e, por conseguinte, que atingisse seu objetivo maior: se firmar como um movimento nacional de pescadores artesanais. Afinal de contas, a qualidade dos relacionamentos sociais e os impactos produzidos por estes na vida social e política de um movimento possibilitam o trabalho em conjunto e a participação coletiva.

Desde a sua fundação, o MONAPE tem convivido com um Estado cujas políticas públicas vêm se baseado em ações compensatórias, insuficientes ou descontinuadas. Embora bem intencionadas, essas medidas não têm conseguido resolver os problemas de ordem estrutural das comunidades pesqueiras. Nesse contexto, o exercício de novas práticas trouxe ao MONAPE um conhecimento maior da política estatal, do governo e sua máquina administrativa e burocrática. Porém, os interesses pessoais e as questões político-partidárias das lideranças acabaram falando mais alto e obstaculizaram o crescimento de seu capital social, principalmente no que diz respeito à habilidade de auto-organização, solidariedade e colaboração horizontal.

Ao atrofiar o avanço de seu capital social, o MONAPE adotou uma postura de conformismo e comodidade a partir do final dos anos 1990, centrando suas atividades nos interesses e demandas levantados pelo Estado, em troca recursos para suas ações. Essa opção levou o movimento a se submeter a uma série de imposições e, inclusive, utilizar suas verbas em áreas priorizadas pelo governo e não pelos pescadores artesanais.

Muitos dos conflitos do MONAPE vêm sofrendo processos de institucionalização, através da criação de leis e de novos órgãos públicos para atender às suas demandas, a exemplo da SEAP/PR, atual MPA. Além de não resolver os problemas enfrentados pela categoria, essas medidas têm contribuído para agravar a descrença dos pescadores artesanais no poder do Estado em resolver os problemas que os afligem, pois os órgãos públicos vêm se mostrando desprovidos de infra-estrutura e de um projeto político que dê conta das reais necessidades dos trabalhadores do mar.

Por outro lado, pode-se dizer que a participação de gestores e representantes estaduais do MONAPE em fóruns, conselhos e eventos regionais e nacionais trouxe poucos resultados para o avanço do movimento. Embora esse entrosamento tivesse um impacto maior no reconhecimento do MONAPE como importante ator social no âmbito da pesca, entre as organizações governamentais e não governamentais, sua participação muitas vezes só veio legitimar as decisões do Estado.

No que tange ao Estado, as políticas públicas e ações extensionistas realizadas nas últimas duas décadas, muitas vezes desarticularam a organização social promovida pelo MONAPE e outros assessores em comunidades pesqueiras de Pernambuco. Com isso, o governo promoveu uma cultura paternalista, assistencialista e mesmo de barganha que vem se perpetuando ao longo dos anos. Essas ações governamentais insistiram em disponibilizar linhas de crédito e conceber projetos de Extensão Pesqueira, sem a devida participação dos pescadores artesanais. Além disso, persistiram em um modelo de extensão que não levava em consideração as aspirações e reais necessidades dos pescadores artesanais e seu modo de vida.

As intervenções do MONAPE, no âmbito das políticas públicas e da Extensão Pesqueira governamental, mostraram-se insuficientes para driblar ou mesmo desfazer os processos de desorganização social, pois suas estratégias de comunicação não foram planejadas e executadas para atender a critérios quantitativos, qualitativos e de periodicidade que pudessem mobilizar amplamente seu público interno. Ao contrário, foram baseadas em ações e atividades pontuais, centralizadas em poucas lideranças e dispersas no tempo e geograficamente.

O MONAPE tampouco incentivou a organização de um movimento social em Pernambuco e Alagoas. Assim como as lideranças locais, ele enxergou as federações estaduais como entidades representativas das necessidades e demandas dos pescadores. Assim, os movimentos sociais de pescadores nesses estados se viram reduzidos à direção das federações, o que a longo prazo se mostrou ineficiente na defesa de seus interesses.

Outro elemento que merece destaque é o papel marcante do Conselho Pastoral dos Pescadores. Desde a fundação do MONAPE, essa entidade vem apoiando e promovendo contínuas reflexões junto às lideranças sobre os objetivos, as metodologias de trabalho e formas de atuação do movimento. Atualmente, agentes pastorais visualizam os erros metodológicos possivelmente cometidos no passado e reconhecem suas limitações, no sentido de apoiar o MONAPE e os pescadores a construírem um movimento social em Pernambuco e em Alagoas mais forte e articulado, restringindo a representação e participação da categoria apenas às federações desses estados.

O mesmo pode ser dito sobre a necessidade dos assessores aprenderem a driblar as relações de poder dos pescadores com o Estado, com as próprias colônias de pesca e com outros atores sociais externos (órgãos governamentais, não governamentais, políticos, intelectuais, empresas etc) para mobilizar as bases e colaborar na construção de movimentos sociais baseados na participação democrática de todos seus integrantes.

Essa reflexão é necessária tendo em vista que o MONAPE enfrentou, em diversos momentos da sua trajetória, dificuldades de estabelecer alianças e parcerias duradouras com outros setores da sociedade. Apesar de considerar esses apoios essenciais para o avanço e manutenção do movimento, observou-se nas falas de dirigentes do MONAPE a necessidade de contar com entidades, profissionais e outros atores sociais profundamente familiarizados com o mundo da pesca artesanal, seus problemas e lutas, pois as deficiências nessa área também acabaram prejudicando o avanço do movimento.

Quanto aos rumos do MONAPE, apoiadores, parceiros, assessores e mesmo extensionistas devem evitar posturas paternalistas com relação ao movimento, pois práticas extensionistas dessa natureza contribuem para desarticular ainda mais as bases e lideranças. O papel do poder público, das ONGs e demais organizações que se relacionam com o MONAPE ou outros movimentos sociais de pescadores deve ser de coadjuvante e não de ator principal. Devem focar sua participação e co-responsabilidade em ações de mediação ou intermediação, facilitando os processos de comunicação e apoiando os pescadores a levarem adiante suas reivindicações. Só assim poderão colaborar verdadeiramente na promoção da organização social e política do MONAPE e outros movimentos sociais de pescadores e pescadoras.

A base social, organização, formas de luta, objetivos, demandas e estratégias de comunicação do MONAPE vêm apontando ao longo das últimas duas décadas numa mesma direção: a preocupação do movimento com o presente e o futuro das comunidades pesqueiras e do planeta. Apesar das suas limitações de ordem política, administrativa e de comunicação, o movimento busca contribuir na promoção de um desenvolvimento das comunidades pesqueiras em equilíbrio com o meio ambiente, com equidade social, realizando ações para valorizar a participação e decisão dos pescadores artesanais.

Contatou-se que existiu e ainda existe um esforço do MONAPE em atrelar suas decisões, ações, atividades e objetivos a um sistema de comunicação formal (comissões estaduais, nacional, conselho etc) e informal (conversas, diálogos, ligações etc.), composto por redes internas e externas, as quais se estabelecem a partir das relações sociais entre as pessoas. Essas redes têm um caráter essencial na organização e articulação do MONAPE, porém, enfrentam fragilidades referentes ao capital humano e social do movimento, que comprometem o sistema comunicacional. Nesse sentido, considera-se essencial revisar e discutir a metodologia adotada pelo MONAPE no repasse de informações para promover um fluxo horizontal mais eficiente de conhecimentos e informações, viabilizando o avanço político do movimento.

Desde a sua fundação, o MONAPE vem utilizando estratégias de comunicação escritas, orais, aproximativas e auxiliares para se comunicar com seu público interno e externo. Essas estratégias têm tido como objetivos mobilizar os diversos atores sociais e capacitar as bases e lideranças do movimento, visando lutar por um modelo de pesca sustentável, que preserve o meio ambiente e promova uma gestão inteligente dos recursos pesqueiros, além de trazer melhorias para as comunidades pesqueiras, em todos os sentidos.

Apesar de ter colocado a comunicação como fator estratégico para o seu avanço, prevendo inclusive investimentos em planos de comunicação, desde 1994, o MONAPE nunca conseguiu que o seu sistema de comunicação funcionasse de forma sistêmica e organizada. A comunicação de massa e a comunicação dirigida do movimento dependiam de inúmeros fatores, principalmente o financeiro, e nunca receberam os devidos recursos nem foram conduzidas por profissionais da área contratados para tais atividades. Ambas as modalidades de comunicação também parecem refletir o modelo centralizado, pouco flexível e hierárquico de gestão do MONAPE, que acabou limitando o fluxo e a circulação das informações incidindo diretamente na construção de seu capital humano e social.

A mesma coisa pode ser dita quando se trata de veículos de comunicação dirigida escritos, a exemplo dos boletins *Monape Notícias*, *Boletim do Monape*, *A Voz dos Pescadores*

e da revista *Pescando e Lutando*. Esses meios nunca tiveram uma edição, circulação e tiragem ideais para seus objetivos, tornando-os rapidamente obsoletos e insuficientes para **organizar** as bases, **promover** a circulação das informações e **divulgar** o próprio movimento. Para cumprir essas tarefas a simples difusão da informação é considerada insuficiente, pois se precisa de um esforço maior e permanente para colocar as questões no campo dos valores, dos elementos simbólicos com os quais os movimentos sociais e suas bases operam.

Com relação ao público externo (Estado, parceiros, apoiadores, assessores, intelectuais etc.) as estratégias de comunicação do MONAPE visaram mobilizar e orquestrar os diversos atores sociais, no sentido de negociar, estabelecer parcerias, divulgar o movimento, somar forças na busca de soluções para os problemas enfrentados pelos pescadores, além de promover o desenvolvimento sustentável a partir da gestão inteligente dos recursos pesqueiros. No entanto, tampouco conseguiram alcançar esses objetivos devido à ineficiência operacional de seu sistema de comunicação.

O MONAPE sempre reivindicou seu acesso aos veículos de comunicação de massa, buscando legitimar e dar visibilidade às suas reivindicações, denúncias e lutas. O movimento parecia enxergar na mídia um espaço privilegiado de exposição de suas demandas a um grande número de pessoas. Notou-se, porém, que a importância dada a esse tipo de divulgação pode variar de acordo com a liderança, a comunidade e o contexto histórico. Dispõe-se, por exemplo, de registros orais de lideranças e pescadores que valorizam a presença do MONAPE em veículos de comunicação de massa, mas há outros que parecem não perceber a importância que a mídia pode desempenhar na divulgação de suas reivindicações, o que revela um desconhecimento do poder e penetração desses meios na sociedade.

Vale registrar ainda que as normas de adesão estabelecidas pela AMONAPE, a partir de 1999, podem ter contribuído para agravar a falta de identidade das lideranças locais, sendo um retrocesso para a organização do MONAPE. Na medida em que limitam o ingresso de novas associações e de pescadores ao movimento, restringem a expansão de seu capital humano e social. Ao fazer isto, o movimento desconstrói sua capacidade de auto-organização, que deve ser baseada em vínculos solidários, colaboração horizontal e outros canais de participação para o desenvolvimento local. Essas regras de adesão tampouco estimulam a confiança, a reciprocidade nos relacionamentos sociais entre as diversas comunidades de pescadores, empobrecendo o tecido social do MONAPE no âmbito nacional.

A centralização das ações e decisões em poucas lideranças e em uma determinada área geográfica; a priorização de interesses individuais, políticos e partidários; a falta de repasse de verbas para viabilizar trabalhos nos estados e, ainda, a ineficiência no fluxo e na circulação de

informações podem ser apontadas como as principais causas para a desarticulação nacional do movimento.

Apesar de contemplar diversas dimensões do desenvolvimento local, o futuro do MONAPE como organização de pescadoras e pescadores é incerto. As controversas, contradições, disputas internas, gestões mal sucedidas e estratégias de comunicação ineficientes representam um grave retrocesso, afetando principalmente o capital humano e social do movimento, que não encontra mais sustentação na rede de relacionamentos internos e externos, construída ao longo dos 19 anos estudados. Sem a “energia coletiva” dos pescadores artesanais – pilares do MONAPE – torna-se impossível fazer previsões sobre o seu destino, pois ele depende de poucas lideranças.

Entretanto, parece pertinente dizer que enquanto mais enfrente criticamente os processos “dominantes” da globalização, fugindo da conceituação apaziguadora da sociedade civil como o lugar do não-conflito, um lugar de *concertação* acrítica, mais oportunidades terá o MONAPE de explorar os recursos dos pescadores artesanais, exaltando seu modo de vida e convivência social para construir e afirmar uma identidade local.

Para alcançar os objetivos do desenvolvimento local são necessárias estratégias de comunicação concebidas a partir de uma prática extensionista, na qual os pescadores possam definir, como sujeitos do processo comunicacional, as suas prioridades e necessidades. Afinal, o desenvolvimento local traz em seu bojo a ideia de sustentabilidade que, por sua vez, se coloca como uma das principais preocupações que cercam o mundo pesqueiro contemporâneo.

No que tange a Pernambuco, vale salientar que independente dos processos ocorridos com o MONAPE os pescadores artesanais vêm se organizando em torno de diversos movimentos sociais, desde 2004. Dentre eles é possível mencionar a Articulação das Pescadoras de Pernambuco, Articulação Popular do São Francisco, Movimento Recapibaribe, Rede MangueMar, Movimento dos Pescadores de Pernambuco (MOPEPE), além da Articulação dos Pescadores e Pescadoras de Pernambuco, que em setembro de 2009 contribuiu para a realização da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, em Brasília-DF.

Essas ações coletivas são a prova de que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo MONAPE e por movimentos sociais estaduais, houve uma evolução em termos qualitativos e quantitativos. Quanto ao primeiro vetor, nota-se que de fato houve uma proliferação de movimentos sociais de pescadores em Pernambuco, a partir de 2003. Dados e depoimentos coletados ao longo desta pesquisa evidenciaram situação similar em outros estados do Nordeste, especialmente no Ceará e na Bahia.

Com relação à qualidade desses movimentos, constatou-se que houve avanços em termos de reorganização e rearticulação das bases que, em 2009, organizaram-se em torno da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, reunindo cerca de mil pescadores e pescadoras de todo o país na capital do país. As contradições entre o discurso e a prática do Estado, através de órgãos como a SEAP, vêm provocando o descontentamento da categoria, levando seus membros a reivindicarem um modelo de desenvolvimento e políticas públicas que preservem o meio ambiente e respeitem o território e a identidade da cultura pesqueira tradicional.

Devido ao curto prazo que se teve para realizar este estudo, esses movimentos não puderam ser contemplados nesta pesquisa. Destaca-se, porém, sua importância no cenário local e nacional, sendo eles merecedores de análises aprofundadas. Principalmente, porque uma atividade fixadora e produtiva como a pesca artesanal necessita de estudos que levem o poder público a elaboração de programas que possibilitem o desenvolvimento sustentável, sem ameaçar o modo de vida dos pescadores. Em especial num país de dimensões continentais como o Brasil, onde existem profundas diferenças regionais.

REFERÊNCIAS

A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL. Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. *Editorial*. Nº 1. Ano 1. Jun. 1999.

A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL. Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. *Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras*. Nº 1. Ano 1. Jun. 1999.

ALVES, Rosiane P. *Moda e desenvolvimento local: reconversões culturais na criação e confecção de jeans em Toritama – Pernambuco*. 2009. Dissertação para pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Recife: UFRPE, 2009.

AQUINO, Rubim S.L. [et al.]. *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. *Relatório do Encontro da Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais*. Olinda, 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Estado deve ganhar sua 1ª reserva extrativista*. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/clipping/?arquivo=noticia.php&id=11029&data=&texto=&idfonte=&pagina=785>. Acesso em: jun, 2009.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE. *Estatuto*. Belém – Pará. Fev. 1999.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE. *Regimento Interno*. Mar. 2001.

BAHÉ, Marco. O Escândalo do Anzol. *Diário de Pernambuco*. Vida Urbana. Recife, 26 jan. 2001.

BOLETIM DO MONAPE. Boletim nº 01. 1ª Ed. Dez. 2006.

BOITO, Armando, Jr. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Revista Crítica Marxista*, n.17, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. *Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP*. Publicações, 2003. Disponível em: http://www.Presidencia.Gov.Br/Estrutura_Presidencia/Seap/Publicacoes/. Acesso em: fev. 2008.

_____. *1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: caderno de resoluções*. Luiziana, nov. 2003.

_____. *2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: caderno de resoluções*. Brasília – DF, 2006.

CALLOU, A. B. F. *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)*. Santa Maria – RS: UFSM, 1986. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Curso de pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 1986.

_____, *A Voz do Mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919 – 1924)*. São Paulo, 1994. Tese (doutorado em Ciências de Comunicação). Curso de pós-graduação em Ciências de Comunicação. Universidade de São Paulo, SP, 1994.

_____. *Extensão Rural: polissemia e memória*. Recife: Bagaço, 2006.

_____, Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento Agroecológico*. Jorge Tavares, Ladjane Ramos (Orgs). Manaus, 2006, p. 53 – 66.

_____, Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local. In: *Revista Unircoop América*, vol. 5 , nº 1, Quebec - Canadá: Université de Sherbrooke, 2007, p. 164 – 183.

_____; BRAGA, B. Estratégias de Comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil. In: *Revista Unircoop*, vol. 3, nº 1, Quebec – Canadá, Université de Sherbrooke, 2005, p. 177 – 191.

_____; TAUKE SANTOS, M.S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: *Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos*. Prorenda Rural – PE (Org.) Recife: Prorenda Rural – PE, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. Introdução ao estudo das culturas populares In: *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983 p. 43-56.

CANCLINI, Nestor Garcia. O consumo serve para pensar In: *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 p. 51-70.

CARDOSO, Schiavone Eduardo. Geografia e Pesca: aportes para um modelo de gestão. *Revista do departamento de Geografia*, 14, 2001, p. 79–88. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_14/RDG14_EduardoCardoso.pdf Acesso em: jan. 2009.

_____. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. XII, nº 761, Universidad de Barcelona: 20 nov, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-761.htm>. Acesso em: jan. 2009

CARDOSO, Sérgio de Moraes. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. Disponível em: www.ici.ufba.br/twiki/.../Col%F4nias_de_Pescadores_e_Luta_Cidadania.rtf. Acesso em: fev. 2009.

CARVALHO, Ciara. Expulsos do paraíso. *Jornal do Commercio*. Cidades. Recife, set, 2006. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=print&sid=170> Acesso em: fev. 2009.

CARVALHO, Felipe; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006. *Interações*. Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 65-76, jan/jun. 2008.

CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégias e soberania, 1970 – 1982. *Rev. bras. polít. int.* vol.42 no.1 Brasília Jan./June 1999. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473291999000100005&script=sci_arttext. Acesso em: fev. 2009.

CEPENE. *Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina em Pernambuco - 1997*. jun. 1998.

CEPENE. *Boletim Estatístico da Pesca Marítima Estuarina Em Pernambuco – 2009*. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id_menu=77. Acesso em: ago. 2009.

CESCA, Cleusa G.Gimenes. *Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática*. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2006.

COMISSÃO Pastoral da Pesca. *Os pescadores na história do Brasil*. V.1. Colônia e Império. Luis Geraldo da Silva (Org). Recife: Vozes, 1988.

COMITÊ Católico Contra a Fome e para o Desenvolvimento (CCFD). *Relatório sobre o MONAPE*. Recife – Pernambuco. Fev. 1997.

COMITÊ Internacional para o Desenvolvimento dos Povos (CISP). Sobre o CISP. Disponível em: <http://www.svilupodeipopoli.org>. Acesso em: jun. 2009.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. *Relatório de Encontro da Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras*. 2005.

COORDENAÇÃO Estadual do Monape em Pernambuco. *Carta à coordenação executiva do Monape*. Goiana – Pernambuco. Jan. 2007.

COSTA, Adriane Lobo. *Alguns aspectos sobre a pesca artesanal no Brasil* (s.d; n.p). Disponível em: www.icsf.net/cedepesca/presentaciones/lobocostas/lobocosta.doc. Acesso em: out. 2009.

DESENVOLVIMENTO E PAZ. *Desenvolvimento e Paz*. Disponível em: <http://www.rqic.alternatives.ca/por/membres4.htm>. Acesso em: jun, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Pesca Artesanal e Estratégias de Desenvolvimento da Pesca*. Seminário de Pesca Artesanal, Brasília: 1985.

_____. *Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NAPAUB-USP, 1995.

_____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Povos e Águas*. Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras. 2ª ed. São Paulo: NAPAUB, 2002.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. O popular como opção política. In: *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 p. 107-137.

FILANTROPIA.ORG. *O que é o Terceiro Setor?* Disponível em: <http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>. Acesso em: jun, 2009.

FOX, Verónica del Pilar Proaño de; SILVA, Jademilson; LEITÃO, M.R.F.A. Uma análise do discurso do governo brasileiro na campanha “proteger a lagosta é proteger o pescador”. *Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 231-255, jul.-dez. 2008.

_____; ALVES, Rosiane, CALLOU, Angelo B.F, et al. Pesca artesanal e movimentos sociais: a Articulação das Pescadoras de Itapissuma (PE). In: *Comunicação Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas*. Callou, A. Tauk Santos, S. Ghelen, V. (Orgs). Recife: FASA, 2009.

FORTALNET.COM. *História do movimento dos pescadores do estado do Ceará*. Disponível em: <http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/linkhmpc1.html>. Acesso: fev. 2009.

FÓRUM, Brasileiro de Economia Solidária. *Nasce a Rede Mangue Mar Brasil*. 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: fev. 2009.

FRANCO, Augusto de. *Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukayama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Millennium, 2001.

_____. *O desenvolvimento local e o governo atual*. Disponível em: <http://www.eagora.org.br/?URL=http%3A%2F%2Fwww.augustodefranco.org>. 5, jan. 2006. Acesso em: out. 2009.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FUNDAJ. *Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1362&textCode=6822&date=currentDate>. jul. 2006. Acesso em: mar. 2009.

FURTADO, Gilmar Soares. *Pescador artesanal: lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho na comunidade de pescadores do Canal de Santa Cruz, município pernambucano de Itapissuma (1975-2009)*. Disponível em: www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R1049-2.pdf. Acesso em: dez. 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____, *Movimentos Sociais no Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Maria da Glória Gohn (Org.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. *Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUARDA Adriana. Uma chance para pescadores. *Jornal do Commercio*. Recife, 31 out.2008. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/anteriores.php>. Acesso em: fev. 2009.

HENRIQUES, M. S. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. Márcio Simeone Henriques (Org). 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ICCO. *Bem-vindo à Icco*. Disponível em: <http://www.icco.nl/delivery/icco/pt/>. Acesso em: jul. 2009.

JARA, Carlo J. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Outubro, 2001. Brasília: IICA, 2001. p.69-124.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 72-75.

JORNAL DO COMMERCIO. Pescadores: não somos os depredadores. *Jornal do Commercio*. Recife, out. 1991.

JORNAL DO COMMERCIO. Reserva do Paiva investe em ações sustentáveis. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 dez 2008. Ciência e Meio ambiente. Disponível em: http://jc.uol.com.br/jornal/2008/12/28/not_313174.php. Acesso em: fev. 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e Políticas Públicas na Pesca Artesanal de Itapissuma. In: *Comunicação Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas*. Callou, A. Tauk Santos, S. Ghelen, V. (Orgs). Recife: FASA, 2009.

LIMA, Irenilda. A importância da leitura da realidade na articulação do ensino, pesquisa e extensão. In: *Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas*. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (Org.). Recife: FASA, 2007.

LINSKER, Roberto; TASSARA, Helena. *O Mar é outra terra*. São Paulo: Terra Virgem, 2005.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 1 (101), pp. 58-7. Janeiro-março/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a04v26n1.pdf>. Acesso em: mai. 2010.

MARTORELLI, Catarina. Capibaribe ainda é fonte de renda para pescadores. *Jornal do Commercio*. Ciência e Meio Ambiente. Recife, 10 abr. 2005. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/anteriores.php>. Acesso em: fev. 2009.

_____. Pesca em alto-mar é alternativa para fugir à poluição do rio. *Jornal do Commercio*. Ciência e Meio Ambiente. Recife, 10 abr. 2005. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/anteriores.php>. Acesso em: fev. 2009.

MATOS, Heloiza. Comunicação institucional e democracia: uma análise interdisciplinar. In: *Comunicação e Informação: identidades e fronteiras*. Maria Immacolata Vassallo de Lopes et alli (Org). São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

MATOS, Aécio Gomes. Capital social e autonomia. In: *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – MDA*. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=227>>. Acesso em: maio 2005.

MEDEIROS, Alzira; BENITEZ, Alejandro. Políticas Públicas de Cultura e Participação Popular. In: *Comunicação Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas*. Callou, A. Tauk Santos, S. Ghelen, V. (Orgs). Recife: FASA, 2009.

MELLO, Ricardo. *Comunicação de Interesse Público*. Recife: Massangana, 2005.

MILLANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Projeto de pesquisa Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia (2002-2005), Escola de Administração da UFBA. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: jun. 2009.

MISEREOR. *Obra Episcopal de cooperação para o desenvolvimento: a nossa missão, os nossos princípios*. Disponível em: <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>. Acesso em: jul. 2009.

MONAPE. *Relatório da Reunião de 14 e 15 de abril de 1989*. Olinda, Pernambuco. Abr. 1989.

_____. *Carta de Juazeiro*. Juazeiro, ago. 1990.

_____. *Carta circular*. São Luís, set. 1990b.

_____. *1ª Assembléia Nacional do Monape: unidos por uma vida melhor*. Fortaleza, abr. 1991.

_____. *Carta de apoio ao Comitê Comunitário de Meio Ambiente de Ponte dos Carvalhos*. Recife, jun. 1991b.

_____. *Documento de contribuição do Movimento Nacional dos Pescadores a ECO – 92*. São Luís, out. 1991c.

_____. *Revista Pescando & Lutando*. São Luís, dez. 1991d.

_____; CAPAB. *Projeto de organização e estruturação do Movimento Nacional dos Pescadores 1995 – 1997*. São Luís, dez. 1994.

_____. *Carta das Pescadoras Artesanais*. São Luís, ago. 1994b.

_____. *Revista Pescando & Lutando*. 2ª ed. São Luís, dez. 1994c.

_____. *Relatório de Atividades: janeiro a junho de 1996*. São Luís, set. 1996.

_____; CAPAB. *O pescador artesanal na previdência social: orientações básicas Segurado Especial*. Recife, ago. 1996b.

_____. *Plano 97: Planejamento de Trabalho: de março a dezembro de 1997*. São Luís, mar. 1997.

_____. *Monape Notícias: editorial*. Ano 3, N° 3. 1998.

_____. *Breve histórico do Movimento Nacional dos Pescadores*. 2005.

_____. *Planejamento do Monape 2005*. São Luís – Maranhão, set. 2005b.

_____. *Projeto revitalizando a organização do Movimento Nacional dos Pescadores*. 2006.

_____. *Carta aberta*. Fortaleza, Ceará, out. 2008.

_____. *Relatório da reunião da diretoria e parte do conselho deliberativo do Monape*. Recife, dez. 2008b.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Pesca de Homem / Peixe de Mulher (?)*: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Revista Etnográfica*, Vol. III, 1999, p. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em: 21 jul. 2008.

NETO, Leonardo Guimarães. O mundo que o neoliberalismo criou. *Revista Opinião Econômica (CEPLAN)*. Ano 3 – Ed. 22. Jan, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações do enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania / EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PÃO PARA O MUNDO. Disponível em: <http://www.polis.org.br/links/00000535.htm>. Acesso em: jul, 2009.

PINHEIRO, Regina Glória C. *Acordo de Pesca: uma maneira inteligente de conservar os recursos pesqueiros*. 1ª Ed. 1999.

_____; JUSTE, Yasmina P.V. et alli. Dinâmicas associativas de pescadores no Nordeste do Brasil: a experiência da colônia Z-10 Itapissuma. In: *Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas*. Angelo Brás F. Callou et alli. (Org). Recife: FASA, 2009.

POTIGUAR JUNIOR, Petrônio L. T. *O Movimento Nacional dos Pescadores e o Conselho Pastoral da Pesca: Alternativas de Representação dos Pescadores*. Projeto RNAS/MPEG. III Workshop do Projeto MEGAM, maio, 2000.

_____. *Os Movimentos Sociais em Comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de nov. 2002. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/.../GT_MA_ST5_Potiguar_texto.pdf. Acesso em: fev. 2009.

_____. *Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 51-62, set-dez. 2007. Disponível em: [www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/.../desvelandol\(junior\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/.../desvelandol(junior).pdf). Acesso em: fev. 2009.

_____. *Redes de relações dos movimentos sociais: uma etnografia na ilha de Caratateua, Belém - PA*. Discente do Programa de Mestrado sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável /MAFDS/Universidade Federal do Pará. 2006; Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/27%20GT%20Petr%C3%B4nio%20Lauro%20Teixeira%20Potiguar%20J%C3%BAnior.pdf>. Acesso em: fev. 2009.

PRORENDA RURAL-PE. *Perfil instantâneo da pesca artesanal no Estado de Pernambuco – Brasil*. Recife, maio, 1997

RAMALHO, Cristiano.W.N. *Pescadores Artesanais e o Poder Público: um estudo sobre a colônia de Pesca, de Itapissuma, PE*. Monografia para obtenção de Bacharel em Ciência Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, abr. 1999.

_____. *A Arte De Fazer-Se Pescador Artesanal*. II Encontro da Anppas 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf. Acesso: abr. 2009.

_____. *Artesãos do mar da praia de Suape, PE*. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia rural GT 27 – a pesca em áreas rurais, sustentabilidade sócio, política e ambiental. Disponível em: Acesso em: abr. 2009

RAMEH, Ladjane Milfont; DA SILVA, João Paulo. *Políticas de Comunicação e Novas Ruralidades: A recepção das propostas de turismo rural da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2847-1.pdf>. Acesso em: dez. 2009.

RODRIGUES, Margarida de Cássia V; CALLOU, A.B. F. *Estratégias de Comunicação Rural para o Desenvolvimento Local: o Caso do Conselho Municipal de Turismo na Cidade do Conde, Bahia*. Dissertação de mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2002.

ROSENMAN, Marcos Roitman. Conflito e crise no pensamento social latino-americano. In: *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher; Mariana Setúbal (Org). São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. In: *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher; Mariana Setúbal (Org). São Paulo: Cortez, 2005.

SARAIVA, Rosa Maria. CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Políticas públicas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco. *Interações*. Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 73-81, jan/jun. 2009.

SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, Jefferson de Souza da. *A extensão pesqueira no desenvolvimento das comunidades litorâneas do estado do Ceará*. Dissertação para o programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza: UFCE, 2003.

_____. Instituto Terramar: experiência de uma organização não-governamental nas comunidades pesqueiras do Ceará. In: *Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos*. Prorenda Rural (Org). Recife: PRORENDA RURAL – PE, 2003.

SILVA, Luís Geraldo da. *Os pescadores na história do Brasil*. V.1. Colônia e Império. Recife: Vozes, 1988.

_____. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar*. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. *Caiçaras e Jangadeiros*. Cultura marítima e modernização no Brasil. (1920 – 1980). Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 1. São Paulo: NUPAUB, 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/luisgeraldo.pdf> . Acesso em: jul. 2009.

SIRY, Bernardo. Experiências Pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: *Extensão Pesqueira: Desafios Contemporâneos*. Prorenda Rural – PE (Org.) Recife: Prorenda Rural – PE, 2003.

SOUSA E SILVA, Josenildo; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. A Extensão Pesqueira no projeto Prorenda Rural-PE: O caso da Colônia dos Pescadores de Ponta de Pedras Z-3, Goiana/PE. In: *Extensão Pesqueira: Desafios Contemporâneos*. Prorenda Rural – PE (Org.) Recife: Prorenda Rural – PE, 2003.

SOUZA, Larissa Neves Simões de; REGO, Marcelo Augusto Soares. As Conferências Estaduais de Aquicultura e Pesca do Estado de Pernambuco e a Conferência Nacional. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R1175-1.pdf>. Acesso em: mai, 2010.

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempos de desenvolvimento local. *Signo*. João Pessoa. Ano 2. n 3. 1995. p. 43-47.

_____; SPENILLO, Giuseppa. Uma nova política para o ensino da Comunicação Rural: o caso UFRPE. In: *Políticas de Comunicação Rural nos Anos 90*. Recife: Imprensa Universitária, 1997.

_____. Comunicação Rural – velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: *Comunicação e Informação: identidades e fronteiras*.

Maria Immacolata Vassallo de Lopes et alli (Org). São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

_____; Comunicação Rural e Mercado de Trabalho na Era Tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta. In: *Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local*. Angelo Brás Fernandes Callou (Org.). São Paulo: Intercom, Recife: Bagaço, 2002.

_____, O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais. In: *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Jorge Roberto Tavares de Lima (Org). Recife: Bagaço, 2003, p. 23 – 40.

_____; Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade. In: *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Jorge Roberto Tavares de Lima (org.) Recife: Bagaço, 2003.

_____; Receptores Imaginados: os sentidos do popular. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Recepção, usos e consumo midiáticos” do XVII Encontro da Compos, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008.

_____; FOX, Veronica, et al. Lazer e consumo cultural das pescadoras artesanais. In: *Comunicação Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas*. Callou, A. Tauk Santos, S. Ghelen, V. (Orgs). Recife: Fasa, 2009.

TELECENTROS, Portal de Inclusão Digital. *Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR*. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros>. Acesso em: fev. 2010.

TERRAMAR. *Relatório de avaliação externa do Monape*. 2005.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIZER, Eduardo. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. *Mídia e Movimentos Sociais: linguagens e coletivos em ação*. Jairo Ferreira e Eduardo Vizer (Orgs.) São Paulo: Paulus, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL

Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE

Nº 0002 - Ano I - Outubro - 1999

Encontro de Técnicos ligados à pesca

Aconteceu nos dias 02 e 03 de outubro/99, em Fortaleza-CE, o encontro de técnicos ligados à atividade pesqueira. Na oportunidade, contamos com representantes dos seguintes estados: Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Distrito Federal. A iniciativa promovida pelo Monape conseguiu agrupar profissionais de diversas áreas de estudo da pesca, reunindo em um mesmo encontro, Engenheiros de Pesca, Sociólogos, Economistas, Biólogos, Agrônomos dentre outros profissionais.

O encontro foi dividido em três momentos, a saber:

1. Foi feita a apresentação do MONAPE, ou seja, foi traçado o histórico do movimento, sua fundação e principais atividades desenvolvidas. Dentro deste tópico, destacamos que, em dez anos de atuação do movimento, várias conquistas já foram creditadas à esta organização, como o seguro desemprego para todos os pescadores artesanais do país.

2. segundo momento, foi a apresentação do plano trienal do MONAPE (1999/2001). Momento em que foi apresentada o que está sendo desenvolvido pelo MONAPE, suas metas e atuações. Destacamos o processo de formação, a partir da realização de cursos para capacitação de adolescentes e mulheres pescadoras.

3. Na última etapa deste encontro houve uma discussão entre os técnicos/instituições juntamente com representantes do MONAPE, para viabilizar um cooperação mútua. Destacamos os pontos



Técnicos de pesca, reunidos em Fortaleza

trabalhados por este grupo:

*** Estrutura oficial de representação dos pescadores**

- Ampliação da base
- Trabalho com mulheres, jovens e adolescentes.

*** Proposta de uma política pesqueira formulada**

- Projetos de Código de Pesca
- Reivindicações/negociações
- * Leis de regulamentação ambiental

*** Gerenciamento/gestão**

- Coordenação
- Monitoramento
- Assessoria
- Congresso

Estes pontos definidos para serem trabalhos conjuntamente. Ao final deste evento, os presentes adiram oportuno a elaboração de uma moção, destacando o descaso do poder público para com o setor pesqueiro artesanal, que foi encaminhada a diversos segmentos do

governo. Apresentamos na íntegra o teor desta moção:

MOÇÃO

As comunidades pesqueiras no Brasil têm sofrido, ao longo de sua existência, com as mais variadas agressões sócio-ambientais (pesca predatória, ocupação desordenada do espaço, especulação imobiliária, uso inadequado dos recursos naturais, etc.). Estas ações comprometem a qualidade de vida e trabalho das comunidades que vivem neste espaço degradado.

Preocupados com a sustentabilidade socioambiental das comunidades pesqueiras e reconhecendo o papel do poder público como na construção da gestão sustentável participativa. Nós técnicos e lideranças comunitárias reunidos no I ENCONTRO DE TÉCNICOS DO MONAPE, realizado no Hotel Praia Centro em Fortaleza-CE nos dias 02 e 03 de outubro de 1999, vimos colocar a público e solicitar aos poderes construídos a nível federal, estadual e municipal a urgente necessidade de fortalecimento e democratização das instituições públicas (IBAMA, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, Universidades e outras) que constroem e são responsáveis pela gestão ambiental no Brasil.

Fortaleza-CE, 03 de outubro de 1999.

Assinam esta moção. Todos os presentes no encontro de técnicos.

Prezados pescadores e pescadoras de todo o Brasil, mais uma vez chega em suas mãos o nosso boletim 'A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL', este pretende ser o veículo de comunicação entre as várias organizações de

EDITORIAL

pescadores espalhadas pelo Brasil afora. Vocês poderão perceber que o nosso trabalho está aumentando, já estamos conseguindo atuar no centro sul do país, caracterizando cada vez mais o nosso Movimento como

Nacional. Recomendamos aos nossos leitores que mandem notícias que julgarem importante para ser noticiada em nosso boletim.

Boa leitura

Aladim de Alfaia Gomes
Coordenador Geral

ANEXO 2

2- A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL

Curso de formação para novas lideranças e adolescentes em Pernambuco

Aconteceu em Olinda-PE, nos dias 16 a 18 de agosto/99 um curso de formação política para novas lideranças e adolescentes.

A temática do evento dividiu-se em dois principais momentos: primeiro tivemos uma análise de conjuntura. Para tanto, contamos com a assessoria de Florivam Pulguese da Silva, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa). O seu trabalho decorreu sobre o pescador artesanal no contexto da conjuntura política brasileira. A participação nas discussões foi um dos pontos altos do encontro, o assessor conseguiu "provocar" o plenário para questionamentos sobre o real papel do pescador na sociedade política brasileira.

O outro ponto trabalhado no curso, diz respeito à história dos pescadores no Brasil. Contamos com a assessoria de Genival Cardoso Alencar, que fez uma exposição sobre o papel desempenhado ao longo dos anos pelos pescadores, desde a colonização do Brasil até os dias de hoje. Este tema chamou a atenção dos adolescentes, incentivando estes a valorizar e lutar por sua categoria.

EXPEDIENTE

A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL
Boletim Informativo do Movimento
Nacional dos Pescadores - MONAPE

Coordenador Geral:
Aladim de Alfaia Gomes - Pará
Vice-coordenador:
Elson Vieira da Silva - Bahia
1º Secretário:
Raimundo Félix da Rocha - Ceará
2º Secretário:
Ana Paula Oliveira Santos - Alagoas
1º Tesoureiro:
José Alcides Barbosa dos Santos - Alagoas
2º Tesoureiro:
Lúcia Maria Oas Santana - Amapá

ENDEREÇO:
Trav. Ocidental do Mercado, 21 altos
Mercado Bolonha Ver-O-Peso
Telefax: (091) 212-7032 Cx. Postal 9014
CEP: 86.013.030 Belém-PA
Arte Final e Impressão: Gráfica e
Editora M.M. E Lima Ltda.
Fone: 224-5301 - Fax: 241-6219
Belém-Pará

Encontro no Peru



Grupo de estudo, em Iquitos - Peru

O MONAPE pela primeira vez participou de um encontro de pescadores no Peru, na cidade de Iquitos, nos dias 04 a 08 de outubro/99. Convidado pela FAO, o Movimento esteve representado pelo seu Coordenador Geral, Aladim de Alfaia. O principal tema tratado foi sobre os bagres migratórios da Amazônia.

Além das discussões sobre a proteção e melhor aproveitamento dos grandes bagres amazônicos, o MONAPE inseriu-se em um quadro mais amplo das organizações de luta e defesa dos pequenos pescadores artesanais, pois manteve contato com instituições da Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru, Chile e da Itália que

estavam presentes. A discussão acerca da obtenção de infra-estrutura para o aproveitamento dos produtos e sub-produtos da pesca, buscando um mercado que garanta preços satisfatórios, foi um dos pontos altos do evento, bem como a discussão de uma proposta de projeto de desenvolvimento que deverá ser o futuro dos países amazônicos.

estavam presentes. A discussão acerca da obtenção de infra-estrutura para o aproveitamento dos produtos e sub-produtos da pesca, buscando um mercado que garanta preços satisfatórios, foi um dos pontos altos do evento, bem como a discussão de uma proposta de projeto de desenvolvimento que deverá ser o futuro dos países amazônicos.

PARÁ

⇒ Durante o período de julho a setembro, o coordenador geral do MONAPE, Aladim Alfaia, esteve visitando as colônias de pescadores Z-11 de Monte Alegre, Z-28 de Alenquer, Z-20 de Santarém, Z-30 de Marabá, Z-32 de Tucuruí e Z-04 de São Caetano de Odvelas. Participou em Santarém de um encontro sobre acordos de pesca do Lago Grande de Santarém, promovido pelo MOPEBAM (Movimento dos Pescadores do Pará - Baixo Amazonas). Em Alenquer, participou de um Seminário sobre acordos de pesca para os municípios de Alenquer e Curuá. Durante a viagem ao Baixo Amazonas, o coordenador do MONAPE também participou da eleição da nova coordenação do MOPEBAM e do Seminário CUT, CONTAG, realizado em parceria com o MOPEPA, MONAPE, e FETAGRI.

⇒ As colônias de Pescadores Z-16 de Cametá, Z-15 de Igarapé-Miri e Z-14 de Abaetetuba, em conjunto com o Movimento dos

Pescadores do Pará (MOPEPA), estarão promovendo no mês de novembro/99 o II Congresso dos Pescadores e Pescadoras do Baixo Tocantins. A intenção é envolver todas as colônias da região em um processo de discussão sobre a importância da preservação ambiental e, reivindicar do poder público providências necessárias.

⇒ O Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA), depois de muitos anos de luta e tentativas de buscar condições econômicas para desenvolver seu trabalho, conseguiu a aprovação de um pequeno projeto através da fundação *W. Alton Jones Foundation, Inc.*, dos Estados Unidos, para executar suas atividades durante o segundo semestre de 99 e primeiro semestre do ano 2000. O MOPEPA também hoje tem sua personalidade jurídica própria, definida no último encontro estadual realizado em junho passado, onde foi eleita a sua nova coordenação.

Monape estimula parcerias internacionais e capacitações de novas lideranças
(A VOZ DOS PESCADORES, out. 1999, p. 2)

RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS

O Movimento dos Pescadores durante muitos anos vem discutindo a sua atuação junto à categoria no país. A necessidade de aproximar-se do centro sul do país é uma das bandeiras de luta sustentada por muitos anos, e ao que tudo indica, começa a tornar-se uma realidade. O Secretário do MONAPE, o pescador Raimundo Rocha, esteve visitando as colônias dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro

→ **Rio de Janeiro:** Foram visitadas as colônias Z-13 de Copacabana, onde o incentivo ao setor pesqueiro se dá através do *Projeto Jovem Pescador*, que trabalha com a educação de jovens de 14 a 21 anos com o apoio do IBAMA, Instituto Bale de Guana-bara, Paróquia da Ressurreição, Comunidade Solidária e outros, mantivemos contato com o presidente Antônio, vulgo Jurana, além de Manoel e Gordo. Estivemos na colônia Z-12 de Quinta do Caju, com o pescador Pedro Paulo da Costa. Um dos graves problemas enfrentados pelos pescadores desta região trata-se da poluição ambiental, ocasionado o enfraquecimento da pesca do camarão. O mesmo ocorre na colônia Z-11 de Rarius, estan-

do comprometida a produção da tainha, anchova, corvina, sardinha e camarão. Encontramos uma confortável situação na colônia Z-05 de Niterói, onde a comercialização do pescado é um sucesso, tendo acompanhamento e incentivo da Federação Estadual, que segundo seu presidente, no Rio de Janeiro há 60.000 pescadores.

→ **Minas Gerais:** Estivemos visitando a Federação Estadual, quando fomos recebidos pela presidente Sra. Bárbara. A pesca no estado está recebendo um grande investimento denominado *"Centro de Apoio ao Pescador Artesanal"*. O peixe que tem maior valor comercial é o Surubim, todo o pescado é entregue nas feiras da cidade e na represa de Três Marias. Está sendo preparado um projeto para implantação de tanques redes, para tanto conta-se com o apoio do BID. Apesar do investimento na pesca artesanal, uma outra modalidade de pesca vem ganhando espaço, trata-se da pesca desportiva. Estivemos visitando a colônia Z-05, que conta atualmente com 1.000 sócios. Estima-se que em todo o estado existam 30.000 pescadores artesanais.

ALAGOAS

Durante o mês de agosto os membros do MONAPE, Ana Paula dos Santos e Raimundo Felix de Rocha estiveram visitando o estado de Alagoas. Nele puderam visitar as colônias Z-22 de Barra de Camaragibe e Z-14 de Barra de Santo Antônio. Na primeira colônia, acompanharam o processo eleitoral que culminou com a vitória da chapa apoiada pelo MONAPE e pela Federação dos Pescadores de

Alagoas - FEPEAL, sendo eleito o pescador José Sebastião da Silva (conhecido como Zé da Ciça). O Monape também esteve presente à posse da nova diretoria desta colônia. Desejamos sucesso para a nova administração. No segundo município visitado, Barra de Santo Antônio, houve contato com grupos de mulheres, onde discu-



Trabalho artesanal de captura de lagosta no Nordeste

MATO GROSSO

O MONAPE, na pessoa de seu Vice-Coordenador Elson Vieira da Silva participou durante o mês de junho/99, em Cuiabá-MT, do Seminário sobre a Legislação Pesqueira do Estado.

O objetivo do seminário foi: 1) Apresentar experiências e resultados de estudos e pesquisas sobre a pesca; 2) Discutir os problemas da legislação pesqueira do Estado de Mato Grosso; e 3) Propor diretrizes e recomendações para uma política de pesca no estado de Mato Grosso. Foi reservado um espaço para o MONAPE apresentar as linhas de atuação do movimento, onde o momento foi oportuno para expor a necessidade de ampliação do trabalho. A partir de então esperamos contar com mais um estado no raio de abrangência da atuação do movimento.

tiu-se o fortalecimento desta organização, a partir do planejamento de atividades para o segundo semestre/99.

MONAPE promove visita às colônias e participação em seminários e eleições estaduais (A VOZ DOS PESCADORES, out. 1999, p. 4)

ANEXO 4

2 - A VOZ dos PESCADORES do BRASIL

Coordenação fechou convênios com o governo federal

No campo institucional tivemos uma grande conquista, que foi o apoio do Ministério do Meio Ambiente através de um convênio firmado no valor de R\$300.000,00 por três anos, para dar garantia a parte das atividades programadas no planejamento de nossa gestão, e outro menor, mas não menos importante, de R\$18.000,00, com o CNPT, que proporcionou a realização de descentralização dos trabalhos da Coordenação Executiva. Como resultado disso, várias colônias do Rio Grande do Norte estão aderindo à metodologia de trabalho do MONAPE.

Embora tenhamos tido o apoio da MISEREOR, ICCO e DESENVOLVIMENTO E PAZ, não conseguimos alcançar o valor que necessitávamos para realização total de nossas atividades planejadas. Mas no balanço final, tivemos um saldo positivo, um avanço, nas relações com novos parceiros, apesar dos aparentes empecilhos no que diz respeito à captação de recursos financeiros para o Movimento. Estivemos sempre presentes e abertos à negociação com entidades governamentais ou não, que nos pudessem abrir caminho para a implementação de nossos projetos.

EXPEDIENTE

A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL

Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE

Coordenador Geral:

Aladin de Alfeia Gomes

Vice-coordenador:

Elson Vieira da Silva

1º Secretário:

Raimundo Félix da Rocha

2º Secretário:

Ana Paula Oliveira Santos

1º Tesoureiro:

José Alcides Barbosa dos Santos

2º Tesoureiro:

Lúcia Maria Dias Santana

Textos

Nelyce Palankof

ENDEREÇO:

Trav. Ocidental do Mercado, 21
altos Mercado Boionha Ver-o-Peso
Telef.: (091) 212-7032 Cx. Postal
9014 CEP: 66.013.030 Belém-PA
Arte Final e Impressão: Gráfica e
Editora M.M. E Lima Ltda.
Fone: 224-5301 - Fax: 241-6219
Belém-Pará



Datas de reunião da coordenação do conselho deliberativo para definição das atividades

- 18/03/98 (eleição e posse da nova Coordenação)
- 19/03/98 (primeira reunião da Coordenação)
- 01/04/98 (segunda reunião da Coordenação)
- 01 a 07/05/98 (elaboração do planejamento estratégico)
- 06 a 09/07/98 (reunião da Coordenação)
- 29/07/98 (reunião da Coordenação)
- 05 a 08/02/99 (institucionalização do MONAPE e auditoria do CAPAB)
- 14 a 17/04/99 (reunião da Coordenação)
- 10 a 15/05/99 (Seminário do Conselho)
- 25 a 27/05/99 (reunião da Coordenação)
- 02 a 03/10/99 (Encontro de Técnicos com Experiência na Área de Pesca)
- 04 a 07/11/99 (Seminário do Conselho)
- 10 a 12/12/99 (reunião da Coordenação)
- 12 a 14/04/00 (Seminário do Conselho)
- 07 a 10/05/00 (reunião da Coordenação)
- 07 a 10/01/01 (reunião da Coordenação)
- 22 a 26/04/01 (reunião da Coordenação)

Eventos realizados

- 16 a 18/08/99 (Curso de Formação de Novas Lideranças/ Olinda-PE)
- 18 a 20/08/99 (Curso de Formação de Novas Lideranças/Belém-PA)
- 22 a 24/10/99 (Encontro de Mulheres Pescadoras da Região Norte/ Belém-PA)
- 28 a 29/10/99 (I Encontro Regional de Mulheres Pescadoras/ Fortaleza-Ce)
- 21 a 24/11/99 (Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras/ Teresina-P)

Principais atividades institucionais e na base

- 1998 - Estados visitados - PI.; CE; PE; AL; PA; BA; MA
- 2 Viagens realizadas a Brasília
- 1999 - Estados Visitados - SC; RJ; MT; SE; PE; RN; BA; CE; PI; PA; AP; MA; PB; AI; To
- 4 viagens para Brasília; 1 p. Peru;
- 2000 - 2 viagens a Brasília
- 2001 - Estados Visitados - CE; PE; AI; PI; TO; PA; SE
- 1 viagem a Brasília

MONAPE firma convênios com governo federal
(A VOZ DOS PESCADORES, abr. 2001, p. 2)

ANEXO 5

A VOZ dos PESCADORES do BRASIL - 3

Participação do Monape em atividades e eventos promovidos por outras entidades

1998 - Mudança da sede de S. Luís para Belém; participação no encontro do GTA; reunião em Brasília com o CNPT; reunião com PÃO PARA O MUNDO E MISEREOR; reunião com o Fórum Carajás; reunião com Vereadora e Vice-prefeito do PT de S. Luís; reunião com auditor

1999 - Dois Cursos de Formação promovidos pela CUT; reuniões com o Museu Goeldi; Encontro da FAO, em Quito-Peru; Assembléias do GTA; reunião com Assessoria Especial da Previdência Social; criação do Fórum da Pesca; Encontro do RENAS; palestra sobre a História do MONAPE no IPAM; Encontro sobre o PPG7; reunião do Fórum Carajás; reunião do Coletivo internacional da Pesca; reunião com o ELO/ PPM; reunião com assessor jurídico da SECOM; reunião com Desenvolvimento e Paz; Seminário do Fórum Carajás; Encontro dos parceiros do PPM; Encontro com prefeituras da região do Marajó; reuniões com a ICCO e FASE; encontros do MOPEPA e MOPEBAM; audiência com o Governador do Piauí.

2000 - Oficina de parceiros do PRONAF; Encontros do Instituto TERRA MAR; Encontros de Sec. Estaduais; Encontro Inter-

nacional sobre Gênero na Pesca; Reuniões das Escolas de Pesca nos Estados; Curso de Formação da CUT; instalação do Projeto RENAS; Discussão sobre os projetos de turismo PRODETUR e COSTA DOURADA; Congresso Regional do Baixo Tocantins; reuniões com assessoria da Previdência Social e a Confederação Nacional dos Pescadores.

2001 - Encontro do Pró-ambiente; participação na reunião do PRODETUR II; Assembléia Eletiva do CPP; participação no Seminário e ato público referen-

te ao dia Mundial das Águas; Reunião com CPP e TERRA MAR; Oficina de Ação Integrada da Coordenação da Amazônia; manifestação sobre transposição do rio São Francisco.



MONAPE participa em atividades e eventos de outros atores sociais
(A VOZ DOS PESCADORES, abr. 2001, p. 3)

ANEXO 6

A VOZ DOS PESCADORES DO BRASIL

Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE

Nº 03 - Ano I - Dezembro - 1999

EDITORIAL

Amigos pescadores e pescadoras de todo o Brasil, novamente chega em suas mãos o nosso boletim informativo, veículo este que tem como pretensão ser a voz de nossa categoria, informando aos companheiros os nossos caminhos percorridos, assim como denunciando aquilo que avaliamos prejudicial para nossa categoria.

Mais um ano está se passando e a nossa luta fica mais madura. O ano de 1999 foi sem sombra de dúvidas, um ano de muitas conquistas e realizações do MONAPE. Diante dos atropelos e dificuldades, as conquistas superaram em muito estas barreiras. Conseguimos juntar um grupo de técnicos para discutir nossos problemas, visando propor soluções plausíveis. Mas foi a discussão e participação das mulheres pescadoras que marcou em muito o ano de 1999. Neste exemplar encontraremos os encontros regionais que serviram de preparação para o Encontro Nacional, realizado em novembro passado.

É com muita satisfação que desejamos a todos os pescadores e pescadoras, bem como para nossos parceiros, um ano 2000 repleto de realizações, que o próximo milênio traga coragem e resistência na luta de nossos trabalhadores.

Um grande abraço!

Aladim de Alfaia Gomes
Coordenador Geral

Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras

Aconteceu nos dias 21 a 24 de novembro de 1999, em Teresina-PI, o III Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras. Ressaltamos que este foi o encontro que contou com a maior representatividade já promovido pelo MONAPE, estiveram presentes representantes dos seguintes estados: Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Mato Grosso e ainda contamos com duas companheiras de São Paulo.

O Encontro teve como abertura a apresentação de cada delegação, momento em que os estados fizeram a seu modo, uma apresentação do trabalho que vem sendo desenvolvido.

O segundo dia do Encontro foi marcado por uma grande passeata das pescadoras pelas ruas de Teresina. Acompanhadas por um carro som, elas apresentavam-se perante a população, expondo as dificuldades e esforço para buscar um maior reconhecimento diante do governo. A passeata teve início no município de Timon-MA, atravessando a Ponte que divide os estados do Maranhão e Piauí, percorrendo várias ruas da capital Teresina, culminando com um Ato Público, onde vários representantes das pescadoras e autoridades locais manifestaram-se favoráveis a causa em questão.

As discussões do encontro giraram em torno de quatro pontos principais: 1) A pescadora e a comunicação; 2) A mulher e o meio ambiente; 3) Pescadora e Gênero; e 4) A pescadora e a Previdência Social. Para estas discussões, contamos com várias assessorias.

No que se refere a comunicação, as companheiras Tereza Aguiar e Ariane Porto do "Projeto São Sebastião Tem Alma", de São Paulo, contribuíram com as discussões. No Grupo do Meio Ambiente, a representante do Ibama de Alagoas, Sra. Edilene Ferreira, contribuiu com as discussões e esclarecimentos para o grupo. A respeito do Gênero, contamos com a valiosa contribuição da companheira Graça Costa, da Fase Belém, que além de assessorar este grupo, esteve a frente do evento contribuindo com uma variedade de di-



Participantes do Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras

nâmicas, viabilizando a assimilação e participação do grupo como um todo. Finalmente, sobre a Previdência Social, contamos com uma exposição do Sr. Antônio Almeida, do INSS do Piauí que ofereceu subsídios para as discussões em grupo.

Apresentamos as principais decisões referendadas neste encontro:

Meio Ambiente

Que o M.M.A. melhore a gestão ambiental, a nível da competência, treinamento e fiscalização definindo o ordenamento da pesca, poluição e equipamentos, priorizando a organização ambiental.

Previdência Social

Realizar cursos de capacitação sobre legislação previdenciária para mulheres pescadoras, buscando parcerias com o MONAPE, INSS, juristas e outros.

Requerer do Ministério da Saúde implantação de postos de benefícios de trabalho médico a disposição dos pescadores.

Comunicação

Alfabetizar aos jovens e adulto sem a perda da cultura pesqueira, criar estratégias de ocupação da mídia, criar meios de comunicação locais e regionais e criar Projetos de Comunidade Solidária para alfabetizar adultos.

Gênero

Sindicalizar as mulheres nas colônias; fazer campanhas; divulgar nas colônias atos públicos e debates; construir uma Comissão Nacional de Mulheres.

Ao final do Encontro, foi criada uma Comissão formada por uma pescadora de cada estado, que terá como competência, elaborar um plano de capacitação e alfabetização para as mulheres que trabalham na pesca, buscando viabilizar as decisões tomadas neste evento.

MONAPE discute questões ligadas às mulheres pescadoras
(A VOZ DOS PESCADORES, dez. 1999, p. 1)

ANEXO 7

4-A VOZ dos PESCADORES

SERGIPE**Visita ao município de São Cristóvão**

Nos dias 07 a 09 de maio/99, mantivemos contato com a representante do movimento no Estado de Sergipe, Izabel Cristina, onde elaboramos um cronograma de atividades para aquele município. A partir de então, primeiramente visitamos a Associação de Pescadores de São Cristóvão, onde escutamos do Sr. Antônio, representante desta as-

sociação, as dificuldades encontradas pela categoria em se organizar, ele nos relatou que as dificuldades são relacionadas à crise em que atravessa o setor pesqueiro no Estado. Dando continuidade ao cronograma, foi visitada a Colônia de Pescadores Z-02 de São Cristóvão, onde o presidente, Sr. Aloísio enfatizou a importância do apoio do MONAPE junto a este município para fortalecer a organização dos pescadores no Estado. Em homenagem ao dia das mães, reuniu-se um grupo de mulheres pesca-


doras para debater diversos assuntos relacionados a atividade desempenhada por elas. No último dia de nossa visita, participamos de uma Assembléia na sede da Colônia Z-02. O objetivo desta foi a prestação de contas e balanço contábil da administração para com os sócios. A representante do MONAPE na assembléia, Ana Paula, fez uma explanação a respeito de uma pesquisa a ser realizada pelo Movimento Nacional de Pescadores, frisando a importância de sua realização para que possamos obter dados concretos sobre a realidade de pesca e do pescador artesanal no Brasil. Obtendo estes dados, o MONAPE terá subsídios necessários para elaborar uma proposta de política voltada ao setor artesanal. Ainda nesta assembléia, discutimos a importância da participação da mulher pescadora dentro do processo organizativo da categoria. Ana Paula informou que o Movimento já elaborou um questionário para trabalhar a identificação da mulher pescadora e a mulher do pescador, ele está sendo aplicado nas comunidades onde se tem colônias de pescadores. Ao final da Assembléia, tomamos conhecimento de uma experiência de criação de peixes em reservatórios. É uma tentativa de preservar algumas espécies que estão desaparecendo devido a poluição dos rios e da pesca predatória.

Festa

Pescadores de Barra de Sto. Antônio - AL participando da 4ª Regata de Jangadeiros - festa tradicional



MONAPE participa de eventos comemorativos de comunidades pesqueiras
(A VOZ DOS PESCADORES, jun. 1999, p. 4)



MONAPE NOTÍCIAS

Após um ano e quatro meses finalmente conseguimos reeditar nosso MONAPE NOTÍCIAS nesse período estivemos na luta para que o MONAPE, possa de uma forma cada vez mais qualificada trabalhar pela organização dos pescadores artesanais brasileiros, superamos muitas das dificuldades encontradas e esperamos que 1998, possamos avançar cada vez mais. Lembramos que o MONAPE NOTÍCIAS, só poderá circular com a sua importante contribuição, enviando para nós notícias dos seus estados/regiões até o dia 15 de cada mês.

Diagnóstico

Foi realizado no período de 23 a 25 /01/98 em São Luís, pela Coordenação Nacional Ampliada uma avaliação da Estrutura do Movimento, sua linha política e administração financeira e administrativa. E tirado indicativos para o Planejamento. Este Diagnóstico foi financiado pela nossa parceira a agência Pão Para o Mundo.

Encontro Nacional do MONAPE

O Encontro Nacional do MONAPE será realizado de 15 a 18 de Março de 1998, em São Luís/Maranhão, estamos buscando formas de garantir recursos para realização do Encontro.

Confederação

Foi realizado em dezembro/97, em Paranaguá/PR, a 1ª Assembléia dessa gestão que conta a participação do MONAPE e tem como Presidente o Sr. Edemir da Colônia de Pescadores de Paranaguá/PR, nessa Assembléia foi realizada a Alteração do Estatuto da Confederação.

Grupo de Trabalho Amazônico

O MONAPE através do Claudionor que representa o movimento na Presidência do GTA Nacional e participou de 10 a 13/02/98, da Reunião do Conselho Deliberativo do GTA em Manaus/Amazonas. Dia 18/02 Claudionor estará viajando para Los Angeles[EUA] representando o GTA na Reunião com o Banco Mundial.

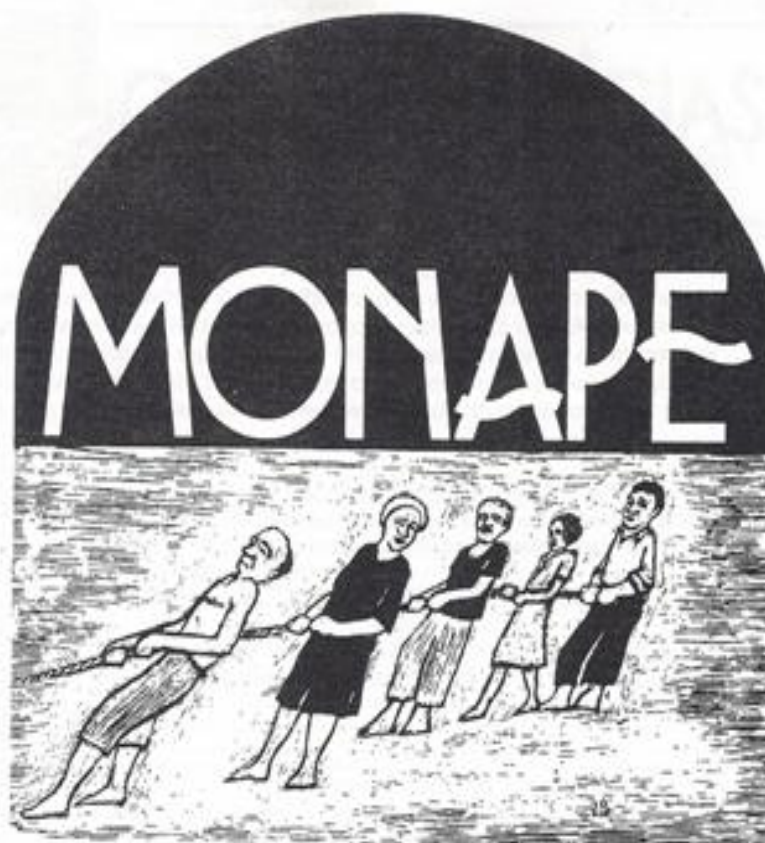
Desde 05/11/97, que o companheiro Marcos do Rosário Pereira, pediu afastamento do seu cargo de 1º Secretário do MONAPE, ficando seu cargo em vacância até o Encontro Nacional do MONAPE(03/98)

INFORMES DOS ESTADOS

Amapá

- A Federação de Pescadores do Amapá, firmou Convênio com o Governo do Estado, para financiamento de pequenas embarcações e apetrechos de pesca e construção de 140 casas populares para pescadores que está beneficiando 140 famílias.
- Foi firmado convênio entre Federação e o MEC(através do Governo do Estado) para Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos no município de Ballique.
- Através de financiamento do PD/A a Federação está construindo um Terminal Pesqueiro no município de Amapá.

ANEXO 9



**MOVIMENTO
NACIONAL
DE PESCADORES**
Novos rumos, Nova organização

Cartilha: Movimento Nacional dos Pescadores – Novos Rumos, Nova Organização

ANEXO 10

MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES




Participações do MONAPE em outros Fóruns

Resumo das Nossas ações Agosto/2005 a Dezembro/2006

Área atual de atuação

Monape Enquanto Agência Implementadora do Programa Comunidades Tradicionais Agroextrativismo/Ministério do Meio Ambiente(MMA)

Foto: Hélio Amizem(MA)

A luta dos pescadores artesanais do Brasil pela garantia dos seus direitos, passa pela tomada de direção do seu órgão de classe, e é dentro dessa perspectiva que o Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, surge e trava suas bandeiras de luta. Com este objetivo é que a nova Coordenação do MONAPE está buscando resolver as pendências encontradas, e aos poucos ir dando vida a esta nova forma de se

organizar, e com o tempo deve se fortalecer cada vez mais. Fazer funcionar as Coordenações Estaduais para que as lutas aconteçam de forma sincronizada, e consigamos envolver todos na construção deste movimento é umas das nossas grandes tarefas. Colocando como desafio maior a construção de uma rede de informações e formação entre as entidades membros do movimento para construirmos

um debate permanente na categoria, pois os anos de esquecimento deste setor, deixou a situação pesqueira em níveis de abandono total e só a luta de todos mudará este quadro. Neste sentido é que surge o BOLHETIM DO MONAPE e temos certeza que com a vontade que é maior que as dificuldades e com o apoio necessário construiremos os nossos ideais.

José Carlos Diniz
Presidente do MONAPE

CONCLUSÕES



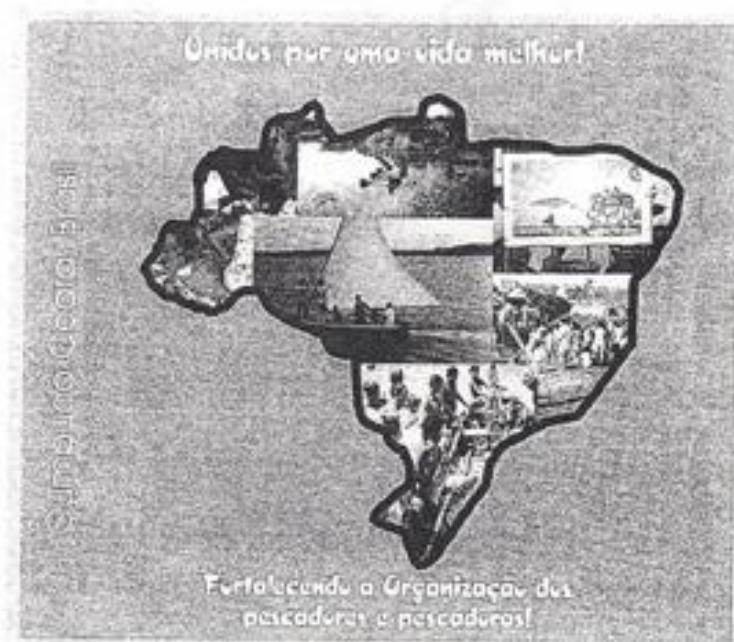
MONAPE

**MOVIMENTO
NACIONAL
DE PESCADORES**

NOVOS RUMOS. NOVA ORGANIZAÇÃO

ANEXO 12

1ª Assembléia Nacional do MONAPE



Local Delimitan Park
(Casa de Retiro à Beira-mar, distância 15km de centro da Fertileza)
Fones: 294.2192 e 9988.0430

Apoia:

ICCO - Organização Interacadêmica de Cooperação de
Desenvolvimento - Holanda
Ministério do Meio Ambiente - Brasil
Desenvolvimento e Paz

Folder da 1ª Assembleia Nacional do MONAPE (abr. 2001)

ANEXO 13

Dia Nacional de Luta de Pescador e da Pescadora



GRITO
da
PESCA
ARTESANAL

22 de novembro de 2005

Panfleto: Grito da Pesca Artesanal (MONAPE, nov. 2005)